



Foto: Cristine Prates

Estudo técnico

Criação da Unidade de Conservação
Serra da Chapadinha, Bahia



Estudo Técnico para Criação de Unidade de Conservação na Serra da Chapadinha, Bahia

Jerônimo Rodrigues

Governador do Estado da Bahia

Eduardo Mendonça Sodré Martins

Secretário Estadual de Meio Ambiente – SEMA

Luiz Carlos de Araujo Junior

Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental – SPA

Iaraci dos Santos Dias

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais – SPA/DIPEA

Coordenação

Luiz Carlos de Araújo Júnior - Biólogo, Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento, Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Carolina Prudente de Oliveira - Bióloga e Mestre em Diversidade Animal - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Equipe Técnica

Ághata Barreto Xavier – Bióloga e Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Diretoria de Sustentabilidade e Conservação (DISUC/INEMA)

Carolina Prudente de Oliveira - Bióloga e Mestre em Diversidade Animal - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Daiane Cristina Maltez dos Santos – Engenheira Agrônoma, Mestre em Estudos Territoriais e Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Floriano Alvarez Soto - Geógrafo, Mestre em Ecologia e Biomonitoramento e Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Diretoria de Sustentabilidade e Conservação (DISUC/INEMA)

Igor Pfeifer Coelho – Biólogo e Doutor em Ecologia - Pesquisador independente

Juliana Mattos Rocha - Bióloga - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Nivea Santana Pinheiro - Geógrafa e Mestranda em Geografia - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Poliana Gonçalves Sousa - Bióloga e Mestre em Educação em Ciências - Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA/SEMA)

Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ):

- **Gustavo Martinelli** – Diretor
- **Eduardo Pinheiro Fernandez** - Coordenador
- **Jacqueline de Souza Lima** - Coordenadora Substituta

- **Gláucia Crispim Ferreira** - Analista
- **Ramon Guedes Oliveira** - Analista
- **Vicente de Araújo Calfo** - Coordenador
- **Diego Belo da Silva** - Coordenador Substituto
- **Lucas Sá Barreto Jordão** - Analista

- Estagiários de Pós-Graduação (Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia)

Carmen Fernandes Nogueira Cardoso - Geóloga e Mestre em Geociências e Doutoranda em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente

Felipe Paranhos de Souza - Geógrafo e Pós-graduando em Ciências Ambientais

Vitor Rocha Nunes - Médico Veterinário e Pós-graduando em Licenciamento, Perícia e Auditoria Ambiental

Agradecimentos

Aos moradores da Serra da Chapadinha e seu entorno;

Aos agricultores familiares dos Projetos de Assentamentos Rurais do Baixão,
Valdete Correia, Boa Sorte Una e Dandara;

Às lideranças de Jarê;

À Comunidade Quilombola de Bananeiras;

Aos Guias que conduziram a equipe técnica;

Às prefeituras de Itaeté, Ibicoara, Mucugê e Iramaia;

Ao Ministério de Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA);

Ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FunBio);

Ao Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora/JBRJ);

Aos fotógrafos que gentilmente cederam, de forma voluntária e sem ônus, as
imagens utilizadas neste estudo.

Lista de Figuras

Figura	Descrição	Página
Figura 1	Mapa de Localização da Serra da Chapadinha, Bahia.	25
Figura 2	Mapa geológico da Serra da Chapadinha, Bahia.	30
Figura 3	Mapa geomorfológico da Serra da Chapadinha, Bahia.	32
Figura 4	Mapa hipsométrico da Serra da Chapadinha, Bahia	35
Figura 5	Mapa pedológico da Serra da Chapadinha, Bahia.	36
Figura 6	Entrada da Toca da Onça, próximo à área proposta da Serra da Chapadinha.	39
Figura 7	Mapa de ocorrência de cavernas e cavidades na Serra da Chapadinha, Bahia.	41
Figura 8	Imagem evidenciando o relevo da Serra da Chapadinha, Bahia.	42
Figura 9	Pedra do Caboclo, Serra da Chapadinha, Bahia.	43
Figura 10	Cachoeira das Andorinhas, Serra da Chapadinha, Bahia.	44
Figura 11	Cachoeira do Sapatinho, Serra da Chapadinha, Bahia.	45
Figura 12	Mapa de tipologia climática da Serra da Chapadinha, Bahia.	47
Figura 13	Acumulado de chuva (1994-2024) - Est. Fazenda Iguaçu.	49
Figura 14	Média de Chuvas Mensais (1994-2024) - Est. Fazenda Iguaçu.	49

Figura 15	Acumulado de chuva (1994-2024) - Est. Itaetê.	50
Figura 16	Média de Chuvas Mensais (1994-2024) - Est. Fazenda Iguaçu.	51
Figura 17	Mapa de Hidrografia da Serra da Chapadinha, Bahia.	52
Figura 18	Pluviometria anual da bacia do rio de Una. Itaetê – BA. Estação Faz. Iguaçu.	53
Figura 19	Dados do balanço hídrico do município de Mucugê.	55
Figura 20	Dados de deficiência, excedente, retirada e reposição no município de Mucugê.	55
Figura 21	Extrato do balanço hídrico mensal de Mucugê.	56
Figura 22	Dados do balanço hídrico do município de Ibicoara.	57
Figura 23	Dados de deficiência, excedente, retirada e reposição no município de Ibicoara.	57
Figura 24	Extrato do balanço hídrico mensal de Ibicoara.	58
Figura 25	Rio de Una, Serra da Chapadinha, Bahia.	59
Figura 26	Mapa de localidades de coletas realizadas pelo CNCFlora/JBRJ e pontos de ocorrência de espécies ameaçadas e quase ameaçadas de extinção na Serra da Chapadinha. EN = Em Perigo, VU = Vulnerável, NT = Quase Ameaçada, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Elaboração: CNCFlora, 2026.	76
Figura 27	<i>Heterocoma erecta</i> (H. Rob.) Loeuille, J. N. Nakaj. & Semir (Asteraceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	83
Figura 28	Registro da <i>Rupestrea johnwurdackiana</i>	83

	(Baumgratz & Souza) Michelang., Almeda & R.Goldenb. (Melastomataceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	
Figura 29	<i>Paralychnophora bicolor</i> (DC.) MacLeish (Asteraceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	83
Figura 30	<i>Swartzia bahiensis</i> R.S.Cowan (Fabaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	83
Figura 31	<i>Hohenbergia vestita</i> L.B.Sm. (Bromeliaceae), endêmica da Caatinga. Fonte: CNCFlora, 2026.	84
Figura 32	<i>Lavoisiera harleyi</i> Wurdack (Melastomataceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	84
Figura 33	<i>Pterolepis rotundifolia</i> Wurdack (Melastomataceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	84
Figura 34	<i>Sincoraea navioides</i> (L.B.Sm.) Louzada & Wand. (Bromeliaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	84
Figura 35	<i>Cambessedesia cambessedesioides</i> (Wurdack) A.B.Martins (Melastomataceae) Fonte: CNCFlora, 2026.	85
Figura 36	<i>Harpalyce riparia</i> São-Mateus, L.P.Queiroz & D.B.O.S.Cardoso (Fabaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	85
Figura 37	<i>Piriqueta flammea</i> (Suess.) Arbo (Turneraceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	85
Figura 38	<i>Senega trifurcata</i> (Chodat) J.F.B.Pastore (Polygalaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.	85
Figura 39	Distribuição espacial das classes de uso e cobertura do solo em 2024 na Serra da Chapadinha e entorno de 5 km. Observa-se predominância de formações naturais em ambos os contextos, especialmente formações florestais e savânicas. Elaboração: CNCFlora, 2026.	87

Figura 40	Evolução temporal das classes de cobertura no interior da poligonal proposta bem como em seu entorno imediato. Elaboração: CNCFlora, 2026.	88
Figura 41	Área ocupada pelas principais classes antrópicas na Serra da Chapadinha em 2024 e respectivas taxas anuais de variação. Mosaico de usos e Pastagem representam a maior parte da ocupação antrópica atual, porém ambas apresentam tendências significativas de retração ao longo da série histórica. Café constitui a única atividade antrópica com expansão significativa, embora sua participação espacial permaneça reduzida. O asterisco indica tendências significativas segundo o teste de Mann-Kendall ($p < 0,05$). Elaboração: CNCFlora, 2026.	89
Figura 42	Proporção de cobertura natural por quadrícula do ano de 2024 — verde: predominantemente natural; vermelho: predominantemente antrópico. Células do Serra da Chapadinha com borda sólida; entorno com borda tracejada. Quadrícula = 1 km ² . Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, versão 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.	92
Figura 43	Índice composto de estabilidade por quadrícula de 1 km ² na Serra da Chapadinha e entorno. As classes representam diferentes níveis de estabilidade temporal da cobertura antrópica ao longo da série histórica (1985–2024), variando de áreas estáveis a áreas de mudança. Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, versão 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.	93
Figura 44	Tendência temporal da proporção de cobertura antrópica por quadrícula de 1 km ² , estimada pelo estimador de Sen. Valores negativos (verde) indicam redução da ocupação	94

	antrópica ao longo da série histórica, enquanto valores positivos (vermelho) indicam expansão. A maior parte das quadrículas apresenta tendências próximas de zero, evidenciando estabilidade espacial. As mudanças mais intensas concentram-se em poucas células periféricas, corroborando os resultados do índice composto de estabilidade. Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, Coleção 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.	
Figura 45	Mocó (<i>Kerodon rupestris</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	98
Figura 46	Saruê (<i>Didelphis albiventris</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	98
Figura 47	Macaco-prego-do-peito-amarelo (<i>Sapajus xanthosternos</i>). Foto: Cristine Prates.	98
Figura 48	Registro de pegadas de espécie de mamífero na Serra da Chapadinha. Foto: SEMA, 2026.	99
Figura 49	Guigó-da-caatinga (<i>Callicebus barbarabrownae</i>). Foto: Cristine Prates.	100
Figura 50	Periquito-da-caatinga (<i>Eupsittula cactorum</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	102
Figura 51	Rapazinho-dos-velhos (<i>Nystalus maculatus</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	102
Figura 52	Tapáculu-da-chapada-diamantina (<i>Scytalopus diamantinensis</i>), ave endêmica da Chapada Diamantina. Foto: Cristine Prates.	103
Figura 53	Beija-flor-de-gravata-vermelha (<i>Augastes lumachella</i>), ave endêmica da Chapada Diamantina. Foto: Cristine Prates.	103
Figura 54	Espécie de perereca endêmica da Chapada Diamantina (<i>Bokermannohyla diamantina</i>). Foto: Rafael Abreu.	104

Figura 55	Espécie de perereca endêmica da Chapada Diamantina (<i>Bokermannohyla oxente</i>). Foto: Rafael Abreu.	104
Figura 56	Mussurana (<i>Boiruna sertaneja</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	105
Figura 57	Jararaca-da-seca (<i>Bothrops erythromelas</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	105
Figura 58	Cobra-de-duas-cabeças (<i>Amphisbaena alba</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	105
Figura 59	Calango-de-lajedo (<i>Tropidurus semitaeniatus</i>). Foto: Thiago Filadelfo.	105
Figura 60	Bagre-cego (<i>Rhamdiopsis krugi</i>), espécie carenícola emblemática da Chapada Diamantina, coletado no Poço Encantado, Itaetê. Foto: Adriano Gambarini in Bockman & Castro, 2010.	106
Figura 61	Presença de corredor ecológico de fragmentos florestais ao longo da Serra da Chapadinha. Elaboração: SEMA, 2026.	111
Figura 62	Mapeamento de Áreas prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade (MMA, 2023) na poligonal da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	112
Figura 63	Conjunto de Unidades de Conservação no entorno da área de estudo da Serra da Chapadinha. Elaboração: SEMA, 2026.	113
Figura 64	Presença das Reservas da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e da Caatinga (RBCA) na poligonal da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	114
Figura 65	Registro da presença de povos originários na serra da Chapadinha, detalhe de grafismo	122

	rupestre na Pedra do Caboclo. Foto: Sema, 2026.	
Figura 66	Produção (t) de cebola, batata-inglesa e café nos municípios de Ibicoara e Mucugê. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017).	137
Figura 67	Gráfico das lavouras temporárias nos municípios da área de estudo, 2017. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017).	138
Figura 68	Acesso à assistência técnica rural nos municípios da área de estudo, 2017. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017).	139
Figura 69	Acesso ao financiamento rural nos municípios da área de estudo, 2017. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017).	139
Figura 70	Percentual de domicílios segundo a fonte de abastecimento de água nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	146
Figura 71	Formas alternativas de abastecimento de água nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	147
Figura 72	Percentual de destinação inadequada de resíduos sólidos domiciliares. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	150
Figura 73	Localização dos vazadouros a céu aberto (lixões) na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	151
Figura 74	Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam adubação nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	155
Figura 75	Tipos de adubação por estabelecimentos agropecuários nos municípios da área de	155

	estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	
Figura 76	Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	156
Figura 77	Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam irrigação nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	156
Figura 78	Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam mecanização agrícola nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	157
Figura 79	Usos CEFIR dos imóveis localizados totalmente ou parcialmente na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	159
Figura 80	Vigor das pastagens na Serra da Chapadinha. Elaboração: SEMA, 2026.	161
Figura 81	Granulometria do solo na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	162
Figura 82	Projetos de Assentamento sobrepostos ou limítrofe à poligonal demandada. Elaboração: SEMA, 2026.	165
Figura 83	Usos registrados no Mapeamento Participativo. Elaboração: SEMA, 2026.	166
Figura 84	Usos cadastrados no CEFIR nos Projetos de Assentamento Baixão e Valdete Correia, Itaetê, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.	167
Figura 85	Banco de sementes crioulas no PA Valdete Correia. Foto: SEMA, 2026.	169
Figura 86	Usos cadastrados no CEFIR nos Projetos de Assentamento Boa Sorte Una e Dandara, Itaetê e Iramaia, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.	170

Figura 87	Produção de umbu (t) nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	173
Figura 88	Paisagens identificadas no Mapeamento Participativo (pontos e rios). Elaboração: SEMA, 2026.	177
Figura 89	Paisagens identificadas na Serra da Chapadinha e entorno no Mapeamento participativo (oficinas e entrevistas). Elaboração: SEMA, 2026.	177
Figura 90	Estados de conservação identificados na Serra da Chapadinha e entorno no Mapeamento participativo (oficinas e entrevistas). Elaboração: SEMA, 2026.	178
Figura 91	Tipos de conflitos por ano na área de estudo no período de 1985 a 2024. Fonte: CPT. Elaboração: SEMA, 2026.	179
Figura 92	Número de conflitos por município da área de estudo no período de 1985 a 2024. Fonte: CPT. Elaboração: SEMA, 2026.	180
Figura 93	Usos dos imóveis cadastrados no CEFIR na porção oeste da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	182
Figura 94	Mapa de processos minerários. Fonte: ANM, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.	183
Figura 95	Zonas do PARNA da Chapada Diamantina limítrofes à área de estudo. Fonte: Plano de Manejo PARNA da Chapada Diamantina (ICMBio, 2007). Elaboração: SEMA, 2026.	186
Figura 96	Pontos de localização de eucalipto plantado. Elaboração: SEMA, 2026.	187
Figura 97	Área plantada de eucalipto (ha) nos municípios de Ibicoara e Mucugê no período de 2018 a 2024. Fonte: Produção da Extração Vegetal e	187

	Silvicultura (IBGE, 2024). Elaboração: SEMA, 2026.	
Figura 98	Mapa de focos de queimadas/incêndios INPE (2017, 2018, 2022 e 2024) e Alerta MapBiomas (01/01/2019 a 01/05/2025). Elaboração: SEMA, 2026.	189
Figura 99	Mapa de focos de queimadas/incêndios INPE (2017 a 2025) e Alerta MapBiomas (01/01/2019 a 01/05/2025) no entorno da poligonal. Elaboração: SEMA, 2026.	190
Figura 100	Condição dos produtores em relação às terras. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	190
Figura 101	Sobreposição de imóveis cadastrados no SIGEF/INCRA e CEFIR/CAR/ INEMA na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	192
Figura 102	Sobreposição da área de estudo na Serra da Chapadinha, Bahia, com Projetos de Assentamento/INCRA e imóveis cadastrados pelo SIGEF/INCRA. Elaboração: SEMA, 2026.	193
Figura 103	Pontos turísticos no Projeto de Assentamento Boa Sorte Una. Foto: SEMA, 2026.	201
Figura 104	Localização dos sítios arqueológicos registrados no IPHAN. Elaboração: SEMA, 2026.	202
Figura 105	Caminho Diamantino de Santa Dulce dos Pobres, roteiro de turismo religioso implementado pela Secretaria de Turismo do Estado (SETUR). Foto: SETUR, 2026.	204

Lista de Tabelas

Tabela	Descrição	Página
Tabela 1	Comparação da cobertura natural e antrópica entre o início (1985) e o final (2024) da série temporal para a Serra da Chapadinha e seu entorno. Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, Coleção 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.	89
Tabela 2	Principais classes antrópicas registradas na Serra da Chapadinha em 2024 e respectivas tendências temporais. GLS = coeficiente angular do modelo GLS; Sen = estimador de Sen; MK = teste de Mann-Kendall. Elaboração: CNCFlora, 2026.	90
Tabela 3	População residente, por situação do domicílio nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	132
Tabela 4	Densidade demográfica nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	132
Tabela 5	Percentual da cor/etnia nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	133
Tabela 6	Percentual da cor/etnia nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	133
Tabela 7	PIB, PIB per capita, variação em relação ao PIB per capita da Bahia e estrutura setorial do PIB dos municípios da RPGA X (2021). Elaboração: SEMA, 2026.	135
Tabela 8	Municípios da RPGA X pelo total de ocupados e a distribuição (%) segundo o setor de atividade econômica e as taxas de ocupação e desocupação (2010). Elaboração: SEMA, 2026.	135
Tabela 9	Tabela 9: Municípios da RPGA X pelo Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios Baianos (IDEM) (2003=base 100/2021 – anos selecionados). Elaboração: SEMA, 2026.	135
Tabela 10	Tabela 10: Produção agrícola de culturas temporárias nos municípios de Itaetê e Iramaia em toneladas. Elaboração: SEMA, 2026.	140
Tabela 11	Municípios da RPGA X pelo número de estabelecimentos agropecuários e área segundo os grupos de atividade econômica predominante (2017). Elaboração: SEMA, 2026.	141
Tabela 12	IDHM dos municípios que integram a área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	143

Tabela 13	Evolução histórica do Índice de Gini nos municípios da área de estudo (1920-2017). Fonte: Geografar, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.	144
Tabela 14	IQA dos municípios da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	151
Tabela 15	Dados de estimativa de geração de resíduos sólidos na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	152
Tabela 16	Serviços Ambientais identificados nas áreas avaliadas na Serra da Chapadinha. Fonte: Adaptado de Santos (2007). Elaboração: SEMA, 2026.	175

Lista de Quadros

Quadro	Descrição	Página
Quadro 1	Municípios da RPGA X pelo efetivo (cabeças) dos rebanhos da pecuária (2022)	141
Quadro 2	Principais indicadores do abastecimento dos municípios da área de estudo. Fonte: SNIS (2024), ano base 2021 e 2022. Elaboração: SEMA, 2026.	146
Quadro 3	Indicadores dos sistemas de esgotamento sanitário. Fonte: Bahia, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.	148
Quadro 4	Características dos Serviços de Coleta e Transporte de RSU – TI Chapada Diamantina. Elaboração: SEMA, 2026.	149
Quadro 5	Número de doenças com veiculação hídrica. Elaboração: SEMA, 2026.	153
Quadro 6	Projetos de Assentamento criados pelo INCRA na poligonal proposta para a UC que se encontra no limítrofe da poligonal demandada. Fonte: UFBA/Geografar (2023); Geobahia (2023). Elaboração: SEMA, 2026.	165
Quadro 7	Resumo da situação fundiária da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	194
Quadro 8	Relação das comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares nos municípios da APA Marimbus-Iraquara, PNCD e área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.	195
Quadro 9	Relação dos terreiros de jarê, conforme cadastro no município de Itaetê. Elaboração: SEMA, 2026.	198

Lista de Siglas

ANA - Agência Nacional de Águas

APPs - Áreas de Preservação Permanente

CNZU - Comitê Nacional das Zonas Úmidas

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETP - Evapotranspiração Potencia

ETR - Evapotranspiração Real

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

PARNA – Parque Nacional

PNCD – Parque Nacional da Chapada Diamantina

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RMCA - Reserva da Biosfera da Caatinga

RPGA - Região de Planejamento e Gestão das Águas

SGB - Serviço Geológico Brasileiro

UB - Unidade de Balanço

UC – Unidade de Conservação

Sumário

1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	23
2 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO TERRITORIAL.....	25
3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO.	27
3.1 Geologia	28
3.2 Geomorfologia	32
3.3 Pedologia	36
3.4 Patrimônio Espeleológico	38
3.5 Geodiversidade e Geoconservação.....	41
3.6 Clima	47
3.7 Fatores Hídricos.....	51
3.8 Áreas úmidas	63
3.9 Ameaças e Relevância Hídrica da Serra da Chapadinha.....	65
4 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO BIOLÓGICO.	73
4.1 Flora	73
4.2 Fauna.....	96
4.3 Corredor Ecológico de Unidades de Conservação e as Áreas Prioritárias para Conservação	110
5 CARACTERIZAÇÃO MEIO SOCIOECONÔMICO.....	121
5.1 Introdução.....	121
5.2 Populações e Indicadores socioeconômicos.....	131
5.3 Uso e Ocupação da terra.....	154
5.4 Situação Fundiária.....	190
5.5 Outras áreas protegidas, usos tradicionais e uso público.....	195
5.6 Considerações Finais.....	208
6 ANEXOS.....	216
7 APÊNDICES.....	295

1. Apresentação e Justificativa

A proposta de criação de uma Unidade de Conservação (UC) na Serra da Chapadinha teve origem em uma demanda apresentada por representantes da sociedade civil, motivada pelo reconhecimento da relevância ambiental, paisagística e sociocultural da região, bem como pela crescente preocupação com a conservação de seus recursos naturais frente às pressões antrópicas existentes. A mobilização social em torno da proteção da área evidencia o valor atribuído pela população e por diferentes segmentos da sociedade à manutenção dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos prestados pela Serra.

A relevância de criação de Unidade de Conservação na serra da Chapadinha foi confirmada pela equipe técnica SEMA/INEMA, conforme Nota Técnica nº 51 (00109278815) que consolidou os critérios de viabilidade de criação de UC verificados na Visita Técnica de Reconhecimento realizada em novembro de 2024.

Nesse contexto, a realização dos estudos técnicos para subsidiar a criação da unidade de conservação representa uma etapa fundamental para avaliar os atributos ambientais da área e fornecer elementos que embasem a tomada de decisão pelo poder público quanto à categoria que melhor se enquadre a este estudo.

A Serra da Chapadinha constitui uma das áreas de maior relevância ambiental da região da Chapada Diamantina, destacando-se pela elevada diversidade de ambientes naturais, riqueza biológica e importância para a manutenção de processos ecológicos essenciais. Inserida em uma região reconhecida nacionalmente por sua expressiva biodiversidade, a área abriga remanescentes de vegetação nativa associados aos biomas Caatinga e Mata Atlântica, além de campos rupestres, formações florestais serranas, ambientes cársticos e importantes nascentes que contribuem para a manutenção dos recursos hídricos locais e regionais. A heterogeneidade ambiental presente na serra favorece a ocorrência de elevada riqueza de espécies da fauna e flora, incluindo

táxons endêmicos, raros e ameaçados de extinção, conferindo à região elevado valor para a conservação da biodiversidade.

A importância ambiental da Serra da Chapadinha é reconhecida por diferentes instrumentos de planejamento territorial e conservação da natureza. A região está inserida em áreas classificadas pelo Ministério do Meio Ambiente como prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, além de integrar o contexto das Reservas da Biosfera da Mata Atlântica e da Caatinga, reconhecidas pela UNESCO. Adicionalmente, sua localização estratégica em uma paisagem composta por unidades de conservação e remanescentes naturais contribui para a conectividade ecológica da Chapada Diamantina, favorecendo o fluxo gênico de espécies, a manutenção de corredores ecológicos e a conservação de ecossistemas de elevada fragilidade ambiental.

Apesar de sua relevância ecológica, a Serra da Chapadinha está sujeita a diversas pressões antrópicas, incluindo supressão da vegetação nativa, queimadas, atividades minerárias, expansão agropecuária, caça e outras formas de uso inadequado dos recursos naturais. Tais atividades podem resultar na fragmentação dos habitats, redução da biodiversidade, degradação dos recursos hídricos e comprometimento dos serviços ecossistêmicos prestados pela região. Nesse contexto, a criação de uma Unidade de Conservação representa um instrumento fundamental para assegurar a proteção dos atributos naturais da área, promover o ordenamento territorial, fortalecer ações de monitoramento e fiscalização ambiental e garantir a conservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

Além dos benefícios ambientais, a instituição de uma Unidade de Conservação na Serra da Chapadinha poderá fomentar pesquisas científicas, programas de educação ambiental, atividades de uso público sustentável e iniciativas de valorização do patrimônio natural e cultural regional. Dessa forma, a proposta de criação da UC fundamenta-se na necessidade de proteger um conjunto de ecossistemas de elevada relevância ecológica, assegurar a manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos e fortalecer a conectividade

entre áreas naturais da Chapada Diamantina, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a consolidação de estratégias de conservação em escala regional.

2. Localização e Contexto Territorial

A Serra da Chapadinha localiza-se na porção centro-sul da Chapada Diamantina, no estado da Bahia, abrangendo áreas dos municípios de Itaetê, Mucugê e Ibicoara (Figura 1), pertencendo ao território de identidade da Chapada Diamantina. Inserida em uma região de elevada relevância ambiental, a Serra constitui um importante conjunto montanhoso associado aos remanescentes florestais e formações campestres típicas das áreas de maior altitude da Chapada Diamantina.

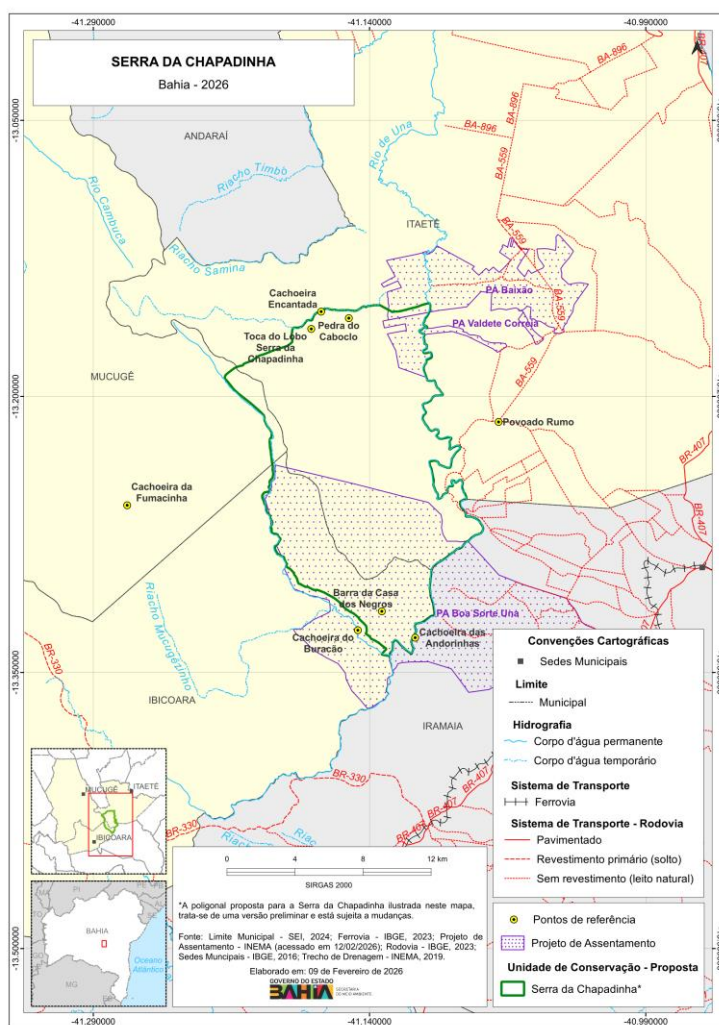


Figura 1: Mapa de Localização da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

A Serra da Chapadinha ocupa posição estratégica no contexto territorial da bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, uma das mais relevantes do estado da Bahia. As áreas de maior altitude funcionam como importantes zonas de captação e recarga hídrica, contribuindo para a manutenção de nascentes, cursos d'água superficiais e aquíferos subterrâneos que alimentam a bacia do Rio Una e, conseqüentemente, o sistema hídrico do Paraguaçu. Do ponto de vista biogeográfico, a Serra da Chapadinha está inserida em uma zona de transição entre diferentes formações vegetacionais, reunindo elementos da Mata Atlântica, da Caatinga e dos campos rupestres da Chapada Diamantina.

Para fins de definição de uma área de estudo para criação de uma Unidade de Conservação na Serra da Chapadinha, foi utilizada a poligonal apresentada na Figura 1. A partir dela, as caracterizações dos Meios Físico, Biológico e Socioeconômico foram construídas.

3. Caracterização do Meio Físico

A poligonal proposta para criação de Unidade de Conservação na Serra da Chapadinha situa-se majoritariamente na Serra do Sincorá, que é uma unidade geomorfológica que reúne diversas formas/feições do relevo (IBGE, 2023). Alguns trabalhos tratam a Serra da Chapadinha e a Serra do Sincorá como feições individuais, como é o caso do estudo de Vale *et al* (2008), sendo separadas pelo rio Mucugezinho, que modela um profundo cânion.

A Serra da Chapadinha é cortada por rios e riachos, sendo uma área com potencial hídrico, além de possuir matas e florestas que chegam até o topo do seu relevo (VALE *et al*, 2008). Características climáticas, propriedades físico-químicas e biológicas dos solos (edáficos), e ambientes morfoclimáticos favorecem uma vegetação com espécies diversas, chamada de Refúgio Ecológico Montano (VELOSO; GOES-FILHO, 1982 *apud* VALE *et al*, 2008). Estes refúgios ecológicos são considerados vegetações “reliquias”, já que apresentam espécies endêmicas, geralmente, associadas a condições ambientais especiais (IBGE, 2012). Além deste atributo, vale ressaltar ainda que a presença de latossolos esteja associada à cobertura vegetal, a drenagem densa e condições climáticas locais, sendo favorecidos pela ocorrência de processos de intemperismo bioquímico (VALE *et al*, 2008).

Os atributos físicos da área de estudo proporcionam cenários de grande beleza cênica (VALE *et al*, 2008). Além destes atributos, a Serra da Chapadinha também é contemplada com sítios arqueológicos de importante relevância histórico-cultural, onde tais características fomentam ou podem fomentar a ciência, a educação ambiental e o turismo na localidade (VALE *et al*, 2008).

Desta maneira, a Serra da Chapadinha se concretiza como uma paisagem complexa dotada de importantes aspectos físicos que influenciam a biodiversidade e geodiversidade local, sendo deste modo, essencial compreender a relação da geomorfologia, do clima, dos fatores hídricos, dos solos e da geologia na formação desta paisagem. Além disso, assimilar tais aspectos torna-se

significativo na identificação de potenciais fragilidades ambientais que subsidiarão o processo de criação da unidade de conservação.

3.1 Geologia da Serra da Chapadinha

3.1.1 Geologia Regional e Importância da Conservação da Serra da Chapadinha

A Serra da Chapadinha está localizada na porção sul da Chapada Diamantina, na borda oriental da Cadeia do Espinhaço, abrangendo principalmente os municípios de Itaetê, Ibicoara e Mucugê, no estado da Bahia. A região integra um importante compartimento geológico do centro baiano, marcado por grande diversidade de formas de relevo, elevada riqueza hídrica e expressivo patrimônio geológico e biológico.

Do ponto de vista geológico regional, a Serra da Chapadinha está inserida no contexto da Chapada Diamantina, compartimento pertencente à Província do Espinhaço, formada predominantemente por rochas sedimentares mesoproterozoicas associadas ao Supergrupo Espinhaço. Essas rochas são representadas principalmente por arenitos, conglomerados e metassedimentos da Formação Tombador, que sustentam os relevos elevados da região.

A estrutura regional é marcada por serras alongadas, escarpas abruptas, vales profundos e extensas chapadas, compondo uma paisagem de grande relevância geomorfológica e cênica. Segundo Pedreira, a Serra do Sincorá — sistema orográfico relacionado à Chapada Diamantina — apresenta altitudes superiores a 1.200 metros, vales estreitos e profundos, além de escarpas e cachoeiras de elevada beleza paisagística.

Além do valor geomorfológico, a região possui forte relevância histórica associada ao ciclo do diamante. Os conglomerados da Formação Tombador são conhecidos por conter paleopláceres diamantíferos explorados desde o século XIX. Essa herança geológica e histórica contribui para a singularidade da paisagem e para a construção do patrimônio cultural regional.

Em escala local, a Serra da Chapadinha apresenta relevo fortemente controlado pela estrutura geológica e pelos processos erosivos atuantes sobre os arenitos e conglomerados quartzosos. O resultado é uma paisagem marcada por paredões rochosos, cânions, vales encaixados, afloramentos ruiniformes e extensos campos rupestres. A região também apresenta áreas de elevada importância hidrogeológica, funcionando como zona estratégica de recarga hídrica da Bacia do Rio de Una e da Bacia do Rio Paraguaçu.

O estudo técnico elaborado para subsidiar a criação da Unidade de Conservação destaca que a Serra da Chapadinha possui importância não apenas pela biodiversidade, mas principalmente por representar uma zona de recarga hídrica extremamente relevante para o estado da Bahia, contribuindo para o abastecimento de dezenas de municípios do semiárido baiano e de aproximadamente 60% da Região Metropolitana de Salvador.

Outro aspecto de destaque é o patrimônio geológico associado às feições naturais da região. Os monumentos geológicos presentes na Serra da Chapadinha incluem escarpas quartzíticas, cânions, cachoeiras, afloramentos ruiniformes e sistemas cavernosos siliciclásticos, que possuem elevado valor científico, didático, turístico e paisagístico. Esses ambientes representam registros importantes da evolução tectônica e sedimentar da Chapada Diamantina.

A criação de uma Unidade de Conservação para a Serra da Chapadinha é fundamental para assegurar a proteção desse patrimônio geológico, hídrico e ecológico. Além da conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, a proteção legal da área contribuirá para a manutenção da geodiversidade regional, da conectividade ecológica e do potencial científico, educativo e geoturístico da região.

3.1.2 Geologia Local da Serra da Chapadinha

A geologia local da Serra da Chapadinha está diretamente relacionada às unidades sedimentares e metassedimentares pertencentes ao Supergrupo Espinhaço e ao Grupo Chapada Diamantina, que controlam a configuração do

relevo, a dinâmica erosiva e a distribuição dos solos da região. O mapa geológico apresentado no levantamento técnico evidencia a predominância de unidades siliciclásticas resistentes, principalmente da Formação Tombador, associadas a áreas periféricas compostas por unidades de menor resistência ao intemperismo (Figura 2).

Na área delimitada para a proposta de Unidade de Conservação observa-se o predomínio espacial da Formação Tombador na porção central e nas áreas mais elevadas da serra. Essa unidade é composta principalmente por arenitos quartzosos e conglomerados bem cimentados, depositados em antigos sistemas continentais associados a ambientes fluviais, eólicos e deltaicos do Mesoproterozoico.

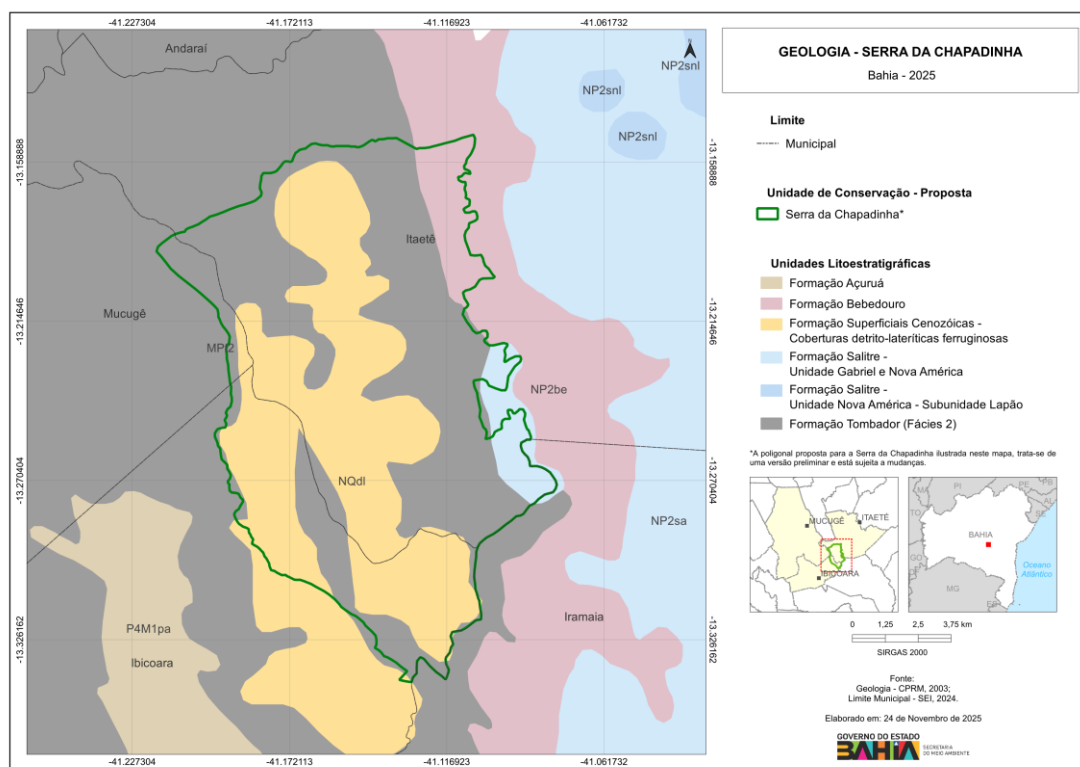


Figura 2. Mapa geológico da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2025.

A elevada resistência mecânica e geoquímica dessas rochas favorece a preservação das feições topográficas mais elevadas, funcionando como sustentação estrutural da escarpa oriental da Chapada Diamantina. Como

consequência, a paisagem apresenta chapadas tabulares, paredões abruptos, serras alongadas e morros-testemunhos, destacando-se a Pedra do Camelo como importante exemplo de relevo residual desenvolvido sobre os arenitos quartzosos da Formação Tombador.

O mapa geológico também demonstra que as unidades associadas à Formação Bebedouro ocorrem principalmente nas áreas periféricas da poligonal da Serra da Chapadinha. Essas litologias são constituídas predominantemente por diamictitos, ritmitos pelíticos e arenitos subordinados, relacionados a antigos ambientes glaciogênicos e periglaciais do Neoproterozoico.

Por apresentarem menor competência mecânica frente ao intemperismo prolongado, essas rochas favorecem a formação de relevos mais suaves, solos argilosos e maior retenção hídrica. Em áreas declivosas, especialmente onde ocorre retirada da cobertura vegetal, podem intensificar processos erosivos superficiais e instabilidades de pequena magnitude.

O mapa geológico revela ainda uma clara relação entre litologia e modelado da paisagem. As áreas sustentadas pela Formação Tombador correspondem aos setores mais elevados e escarpados da serra, enquanto as unidades menos resistentes encontram-se associadas a depressões relativas, vales encaixados e áreas de transição topográfica. Essa configuração evidencia o forte controle estrutural e litológico sobre a evolução geomorfológica regional.

As escarpas íngremes, os cânions, os afloramentos rochosos e os vales encaixados observados na Serra da Chapadinha resultam da atuação prolongada dos processos erosivos sobre diferentes litologias, associados ao controle estrutural exercido por fraturas e zonas de fraqueza tectônica. Essas feições compõem um patrimônio geológico de elevada relevância científica, paisagística e ambiental.

Além disso, a ocorrência de cavernas, grutas e relevos ruíniformes associados às rochas quartzosas demonstra a importância dos processos de intemperismo físico e químico na evolução da paisagem local. Esses ambientes

subterrâneos representam importantes registros geológicos e hidrogeológicos da Chapada Diamantina, além de apresentarem elevada fragilidade ambiental.

3.2 Geomorfologia da Serra da Chapadinha

De acordo com o Mapa de Geomorfologia da Serra da Chapadinha do IBGE (2023) (Figura 3), foi identificada na área objeto de estudo para a criação de Unidade de Conservação – UC a ocorrência de duas Unidades Geomorfológicas, sendo estas a Serra do Sincorá e o Patamar de Utinga. Segundo o IBGE (2009), as Unidades Geomorfológicas podem ser definidas como um conjunto de formas que possuem características fisionômicas e de altitude semelhantes em seus modelados. Cada unidade irá manifestar seus processos de origem, que estão relacionados a fatores paleoclimáticos (climas passados), as suas formações superficiais, e seus diversos tipos de modelados (IBGE, 2009).

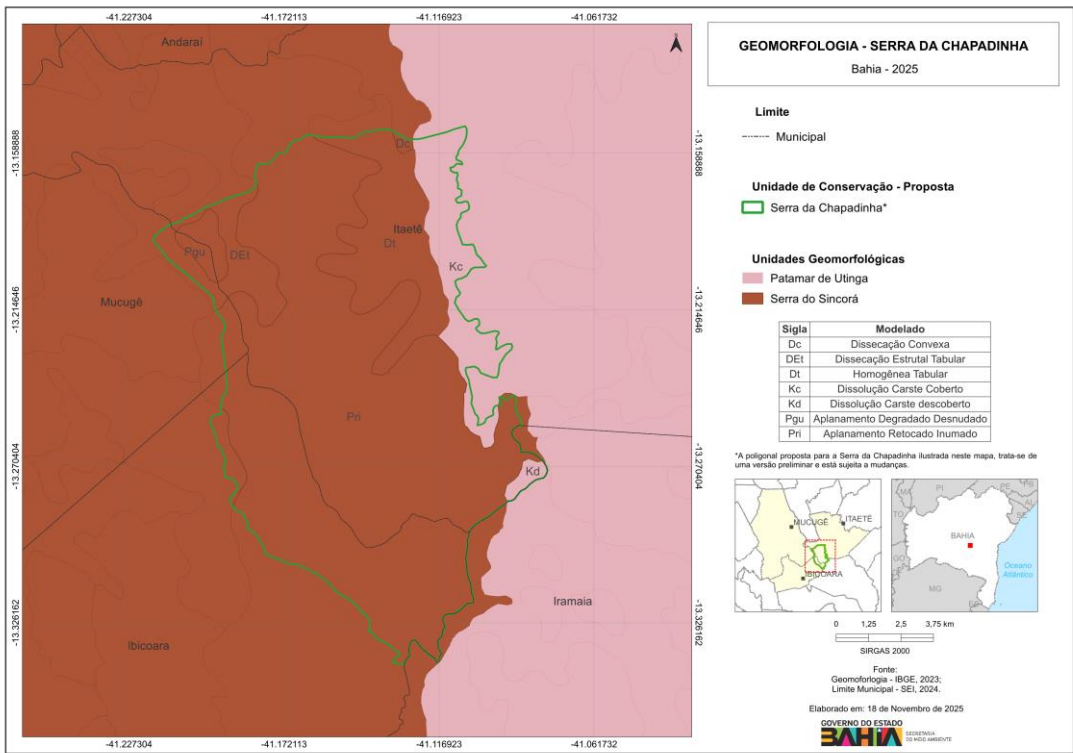


Figura 3. Mapa geomorfológico da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2025.

Na classificação sugerida por Nunes *et al* (1981), o Patamar de Utinga é denominado como Pediplanos Karstificados (conforme mapeamento

geomorfológico anexo à Folha SD.24 Salvador), a maioria das formas deste compartimento apresentam-se com altitudes que variam entre 400 e 800 metros, de maneira gradual, sem grandes rupturas de declive. É possível observar no mapa de hipsometria (Figura 4) que a área referente a esta forma na Serra da Chapadinha possui cotas por volta de 400 metros.

Os modelados do relevo podem ser definidos como formas que apresentam similaridade em relação a sua geometria, por conta de processos genéticos e morfogenéticos comuns, o que ocasiona a correlação de materiais superficiais (IBGE, 1995). Referente a estes processos de formação, encontrou-se atuando na porção do Patamar de Utinga inserido na área de estudo, dois tipos de modelados, ambos originários do processo de dissolução, sendo o Carste Coberto e o Carste Descoberto. O primeiro sendo um aglomerado de formas, que ocorre em superfícies encobertas por solos, detritos e produtos de descalcificação, e o segundo são formas que se originam em superfícies ou áreas descobertas por erosão (IBGE, 2009).

A segunda unidade geomorfológica identificada na área objeto de estudo é a Serra do Sincorá. Inobstante, quando observado a classificação sugerida por Nunes *et al* (1981) e o mapeamento elaborado para a Folha SD.24 Salvador, esta é denominada como Encostas Orientais. Segundo tal classificação, as Encostas Orientais são caracterizadas por um relevo montanhoso, onde a maior parte de sua ocorrência apresenta-se com altitudes superiores a 800 metros, sendo cortada por rios, em áreas de vales que chegam a valores altimétricos entre 400 e 600 metros, e nas demais áreas podendo alcançar cotas que superam altitudes de 1.200 metros. Quando observado o mapa hipsométrico (Figura 4) é possível identificar que esta unidade geomorfológica se encontra em cotas que variam de 500 a 1.000 metros de altitude dentro da área de estudo.

Na Serra do Sincorá, foram identificados cinco modelados, sendo estes oriundos de processos de dissecação e de aplanamento. Os modelados de dissecação encontrados são do tipo homogêneo com topos convexos e com topos

tabulares, e dissecados do tipo estrutural com topos tabulares. Os modelados de aplanamento identificados na área de estudo se constituem no pediplano degradado desnudado e no pediplano retocado inumado.

Os modelados dissecados homogêneos são característicos por sofrerem processos de dissecação fluvial que promovem a separação do relevo em diferentes rochas que não possuem controle estrutural, sendo caracterizado/determinado por formas como colinas, morros, e interflúvios tabulares. Neste tipo de modelado são observadas diversas variações de padrões de drenagem, onde os canais não seguem uma direção preferencial (IBGE, 2009). Os modelados dissecados estruturais também são característicos por dissecação fluvial, com controle estrutural ocorrendo em rochas deformadas, definido por diversas cristas, vales e sulcos estruturais, sendo possível ainda identificar padrões de drenagem em canais que possa indicar estruturas geológicas, como os padrões treliça, paralelo e retangular (IBGE, 2009).

Quando possuem formas convexas são embasados, majoritariamente, em rochas ígneas e metamórficas, podendo ocorrer também em sedimentares, são marcados por vales bem definidos, com vertentes que possuem declividades diversas, desenhado por drenagens de primeira ordem. Já onde as formas são tabulares trata-se de rampas inclinadas, de maneira suave, sendo desenhadas sobre coberturas sedimentares inconsolidadas e rochas metamórficas, indicando pontual controle estrutural, sendo estabelecida por rede de drenagem de baixa densidade, vales rasos, possuindo declividades pequenas em vertentes (IBGE, 2009).

Referente ao pediplano degradado inumado, este se constitui de formas aplanadas conservadas de maneira parcial, que perderam continuidade devido a alteração do sistema morfogenético (IBGE, 2009). Segundo Nunes *et al* (1981), estas formas normalmente são dissecadas e cortadas por escarpas ou saliências de outros modelados de aplanamento, dissecação e dissolução, mostrando-se

encoberto, inumado/enterrado por coberturas detríticas e/ou de alteração, formado de couraças e/ou latossolos.

Em relação ao pediplano retocado inumado, este faz referência a uma superfície aplanada resultante de sucessivos eventos erosivos, porém, sem alterar suas características de aplanamento, gerando sistemas planos inclinados de forma levemente côncava, podendo ocorrer coberturas detríticas e/ou encouraçamentos com mais de um metro de espessura (NUNES *et al*, 1981).

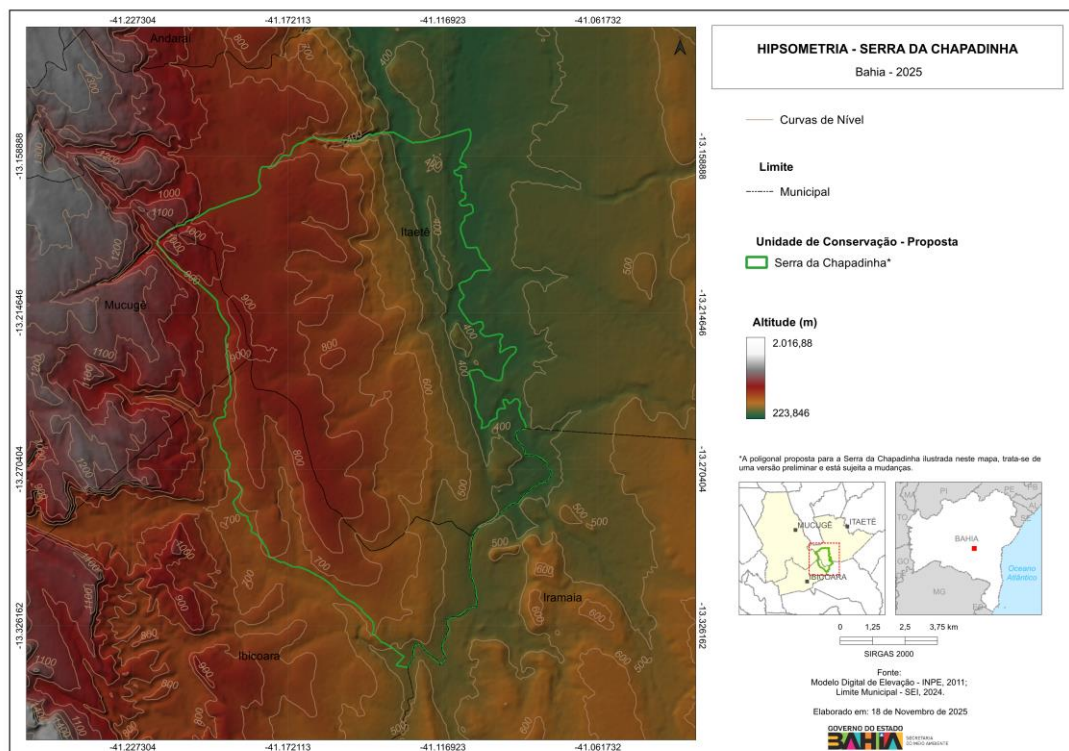


Figura 4. Mapa hipsométrico da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2025.

3.3 Pedologia (Solos) da Serra da Chapadinha

A distribuição dos solos na Serra da Chapadinha está diretamente relacionada às características geológicas, geomorfológicas e climáticas da região. O mapa pedológico apresentado no levantamento técnico evidencia a predominância de quatro classes principais de solos: Latossolo Amarelo Distrófico, Latossolo Vermelho Eutrófico, Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico e Neossolo Litólico Distrófico (Figura 5).

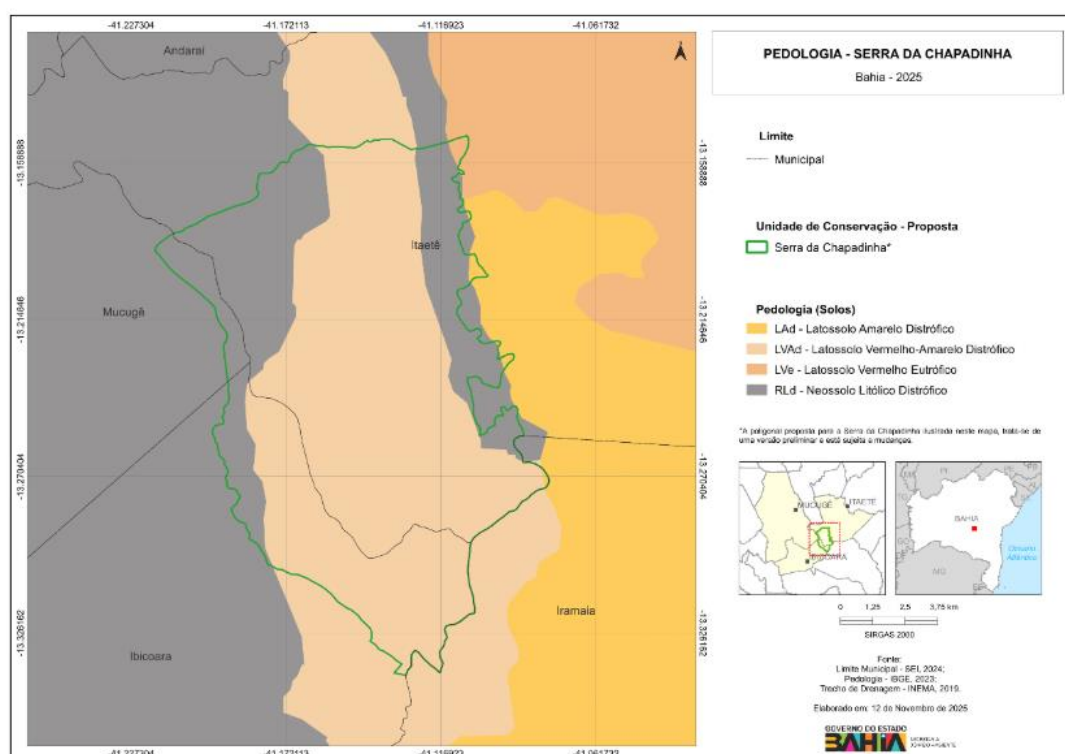


Figura 5. Mapa pedológico da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2025.

Os Latossolos Amarelos Distróficos predominam principalmente nas superfícies mais aplainadas, nos topos das chapadas e em áreas de relevo suave a moderadamente ondulado. Esses solos apresentam perfis profundos, elevada porosidade e boa permeabilidade, características resultantes de intenso intemperismo químico ao longo do tempo geológico.

Do ponto de vista ambiental, esses solos desempenham importante função na infiltração das águas pluviais e na recarga dos aquíferos regionais, contribuindo diretamente para manutenção das nascentes e cursos d'água da Serra da Chapadinha. Entretanto, a expansão agrícola e a remoção da cobertura vegetal podem favorecer processos de compactação, escoamento superficial e erosão, comprometendo a estabilidade dos sistemas hídricos locais.

Os Latossolos Vermelhos Eutróficos também ocorrem na região, principalmente em áreas de relevo relativamente estável. Esses solos são muito profundos, bem drenados e apresentam coloração avermelhada associada à elevada concentração de óxidos de ferro.

Apresentam boa estrutura física, elevada permeabilidade e importante papel na infiltração da água e redução dos processos erosivos em áreas preservadas. Apesar dessas características favoráveis, o uso inadequado do solo pode provocar compactação e degradação estrutural, especialmente após a retirada da vegetação nativa.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos Distróficos ocorrem de maneira mais expressiva na área de estudo; geralmente, são associados a relevos planos, suave ondulado ou ondulado. São solos muito profundos, com cor, textura e estrutura de profundidade uniforme (EMBRAPA, [2021?]).

Segundo a Embrapa ([2021?]), são comumente usados para a agropecuária e possuem dificuldade no desenvolvimento de raízes, por conta de limitações químicas. Além disto, este solo adere pouca quantidade de água para as plantas, sendo recomendada a recomposição de fósforo quando encontrado em condições naturais. Ainda são considerados solos de baixa fertilidade (EMBRAPA, [2021?]).

Já os Neossolos Litólicos Distróficos predominam em áreas de relevo mais acidentado, escarpas e cristas serranas. Esses solos são rasos, pouco desenvolvidos, pedregosos e apresentam baixa fertilidade natural. Sua reduzida espessura e baixa capacidade de retenção hídrica tornam essas áreas altamente suscetíveis à erosão quando ocorre supressão da cobertura vegetal.

Nos setores mais declivosos da Serra da Chapadinha, os Neossolos Litólicos exercem importante papel na estabilidade das encostas quando associados à vegetação nativa. Entretanto, intervenções antrópicas podem acelerar processos erosivos, formação de sulcos, ravinas e instabilidades geomorfológicas, afetando diretamente áreas de recarga hídrica e nascentes locais.

O mapa pedológico demonstra que a distribuição dos solos acompanha diretamente o relevo e a geologia regional. Os Latossolos tendem a ocorrer em superfícies mais estáveis e suavizadas, enquanto os Neossolos Litólicos predominam nas áreas escarpadas sustentadas pelos arenitos resistentes da Formação Tombador.

3.4 Patrimônio Espeleológico da Serra da Chapadinha

A Serra da Chapadinha abriga um importante patrimônio espeleológico associado às formações siliciclásticas da Chapada Diamantina, especialmente aos arenitos quartzosos e conglomerados da Formação Tombador. Embora a região da Chapada Diamantina seja historicamente reconhecida pela ocorrência de cavernas em rochas carbonáticas, estudos recentes vêm demonstrando a relevância dos sistemas subterrâneos desenvolvidos em rochas siliciclásticas, considerados ambientes raros e de elevado interesse científico no contexto brasileiro.

Esses ambientes cavernosos são resultados de processos complexos de intemperismo físico e químico atuante ao longo de milhões de anos sobre os metarenitos e quartzitos da Serra do Sincorá e áreas adjacentes. Segundo Parra (2024), as cavernas siliciclásticas da Chapada Diamantina apresentam forte controle estrutural associado a fraturas e zonas de fraqueza tectônica, que orientam a abertura de condutos subterrâneos e a evolução de relevos runíformes.

Na região da Serra da Chapadinha e entorno são observadas grutas (Figura 6), cavidades naturais (Figura 7), abrigos sob rocha e formações associadas a

processos de dissolução, piping e desagregação mecânica dos arenitos quartzosos. Esses ambientes subterrâneos possuem elevada relevância científica por registrarem processos geológicos pouco comuns em rochas siliciclásticas, além de contribuírem para compreensão da evolução geomorfológica e hidrogeológica regional.



Figura 6. Entrada da Toca da Onça, próximo à área proposta da Serra da Chapadinha. Foto: SEMA, 2024.

Além da importância geológica, o patrimônio espeleológico da região apresenta forte relação com a dinâmica hídrica local. Muitas dessas cavidades atuam como zonas de infiltração, circulação e armazenamento temporário da água subterrânea, integrando diretamente os sistemas de recarga hídrica da Chapada Diamantina. A preservação desses ambientes é fundamental para manutenção da qualidade hídrica e equilíbrio hidrogeológico regional.

Outro aspecto relevante refere-se ao valor ecológico desses ambientes subterrâneos. Cavernas, grutas e abrigos rochosos funcionam como habitats especializados para diferentes organismos adaptados às condições de baixa luminosidade, alta umidade e estabilidade térmica. Além disso, muitas cavidades servem como abrigo para fauna silvestre, incluindo morcegos, invertebrados e espécies associadas aos ecossistemas rupestres.

O patrimônio espeleológico da Serra da Chapadinha também apresenta relevância histórica e cultural. Diversos ambientes subterrâneos e abrigos naturais podem estar associados à ocupação humana pretérita, circulação de populações tradicionais e utilização histórica do território durante ciclos de mineração e garimpo na Chapada Diamantina.

Entretanto, esses ambientes possuem elevada fragilidade ambiental. Os espeleotemas e estruturas subterrâneas desenvolvem-se extremamente lentamente e são altamente sensíveis a impactos físicos, vibrações, alterações microclimáticas e mudanças no regime hídrico. Pequenas intervenções, como circulação intensa de pessoas, abertura irregular de trilhas, mineração, tráfego de veículos e retirada da cobertura vegetal podem comprometer permanentemente esses sistemas.

Segundo Auler (2019), alterações físicas em ambientes cavernícolas frequentemente apresentam caráter irreversível, afetando não apenas o patrimônio geológico, mas também os sistemas hidrogeológicos e ecológicos associados. Dessa forma, a conservação do patrimônio espeleológico da Serra da Chapadinha

torna-se essencial para garantir a preservação de registros geológicos raros, dos processos naturais subterrâneos e da integridade ambiental regional.

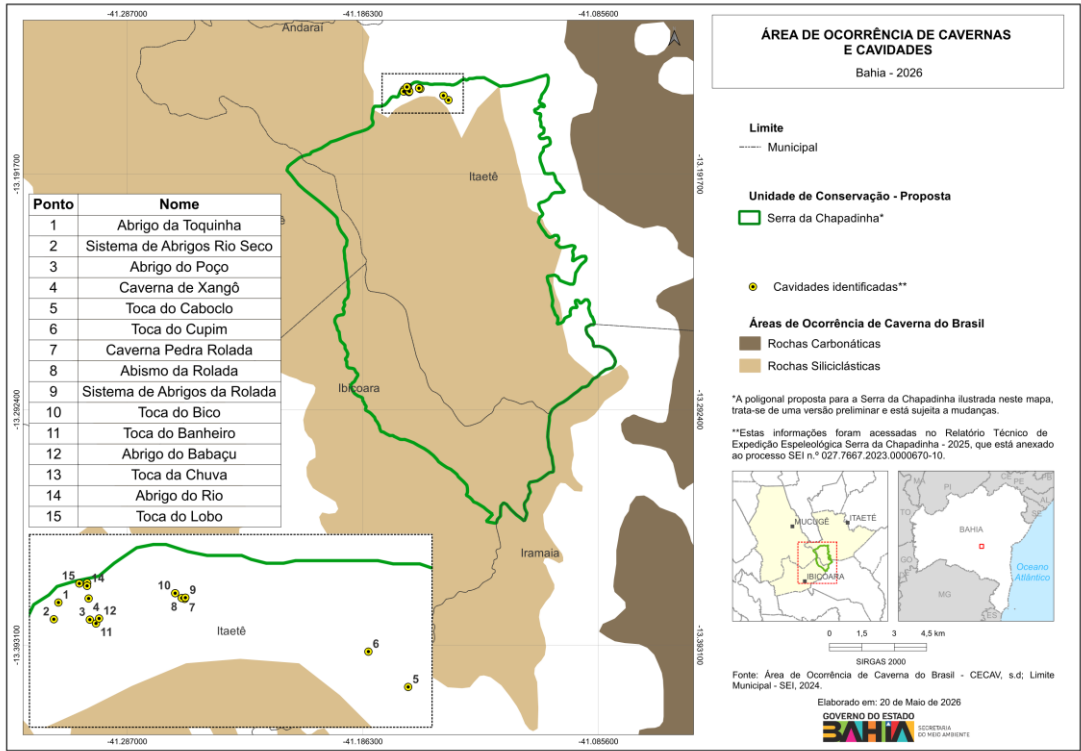


Figura 7. Mapa de ocorrência de cavernas e cavidades na Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

3.5 Geodiversidade e Geoconservação da Serra da Chapadinha

A Serra da Chapadinha apresenta elevada geodiversidade, expressa pela variedade de rochas, formas de relevo, solos, sistemas hídricos e feições geomorfológicas que compõem a paisagem da Chapada Diamantina. Essa diversidade do meio físico constitui a base estrutural dos ecossistemas locais e desempenha papel fundamental na manutenção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos serviços ecossistêmicos regionais.

A geodiversidade da região está diretamente relacionada à complexa evolução geológica do Sistema do Espinhaço e da Chapada Diamantina. A presença de arenitos quartzosos, conglomerados, metassedimentos, escarpas estruturais, vales encaixados, cânions, cachoeiras, campos rupestres e relevos

ruiniformes evidencia a riqueza dos processos geológicos e geomorfológicos atuantes ao longo do tempo geológico (Figura 8).



Figura 8. Imagem evidenciando o relevo da Serra da Chapadinha, Bahia. Foto: SEMA, 2024.

Entre as principais feições de destaque da geodiversidade local encontram-se os paredões rochosos sustentados pela Formação Tombador, os morros-testemunhos, as escarpas quartzíticas, as cavernas siliciclásticas, os afloramentos estruturais e os sistemas hídricos associados às áreas de recarga da Serra da Chapadinha. Essas feições representam registros fundamentais da evolução paleoambiental da Chapada Diamantina e possuem elevado valor científico, educativo, turístico e paisagístico.

O patrimônio geológico da Serra da Chapadinha inclui ainda importantes monumentos naturais, como a Pedra do Caboclo (Figura 9), a Cachoeira Encantada, a Cachoeira das Andorinhas (Figura 10), a Cachoeira do Sapatinho

(Figura 11), a Cachoeira do Rochedo e ambientes cavernosos. Essas feições constituem elementos singulares da paisagem regional e representam importantes atrativos para atividades de turismo de natureza e geoturismo.



Figura 9. Pedra do Caboclo, Serra da Chapadinha, Bahia. Foto: SEMA, 2024.



Figura 10. Cachoeira das Andorinhas, Serra da Chapadinha, Bahia. Foto: SEMA, 2024.



Figura 11. Cachoeira do Sapatinho, Serra da Chapadinha, Bahia. Foto: SEMA, 2026.

Segundo Giudice (2011), a geodiversidade constitui o suporte fundamental para o desenvolvimento e evolução da vida, estando diretamente relacionada à manutenção dos ecossistemas naturais e da dinâmica ambiental. Nesse contexto,

a conservação da geodiversidade torna-se tão importante quanto à conservação da biodiversidade, especialmente em áreas de elevada fragilidade ambiental e relevância hidrogeológica.

Na Serra da Chapadinha, a necessidade de geoconservação é reforçada pela presença de feições raras, sistemas subterrâneos frágeis, áreas de recarga hídrica e relevos residuais de elevada importância científica e ambiental.

As principais ameaças à geodiversidade local estão associadas à mineração, abertura irregular de estradas, expansão agrícola, queimadas, turismo desordenado, retirada de blocos rochosos e supressão da vegetação nativa. Essas atividades podem acelerar processos erosivos, alterar a dinâmica hídrica e comprometer permanentemente feições geológicas de elevado valor patrimonial.

A proteção da Serra da Chapadinha por meio da criação de uma Unidade de Conservação representa importante estratégia de geoconservação regional. Além da preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, a conservação do patrimônio geológico garante a manutenção de registros fundamentais da evolução geológica da Chapada Diamantina e contribui para fortalecimento de atividades sustentáveis, como pesquisa científica, educação ambiental e geoturismo.

Nesse contexto, a geoconservação da Serra da Chapadinha deve ser compreendida como elemento estratégico para manutenção da integridade ambiental regional, assegurando a preservação de paisagens naturais, sistemas subterrâneos, monumentos geológicos e serviços ecossistêmicos essenciais para as presentes e futuras gerações.

3.6 Clima da Serra da Chapadinha

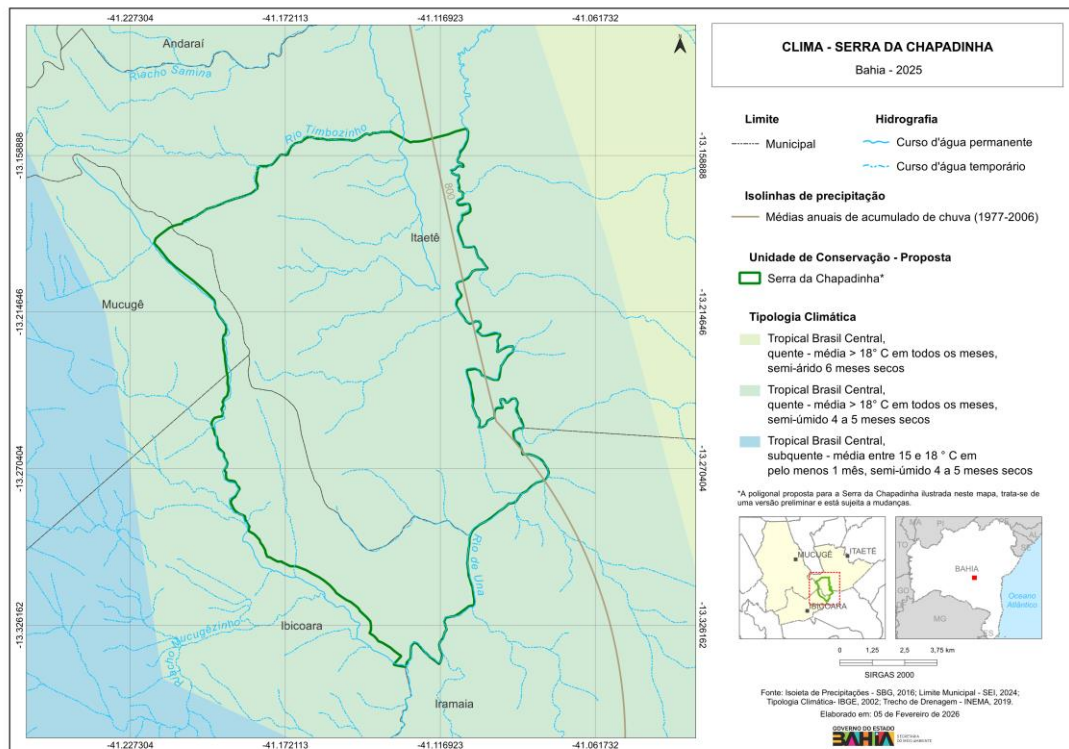


Figura 12. Mapa de tipologia climática da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

A faixa climática na qual a área de estudo está inserida é o que o IBGE (2002) classifica como Tropical Brasil Central, quente, com média de temperatura superior a 18°C em todos os meses, semiúmido, possuindo períodos de 4 e 5 meses seco (Figura 12). Adiante, alguns trabalhos de pesquisa realizados próximo a Serra da Chapadinha, poderão contribuir para compreender o contexto climático desta área.

A poligonal proposta da Serra da Chapadinha está inserida nos municípios de Mucugê, Itaetê e Ibicoara. Karmann, Pereira e Mendes (2000) irão indicar que a área na qual o Poço Encantado encontra-se inserido, localizado no município de Itaetê, encontra-se numa zona de transição climática entre o semiárido e o subúmido, com chuvas que mediam 716 mm por ano (dado referente aos anos 1969-1995). Ricardo Pereira (1998), ao considerar sobre o clima do município de Itaetê, indicou que a área de estudo apresentada em sua dissertação, a qual corta

o rio de Una e o rio Timbozinho, encontra-se no polígono das secas, contudo, isto não significa ausência de chuvas, mas que esta acontece de maneira irregular.

Ao tempo que Carregosa e Andrade (2012), mencionaram que a Bacia Hidrográfica do Rio de Una, onde está inserida a poligonal da Serra da Chapadinha, encontra-se sobre uma localidade que possui o clima tropical e dispõe de dinamicidade e confluência atmosférica, tais características irão determinar a ocorrência de chuvas irregulares e temperaturas elevadas.

No sentido de evidenciar a importância da compreensão do clima nesta localidade, avaliar a pluviometria torna-se essencial, principalmente, quando se pensa que este elemento pode interferir no planejamento agrícola de produtores, além de estar associado com o abastecimento dos diversos rios e aquíferos que se encontram neste local (CARREGOSA, R.; ANDRADE, H., 2012; PEREIRA, R., 1998).

Sabido assim calculou-se a partir dos dados disponíveis das estações pluviométricas da Agência Nacional de Águas – ANA, por meio do portal Hidroweb, as médias mensais e os acumulados anuais de chuva referente ao período de 1994 a 2024. Acerca dos dados meteorológicos disponíveis salienta-se que: na estação Fazenda Iguaçu (1241001) não houve registro do total de chuva do mês de maio do ano de 2009; na estação Itaetê (1240012) não houve registros dos meses de março, julho e novembro de 2011, e no ano de 2009 também não houve registro do mês de maio. É importante indicar que não foi aplicado nenhum método de correção de falhas de preenchimento de dados devido algumas limitações do estudo. Inobstante, considerando a ocorrência pontual do fato mediante uma série com mais de trinta anos, optou-se por apresentar estes valores e os considerar como uma estimativa.

Os gráficos abaixo representam os acumulados de chuva referente à estação Fazenda Iguaçu (1241001), situada nas coordenadas -12,9347 e -41,0658, no município de Itaetê, em altitude de aproximadamente 320 metros. A partir da Figura 13, pode-se inferir que os anos mais chuvosos foram 2004 e 2020, onde ocorreram chuvas acumuladas que alcançaram valores de 1.075,4 e 1.049,3

milímetros respectivamente. Durante este período de mais de trinta anos, estima-se que o período mais seco ocorre entre os meses de maio a outubro, onde a quantidade média de chuva durante esse período é inferior a 30,6 milímetros, enquanto na temporada mais chuvosa, de novembro a abril, as chuvas médias alcançam até 112,4 milímetros (Figura 14). Nesta estação, as médias dos acumulados de chuva são 646,3 milímetros.

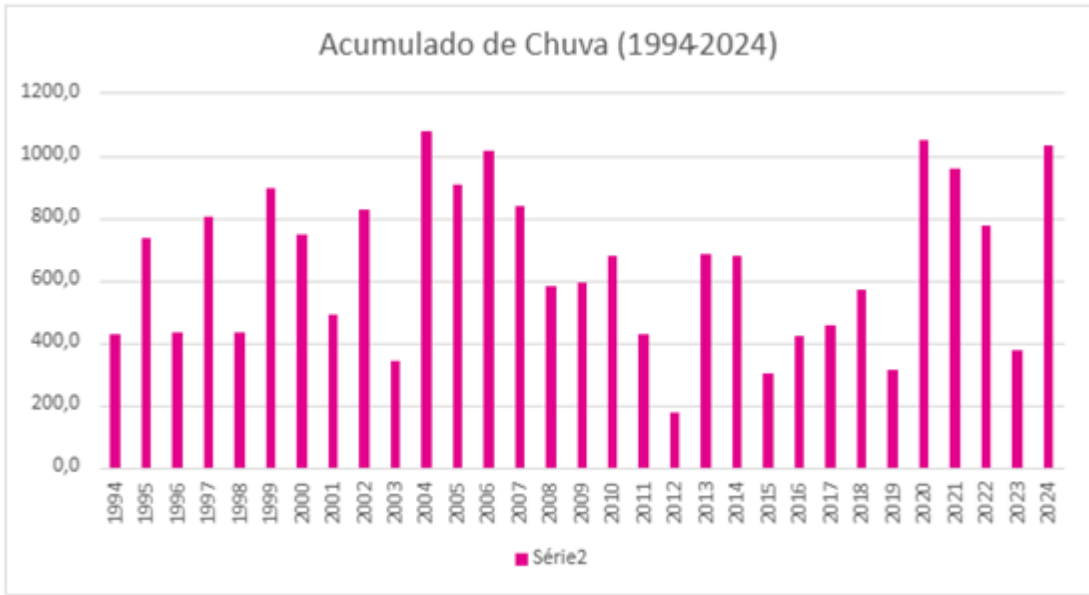


Figura 13. Acumulado de chuva (1994-2024) - Est. Fazenda Iguaçu. Elaboração: SEMA, 2025.

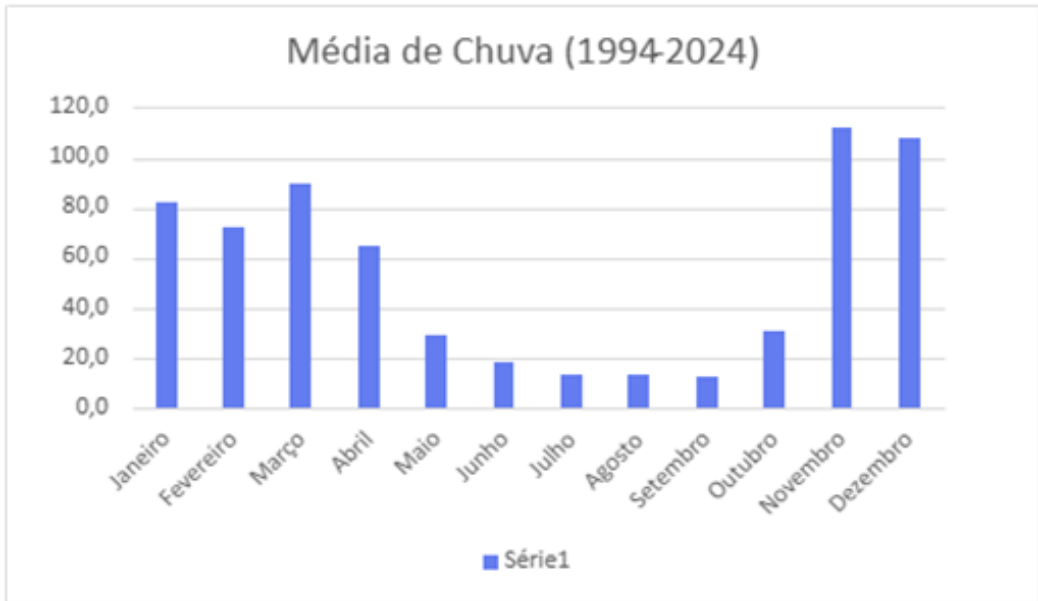


Figura 14. Média de Chuvas Mensais (1994-2024) - Est. Fazenda Iguaçu. Elaboração: SEMA, 2025.

Os gráficos abaixo apresentam os acumulados de chuva da estação Itaetê (1240012), que se encontra localizada nas coordenadas -12,9900 e -40,9633, no município de Itaetê, em altitude de aproximadamente 300 metros. No intervalo de tempo (Figura 15), que foi feita a análise, pode-se indicar que os anos com maior média de chuva foram 2006 e 2024, com valor respectivo de 1142,9 e 1143,9 milímetros. Enquanto, os anos mais secos foram 2011 e 2012, medindo 212,9 milímetros em ambos. Por meio do gráfico 4 infere-se que esta estação possui um comportamento muito parecido com a anterior, onde o período mais chuvoso concentra-se nos meses de novembro a abril, e o mais seco, nos meses de maio a outubro. Nesta estação, as médias dos acumulados de chuva são 642,9 milímetros.

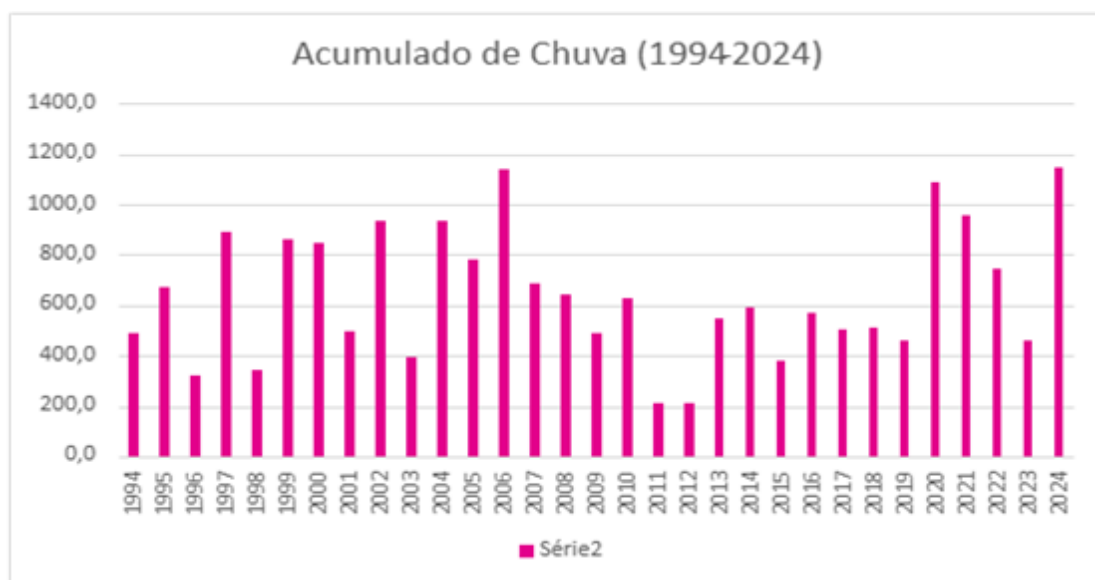


Figura 15. Acumulado de chuva (1994-2024) - Est. Itaetê. Elaboração: SEMA, 2026.

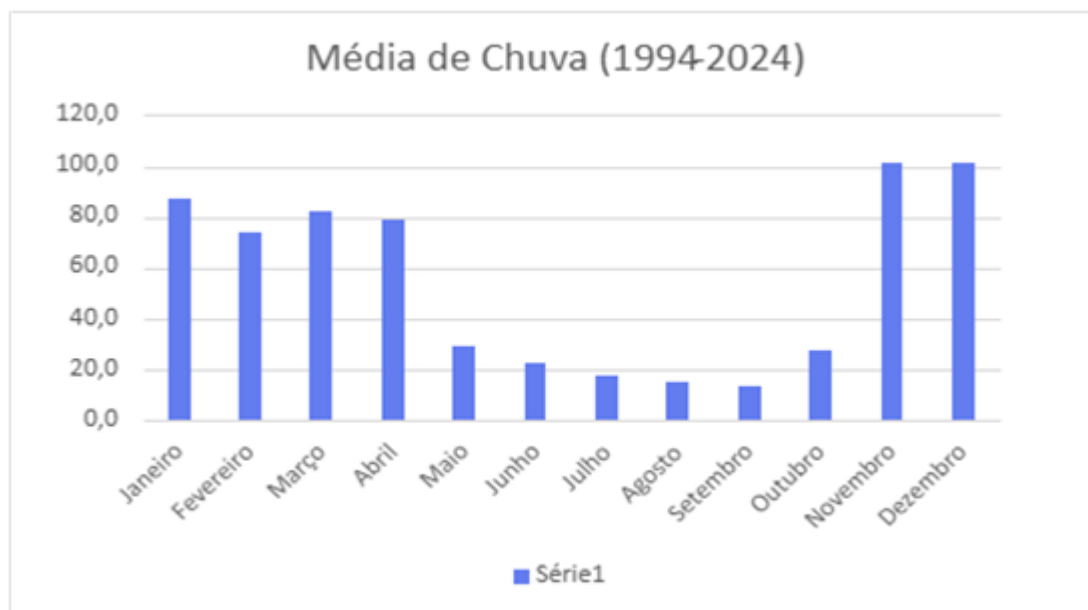


Figura 16. Média de Chuvas Mensais (1994-2024) - Est. Fazenda Iguaçu. Elaboração: SEMA, 2025.

É importante ressaltar que, os dados acima podem não refletir a realidade mesmo se tratando de áreas que estão próximas a Serra da Chapadinha, pois a área de estudo é caracterizada por ter uma diversidade de formas de relevo, e altitudes que são superiores a 400 metros. Segundo Ayoade (1998) *apud* Da Costa e Andrade (2017), as áreas montanhosas podem receber mais precipitações que áreas com terrenos baixos. Assim, pode-se inferir que as características relativas à quantidade de chuva, certamente, são distintas na poligonal da área de estudo. É possível indicar ainda, com base nos dados de isoietas/isolinhas de precipitação do Serviço Geológico Brasileiro (SGB), ilustrado na Figura 12, que os acumulados de precipitação naquela localidade podem alcançar valores médios de 800 milímetros.

3.7 Fatores Hídricos da Serra da Chapadinha

3.7.1 Hidrologia

No que tange às características hidrográficas da área de estudo, a poligonal proposta da Serra da Chapadinha está inserida na sub-bacia do rio de Una (Figura 17), que por sua vez abastece a Bacia do Rio Paraguaçu. O rio Paraguaçu, que

nomeia a bacia principal, é considerado um dos mais importantes da Bahia, tendo seu uso direcionado para o abastecimento, geração de energia elétrica, irrigação e dessedentação animal, aquicultura, navegação, atividades de lazer e turismo (INEMA, 2008; BAHIA, s.d.). Localizada no centro-oeste baiano, a bacia do rio Paraguaçu abrange 86 municípios (10% do território da Bahia), possuindo uma extensão territorial que totalizam 84.877 km², sendo composta por mais de 150 rios, cujos principais são Jacuípe, Santo Antônio, Utinga, Cochó, Una e Capivari (BAHIA, s.d.; SANTO, S.; CARELLI, L., 2016). O rio Paraguaçu tem sua nascente situada no município de Barra da Estiva, seguindo 600 km até a Baía do Iguape, onde se encontra a sua foz (DE BRITO GUIMARÃES, T.; SANTOS, R., 2024). Adverte-se que alguns autores consideram que o rio Paraguaçu desemboca na Baía de Todos os Santos (MIRANDA, R. *et al*, 2016).

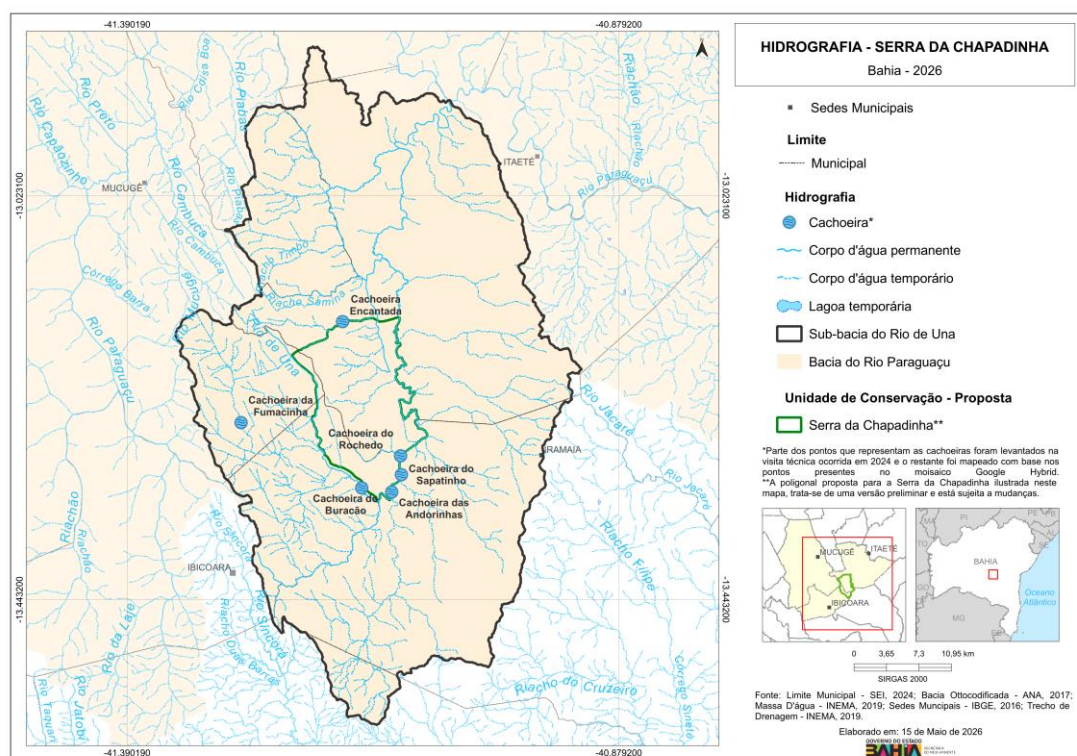


Figura 17. Mapa de Hidrografia da Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

É essencial apresentar alguns aspectos acerca da distribuição climática na área da bacia, visto que as precipitações terão um papel essencial para seu

abastecimento (CARREGOSA, R; ANDRADE, H., 2012). Segundo Santo e Carelli (2016), dada a disposição longitudinal da bacia hidrográfica do Paraguaçu, esta poderia, a priori, estar associada ao clima tropical. Entretanto, a variedade altimétrica e a dinâmica atmosférica existente sobre sua área de abrangência condicionam mudanças na distribuição de chuvas e a na diminuição da temperatura, determinando por consequência em climas mais amenos.

Ainda pontuando sobre questões climáticas, de acordo com Pereira (1998), com base em dados pluviométricos, ao analisar uma série histórica, entendeu-se que a distribuição de chuvas na bacia do rio de Una acontece de maneira irregular, e que este fenômeno pode ter se intensificado com desmatamento e queimadas. Para o autor (1998), sucessivos desmatamentos ocorridos na década 90, teriam ocasionado assoreamento dos rios de Una e do Paraguaçu, além de ter cessado a perenidade no rio de Una no ano de 1993. Então, associa-se que a redução da chuva durante o intervalo de tempo que foi analisado, pode estar relacionada com a redução da vegetação, já que o gráfico apresentado por ele (Figura 18) indica que o período em que houve redução da precipitação coincide com os anos de supressão vegetal (PEREIRA, R., 1998).

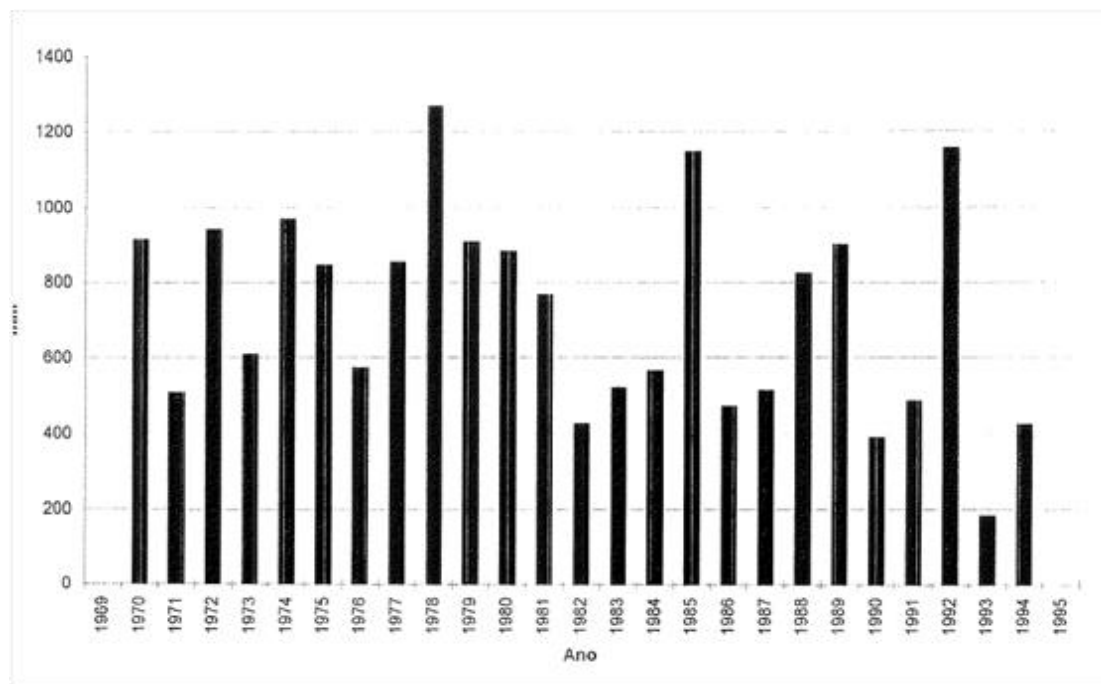


Figura 18. Pluviometria anual da bacia do rio de Una. Itaetê – BA. Estação Faz. Iguaçu. Fonte: Pereira, R. (1998).

A sub-bacia do Rio de Una, que deságua no rio Paraguaçu, encontra-se localizada a leste/sudeste da Chapada Diamantina. Apresentando sua nascente sobre estruturas geológicas de metarenitos, seu curso principal move-se sinuosamente sobre o planalto carbonático, possuindo águas escuras, característica comum de área com terrenos constituídos por rochas quartzíticas (PEREIRA, R., 1998). Segundo Pereira (1998), esta apresenta déficit hídrico de 24,5 mm, no período de 1969 a 1995, com reabastecimento do aquífero ocorrendo no mês de dezembro, onde chove mais do que evapora água. Ao tempo que a bacia possui estas características, o autor (1998) irá apresentar que já foram registradas enchentes catastróficas, e quando ocorrido estes eventos, as águas que percorrem o leito do rio de Una sobe mais de 8 metros que o comum.

Dos Santos (2025), apresenta uma análise acerca do balanço hídrico para os municípios de Mucugê e Ibicoara, que estão situados no Alto Paraguaçu. Em Mucugê, os meses com maior ocorrência de chuva se encontram no verão, os mais secos no inverno, apresentando estações bem definidas (Figura 19). De dezembro

a abril centralizam os meses com maior excedente hídrico, e maio a setembro os meses com deficiência hídrica (Figura 19 e 20). É possível ainda, por meio do trabalho de Dos Santos (2025), concluir que é durante a estação do inverno que ocorre a superação da evapotranspiração potencial (ETP) em relação à evapotranspiração real (ETR) evidenciando déficit hídrico durante este período, já em outros momentos do ano, o comportamento desta variante permanece semelhante (Figura 20). Quando observado a Figura 21 é possível identificar que a reposição acontece de outubro a dezembro (DOS SANTOS, J., 2025).

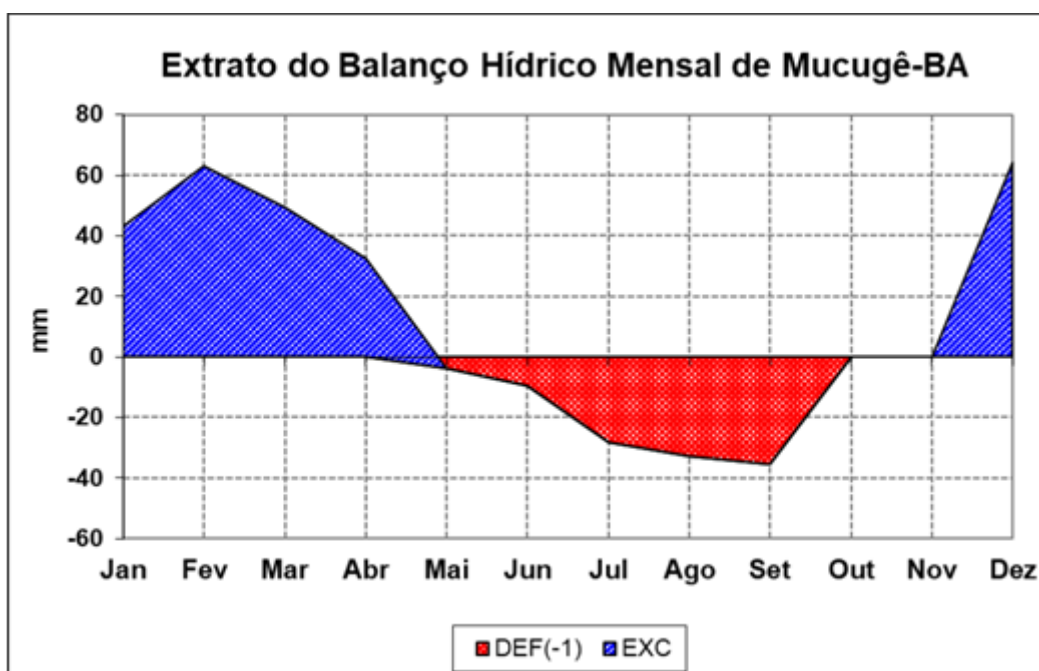


Figura 19. Extrato do balanço hídrico mensal de Mucugê. Fonte: Sentelhas (1997) *apud* Dos Santos (2025). DEF (1) - Déficit Hídrico; EXC - Excedente Hídrico.

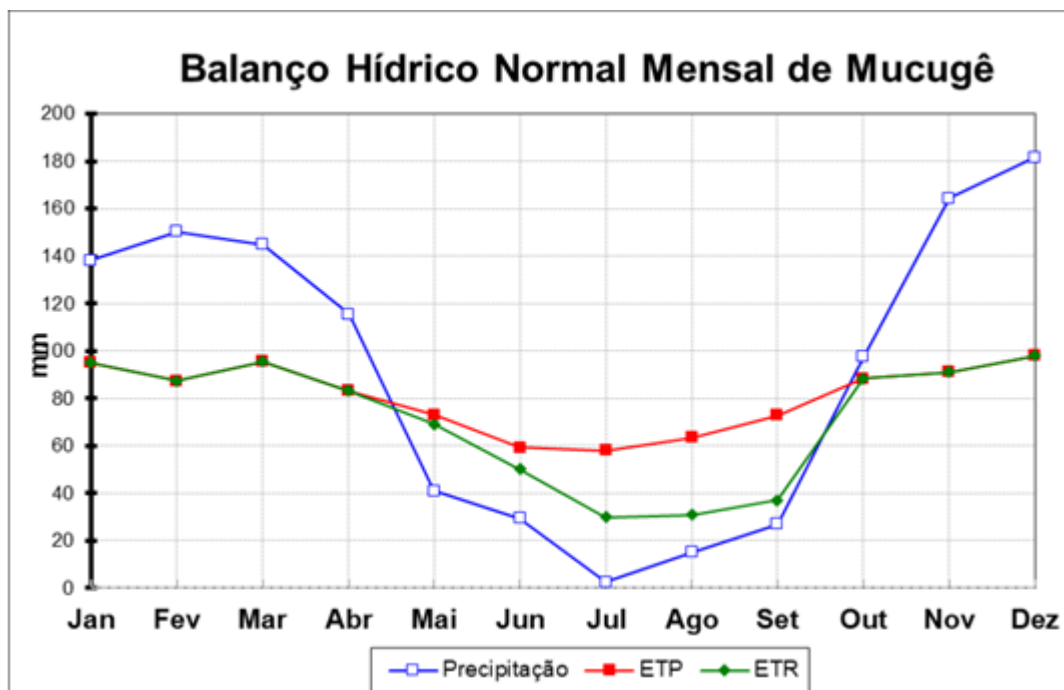


Figura 20. Dados do balanço hídrico do município de Mucugê. Fonte: Sentelhas (1997) *apud* Dos Santos (2025).

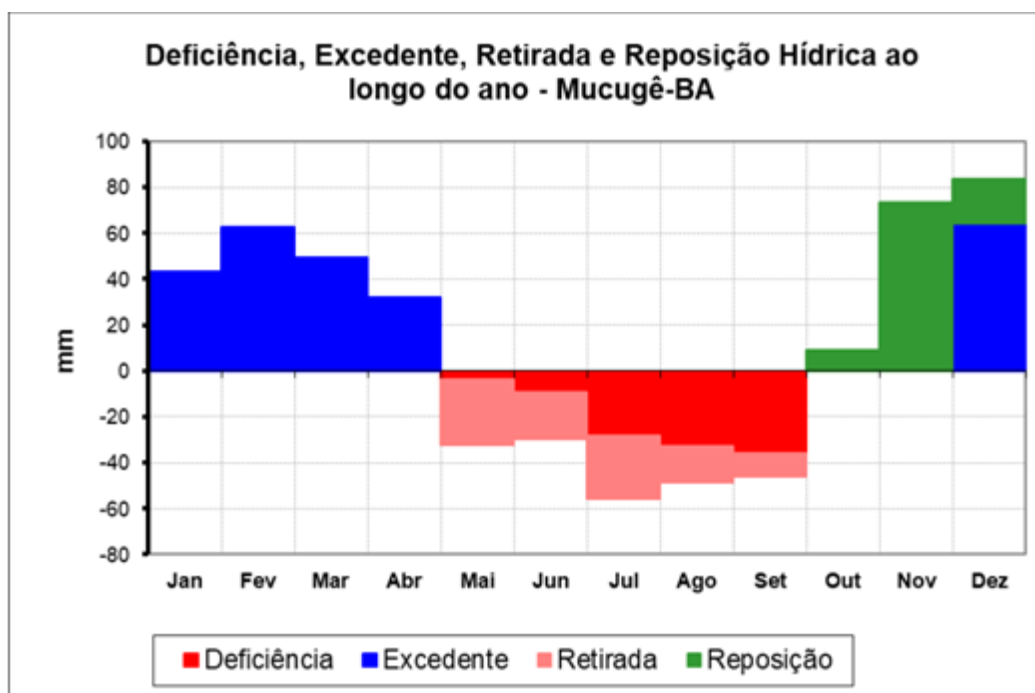


Figura 21. Dados de deficiência, excedente, retirada e reposição no município de Mucugê. Fonte: Sentelhas (1997) *apud* Dos Santos (2025).

Ainda apresentando as considerações feitas por Dos Santos (2025) em seu trabalho, o autor também fez uma análise do balanço hídrico no município de Ibicoara. Conforme Figura 22, os períodos em que mais chove em Ibicoara são meses entre novembro e julho, e os menores quantitativos ocorrem em agosto e setembro.

A evapotranspiração potencial e a real apresentam-se praticamente iguais durante quase todos os meses, com exceção dos meses de agosto e até aproximadamente a metade de outubro, que a última supera a potencial (Figura 22), apresentando déficit hídrico neste período, caracterizando o mês de outubro como um mês de reposição de água no solo (Figura 23) (DOS SANTOS, J., 2025). Na Figura 24, é possível verificar o extrato do balanço hídrico final, que revela uma estação chuvosa longa e uma de seca bem definida.

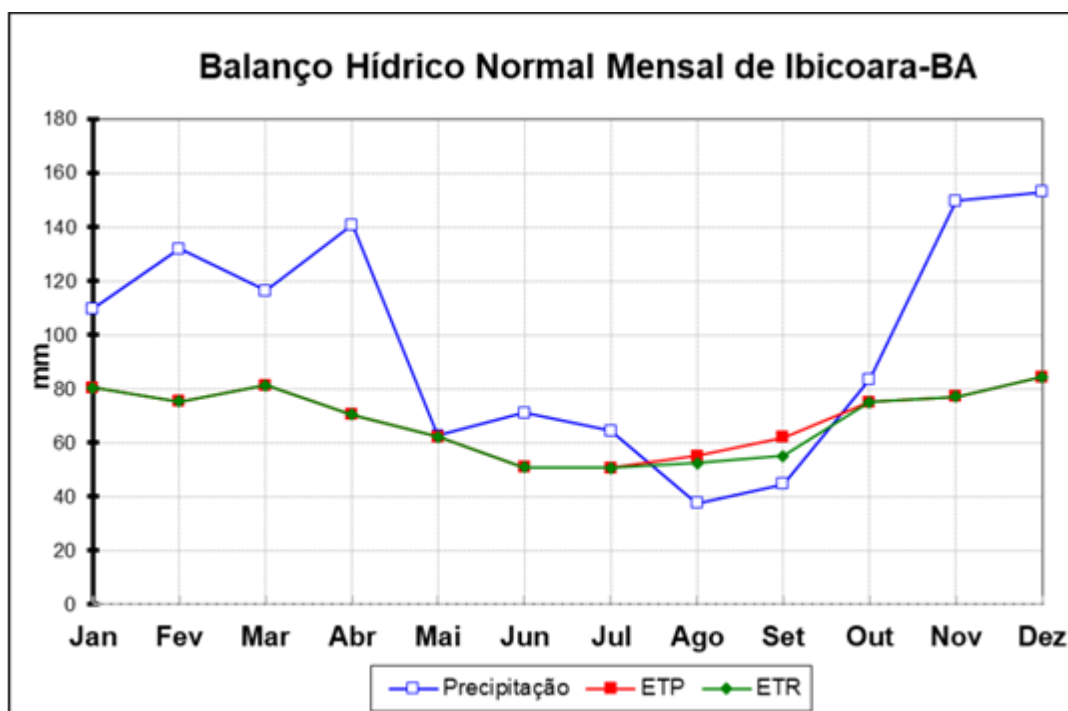


Figura 22. Dados do balanço hídrico do município de Ibicoara. Fonte: Sentelhas (1997) apud Dos Santos (2025).

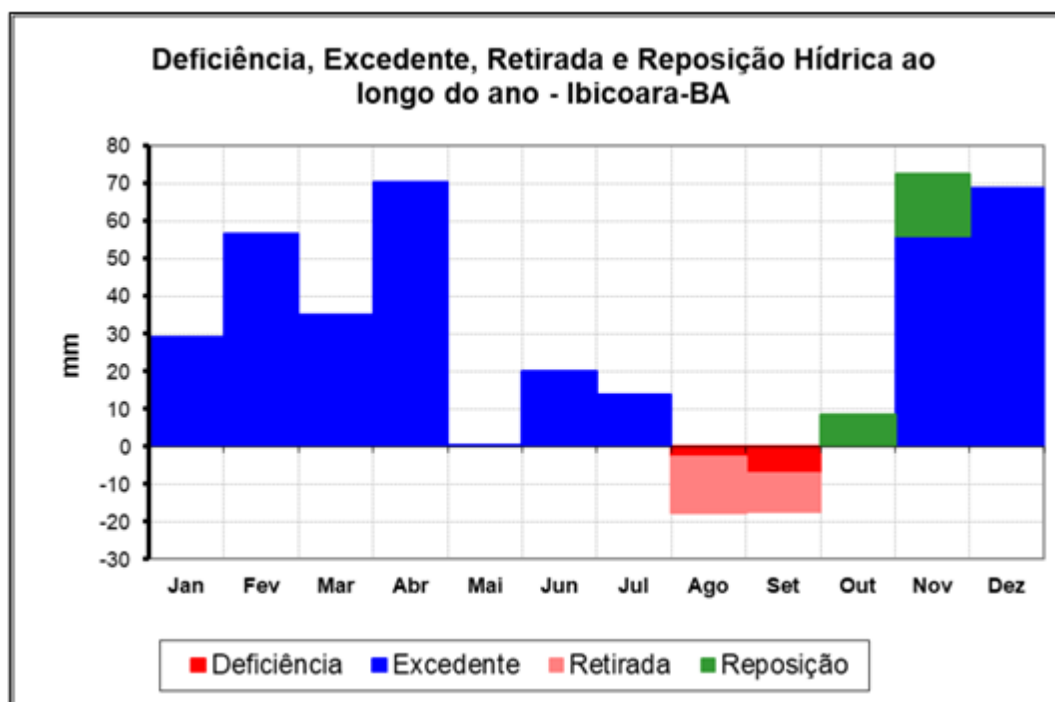


Figura 23: Dados de deficiência, excedente, retirada e reposição no município de Ibicoara. Fonte: Sentelhas (1997) *apud* Dos Santos (2025).

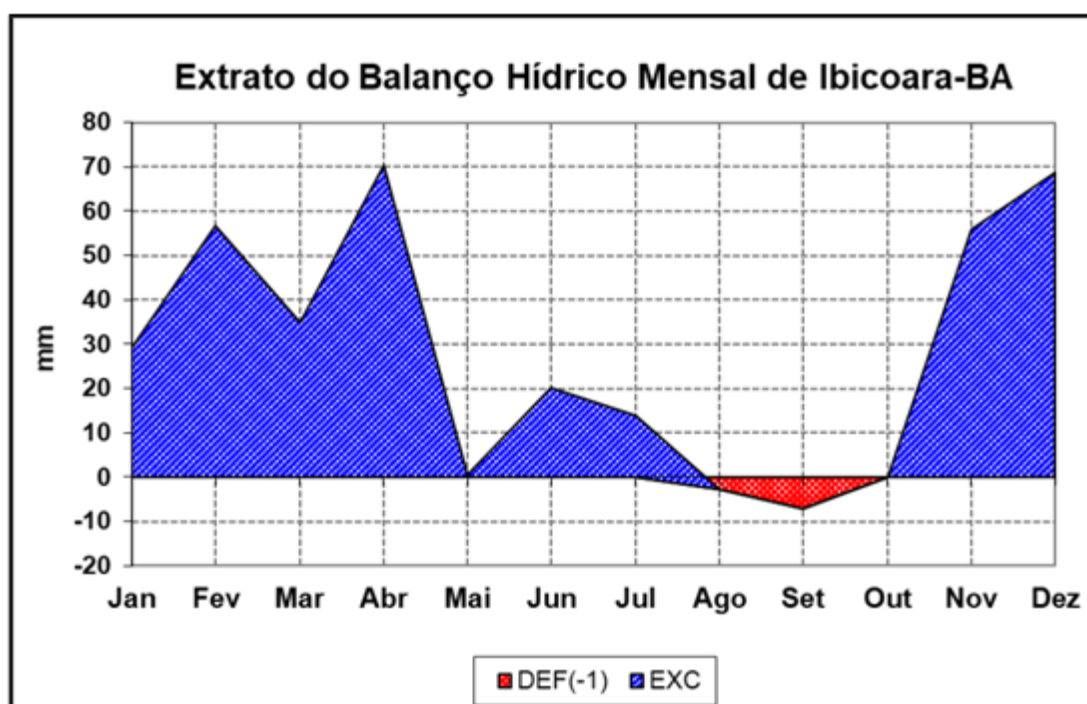


Figura 24: Extrato do balanço hídrico mensal de Ibicoara. Fonte: Sentelhas (1997) *apud* Dos Santos (2025).

No estado da Bahia, a bacia do Rio Paraguaçu também é uma unidade de gestão de recursos hídricos, que é gerida por um Comitê de Bacia Hidrográfica, que por sua vez é um órgão colegiado fomentado pelo Instituto do Meio Ambiente e

Recursos Hídricos - INEMA, este último, atuando como uma secretaria-executiva e contribuindo para a manutenção dos comitês, além de garantir a participação social, já que a gestão das águas no Brasil tem caráter descentralizador e participativo (BAHIA, s.d.; 2024). Atualmente, o órgão ambiental competente pela execução da política estadual de gestão das águas intitula estas unidades de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) (BAHIA, s.d.).

A área de estudo encontra-se situada na RPGA X – Rio Paraguaçu, sendo esta composta por 86 municípios, entres Itaetê, Mucugê, Ibicoara, Iramaia, Lençóis, Wagner, Andaraí, Nova Redenção, Iraquara etc. Possui um clima semiárido em mais de 60% da sua extensão, enquanto na área da Chapada Diamantina, o clima torna-se mais ameno, aproximando-se do tipo subúmido a seco, e em áreas onde há algumas nascentes do rio Paraguaçu, este clima apresenta-se como úmido a subúmido, nesta localidade as médias de chuva anual alcançam até 1200 mm. Em relação a aspectos relacionados a cobertura vegetal, existem remanescentes de florestas estacionais e campos rupestres, sobre o Pediplano da Chapada Diamantina; nas depressões interplanálticas ocorrem pastagem intercaldas com vegetação do bioma Caatinga, e em sua parte final, no Planaltos Pré-litorâneos verifica-se espécies de vegetação secundária da Mata Atlântica e áreas agrícolas (BAHIA, s.d.).

O plano de recursos hídricos que está sendo elaborado desta RPGA possui produtos que apresentam informações relevantes sobre os recursos hídricos na área de estudo. A poligonal proposta da Serra da Chapadinha encontra-se na Unidade de Balanço (UB) 10.5 - Bacia Incremental do Rio Paraguaçu no Cárstico, que foi uma regionalização adotada na elaboração do plano. Esta UB abrange o canal do rio de Una (Figura 25), que percorre 25 km sobre o embasamento cristalino para alcançar o reservatório e a barragem Bandeira de Melo, que possui grande importância na disposição hídrica da bacia, e cuja vazão possui 20,6 m³/s, com volume que atinge 111,59 hm³ (BAHIA, 2026).



Figura 25. Rio de Una, Serra da Chapadinha, Bahia. Elaboração: SEMA, 2024.

3.7.2 Hidrogeologia

A poligonal da área proposta da Serra da Chapadinha está inserida majoritariamente sobre o aquífero Chapada Diamantina, pertencente à classe Metassedimentar (INEMA, 2009). Estes aquíferos pertencentes a esta classe, constituem-se livres, de natureza fissural e fraturada, possuindo altas vazões e menor salinização da água, esta característica está associada ao fato de ter a sua litológica centrada em rochas quartzosas, e por terem ocorrência em áreas de elevada altitude e pluviosidade (OLIVEIRA, I.; NEGRÃO, F.; SILVA, A., 2007).

Segundo o estudo elaborado por Oliveira, Negrão e Silva (2007), a qualidade da água dos aquíferos metassedimentares possui classificação de boa à ótima. Os autores associam este fato à composição litológica a qual o aquífero é característico (rochas quartzosas), e por estar localizado em uma área onde ocorre uma grande quantidade de chuva.

A água advinda da precipitação é a principal fonte de recarga deste aquífero, e de forma hidrogeológica, são característicos por terem dupla porosidade, intergranular e planar, sendo esta última por meio de fraturas, falhas e fendas

(PAULA, T.; CAMPOS, J., 2016; BARREIRO, H.; BARBOSA, N.; DE ANDRADE, J., 2018). Em termos gerais, aquíferos de rochas sedimentares são mais propícios à circulação de água quando comparados aos de rochas cristalinas (PAULA, T.; CAMPOS, J., 2016).

O agrupamento de lineamentos estruturais e as suas intersecções favorecem a área de maneira hidrogeológica. Este cenário ocorre em algumas áreas da Chapada Diamantina Centro Setentrional (que é uma área próxima à poligonal proposta da Serra da Chapadinha), sendo característico por compor zonas de descarga do fluxo hídrico do domínio hidrogeológico metassedimentar, de forma a viabilizar a acumulação e prospecção de águas subterrâneas (BARREIRO, H., 2020).

3.7.3 Conflitos e Uso da Água

É muito possível que existam conflitos em relação aos usos e manejo dos fatores hídricos na área da poligonal que foi proposta. Autores que estudaram áreas próximas ou unidades territoriais em que a poligonal da Serra da Chapadinha está inserida apresentam um retrato destas localidades que pode coincidir ou afetar a realidade da área de estudo.

A autora Carregosa (2017), que estudou a sub-bacia do rio de Una, contextualizou acerca do uso da água nesta localidade. Ela indica que as comunidades rurais, os assentamentos, pequenos e grandes produtores utilizam a água advinda da bacia para sua subsistência, e assim exercer a atividade agrícola e de lazer (CARREGOSA, R., 2017).

Ainda segundo a autora (2017), não existe saneamento básico nesta localidade, e o abastecimento de água é realizado por meio de cisternas ou da captação de água por gravidade. É importante salientar, que nos últimos anos, a bacia tem sofrido com a pouca ocorrência de chuva, este fato associado ao desmatamento, intensificou o processo de assoreamento dos rios, o que acentuou questões relacionadas à falta d'água (CARREGOSA, R., 2017).

Os períodos de estiagem nesta área variam de seis a oito meses, o que impacta diretamente na produção agrícola, além disso, as famílias que exercem esta atividade não recebem nenhum tipo de assistência que ajude a evitar o manejo inadequado dos fatores ambientais e a aperfeiçoar suas técnicas de produção (CARREGOSA, R., 2017).

Ainda apresentando informações sobre a bacia do rio Paraguaçu, o seu plano de recursos hídricos ainda se encontra em elaboração, mesmo com este processo em andamento, já possui produtos que estão em etapa de validação que reúnem informações importantes acerca da área de estudo. Ele foi dividido em quatro fases, sendo estas fases A, B, C e D. O produto consultado para elaboração deste trabalho trata-se do diagnóstico integrado, pertencente à fase B, que se refere à “caracterização física e biótica, do cenário socioeconômico e histórico-cultural, institucional e legal, estimativa das disponibilidades hídricas e balanço hídrico, levantamento de usuários, realização de oficinas temáticas e diagnóstico integrado” (BAHIA, 2024; 2026).

O diagnóstico integrado da bacia do rio Paraguaçu também sistematiza situações conflituosas, que foram apresentadas pelos participantes das oficinas a partir de suas percepções, relacionadas a adversidades e conflitos de gestão da água nesta localidade (BAHIA, 2026). Para esta oficina, foram estabelecidas cinco regiões de mobilização (Alto Paraguaçu, Sub-bacia do rio Santo Antônio, Médio Paraguaçu, Sub-bacia do rio Jacuípe, Baixo Paraguaçu), agrupadas por características socioambientais comuns (BAHIA, 2026). As regiões em que os municípios da poligonal proposta da Serra da Chapadinha estão inseridos é o Alto Paraguaçu (Mucugê e Ibicoara) e o Médio Paraguaçu (Itaetê) (BAHIA, 2026).

A respeito da RPGA da Bacia do Rio Paraguaçu, os participantes indicaram diversas situações problemáticas e conflituosas, como: falta de esgotamento sanitário nos municípios (sedes e povoados), e em área mais interioranas (zona rural); não ocorrência de um sistema de abastecimento, com tratamento de água e esgotamento sanitário; baixa qualidade da água na região da sub-bacia do rio

Jacuípe; ausência de assistência técnica para pequenos produtores, o que por consequência resulta em maior degradação ambiental e contaminação da água, este último causado pelo uso irregular de agrotóxicos; aumento na perfuração irregular de poços e captação de água subterrânea; burocratização e desconhecimento acerca do processo de licenciamento ambiental e outorga de água, que colabora para irregularidades; impacto gerado por empreendedores (não usuário dos fatores hídricos) que afetam a área da bacia; falta de ações voltadas à educação ambiental, principalmente em escolas, visando capacitar/formar estas pessoas sobre uma óptica sustentável, e assim promover a conservação da bacia (BAHIA, 2026).

Especificamente na região onde estão inseridos os municípios que se localiza a poligonal proposta da Serra da Chapadinha, o Alto Paraguaçu, os participantes relataram a ocorrência de ocupação urbana e plantação em áreas de preservação permanente (APPs) e a atividade de mineração, que é uma forte ameaça para as comunidades tradicionais e à conservação dos fatores ambientais encontrados nesta localidade (BAHIA, 2026). Para os participantes da oficina, a preocupação com a atividade de mineração é tamanha a ponto de ser sugerida para a área onde pudesse haver maiores fragilidades ambientais a criação de unidades de conservação (BAHIA, 2026).

Fica evidente, a partir da sistematização das oficinas, que a relação entre pequeno produtor, grande produtor e empreendedores gera situações de disputa no território (especificamente, a região do Alto Paraguaçu), devido ao uso da água. De um lado, os pequenos produtores alegam que os grandes utilizam reservatórios privados e, com isso, consomem uma quantidade significativa da água do alto rio Paraguaçu. Além disso, indicam que o uso de técnicas de irrigação utilizadas por estes, de acordo com a percepção dos pequenos produtores, gera desperdício de água. Do outro lado, existem os grandes produtores que declararam que, pela ausência de assistência técnica e ações de fiscalização, os pequenos produtores estariam degradando as APPs, além de estarem contaminando a água, por causa

do uso desmedido de agrotóxico. E ainda existe a implantação de novos empreendimentos, que ocorre sem haver a devida segurança hídrica (BAHIA, 2026).

3. 8 Áreas Úmidas

O Brasil, por meio da recomendação nº 07/2015 do Comitê Nacional das Zonas Úmidas (CNZU), define o que são áreas úmidas e institui um sistema de classificação, com um dos objetivos centrais de contribuir para a elaboração de políticas e conservação destes ecossistemas. Esta recomendação irá definir áreas úmidas como “ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanente ou periodicamente inundados ou com solos encharcados”.

Tendo em vista esta definição e as evidências verificadas em campo, notou-se a presença deste ecossistema na área de estudo. No entanto, existe uma lacuna em relação aos estudos, pois ainda não há um grande acervo de pesquisas que realmente registre de maneira mais aproximada à ocorrência de áreas úmidas na poligonal proposta para a Serra da Chapadinha.

Em alguns trabalhos consultados, houve o registro de Brejos de Altitude na Chapada Diamantina, contudo não é possível apontar com exatidão a sua ocorrência na área da Serra da Chapadinha (MEDEIROS, J., 2016). Medeiros (2016) indica diversos autores que conceituam os Brejos de Altitude sob um enfoque fitogeográfico, morfoclimático e sistêmico, onde ele conclui que a vegetação será um elemento crucial para a definição dos Brejos de Altitude, caracterizado por apresentar uma cobertura vegetal muito distinta do conjunto que a abriga, sendo fortemente influenciado por condições climáticas e pelo relevo, descrevendo-os ainda como áreas mais úmidas que o seu entorno.

Além de Medeiros (2016), Souza e Oliveira (2006) também irão se debruçar acerca dos brejos, no entanto, assumindo a denominação de enclaves úmidos e subúmidos, ressaltando em seu estudo que existe outras denominações para o mesmo ambiente, como “serra úmida”, “matas”, “brejos”, entre outras. São

definidos neste trabalho como superfície em altitudes com valores elevados, associados a relevos serranos com influência do mesoclima de altas topografias, constituindo-se como “ilhas verdes” no domínio morfoclimático das caatingas (AB’SÁBER, 1970; 1974 *apud* SOUZA, M.; OLIVEIRA, V., 2016), além de apresentarem excedente hídrico durante um período significativo ao longo do ano (SOUZA, M; OLIVEIRA, V., 2016). Neste trabalho, os autores apresentam a ocorrência destes enclaves no estado da Bahia.

Os enclaves da Chapada Diamantina são descontínuos no decorrer do território, apresentando-se espacialmente na direção Norte-Sul de maneira alongada, ocorrendo em restritas porções espaciais, em altitudes mais elevada (SOUZA, M.; OLIVEIRA, V., 2016). Entre os municípios que foram registrados encontra-se Iramaia, Ibicoara e Mucugê, que estão inseridos na poligonal da Serra da Chapadinha.

Estas áreas úmidas encontradas na Chapada Diamantina, sob uma perspectiva física, ocorrem em ambientes onde a geologia é composta por rochas pertencentes aos Grupos Diamantina (maior destaque) e Jacobina. O primeiro é constituído pelas Formações Tombador, Caboclo e Morro do Chapéu, que são compostas litologicamente por conglomerados, quartzitos, siltitos, arenitos, ardósias, argilitos e filitos. Enquanto, o segundo Grupo possui predominância dos metassedimentos (SOUZA, M.; OLIVEIRA, V., 2016).

Nas áreas onde os quartzitos e arenitos possuem maior exposição, os rios conseguiram moldar amplos vales alcançando as rochas do embasamento. Já em áreas que foram deformadas por dobramento, os processos erosivos originaram relevos do tipo Jurássico. Em relação ao clima, é classificado como tropical típico. A Chapada Diamantina é marcada por duas estações bem definidas, com período de chuva entre os meses de outubro a abril. A cerca da hidrografia configura-se essencial centro distribuidor de drenagem (SOUZA, M.; OLIVEIRA, V., 2016).

3.9 Ameaças e Relevância Hídrica da Serra da Chapadinha

Mediante as informações apresentadas, nota-se que as condições climáticas e os fatores hídricos possuem grande relevância para a manutenção da biodiversidade e da paisagem local. O estudo demonstra que existem nesta área diversos atributos como rios e águas subterrâneas que são de grande importância para o abastecimento e distribuição de água no estado da Bahia. Estes fatores ainda contribuem para a existência de espécies endêmicas (*vide* Caracterização do Meio Biótico), e podem se constituir essenciais para a economia local, por designar a esta área cenários únicos de extrema exuberância e complexidade paisagística, tornando-se uma área atrativa para turistas.

Como já manifesto em tópicos anteriores, é indispensável reiterar que a bacia que situa a Serra da Chapadinha tem sido ameaçada dada a baixa ocorrência de chuva e aos focos de desmatamento, este último favorece a degradação de rios e áreas de preservação permanente. Além desta situação listada, existe o risco de contaminação da água, por conta da utilização desmedida e irregular de insumos agrícolas. Questões como estas podem afetar o uso destes atributos comprometendo a subsistência das comunidades locais que vivem próximo a esta localidade como também a permanência de espécies faunísticas que utilizam os rios como seu habitat.

Assim, entende-se que é fundamentável estabelecer meios e instrumentos que possam proteger estes atributos, a fim de que não haja o avanço das ameaças e dos riscos apresentados neste estudo, sendo o estabelecimento de uma unidade de conservação uma alternativa favorável a proteção e conservação destes fatores ambientais.

Referências Bibliográficas - Meio Físico

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE. Brasília, DF: ANM. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/sistema-de-informacoes-geograficas-da-mineracao-sigmine>. Acesso em: 11 fev. 2026.

ALMEIDA, F. [et al.]. O uso da terra nas Unidades de Conservação inseridas na proposta do Geoparque Serra do Sincorá (Chapada Diamantina, Bahia, Brasil). *Cadernos Cajuína*, v. 10, n. 4, p. e1228-e1228, 2025. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1228/1026>. Acesso em: 11 fev. 2026.

AULER, A. S. Conservação de cavernas e ambientes subterrâneos. *Revista Brasileira de Espeleologia*, v. 2, n. 1, p. 15–32, 2019. Disponível em: [https://icmbio.gov.br/cecav/images/conservacao/Conservacao de Cavernas Auler_2002.pdf](https://icmbio.gov.br/cecav/images/conservacao/Conservacao%20de%20Cavernas%20Auler_2002.pdf). Acesso em: 22 maio 2026.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu (CBH Paraguaçu). Salvador: Governo do Estado da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/inema/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-paraguacu>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/inema/planos-de-bacias/rio-paraguacu-3>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). RPGA – Regiões de Planejamento e Gestão das Águas. Salvador: Governo do Estado da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/inema/gestao-2/rpgas>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BAHIA. Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA). Gestão das águas e divisão hidrográfica estadual. Salvador: Governo do

Estado da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/seirh/divis-o-hidrogr-fica-estadual/gest-o-das-guas>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). *PP-02C – Diagnóstico integrado: enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica.* Relatório técnico preliminar. Salvador: INEMA, 2026. Documento em elaboração.

BARREIRO, H. S. Extração automática de lineamentos na exploração de água subterrânea: caso dos aquíferos metassedimentares da Chapada Diamantina Centro-Setentrional. 2020. p.43. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33217/1/Dissertao_Hernan_Sales_Verso_Final%20%283%29.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

BARREIRO, H. S.; BARBOSA, N. S.; ANDRADE, J. B. M. Aplicação do método da eletrorresistividade na prospecção hidrogeológica dos aquíferos metassedimentares da Chapada Diamantina Centro-Setentrional, Bahia. *Águas Subterrâneas*, 2018. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/29317/18920>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. *Recomendação CNZU nº 07 de 11 de junho de 2015:* Dispõe sobre a Definição de Áreas Úmidas Brasileiras e sobre o Sistema de Classificação destas Áreas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/areas-umidas/publicacoes/recomendacao-cnzu-n-7-conceito-e-sistema-de-classificacao-de-areas-umidas.pdf/view>. Acesso em: 21 maio 2026.

CARREGOSA, R. A. Assentamentos e comunidades rurais da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Una, Chapada Diamantina – BA: água da vida, o rio que vai traz a vida também. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8.; Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 9., 2017. Anais [...]. 2017. Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/wp->

content/uploads/2017/12/gt02_1506884149_arquivo_artigo_robertaanunciacaocarrregosa.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

CARREGOSA, R. A.; ANDRADE, H. O. Análise preliminar da pluviometria na bacia hidrográfica do Rio Una, Chapada Diamantina – BA. *Revista Geonorte*, v. 3, n. 8, p. 370–381, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2367/2193>. Acesso em: 12 jan. 2026.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL (CBPM). *Inventário do patrimônio geológico e geoconservação na Chapada Diamantina – Bahia – Brasil*. Organização de Dante Severo Giudice. Salvador: CBPM, 2016.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Geodiversidade do Estado da Bahia*. Salvador: CPRM, 2014. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/handle/doc/13456>. Acesso em: 22 maio 2026.

COSTA, C.; ANDRADE, A. R. Dinâmica da precipitação pluviométrica na cidade de Guarapuava, PR: condicionantes locais e regionais. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 21, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/rbclima/article/view/13996/7244>. Acesso em: 11 Dez. 2026.

DE BRITO GUIMARÃES, T. L.; SANTOS, R. L. Caracterização Geoambiental da Bacia do Paraguaçu, BAHIA-BRASIL. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 13, n. 31, p. 45-62, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/17320/22445>. Acesso em: 11 dez. 2026.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Latossolos vermelho-amarelos*. Brasília, DF: Embrapa, [2021?]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/latossolos/latossolos-vermelho-amarelos>. Acesso em: 22 maio 2026.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 5. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível

em: <https://www.agroapi.cnptia.embrapa.br/portal/assets/docs/SiBCS-2018-ISBN-9788570358004.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2026.

GIUDICE, D. S. *Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2019-12/liv63011.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual Técnico de Geomorfologia. Rio de Janeiro: IBGE, n. 5, 1995. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv24913.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual técnico de geomorfologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~santos/Geomorfologia_Geologia/Manual%20t%C3%A9cnico%20de%20Geomorfologia.pdf. Acesso em: 26 Nov. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Manual técnico de pedologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95017.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2026.

INEMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. *Relatório de monitoramento da qualidade das águas: relatório anual*. v. 1. Salvador: INEMA, 2008. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/servicos/monitoramento/qualidadedos-rios/relatorios-do-monitora/relatorio-anual-da-campanha-2008/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

KARMANN, I.; PEREIRA, R.; MENDES, L. Poço Encantado, Chapada Diamantina (Itaetê, BA): caverna com lago subterrâneo de rara beleza e importância científica.

In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (org.). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília, DF: Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2000. Disponível em: <https://sigep.eco.br/sitio091/sitio091.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2026.

MEDEIROS, J. F. *Da análise sistêmica à Serra de Martins: contribuição teórico-metodológica aos brejos de altitude*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal (RN), 2016.

MIRANDA, R. et al. Semeando Águas no Paraguaçu: conciliando políticas, governança e ciência para a revitalização. In: *Semeando Águas no Paraguaçu*. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2016. p. 146–175.

NUNES, B. T. A.; RAMOS, V. L. S.; DILLINGER, A. M. S. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD.24 Salvador: geomorfologia. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, Secretaria-Geral, 1981. v. 24. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv12783.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2026.

OLIVEIRA, I. B.; NEGRÃO, F. N.; SILVA, A. G. L. S. Mapeamento dos aquíferos do Estado da Bahia utilizando o Índice de Qualidade Natural das Águas Subterrâneas (IQNAS). *Águas Subterrâneas*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 123–137, 2007. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/16176/10695>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PARRA, R. *Carste em rochas siliciclásticas na Chapada Diamantina*. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39888/1/Dissertacao_Raphael_Parra.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

PAULA, T. L. F. de; CAMPOS, J. E. G. Aquíferos com fluxos controlados simultaneamente por porosidade intergranular e planar: aplicação a rochas metassedimentares do Alto Paraguai, MT. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, v. 21, n. 1, p. 11–24, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbrh/a/j4YYhf7N7r7Twg8zNNQbTcp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 19 jan. 2026.

PEDREIRA, A. J. A Chapada dos Diamantes: Serra do Sincorá, Bahia. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (org.). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília, DF: Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002. Disponível em: <https://sigep.eco.br/sitio085/ChapadaDosDiamantes.htm>. Acesso em: 22 maio 2026.

PEREIRA, R. G. F. de A. Caracterização Geomorfológica e Geoespeleológica do Carste da Bacia do Rio Una, Borda Leste da Chapada Diamantina (Município de Itaetê, Estado da Bahia). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo - Instituto de Geociências: IgUSP. São Paulo- SP/Brasil. p. 95. 1998. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44134/tde-21102015-155053/publico/Pereira_Mestrado.pdf. Acesso em: 08 jan. 2026.

SANTO, S. M.; CARELLI, L. Bacia Hidrográfica do Paraguaçu: da Chapada Diamantina à Baía de Todos os Santos. In: *Semeando Águas no Paraguaçu*. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2016. p. 12–33. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313503975_Semeando_Aguas_no_Paraguacu. Acesso em: 08 jan. 2026.

SANTOS, J. J. dos. *Paisagem em transformação e agricultura irrigada: a demanda hídrica no Alto Paraguaçu-BA*. 2025. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: 10.11606/T.8.2025.tde-20052025-095203. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-20052025-095203/>. Acesso em: 22 abril 2026.

SIGEP – COMISSÃO BRASILEIRA DE SÍTIOS GEOLÓGICOS E PALEOBIOLÓGICOS. Sítios geológicos da Chapada Diamantina. Disponível em: <https://www.sigep.eco.br>. Acesso em: 22 maio 2026.

SILVA, R. A.; SOUZA, M. L.; SANTOS, J. P. *Impactos ambientais gerados por atividades mineiras*. Brasília, DF: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2010. Disponível em: <https://lamppmin.catalao.ufg.br/p/57445-impactos-ambientais-gerados-por-atividades-mineiras>. Acesso em: 19 fev. 2026.

SOUZA, M. J. N. de; OLIVEIRA, V. P. V. de. Os enclaves úmidos e subúmidos do semiárido do Nordeste brasileiro. *Mercator*, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 85–102, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2106/1/Os%20enclaves%20umidos%20e%20subumidos%20do%20semi-arido%20do%20nordeste%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2026.

VALE, R. C. M. et al. Contribuições das geotecnologias ao zoneamento ambiental do setor sul do Parque Nacional Chapada Diamantina/BA. *Ra'e Ga*, n. 16, p. 149-166, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Washington-Rocha-2/publication/274044365_ZONEAMENTO_AMBIENTAL_DO_SETOR_SUL_DO_PARQUE_NACIONAL/links/55eb244a08aeb651626773fc/ZONEAMENTO-AMBIENTAL-DO-SETOR-SUL-DO-PARQUE-NACIONAL.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

4. Caracterização do Meio Biológico

A Serra da Chapadinha, localizada na porção sul da Chapada Diamantina configura um dos mais relevantes remanescentes de vegetação nativa do estado da Bahia. Com aproximadamente 18,3 mil hectares e 98% de sua cobertura vegetal ainda preservada, a região integra uma zona de transição entre a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado, condição que favorece a formação de ambientes singulares, como campos rupestres, brejos de altitude e matas de galeria, e contribui para a ocorrência de espécies vegetais e animais que não são encontradas em nenhum outro lugar do planeta (Funch *et al.*, 2008).

4.1 Flora

4.1.1. Introdução

Do ponto de vista florístico, a Serra da Chapadinha está inserida em uma das regiões de maior riqueza e endemismo vegetal do Brasil. A Eco Região Chapada Diamantina como um todo é reconhecida como área prioritária para a conservação da flora, abrigando espécies que não ocorrem em nenhum outro local do planeta. Levantamentos regionais indicam a presença de formações vegetais típicas de altitudes elevadas, onde predominam adaptações a solos rochosos, ventos constantes e amplitudes térmicas acentuadas. Tais condições favorecem o surgimento de linhagens evolutivas especializadas e restritas a esses ambientes, o que confere à flora local um caráter insubstituível para a conservação da biodiversidade brasileira (Vale *et al.*, 2008).

O Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), sediado no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), constitui a principal referência brasileira na avaliação do risco de extinção da flora nativa. Criado em 2008, o Centro tem como missão coordenar, promover e contribuir com as ações necessárias para evitar a extinção de espécies da flora brasileira, produzindo conhecimento técnico-científico que subsidia políticas públicas de conservação em todo o território nacional. O CNCFlora é responsável pela condução das avaliações de risco de extinção que fundamentam a Lista Nacional de Espécies

Ameaçadas, utilizando a metodologia padronizada da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e mantém uma base de dados pública com milhares de avaliações concluídas. A atuação do Centro abrange ainda a identificação de áreas prioritárias para conservação, a elaboração de planos de ação para recuperação de espécies ameaçadas e a realização de expedições científicas voltadas ao preenchimento de lacunas de conhecimento sobre a flora e funga brasileiras, com especial atenção a biomas e regiões pouco estudados. Sua integração à estrutura do JBRJ, um dos mais antigos e prestigiados institutos de pesquisa botânica do mundo, garante ao CNCFlora acesso a acervos científicos históricos, corpo técnico especializado e redes de colaboração nacionais e internacionais.

Com o objetivo de subsidiar a caracterização da flora vascular da Serra da Chapadinha, a equipe do CNCFlora/JBRJ disponibilizou à Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA) um relatório técnico-científico contendo informações relevantes sobre a composição florística e o estado de conservação da vegetação local. Os resultados e análises apresentados foram incorporados ao presente Estudo, enriquecendo a base de conhecimento sobre a área proposta para conservação. Em razão da reconhecida excelência técnica e científica da instituição, as informações reunidas constituem importante suporte para a compreensão dos atributos ambientais da região e para a definição de estratégias de conservação, incluindo a avaliação da categoria de Unidade de Conservação mais compatível com suas características ecológicas e objetivos de proteção.

Assim, a caracterização da flora apresentada neste Estudo Técnico baseia-se integralmente no relatório técnico-científico desenvolvido pelo CNCFlora e disponibilizado à SEMA, resultado da cooperação institucional estabelecida entre as duas instituições.

4.1.2 Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo foram planejados para garantir a qualidade científica da amostragem, a rastreabilidade do material

coletado e a confiabilidade dos dados taxonômicos, em conformidade com as práticas recomendadas para inventários florísticos voltados à conservação.

As expedições de coleta foram realizadas no âmbito do Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre) e do Projeto Pró-Espécies: Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. Ambas as iniciativas foram coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O GEF Terrestre teve implementação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), enquanto o Pró-Espécies foi implementado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e executado pelo WWF-Brasil. O GEF Terrestre atua nos três biomas com menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Caatinga, Pampa e Pantanal), e tem entre seus objetivos a expansão de áreas protegidas, a restauração da vegetação nativa e a avaliação do risco de extinção de espécies. O Pró-Espécies teve suas atividades encerradas em maio de 2025, após anos de execução voltados à conservação de espécies ameaçadas em todo o território nacional, com foco especial naquelas categorizadas como Criticamente em Perigo (CR), e contou com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) entre seus parceiros institucionais.

4.1.3 Planejamento e seleção de espécies-alvo

A etapa de planejamento consistiu na definição das espécies consideradas prioritárias para o levantamento. Foram selecionadas como espécies-alvo aquelas constantes em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção (Portaria MMA nº 148/2022, em âmbito nacional, e Portaria SEMA/BA nº 40/2017, em âmbito estadual), classificadas nas categorias Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU) e Dados Insuficientes (DD). A definição prévia dessas espécies orientou a seleção dos sítios de coleta e otimizou o esforço amostral em campo.

4.1.4 Desenho amostral e áreas de coleta

As expedições de coleta foram realizadas a partir do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), com deslocamento terrestre até a Serra da Chapadinha, no estado da Bahia, nos meses de maio de 2024 e novembro de 2025 (Figura 26). A seleção dos pontos de amostragem baseou-se em dois critérios principais: (i) a representatividade das diferentes formações vegetais presentes na serra, como campos rupestres, brejos de altitude, matas de galeria e capões de mata; e (ii) a probabilidade de ocorrência das espécies-alvo, inferida a partir de dados de distribuição conhecida, altitude e tipo de substrato.

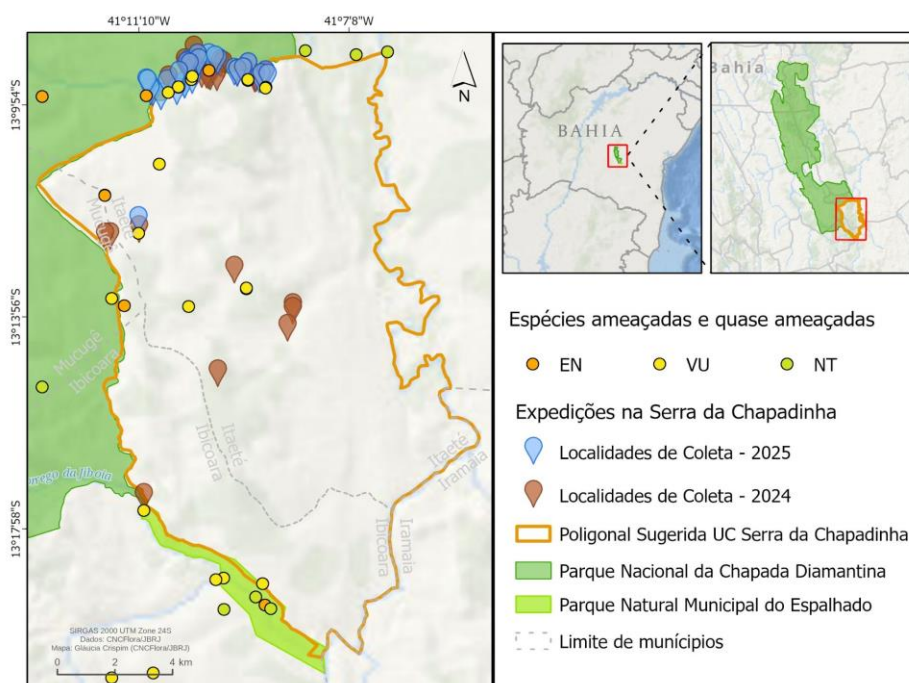


Figura 26: Mapa de localidades de coletas realizadas pelo CNCFlora/JBRJ e pontos de ocorrência de espécies ameaçadas e quase ameaçadas de extinção na Serra da Chapadinha. EN = Em Perigo, VU = Vulnerável, NT = Quase Ameaçada, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Elaboração: CNCFlora, 2026.

As localidades visitadas foram as seguintes:

- Estrada da Boa Sorte, entre povoado do Rumo e Cachoeira do Buracão;
- Estrada para Toca do Lobo;
- Toca do Lobo, trilha do Lajedo da Égua;
- Trilha para Pedra do Caboclo;
- Pedra do Caboclo;

- Circuito Pedra do Caboclo – Abismo da Rolada, trilha pela margem da face sul do Cânion da Encantada;
- Trilha para o Lajedo Queimado, seguindo os canos de captação;
- Lajedo Queimado;
- Trilha Toca do Lobo – Rio Samina;
- Rio Samina, trilha para o Mirante da Cachoeira da Encantada;
- Trilha Toca do Lobo – Cachoeira do Herculano por cima.

O método de amostragem empregado foi o de caminhar livre (levantamento florístico assistemático), complementado por busca direcionada às espécies-alvo nas áreas de maior potencial de ocorrência, conforme indicações da literatura especializada e conhecimento prévio da equipe sobre a flora regional.

4.1.5 Coleta e processamento em campo

As amostras botânicas foram coletadas preferencialmente em estágio fértil (com flores ou frutos), condição indispensável para identificação taxonômica precisa. De cada indivíduo de interesse foram obtidos ramos contendo estruturas reprodutivas e vegetativas, em quantidade suficiente para confecção de exsicatas com duplicatas.

O processamento inicial em campo seguiu protocolo padrão de herborização: prensagem do material entre folhas de papel absorvente (jornal), papelão e alumínio corrugado, acondicionamento em prensas de madeira e secagem em estufa de campo, com troca periódica do papel absorvente para evitar proliferação de fungos e deterioração das amostras.

Paralelamente à coleta, foram registrados dados associados a cada amostra: coordenadas geográficas (GPS), altitude, tipo de vegetação, hábito da planta, coloração de flores e frutos (quando presentes), e observações ecológicas relevantes.

4.1.6 Equipe Técnica

A equipe do CNCFlora/JBRJ responsável pelas expedições de coleta e processamento das amostras foi composta pelos seguintes profissionais: Caetano Troncoso Oliveira, Eduardo Pinheiro Fernandez, Gláucia Crispim Ferreira, Gustavo Martinelli, Natália Brandão Gonçalves Fernandes e Ramon Guedes de Oliveira. A equipe de auxílio em campo foi composta por Alcione Corrêa e Marcos Fantini, ambientalistas da Toca do Lobo, e o guia turístico Leandro Santos.

4.1.7 Autorizações e aspectos legais

As coletas foram realizadas mediante autorização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), conforme previsto na Instrução Normativa ICMBio nº 3/2014, sob os números de processo 81276-8 e 94135-6. O acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, quando aplicável, observou os requisitos da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e seus regulamentos.

4.1.8 Transporte e depósito do material

Após a secagem completa, as amostras foram acondicionadas em embalagens vedadas e transportadas até o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Todo o material coletado foi depositado no Herbário Dimitri Sucre Benjamin (RB), integrante da Rede Brasileira de Herbários, onde recebeu numeração de tombo e foi incorporado ao acervo científico permanente.

4.1.9 Identificação taxonômica

A identificação do material botânico foi realizada por especialistas vinculados ao quadro técnico-científico do JBRJ, com auxílio de literatura taxonômica especializada (floras, monografias, revisões taxonômicas), chaves de identificação e, quando necessário, comparação com espécimes de referência depositados no acervo do herbário RB. Para os grupos taxonômicos mais complexos, foram consultados especialistas externos, conforme a demanda.

A equipe do CNCFlora/JBRJ responsável pela identificação das amostras foi composta pelos seguintes profissionais: Brenda de Moura Carvalho, Caetano Troncoso Oliveira, Davi Nepomuceno da Silva Machado, Eduardo Pinheiro Fernandez, Gustavo Martinelli e Mario Gomes.

4.1.10 Classificação do grau de ameaça

Após a identificação, cada táxon foi classificado quanto ao seu grau de ameaça conforme as categorias da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (Portaria MMA nº 148/2022), já referida no planejamento deste estudo. Complementarmente, foram consideradas as avaliações de risco de extinção conduzidas pelos analistas da Coordenação de Projetos de Avaliação do Estado de Conservação de Espécies da Flora e Funga (COAC) do CNCFlora/JBRJ, que aplicam a metodologia padronizada da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), nas categorias Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU), Quase Ameaçada (NT), Menos Preocupante (LC) e Dados Insuficientes (DD).

Embora essas avaliações ainda não tenham sido publicadas em portaria oficial pelo MMA, elas integram o conjunto de dados que fundamentará futuras atualizações da lista oficial, e estão disponíveis publicamente em portal de dados abertos (<https://cncflora.jbrj.gov.br/>). Também foi verificada a condição de endemismo para o território brasileiro e, mais especificamente, para o bioma Caatinga, segundo dados da Flora e Funga do Brasil (<https://floradobrasil.jbrj.gov.br/>).

4.1.11 Disponibilização dos dados

Os dados de todas as amostras depositadas no herbário RB estão disponíveis para consulta pública por meio da plataforma JABOT – Sistema de Gerenciamento de Coleções Botânicas do JBRJ (<https://rb.jbrj.gov.br/v2/consulta.php>). Cada registro na plataforma contém informações sobre identificação taxonômica, local de coleta, coordenadas geográficas, data, coletor e imagem digitalizada da exsicata, garantindo

transparência, rastreabilidade e reprodutibilidade dos resultados aqui apresentados.

4.1.12 Análise do uso e cobertura do solo

4.1.12.1 Processamento de dados

Os dados de uso e cobertura da terra foram obtidos a partir da plataforma MapBiomas Brasil Uso e Cobertura do Solo (MapBiomas Brasil, 2026), com resolução espacial de 30 m (área nominal de 0,09 ha por pixel). As áreas de cada classe foram calculadas pela contagem de pixels classificados dentro do polígono da área de interesse em cada ano da série histórica (1985–2024), convertendo a frequência de pixels em hectares. Para fins de comparação, analisou-se a área do entorno da Serra da Chapadinha com um buffer de 5 km.

4.1.12.2 Análise de tendências temporais

As tendências temporais de cada classe foram avaliadas por dois métodos complementares. O método paramétrico consistiu em Regressão por Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) com estrutura de erros autoregressiva de primeira ordem AR(1), ajustada pela transformação de Prais-Winsten com estimativa do coeficiente de autocorrelação ρ por máxima verossimilhança. A qualidade do ajuste foi avaliada por um pseudo- R^2 descritivo calculado como:

$$Pseudo - R^2 = 1 - \frac{SSR_{GLS}}{SST_{OLS}}$$

em que SSR_{GLS} corresponde à soma dos quadrados dos resíduos do modelo GLS (Sum of Squared Residuals) e SST_{OLS} à soma total dos quadrados da série observada (Total Sum of Squares).

O diagnóstico de normalidade dos resíduos baseou-se em critérios de assimetria e curtose ($|assimetria| < 1$ e $|curtose - 3| < 2$), e a autocorrelação residual foi avaliada pelo estatístico de Durbin-Watson, considerando-se valores substancialmente inferiores a 2 como indicativos de autocorrelação positiva.

Como abordagem complementar, utilizou-se o Teste de Mann-Kendall associado ao estimador de Sen para avaliação robusta da direção e magnitude das mudanças temporais. Quando os diagnósticos indicaram violação substancial dos pressupostos do modelo GLS, maior ênfase interpretativa foi atribuída aos resultados de Mann-Kendall e Sen.

4.1.12.3 Índice de estabilidade por quadrícula

A análise espacial foi conduzida sobre uma grade regular de quadrículas de 1 km × 1 km (N = 230 para a Serra da Chapadinha; N = 480 para o entorno). Para cada quadrícula, calculou-se anualmente a razão antrópica, definida como a proporção da área ocupada por classes antrópicas em relação à área total da célula. Um índice composto de instabilidade foi calculado para cada célula a partir de três componentes complementares previamente normalizados: (i) coeficiente de variação (CV) da razão antrópica ao longo da série; (ii) magnitude absoluta do estimador de Sen ($|Sen|$) normalizada; e (iii) significância do Teste de Mann-Kendall ($p < 0,05$). O índice final foi normalizado no intervalo [0, 1] com os seguintes limiares de classificação: estável ($< 0,33$), transição (0,33–0,67) e mudança ($> 0,67$).

4.1.12.4 Comparação entre Serra da Chapadinha e entorno

A comparação dos índices de estabilidade entre a Serra da Chapadinha e o entorno foi realizada por dois testes complementares: o Teste de Mann-Whitney U (não-paramétrico) e o t de Welch (paramétrico). O tamanho de efeito foi quantificado pelo rank-biserial r para o teste de Mann-Whitney e pelo d de Cohen para o t de Welch.

4.1.13 Resultados

As expedições realizadas na Serra da Chapadinha resultaram na coleta de 568 amostras botânicas, abrangendo 71 famílias, 185 gêneros e 282 táxons identificados até o momento, dos quais 183 são endêmicos do Brasil, e 37 da

Caatinga (Tabela 1). Outros 40 espécimes ainda se encontram em processo de identificação taxonômica, e um deles, pertencente à família Eriocaulaceae, está em investigação por se tratar de uma provável nova espécie para a ciência. A lista completa do material amostrado, com os respectivos nomes científicos, coletores, identificadores, localidades de ocorrência, grau de ameaça e endemismo, está disponível no Anexo I deste relatório e na plataforma JABOT do JBRJ (<https://rb.jbrj.gov.br/v2/consulta.php>).

Do total de táxons registrados, 17 foram classificados em alguma categoria de ameaça (EN ou VU) e 17 como Quase Ameaçados (NT), enquanto dois foram classificados na categoria de Dados Insuficientes (DD) (Anexo 1). Seis desses táxons integram a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (Portaria MMA nº 148/2022): dois como Em Perigo (EN) e quatro como Vulnerável (VU). Os demais resultam de avaliações técnicas conduzidas pelo CNCFlora/JBRJ (<https://cncflora.jbrj.gov.br/>) em data posterior à publicação da referida Portaria, análises que integrarão a próxima atualização da Lista Nacional. Nessas avaliações, seis táxons foram categorizados como EN, nove como VU, 17 como NT, e dois como DD.

4.1.14 Táxons presentes na Portaria MMA nº 148/2022 e Táxons avaliados posteriormente à Portaria MMA nº 148/2022

O relatório técnico-científico disponibilizado pelo CNCFlora (MMA, 2026) apresentou as espécies enquadradas nas categorias EN, VU, NT ou DD, juntamente com um resumo conciso contendo informações de taxonomia, ecologia, distribuição geográfica e principais ameaças identificadas. Para o presente Estudo Técnico são apresentadas as espécies presentes na Portaria MMA nº 148/2022 e as avaliadas posteriormente à Portaria MMA nº 148/2022 das espécies ameaçadas (EN) e vulneráveis (VU) à extinção.

Dentre os táxons presentes na Portaria MMA nº 148/2022, tem-se as espécies classificadas como Ameaçadas de extinção (EN) como a ***Heterocoma erecta*** (H.

Rob.) Loeuille, J. N. Nakaj. & Semir (Asteraceae), cujo o nome popular é paina-de-caboclo e a espécie ***Rupestrea johnwurdackiana*** (Baumgratz & Souza) Michelang., Almeda & R.Goldenb. (Melastomataceae), ambas endêmicas da Caatinga e com distribuição restrita à região do PARNA da Chapada Diamantina e da Serra da Chapadinha. Na categoria de Vulnerável (VU) à extinção, tem-se as espécies ***Paralychnophora bicolor*** (DC.) MacLeish (Asteraceae), *Paralychnophora harleyi* (H.Rob.) D.J.N.Hind (Asteraceae), ***Stachytarpheta radlkoferiana*** Mansf. (Verbenaceae), endêmicas da Caatinga e a ***Swartzia bahiensis*** R.S.Cowan (Fabaceae), endêmica do Cerrado (Figuras 27 a 30).



Figura 27: *Heterocoma erecta* (H. Rob.) Loeuille, J. N. Nakaj. & Semir (Asteraceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 28: Registro da *Rupestrea johnwurdackiana* (Baumgratz & Souza) Michelang., Almeda & R.Goldenb. (Melastomataceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 29: *Paralychnophora bicolor* (DC.) MacLeish (Asteraceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 30: *Swartzia bahiensis* R.S.Cowan (Fabaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.

Em relação às espécies avaliadas posteriormente à Portaria MMA nº 148/2022, pelo CNCFlora, foram identificadas as espécies na categoria de ameaçadas (EN) de extinção, sendo elas: a ***Hohenbergia vestita*** L.B.Sm. (Bromeliaceae), endêmica da Caatinga, a ***Lavoisiera harleyi*** Wurdack (Melastomataceae), endêmica do Brasil, ocorrendo tanto no bioma Caatinga quanto Cerrado, ***Pterolepis rotundifolia*** Wurdack (Melastomataceae), endêmica do Cerrado e com distribuição restrita ao PARNA da Chapada Diamantina e a Serra da Chapadinha, a ***Sincoraea albopicta*** (Philcox) Louzada & Wand. (Bromeliaceae) e a ***Sincoraea navioides*** (L.B.Sm.) Louzada & Wand. (Bromeliaceae), ambas endêmicas da Caatinga e esta última tendo como único local de ocorrência a Serra da Chapadinha (Figuras 31 a 34).



Figura 31: *Hohenbergia vestita* L.B.Sm. (Bromeliaceae), endêmica da Caatinga. Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 32: *Lavoisiera harleyi* Wurdack (Melastomataceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 33: *Pterolepis rotundifolia* Wurdack (Melastomataceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 34: *Sincoraea navioides* (L.B.Sm.) Louzada & Wand. (Bromeliaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.

Quanto à categoria Vulnerável, foram identificadas as espécies ***Begonia ruhlandiana*** Irmsch. (Begoniaceae), endêmica da Caatinga, ***Cambessedesia***

cambessedesioides (Wurdack) A.B.Martins (Melastomataceae), endêmica do Cerrado, ***Eriope confusa*** Harley (Lamiaceae), ***Harpalyce riparia*** São-Mateus, L.P.Queiroz & D.B.O.S.Cardoso (Fabaceae), ambas endêmicas da Caatinga, ***Oocephalus argyrophyllus*** (Harley) Harley & J.F.B.Pastore (Lamiaceae), ***Piriqueta flammea*** (Suess.) Arbo (Turneraceae), ***Senega trifurcata*** (Chodat) J.F.B.Pastore (Polygalaceae), estas duas últimas também endêmicas da Caatinga (Figuras 35 a 38).



Figura 35: *Cambessedesia cambessedesioides* (Wurdack) A.B.Martins (Melastomataceae) Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 36: *Harpalyce riparia* São-Mateus, L.P.Queiroz & D.B.O.S.Cardoso (Fabaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 37: *Piriqueta flammea* (Suess.) Arbo (Turneraceae). Fonte: CNCFlora, 2026.



Figura 38: *Senega trifurcata* (Chodat) J.F.B.Pastore (Polygalaceae). Fonte: CNCFlora, 2026.

4.1.15 Análise de uso e cobertura do solo

4.1.15.1 Síntese da área de estudo

A Serra da Chapadinha abrange 18.361,17 ha (183,61 km²), com perímetro de 76,32 km. O entorno analisado (buffer de 5 km) totaliza 38.708,90 ha (387,09 km²) e perímetro de 167,00 km. A distribuição espacial das classes de uso e cobertura do solo em 2024 é apresentada na Figura 39. Observa-se predomínio de formações naturais tanto na área de interesse quanto em grande parte do entorno imediato.

A série temporal compreende 40 anos (1985–2024), utilizando dados de uso e cobertura do solo do MapBiomias. Ao longo desse período, a cobertura natural da Serra da Chapadinha permaneceu elevada, passando de 95,7% (18.083 ha) para 96,8% (18.300 ha), incremento de 1,1 ponto percentual (p.p.). O estimador de Sen indica tendência positiva de +0,05 p.p./ano ($\tau = 0,287$; $p < 0,001$), caracterizando um cenário de elevada estabilidade associado a discreta expansão da cobertura natural. No entorno, a cobertura natural aumentou de 87,6% para 92,6% (+5,0 p.p.), com tendência de +0,10 p.p./ano ($p < 0,001$), indicando aumento da participação relativa das formações naturais ao longo da série histórica.

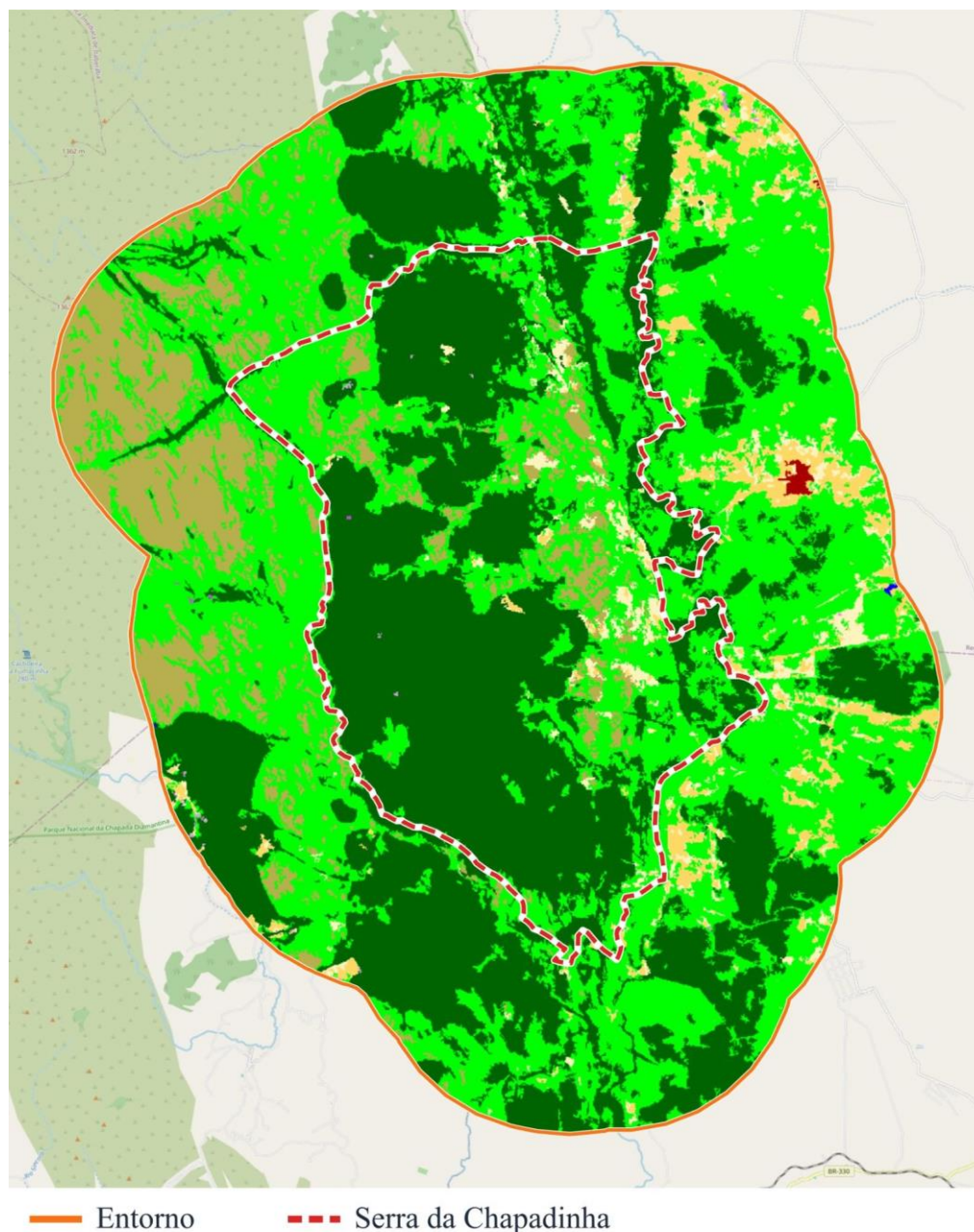


Figura 39: Distribuição espacial das classes de uso e cobertura do solo em 2024 na Serra da Chapadinha e entorno de 5 km. Observa-se predominância de formações naturais em ambos os contextos, especialmente formações florestais e savânicas. Elaboração: CNCFlora, 2026.

4.1.15.2 Composição temporal por classe

A evolução temporal das principais classes de cobertura na Serra da Chapadinha e em seu entorno é apresentada na Figura 40. As formações naturais permaneceram dominantes durante toda a série temporal em ambos os contextos. Em 2024, a paisagem da área de estudo era composta principalmente por formação florestal (10.966 ha; 58,0%) e formação savânica (6.257 ha; 33,1%), que juntas

representavam mais de 90% da área total. Ambas apresentaram expansão líquida ao longo do período, com acréscimos de 124 ha e 117 ha, respectivamente. Em contraste, as principais classes antrópicas — mosaico de usos e pastagem — apresentaram redução de área, passando de 624 para 492 ha e de 198 para 104 ha, respectivamente. O entorno apresentou padrão semelhante, com predominância de formações naturais e redução relativa das principais classes antrópicas.

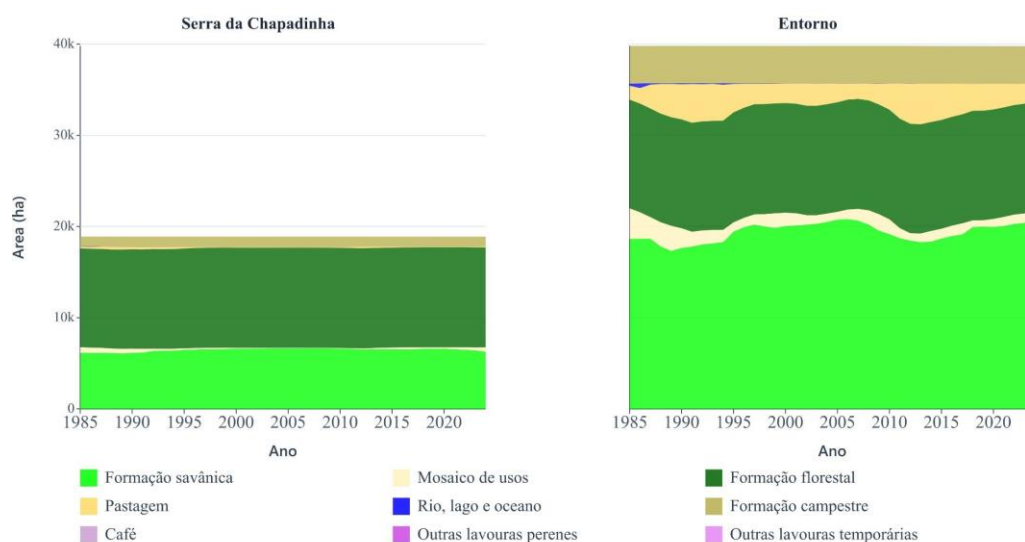


Figura 40: Evolução temporal das classes de cobertura no interior da poligonal proposta bem como em seu entorno imediato. Elaboração: CNCFlora, 2026.

4.1.15.3 Evolução da cobertura natural vs. antrópica

A cobertura natural da Serra da Chapadinha manteve-se elevada durante todo o período analisado, variando de 95,7% em 1985 para 96,8% em 2024, enquanto a cobertura antrópica diminuiu de 4,3% para 3,2%. A comparação entre o início e o final da série temporal para a Serra da Chapadinha e seu entorno é apresentada na Tabela 1. O estimador de Sen indica tendência positiva de +0,05 ponto percentual por ano ($\tau = 0,287$; $p < 0,001$). No entorno, a cobertura natural aumentou de 87,6% para 92,6%, correspondendo a uma taxa de +0,10 ponto percentual por ano. Em ambos os contextos, os resultados indicam aumento gradual da participação relativa das classes naturais e redução das áreas antrópicas ao longo das últimas quatro décadas.

Tabela 1: Comparação da cobertura natural e antrópica entre o início (1985) e o final (2024) da série temporal para a Serra da Chapadinha e seu entorno. Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, Coleção 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.

Indicador	Serra 1985	Serra 2024	Entorno 1985	Entorno 2024
Natural (ha)	18.083	18.300	34.908	36.887
Antrópico (ha)	821	604	4.946	2.967
% natural	95,7%	96,8%	87,6%	92,6%
% antrópico	4,3%	3,2%	12,4%	7,4%

Os resultados evidenciam que a Serra da Chapadinha manteve percentuais elevados de cobertura natural ao longo de toda a série histórica, sempre superiores aos observados no entorno. Embora ambos os contextos tenham apresentado aumento da cobertura natural, a área proposta para conservação permaneceu consistentemente mais preservada.

4.1.15.4 Ranking das atividades antrópicas

O ranking das atividades antrópicas e suas respectivas tendências temporais é apresentado na Figura 41 e na Tabela 2. Em 2024, as classes antrópicas ocupavam 604 ha (3,2%) da Serra da Chapadinha. O principal uso antrópico foi mosaico de usos (492 ha; 2,6%), seguido por pastagem (104 ha; 0,6%). Ambas apresentaram tendências significativas de retração ao longo da série temporal (Sen = -5,80 ha/ano e -4,32 ha/ano, respectivamente; $p < 0,001$). O café foi a única classe antrópica com expansão significativa, embora represente menos de 0,1% da área total, com tendência de +0,04 ha/ano.



Figura 41: Área ocupada pelas principais classes antrópicas na Serra da Chapadinha em 2024 e respectivas taxas anuais de variação. Mosaico de usos e Pastagem representam a maior parte da ocupação antrópica atual, porém ambas apresentam tendências significativas de retração ao longo da série histórica. Café constitui a única atividade antrópica com expansão significativa, embora sua participação espacial

permanença reduzida. O asterisco indica tendências significativas segundo o teste de Mann-Kendall ($p < 0,05$). Elaboração: CNCFlora, 2026.

Tabela 2: Principais classes antrópicas registradas na Serra da Chapadinha em 2024 e respectivas tendências temporais. GLS = coeficiente angular do modelo GLS; Sen = estimador de Sen; MK = teste de Mann-Kendall. Elaboração: CNCFlora, 2026.

Classe	Área 2024 (ha)	% da área	GLS (ha/ano)	Sen (ha/ano)	MK p	Tendência
Mosaico de usos	492	2,6%	-3,82	-5,80	<0,001	Retração
Pastagem	104	0,6%	-2,76	-4,32	<0,001	Retração
Café	6	<0,1%	+0,11	+0,04	<0,001	Expansão
Outras lavouras perenes	1	<0,1%	-0,03	0,00	<0,001	Estável

4.1.15.5 Análise de tendências por classe

As tendências temporais foram estimadas por modelos GLS com estrutura AR(1), complementadas por Mann-Kendall e estimador de Sen para avaliação robusta da direção e magnitude das mudanças. Entre as classes naturais, formação savânica (GLS = +3,91 ha/ano) e formação florestal (GLS = +3,09 ha/ano) apresentaram expansão significativa. Formação campestre apresentou leve retração (-0,24 ha/ano), enquanto a classe rio, lago e oceano apresentou redução contínua ao longo da série. Entre as classes antrópicas, café foi a única classe com expansão consistente, ao passo que mosaico de usos e pastagem apresentaram retração significativa. Em conjunto, esses resultados evidenciam a manutenção da predominância das formações naturais e redução da ocupação antrópica na área de estudo.

4.1.15.5 Comparação Serra da Chapadinha vs. Entorno

Em 2024, a cobertura natural da Serra da Chapadinha (96,8%) foi 4,2 pontos percentuais superior à observada no entorno (92,6%), evidenciando maior predominância de ambientes naturais na área proposta para conservação. Ambos os contextos apresentaram expansão das principais formações naturais e retração de mosaico de usos. A principal divergência observada refere-se à pastagem, cuja tendência foi negativa na Serra da Chapadinha (-2,76 ha/ano) e positiva no entorno (+4,55 ha/ano). O café apresentou expansão em ambos os contextos, porém com intensidade substancialmente maior no entorno (+0,61 ha/ano pelo estimador de Sen) do que na Serra da Chapadinha (+0,04 ha/ano).

Em conjunto, os resultados indicam que a Serra da Chapadinha apresenta dinâmica compatível com elevada estabilidade da paisagem, mantendo percentuais de cobertura natural superiores aos observados no entorno ao longo de todo o período analisado.

4.1.15.6 Análise espacial por quadrículas

A distribuição espacial da cobertura natural em 2024 é apresentada na Figura 42, evidenciando predomínio de quadrículas com elevada proporção de vegetação nativa na maior parte da área de estudo. O índice composto de estabilidade espacial (Figura 43) classificou 43,0% das quadrículas da Serra da Chapadinha como estáveis. As demais células concentraram-se predominantemente na classe de transição, indicando níveis intermediários de variação temporal da cobertura antrópica ao longo da série histórica. Apenas três quadrículas periféricas (P13, N13 e N12) foram classificadas como áreas de mudança, apresentando as maiores taxas de redução relativa da cobertura antrópica (-1,38 a -1,73 p.p./ano).

A distribuição espacial das tendências estimadas pelo estimador de Sen é apresentada na Figura 44. A maior parte das quadrículas apresenta tendências próximas de zero, indicando elevada estabilidade temporal da cobertura do solo. As mudanças mais intensas encontram-se concentradas em um conjunto reduzido de células periféricas, enquanto a maior parte da área apresenta variações

discretas ou ausência de mudança detectável. De modo geral, observa-se predominância de tendências associadas à redução da ocupação antrópica, compatível com o aumento da cobertura natural observado para a Serra da Chapadinha e seu entorno ao longo do período analisado.

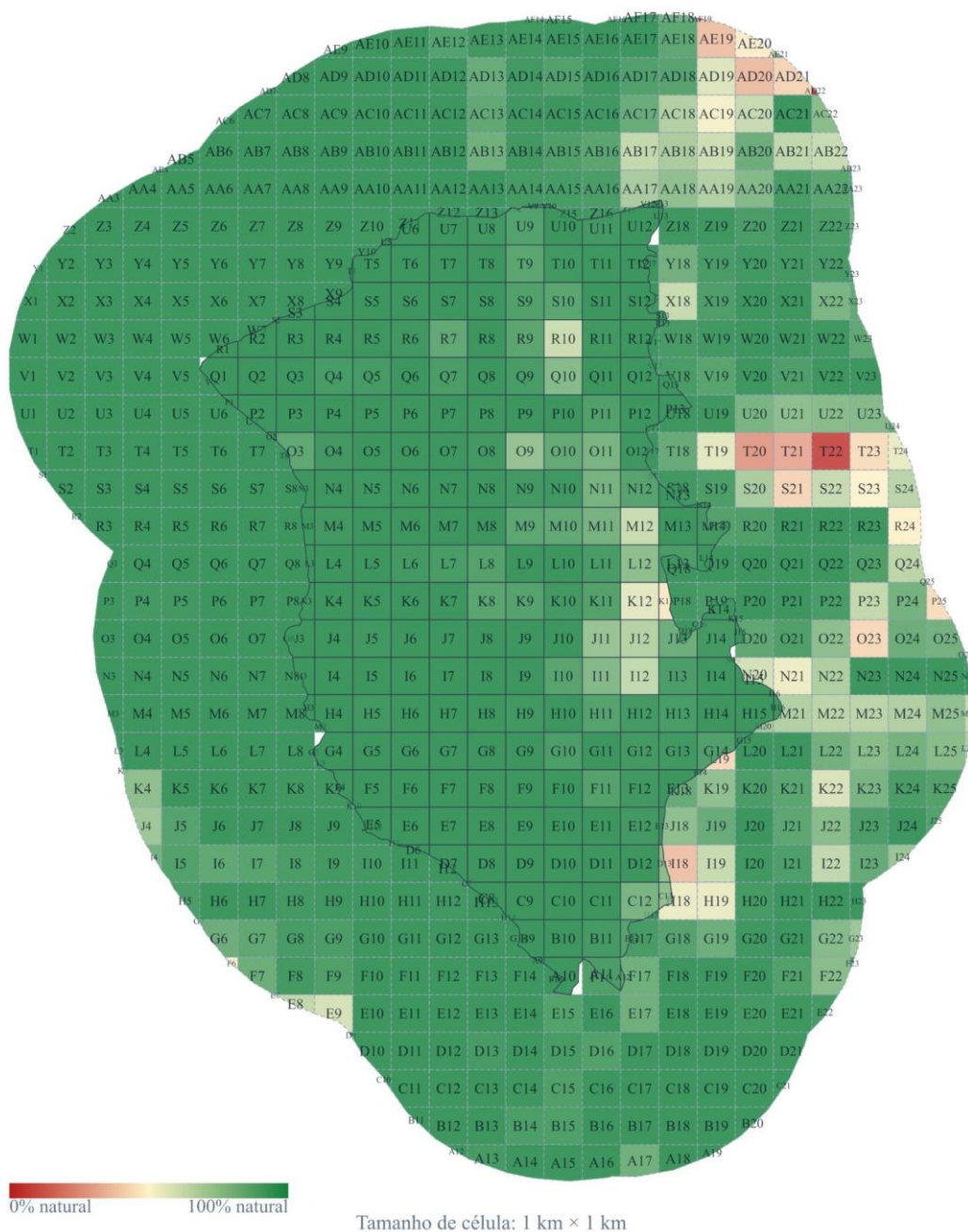


Figura 42: Proporção de cobertura natural por quadrícula do ano de 2024 — verde: predominantemente natural; vermelho: predominantemente antrópico. Células do Serra da Chapadinha com borda sólida; entorno com borda tracejada. Quadrícula = 1 km². Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, versão 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.

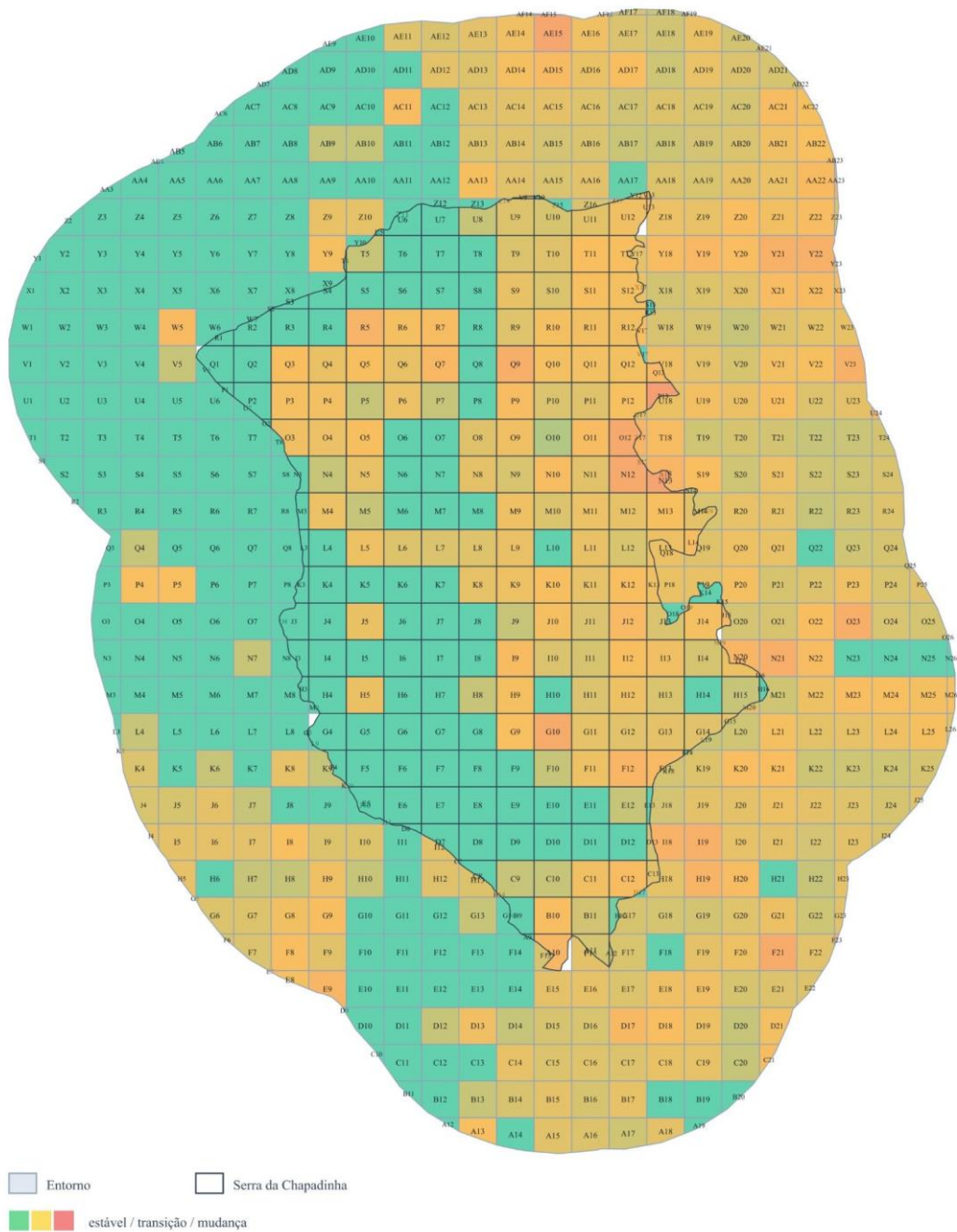


Figura 43: Índice composto de estabilidade por quadrícula de 1 km² na Serra da Chapadinha e entorno. As classes representam diferentes níveis de estabilidade temporal da cobertura antrópica ao longo da série histórica (1985–2024), variando de áreas estáveis a áreas de mudança. Dados do MapBiomas Uso e Cobertura do Solo, versão 10.1. Elaboração: CNCFIora, 2026.

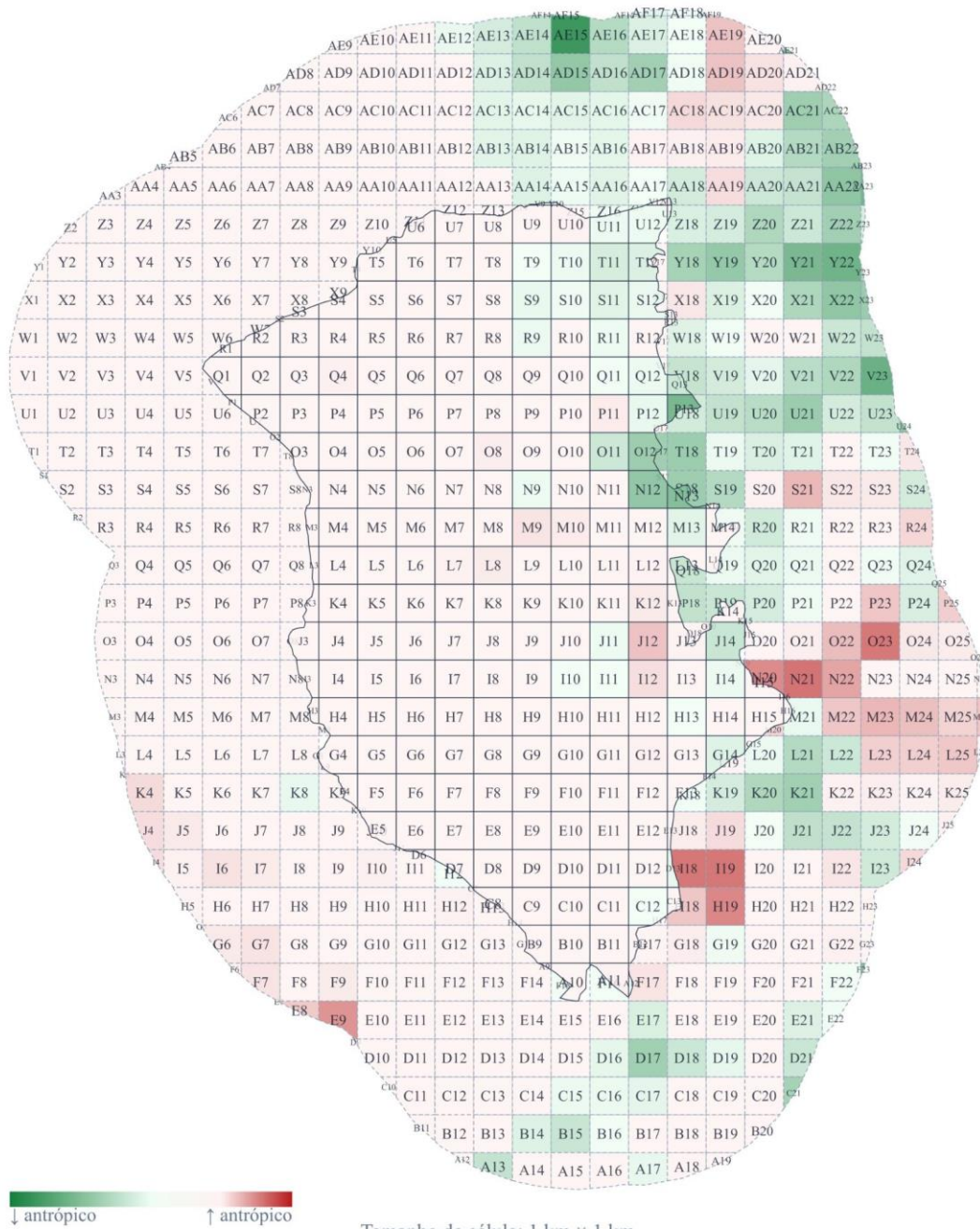


Figura 44: Tendência temporal da proporção de cobertura antrópica por quadrícula de 1 km², estimada pelo estimador de Sen. Valores negativos (verde) indicam redução da ocupação antrópica ao longo da série histórica, enquanto valores positivos (vermelho) indicam expansão. A maior parte das quadrículas apresenta tendências próximas de zero, evidenciando estabilidade espacial. As mudanças mais intensas concentram-se em poucas células periféricas, corroborando os resultados do índice composto de estabilidade. Dados do MapBiomias Uso e Cobertura do Solo, Coleção 10.1. Elaboração: CNCFlora, 2026.

4.1.16 Conclusões

A flora da Serra da Chapadinha revelou-se um conjunto de notável relevância para a conservação, não apenas pela riqueza de espécies, mas, sobretudo, pela concentração expressiva de táxons ameaçados e endêmicos associados a

ambientes altamente especializados. Dos táxons identificados, 65% são endêmicos do Brasil, e destes, 9,3% estão classificados em alguma categoria de ameaça, números que atestam o papel insubstituível da área para a proteção do patrimônio florístico nacional e regional. A dependência dessas espécies em relação a habitats restritos, como campos rupestres, afloramentos rochosos e brejos de altitude, torna a conservação da poligonal estudada uma medida urgente e estratégica para evitar perdas irreparáveis à biodiversidade brasileira.

A presença de espécies classificadas nas categorias de maior risco de extinção evidencia que a integridade ecológica da região é frágil, e que alterações no uso do solo podem comprometer populações inteiras de plantas que não ocorrem em nenhum outro lugar do planeta. Os resultados obtidos demonstram que a área atende, com folga, aos requisitos técnicos para a criação de uma unidade de conservação de proteção integral, em especial aquelas voltadas à salvaguarda de espécies ameaçadas e endêmicas, conforme estabelecido pelo SNUC (Lei nº 9.985/2000) e pelas diretrizes nacionais de conservação da biodiversidade, conforme estabelecido na EPANB (Brasil, 2000; 2025).

Em síntese, os resultados evidenciam que a Serra da Chapadinha constitui um remanescente de elevada relevância para a conservação da biodiversidade regional, apresentando predominância de cobertura natural, estabilidade temporal da paisagem e baixa ocupação antrópica. A manutenção desses atributos ao longo das últimas quatro décadas, associada aos percentuais de cobertura natural superiores aos observados no entorno, reforça a importância da área para a conservação dos ecossistemas locais e sustenta sua prioridade para ações de proteção e gestão ambiental de longo prazo.

4.2 Fauna

A fauna da Serra da Chapadinha insere-se em um contexto ecológico de elevada relevância, refletindo a diversidade e a complexidade dos ecossistemas associados à região. Situada em uma área de transição entre diferentes domínios fitogeográficos, a Serra abriga uma expressiva variedade de espécies, incluindo representantes típicos de ambientes de cerrado, caatinga, mata atlântica e campos rupestres, o que contribui para a ocorrência de elevada riqueza e heterogeneidade faunística.

Foram levantados, por meio de dados secundários oriundos de pesquisas científicas, trabalhos técnicos e plataforma de registros de fauna informações sobre a ocorrência da fauna de vertebrados na Serra da Chapadinha. Considerando a baixa disponibilidade de estudos científicos e trabalhos técnicos com ocorrência de fauna especificamente nesta área de estudo, optou-se por considerar os trabalhos contendo dados com registro de fauna nos municípios de Ibicoara, Mucugê, Itaetê e Iramaia, municípios onde a área de estudo se encontra. Além disso, as ocorrências retiradas de trabalhos realizados no Parque Nacional (PARNA) da Chapada Diamantina também foram consideradas, uma vez que esta UC se encontra adjacente à poligonal de estudo. O município de Iramaia embora não esteja diretamente na poligonal de estudo, seu limite é contíguo ao da poligonal proposta. Para os dados de ocorrência de aves, foi adicionada a plataforma eBird (Cornell Lab of Ornithology – Sullivan *et al.*, 2009) onde é possível ter acesso a informações de ocorrências de espécies de aves por município.

Além disso, é apresentado o status de conservação de cada espécie, considerando o seu grau de ameaça à extinção, seguindo a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, publicada na Portaria MMA nº 148/2022 e a Lista Oficial de Fauna Ameaçada de Extinção no Estado da Bahia, publicada na Portaria SEMA nº37/2017. Paralelamente, foram incluídas informações sobre as espécies endêmicas da Chapada Diamantina que ocorrem nas áreas citadas acima, inferindo que estas possam ocorrer na Serra da Chapadinha, considerando que a ausência de registros local pode estar relacionada à carência de estudos

realizados na região da Serra da Chapadinha. A lista de todas as espécies está presente no Anexo II.

Foi registrada a ocorrência de 629 espécies de vertebrados na região da Serra da Chapadinha, incluindo os grupos de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes. Abaixo será discutida ocorrência de cada um desses grupos taxonômicos.

4.2.1 Mastofauna

Foram identificadas 51 espécies de mamíferos ocorrentes na região, considerando representantes de roedores, primatas, marsupiais, felinos, quatis, mão-pelada, caititus, tatus e tamanduás. Das espécies catalogadas, 12 delas estão classificadas em algum grau de ameaça a extinção, incluindo duas espécies como “Criticamente ameaçada” de extinção, três espécies “Em Perigo” e sete espécies “Vulneráveis”, conforme a Lista Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção (Bahia, 2017).

Mamíferos de médio e grande porte podem encontrar na região áreas de refúgio e corredores ecológicos considerados conservados, especialmente na porção norte da poligonal, no limite com o PARNA da Chapada Diamantina e na porção sudoeste, no limite com o Parque Natural Municipal do Espalhado. Dias (2026) registrou a ocorrência de espécies de mamíferos na porção norte da poligonal da Serra da Chapadinha, por meio do registro com armadilhas fotográficas oriundas de iniciativa da ciência cidadã, incluindo mamíferos de pequeno, médio e grande porte, como o mocó (*Kerodon rupestris*), saruê (*Didelphis albiventris*), gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), onça parda (*Puma concolor*), guigó-da-caatinga (*Callicebus barbarabrownae*) e macaco-prego-do-peito-amarelo (*Sapajus xanthosternos*), dentre outras espécies (Figuras 45 a 47).



Figura 45: Mocó (*Kerodon rupestris*). Foto: Thiago Filadelfo.



Figura 46: Saruê (*Didelphis albiventris*). Foto: Thiago Filadelfo.

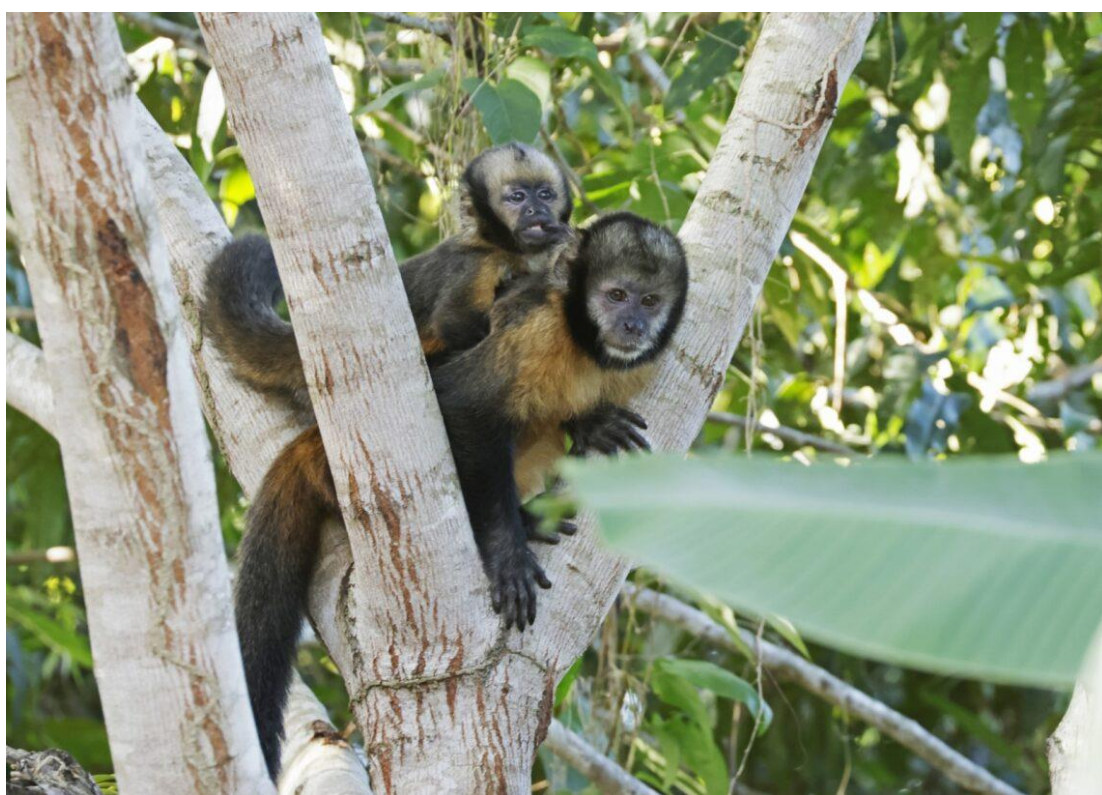


Figura 47: Macaco-prego-do-peito-amarelo (*Sapajus xanthosternos*). Foto: Cristine Prates.

Durante as atividades de campo realizadas pela equipe da SEMA e Inema, foi visualizado o registro de pegadas de uma espécie de mamífero de pequeno a médio porte (Figura 48). Além disso, no mapeamento participativo realizado pela equipe da Sema e do Inema (ver detalhes na Caracterização do Meio Socioeconômico), foram registrados a ocorrência da onça pintada melânica

(*Panthera onca*) na porção norte da poligonal e da onça parda na porção sudoeste, próximo ao Parque Natural Municipal do Espalhado.



Figura 48: Registro de pegadas de espécie de mamífero na Serra da Chapadinha. Foto: SEMA, 2026.

Estas áreas de refúgio possuem papel fundamental para permanência de espécies mais sensíveis às mudanças de paisagem, como em áreas desmatadas ou com níveis altos de antropização, funcionando como um grande corredor ecológico importante para conectar fragmentos conservados presentes nas unidades de conservação existentes no entorno da área de estudo, indicando ainda a relevância da área para a manutenção de predadores de topo e do equilíbrio ecológico regional. Destacam-se ainda os registros de primatas ameaçados de extinção, como o macaco-prego-de-peito-amarelo (*Sapajus xanthosternos*) e o guigó-da-caatinga (*Callicebus barbarabrownae*), ambos classificados como Criticamente em Perigo (Bahia, 2017), e dependentes de remanescentes florestais e matas secas bem conservadas (Coelho *et al.*, 2020; Canale *et al.*, 2021). Considerando a relevância ecológica e de conservação desta última espécie, especialmente em função da contínua redução e fragmentação de seu habitat

natural, torna-se importante apresentar algumas informações complementares acerca de sua distribuição, ecologia e principais ameaças.

- Guigó-da-caatinga (*Callicebus barbarabrownae*)

A subfamília Callicebinae inclui espécies de primatas conhecidos pelos nomes comuns de sauás, zogue-zogues ou guigós. Vivem em pequenos grupos territoriais formados por um casal de adultos e mais um a três filhotes. Os grupos possuem pequenas áreas de vida (de 0,01 km² a 0,48 km²) e percorrem curtos percursos diários (em média 600 a 700 m; Bicca-Marques & Heymann, 2013). São reconhecidos como crípticos e tímidos, de difícil detecção.

O guigó-da-Caatinga (*Callicebus barbarabrownae*) é uma espécie endêmica do Brasil (Figura 49), ocorrendo principalmente nas florestas da Caatinga da Bahia e Sergipe (Alonso *et al.*, 2022). A perda e degradação de seu hábitat fazem com que o guigó-da-Caatinga seja considerado Em Perigo de extinção no Brasil (Alonso *et al.*, 2025) e Criticamente Em Perigo de extinção tanto na Bahia (2017), quanto pela IUCN (Printes *et al.*, 2021). Existem apenas 4% da cobertura potencial de florestas na Caatinga (Araujo *et al.*, 2023) e esses remanescentes seguem diminuindo, com perda de 11% de 2005 a 2016 na área de distribuição do guigó-da-Caatinga (Alonso *et al.*, 2022). Cerca de 94% da Caatinga apresenta risco moderado a alto de desertificação (Vieira *et al.*, 2015), menos de 10% está em áreas protegidas e apenas 2% em áreas protegidas de proteção integral (CNUC, 2026).



Figura 49: Guigó-da-caatinga (*Callicebus barbarabrownae*). Foto: Cristine Prates.

Previsões apontam um declínio das áreas com clima adequado para serem habitadas pelo guigó-da-Caatinga nos próximos 50 anos, bem como perdas populacionais e alterações genéticas (Barreto *et al.*, 2022). A longo prazo, essas mudanças podem restringir a espécie para alguns últimos refúgios de sua ocorrência. O Parque Nacional da Chapada Diamantina é a única unidade de conservação de proteção integral em que o guigó-da-Caatinga já foi registrado (Alonso *et al.*, 2022).

Um estudo recente estimou o tamanho das populações do guigó-da-Caatinga dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina e a ocorrência da espécie em áreas adjacentes ao Parque (Coelho & Alonso, 2024). O parque abriga a maior população da espécie (estimada em 873 indivíduos; IC 95% = 411-1773), sendo a maior densidade registrada na área da Serra da Chapadinha dentro do PARNA (14 indivíduos/ km² de floresta). O estudo aponta a Serra da Chapadinha como área prioritária para a conservação do guigó-da-Caatinga dentro do PARNA devido à alta concentração da espécie, ao isolamento dos fragmentos de floresta remanescentes e ao histórico recente de queimadas e desmatamento.

A espécie também foi registrada em três locais da Serra da Chapadinha adjacente ao PARNA, dentro da poligonal proposta para a criação da unidade de conservação (Coelho & Alonso, 2024). O estudo recomenda a proteção e restauração das áreas florestais na poligonal proposta, ressaltando sua grande importância para a manutenção da população do guigó-da-caatinga na Serra da Chapadinha como um todo.

4.2.2 Avifauna

A região da Chapada Diamantina destaca-se como um dos principais centros de diversidade de aves do Nordeste brasileiro, resultado de sua grande heterogeneidade ambiental e posição de transição entre diferentes biomas, especialmente a Mata Atlântica e a Caatinga. A combinação de gradientes altitudinais acentuados, presença de florestas montanas, campos rupestres e brejos de altitude favorece a ocorrência simultânea de espécies típicas de distintos ambientes (Figuras 50 e 51), além de abrigar táxons endêmicos e espécies ameaçadas.

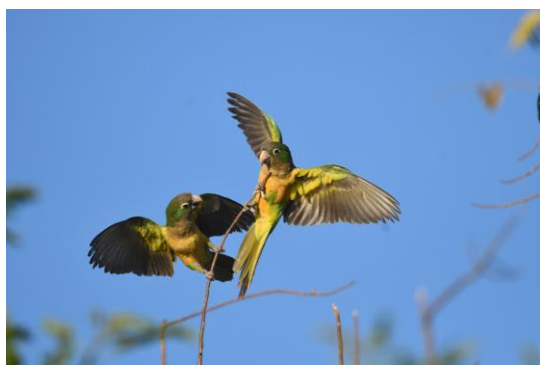


Figura 50: Periquito-da-caatinga (*Eupsittula cactorum*). Foto: Thiago Filadelfo.

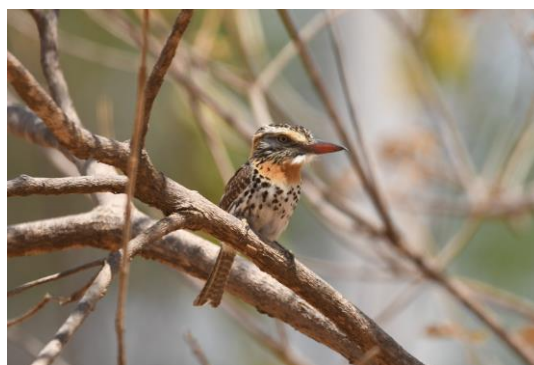


Figura 51: Rapazinho-dos-velhos (*Nystalus maculatus*). Foto: Thiago Filadelfo.

Foram registradas 411 espécies de aves com ocorrência na área de estudo, considerando espécies associadas à caatinga, campos rupestres, mata atlântica e aos ambientes de transição, bem como aves com algum grau de ameaça, como o beija-flor-marrom (*Colibri delphinae*) e a jacucaca (*Penelope jacucaca*), ambas classificadas como vulneráveis, na lista nacional de espécies ameaçadas de

extinção, a borboletinha-baiana (*Phylloscartes beckeri*) e o papa-formiga-do-sincorá (*Formicivora grantsau*) classificados como ameaçados de extinção, além de outras espécies que possuem algum outro grau de ameaça, conforme Anexo II.

Além disso, a Chapada Diamantina possui representantes endêmicos deste território, como é o caso do tapáculo-da-chapada-diamantina (*Scytalopus diamantinensis*) (Figura 52), ameaçado de extinção, e descrito recentemente pela ciência (Bornschein *et al.*, 2007), com distribuição restrita a áreas de altitude e formações florestais mais conservadas e do beija-flor-de-gravata-vermelha (*Augastes lumachella*) (Figura 53), classificado como quase ameaçado, habitando regiões de topos de montanha da Chapada Diamantina e áreas próximas (Souza *et al.*, 2009).



Figura 52: Tapáculo-da-chapada-diamantina (*Scytalopus diamantinensis*), ave endêmica da Chapada Diamantina. Foto: Cristine Prates.



Figura 53: Beija-flor-de-gravata-vermelha (*Augastes lumachella*), ave endêmica da Chapada Diamantina. Foto: Cristine Prates.

A Serra da Chapadinha se insere nesse contexto de alta riqueza de espécies que habitam diferentes gradientes da vegetação, reforçando a função da região como corredor ecológico e refúgio climático, o que contribui para a manutenção de comunidades avifaunísticas complexas e ecologicamente relevantes.

4.2.3 Herpetofauna (Anfíbios e Répteis)

A região da Serra da Chapadinha apresenta elevada relevância para a conservação da herpetofauna, abrigando uma diversidade expressiva desse grupo

associada à heterogeneidade ambiental, característica da Chapada Diamantina. A combinação de diferentes fitofisionomias, incluindo áreas de campo rupestre, caatinga, florestas estacionais e ambientes úmidos associados a nascentes e cursos d'água, favorece a ocorrência de espécies com diferentes exigências ecológicas, contribuindo para a elevada riqueza local.

Foram registradas 35 espécies de anuros (sapos, rãs e pererecas) na região da Serra da Chapadinha. Considerando que aproximadamente 12 dessas espécies possuem ocorrência restrita à região da Chapada Diamantina (Monteiro e Napoli, 2023), é possível que a área ainda abrigue espécies não descritas pela ciência ou ainda não registradas.

Ambientes serranos, associados a remanescentes de vegetação nativa, cursos d'água, áreas úmidas temporárias e gradientes altitudinais, favorecem a elevada riqueza de espécies de anfíbios, incluindo táxons endêmicos e com distribuição restrita, como é o caso das espécies *Bokermannohyla diamantina* e *Bokermannohyla oxente* (Napoli *et al.*, 2006; Lugli & Haddad, 2006) recentemente descobertas e classificadas como endêmicas da região da Chapada Diamantina (Figuras 54 e 55).

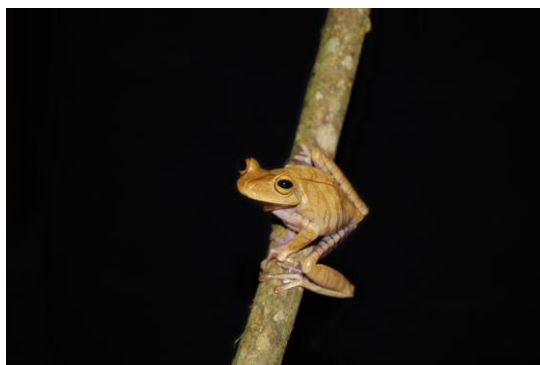


Figura 54: Espécie de perereca endêmica da Chapada Diamantina (*Bokermannohyla diamantina*). Foto: Rafael Abreu.



Figura 55: Espécie de perereca endêmica da Chapada Diamantina (*Bokermannohyla oxente*). Foto: Rafael Abreu.

Os anfíbios são reconhecidos como um dos grupos faunísticos mais sensíveis às alterações ambientais, sendo amplamente utilizados como

bioindicadores da qualidade ambiental (Dixon *et al.*, 2011., Braga *et al.*, 2022., de Moura *et al.*, 2023). Essa elevada sensibilidade está relacionada a características fisiológicas e ecológicas específicas, como permeabilidade dérmica, a dependência de ambientes úmidos para reprodução e desenvolvimento larval, além da estreita relação com variáveis microclimáticas, especialmente temperatura e umidade (Knutson *et al.*, 2004; Wells, 2007). Dessa forma, alterações na qualidade da água, fragmentação de habitats, desmatamento, queimadas, poluição, mineração e mudanças no regime hídrico podem afetar diretamente a sobrevivência e a reprodução dessas espécies.

Em regiões de altitude da Bahia, particularmente em áreas de transição entre diferentes formações vegetacionais e fitofisionomias, os anfíbios frequentemente apresentam elevada especificidade ambiental, ocupando nichos ecológicos restritos e, em muitos casos, ainda pouco conhecidos cientificamente. Assim, a manutenção da integridade dos ecossistemas naturais da Serra da Chapadinha é essencial para a conservação desse grupo, uma vez que pequenas alterações ambientais podem resultar em redução populacional, desaparecimento local de espécies e perda de processos ecológicos associados.

Quanto à diversidade de répteis, foram registradas 67 espécies, incluindo serpentes, anfisbenas e lagartos (Figuras 56 a 59), com representantes ocorrentes predominantemente da caatinga, campos rupestres e mata atlântica e a presença de espécies endêmicas da Chapada Diamantina, como o *Tropidurus mucujensis*, classificado como Em Perigo pela lista nacional e estadual de espécies ameaçadas de extinção, e a *Amphisbaena uroxena*, popularmente conhecida como cobra-de-duas-cabeças, ambas com seus primeiros registros no município de Mucugê.



Figura 56: Mussurana (*Boiruna sertaneja*).

Foto: Thiago Filadelfo.



Figura 57: Jararaca-da-seca (*Bothrops erythromelas*).

Foto: Thiago Filadelfo.



Figura 58: Cobra-de-duas-cabeças (*Amphisbaena alba*). Foto: Thiago Filadelfo.



Figura 59: Calango-de-lajedo (*Tropidurus semitaeniatus*). Foto: Thiago Filadelfo.

4.2.4 Ictiofauna

Para a ictiofauna, foram registradas 66 espécies, com ocorrência de representantes endêmicos da Chapada Diamantina, como o corró (*Geophagus obscurus*) e o bagre-cego (*Rhamdiopsis krugi*). Um destaque a esta última espécie (Figura 60), que ocorre atualmente em 12 cavernas quartzíticas da Chapada Diamantina, incluindo as que são banhadas pelo rio Una, como o Poço Encantado e a Gruta da Lapa do Bode, ambos presentes no município de Itaetê (Bichuette, 2024).

Esta espécie possui um hábitat altamente específico, sendo adaptados a ambientes cavernícolas, como a ausência/regressão de olhos e pigmentos

melânicos (Bichuette, 2024), reforçando a importância de manter esses ambientes em equilíbrio, garantindo assim a manutenção dessa espécie. Além disso, considerando a existência de registros de cavernas na área de estudo, conforme apontado na caracterização do meio físico deste trabalho, há indícios da possível ocorrência dessa espécie nesses ambientes cavernícolas, o que evidencia a necessidade de estudos específicos voltados à fauna associada a essas áreas e medidas de proteção a esses ambientes.



Figura 60: Bagre-cego (*Rhamdiopsis krugi*), espécie carvenícola emblemática da Chapada Diamantina, coletado no Poço Encantado, Itaetê. Foto: Adriano Gambarini in Bockman & Castro, 2010.

Por habitar ambientes cavernícolas com condições físico-químicas específicas, o bagre-cego sofre com diversas ameaças que afetam diretamente estas cavernas, como o turismo desordenado, poluindo os lagos que possuem baixa circulação de água, favorecendo o acúmulo de lixo e detritos (Trajano & Bichuette, 2006) e a intensa atividade de perfuração de poços artesianos, que pode levar à redução progressiva do nível do lençol freático (Bichuette & Trajano pers comm in Bockman & Castro, 2010).

4.2.5 Conservação da Fauna e os principais impactos na Serra da Chapadinha

A fauna da Serra da Chapadinha encontra-se submetida a diferentes pressões ambientais que ameaçam a manutenção da biodiversidade e o equilíbrio

ecológico da região. Considerada uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade no Brasil, a Chapada Diamantina abriga elevada riqueza de espécies, incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, especialmente associadas aos campos rupestres, caatinga, florestas estacionais, matas ciliares e ambientes aquáticos cavernícolas e de altitude.

Entre os principais impactos à biodiversidade na Chapada Diamantina destaca-se a perda e fragmentação de habitats, decorrente da expansão agropecuária, queimadas, silvicultura, mineração e ocupação desordenada do território (Sarmiento-Soares *et al.*, 2020; Da Silva Santos *et al.*, 2025). A redução da cobertura vegetal compromete áreas de alimentação, reprodução e abrigo da fauna silvestre, além de isolar populações animais e reduzir o fluxo gênico entre elas. Espécies com distribuição restrita e baixa capacidade de dispersão, como anfíbios, répteis e pequenos mamíferos, tornam-se especialmente vulneráveis a essas alterações.

Outra ameaça à fauna na área de estudo é a caça ilegal aos animais silvestres. Embora seja uma atividade histórica, utilizada como fonte de subsistência de comunidades rurais, especialmente em áreas com secas severas (Ferreira, 2014), atualmente a caça de animais silvestres é proibida pela Lei de Crimes Ambientais, considerando as suas devidas exceções (Lei nº9.605/1998). Esta prática pode ocorrer para subsistência (especialmente em regiões com alto nível de pobreza e regimes intensos de estiagem, característico do bioma Caatinga), para o controle de animais considerados prejudiciais às atividades rurais e para fins recreativos, medicinais e religiosos afetando especialmente mamíferos de médio e grande porte, aves cinegéticas e répteis (Alves *et al.*, 2009; Alves *et al.*, 2012; Souza Borges *et al.*, 2017). A remoção desses animais pode provocar desequilíbrios ecológicos significativos, reduzindo populações naturais, comprometendo a dispersão de sementes, o controle de populações de presas e outros processos ecológicos fundamentais para a manutenção dos ecossistemas locais. No mapeamento participativo construído pela equipe técnica da SEMA/Inema, foi registrado que a atividade de caça ocorria em uma maior

frequência na Serra da Chapadinha, antes da criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

A onça-parda ou sussuarana (*Puma concolor*), segundo Souza Borges *et al.* (2017), foi apontada como alvo de caça furtiva, por fazendeiros do município de Itaetê, devido principalmente à ameaça que esta espécie traz às criações de caprinos, sendo possível identificar vestígios de ataques da sussuarana aos caprinos em fazendas locais. A incidência de caça tende a ser mais elevada no bioma Caatinga, especialmente em períodos de seca prolongada, quando a produção agrícola é comprometida e há elevada mortalidade de animais domésticos por escassez de alimento e água. Nesse contexto, intensifica-se a captura de presas naturais da onça-parda (*Puma concolor*), como estratégia de subsistência às famílias locais (Alves *et al.*, 2009), reduzindo assim a oferta de alimento para esta espécie.

A Serra da Chapadinha é um retrato representativo das atividades impactantes que ocorrem na Chapada Diamantina, com exceção da magnitude das atividades agropecuárias (Da Silva Santos *et al.*, 2025). Ainda que existam áreas desmatadas destinadas ao pasto e agricultura, essas atividades ainda são de baixa magnitude, sendo possivelmente explicado pelo tipo de solo (latossolo vermelho-amarelo distrófico) de baixa fertilidade, necessitando de maiores investimentos para torná-lo fértil (consultar Caracterização do Meio Físico), e, possivelmente, pela presença do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Natural Municipal do Espalhado, que podem estar atuando como inibidores de atividades antrópicas devido ao elevado grau de restrição de uso, por serem unidades de conservação de proteção integral.

Ainda que a Chapada Diamantina espelhe um ambiente com grande disponibilidade de água, as atividades antrópicas como a agricultura irrigada (especialmente de grandes latifúndios) e o histórico de exploração garimpeira deixaram marcas nos rios, não só em sua paisagem, mas também na sua dinâmica ambiental e na biodiversidade aquática. O assoreamento dos rios intensificada no

período do garimpo, bem como o represamento de nascentes para drenagem de grandes áreas e o aumento de captação de água nos rios da região, para fornecimento de grandes ou pequenas lavouras, impactam a disponibilidade hídrica regional, comprometendo a garantia contínua deste recurso (Sarmiento-Soares *et al.*, 2020) e, conseqüentemente, ameaçando a fauna de peixes local.

Em síntese, a fauna da Serra da Chapadinha encontra-se sujeita a um conjunto de pressões antrópicas que, embora ocorram atualmente em diferentes níveis de intensidade, representam riscos significativos para a conservação da biodiversidade local. A perda e fragmentação de habitats, a caça ilegal de animais silvestres, as alterações nos recursos hídricos decorrentes de ações antrópicas, bem como outras formas de uso e ocupação do solo, comprometem a integridade dos ecossistemas e a manutenção dos processos ecológicos essenciais à sobrevivência das espécies. Tais impactos são especialmente preocupantes em uma região inserida na Chapada Diamantina, reconhecida por sua elevada riqueza biológica, elevado grau de endemismo e ocorrência de espécies ameaçadas.

4.3 Corredor Ecológico de Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para Conservação

Em escala local, considerando a área de estudo da Serra da Chapadinha, observa-se a presença de importantes fragmentos florestais distribuídos ao longo da poligonal, formando um contínuo de vegetação que se estende desde a porção norte da área, em conexão com o Parque Nacional da Chapada Diamantina, atravessa a região central e alcança o setor sudoeste, em direção ao Parque Natural Municipal do Espalhado (Figura 61). A paisagem é composta por um mosaico de fitofisionomias característico das áreas montanas da Chapada Diamantina, incluindo remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual Montana, brejos de altitude, campos rupestres e formações savânicas associadas, cuja distribuição está diretamente relacionada às variações altitudinais, topográficas e edáficas da região. A conservação desse conjunto de remanescentes é fundamental para a manutenção da conectividade ecológica da paisagem, constituindo um potencial

corredor para o deslocamento e dispersão de diversas espécies da fauna, especialmente mamíferos de médio e grande porte.

A importância desse corredor é reforçada pelos registros do guigó-da-caatinga (*Callicebus barbarabrownae*), espécie observada tanto na porção da Serra da Chapadinha inserida no Parque Nacional da Chapada Diamantina, quanto na poligonal da área de estudo, além de ocorrências registradas nas proximidades do Parque Natural Municipal do Espalhado (Coelho & Alonso, 2024). Esses registros evidenciam a relevância da manutenção da conectividade entre os fragmentos florestais existentes, assegurando a persistência das populações silvestres e contribuindo para a conservação de espécies que dependem desses ambientes, sobretudo aquelas que vêm sofrendo redução e fragmentação progressiva de seus habitats naturais.

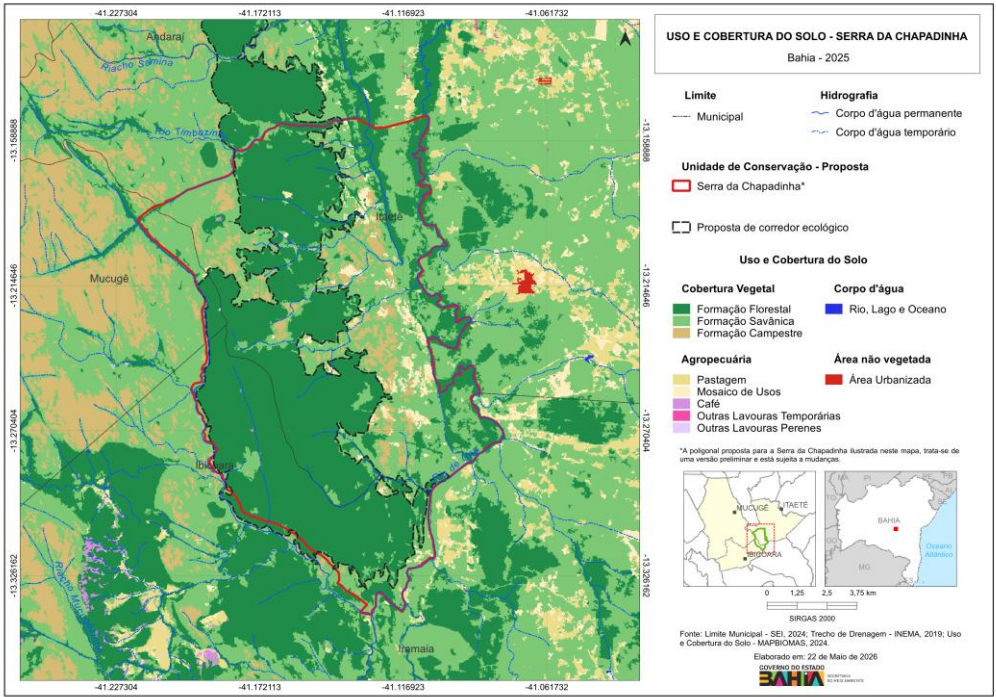


Figura 61: Presença de corredor ecológico de fragmentos florestais ao longo da Serra da Chapadinha.

Elaboração: SEMA, 2026.

A Serra da Chapadinha, inserida no contexto socioambiental da Chapada Diamantina, é reconhecida como uma área prioritária para Conservação da Biodiversidade Brasileira (MMA, 2023). Conforme atualização, em 2023, deste instrumento de política pública e planejamento ambiental do país (“Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da

Biodiversidade”), a poligonal de estudo foi classificada como uma área de importância biológica extremamente alta para a conservação e muito alta na definição de prioridades de ação, especialmente em função da presença de ecossistemas associados à caatinga e aos campos rupestres, ambientes reconhecidos pelo elevado grau de endemismo e vulnerabilidade ambiental (Figura 62).

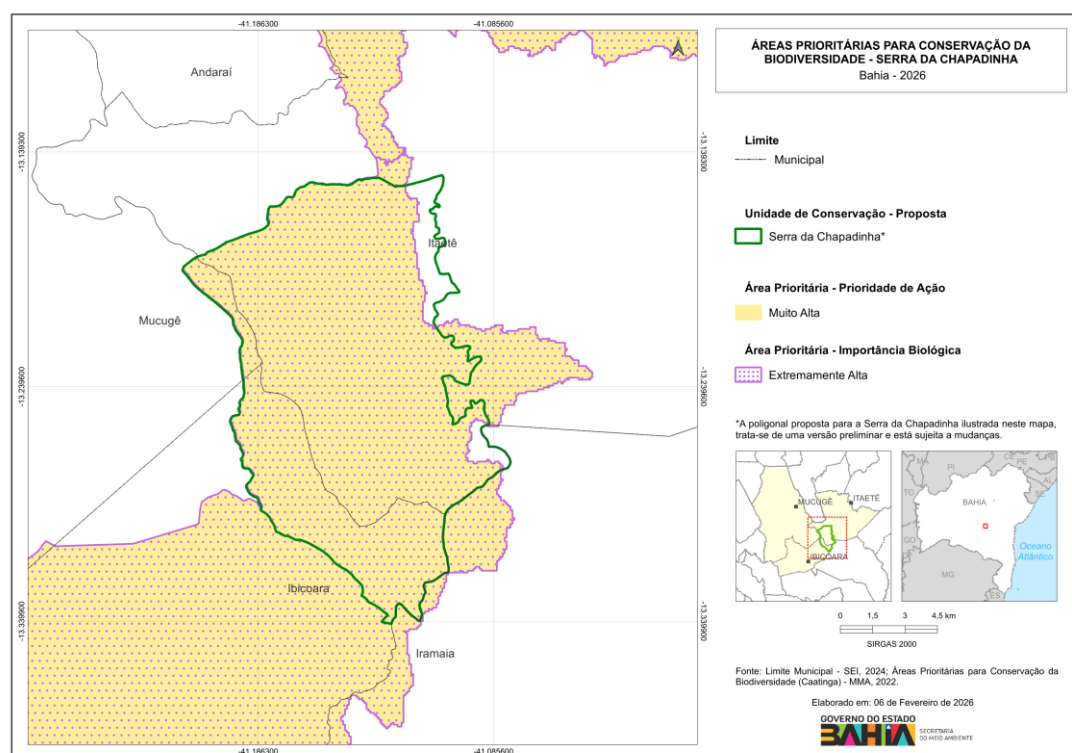


Figura 62: Mapeamento de Áreas prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade (MMA, 2023) na poligonal da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

A classificação da Serra da Chapadinha como área prioritária está relacionada à expressiva diversidade de espécies da fauna e flora, à ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas, além da importância regional para a manutenção dos recursos hídricos e conectividade de ambientes, assumindo papel estratégico para a conservação da biodiversidade da Chapada Diamantina e reforçando a importância da criação de uma unidade de conservação nesta área de alta relevância para a biodiversidade.

Além disso, a Serra da Chapadinha encontra-se inserida em uma paisagem composta por importantes áreas protegidas que se conectam umas às outras, formando um grande corredor ecológico de unidades de conservação na região da Chapada Diamantina. Dentre estas UCs incluem-se a Área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, o Parque Natural Municipal do Morro do Pai Inácio (Palmeiras), o Parque Natural Municipal da Carrapeta (Palmeiras), o Parque Natural Municipal de Mucugê, o Parque Natural Municipal de Andaraí - Rota das Cachoeiras (Andaraí) e o Parque Natural Municipal do Espalhado (Ibicoara), perfazendo uma área total estimada de 288.000 hectares de áreas protegidas (Figura 63).

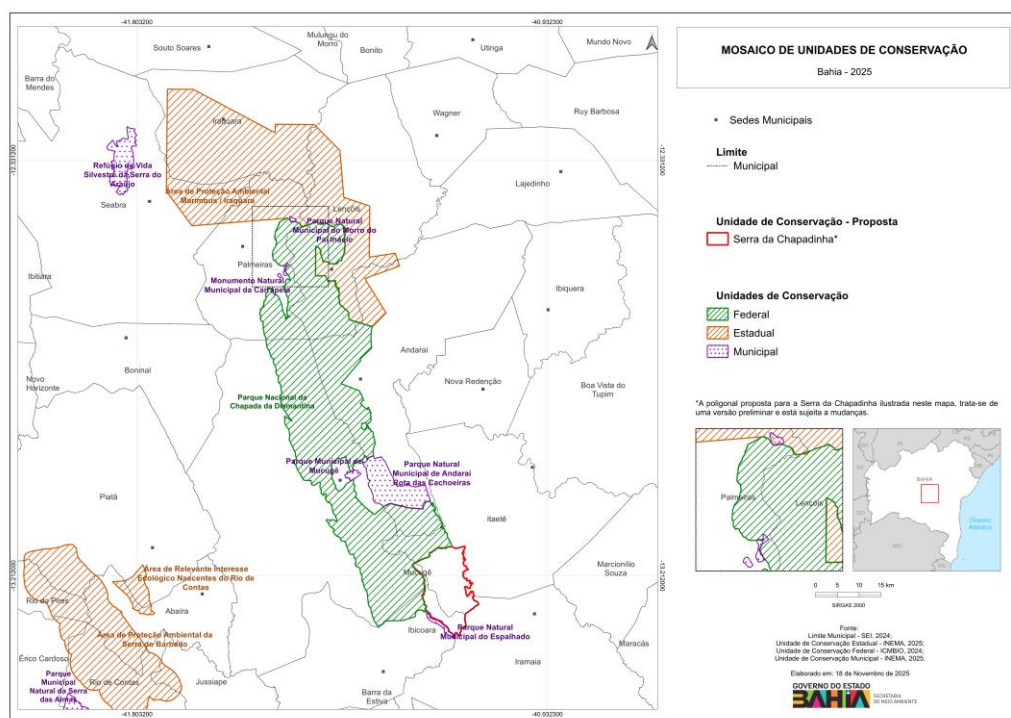


Figura 63: Conjunto de Unidades de Conservação no entorno da área de estudo da Serra da Chapadinha. Elaboração: SEMA, 2026.

Esse conjunto de unidades exerce um papel fundamental na proteção de remanescentes de vegetação nativa, nascentes, campos rupestres, matas de altitude e ambientes de transição entre Caatinga e Cerrado, formando importantes refúgios para espécies endêmicas e ameaçadas da fauna e flora regional. Além

disso, tais áreas protegidas contribuem para redução dos efeitos da fragmentação da paisagem, a proteção dos mananciais hídricos, a redução dos efeitos das mudanças climáticas e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais à região (Beier, 2012; Theobald, 2013; Belote *et al.*, 2016).

A manutenção e o fortalecimento desse mosaico de unidades de conservação são essenciais para garantir a conectividade entre fragmentos florestais e áreas naturais ainda preservadas, favorecendo o fluxo gênico de espécies, a dispersão da fauna e a resiliência ecológica frente às mudanças climáticas e aos impactos antrópicos (Brennan *et al.*, 2022). Em regiões serranas como a Serra da Chapadinha, onde há elevada heterogeneidade ambiental e ocorrência de habitats especializados, a conectividade ecológica torna-se especialmente importante para a conservação de populações isoladas e para manutenção da dinâmica ecológica regional.

Além da presença de Unidades de Conservação adjacentes em seu entorno, a Serra da Chapadinha insere-se em uma nova camada de proteção socioambiental, por estar associada às áreas reconhecidas como Reservas da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e da Caatinga (RBCA), títulos concedidos pela UNESCO por meio do Programa Homem e a Biosfera (Man and the Biosphere Programme – MAB) (Figura 64). Essas reservas possuem como principal objetivo conciliar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo estratégias integradas de proteção ambiental, pesquisa científica, valorização das populações locais e desenvolvimento sustentável.

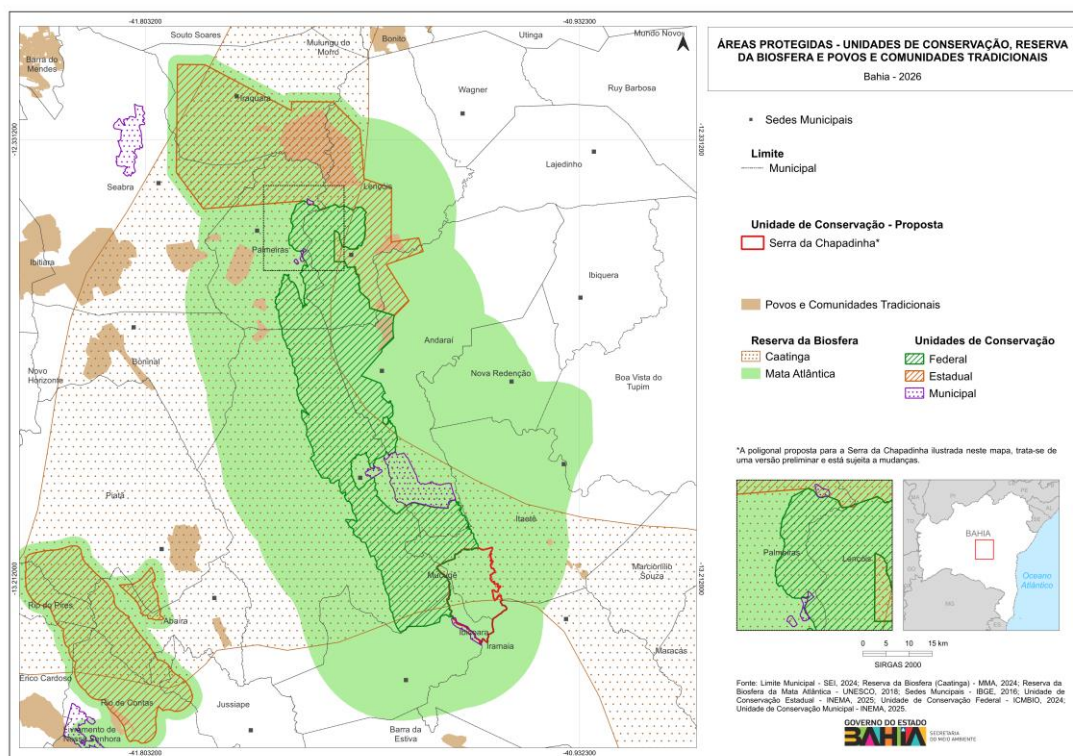


Figura 64: Presença das Reservas da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e da Caatinga (RBCA) na poligonal da área de estudo. Elaboração; SEMA, 2026.

Referências Bibliográficas - Meio Biológico

ALVES, A. O.; AZEVEDO, T. C. Desvendando o território de identidade da Chapada Diamantina, Bahia: história política e conservação ambiental. *Espaço em Revista*, Catalão, v. 26, n. 2, p. 90–111, 2024.

ALVES-ARAÚJO, A.; NICHIO-AMARAL, R. *Pouteria* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

ALVES, R. R. N.; GONÇALVES, M. B. R.; VIEIRA, W. L. S. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido brasileiro. *Tropical Conservation Science*, v. 5, n. 3, p. 394–416, 2012.

ALVES, R. R. N.; SANTANA, G. G.; ALMEIDA, W. O.; NETO, N. L.; VIEIRA, W. L. S. Reptiles used for medicinal and magic religious purposes in Brazil. *Applied Herpetology*, v. 6, n. 3, p. 257–274, 2009.

AZEVEDO, C. O.; VAN DEN BERG, C. Análise comparativa de áreas de campo rupestre da Cadeia do Espinhaço (Bahia e Minas Gerais, Brasil) baseada em espécies de Orchidaceae. *Sitientibus Série Ciências Biológicas*, v. 7, n. 3, p. 199–210, 2007.

BABINI, M. S. et al. Health status of tadpoles and metamorphs of *Rhinella arenarum* (Anura, Bufonidae) that inhabit agroecosystems and its implications for land use. *Ecotoxicology and Environmental Safety*, v. 118, p. 118–125, 2015.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Portaria nº 37, de 15 de agosto de 2017. Publica a Lista Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, BA, 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/inema/2017/08/sema-publica-lista-de-especies-da-fauna-ameacadas-de-extincao-do-estado-da-bahia>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BASTOS, C. J. P.; YANO, O.; BÔAS-BASTOS, S. B. V. Briófitas de campos rupestres da Chapada Diamantina, estado da Bahia, Brasil. *Brazilian Journal of Botany*, v. 23, p. 359–370, 2000.

BEIER, P. Conceptualizing and designing corridors for climate change. *Ecological Restoration*, v. 30, n. 4, p. 312–319, 2012. DOI: 10.3368/er.30.4.312.

BELOTE, R. T. et al. Identifying corridors among large protected areas in the United States. *PLoS ONE*, v. 11, n. 4, e0154223, 2016. DOI: 10.1371/journal.pone.0154223.

BICHUETTE, M. E. It's time for dinner, a particular and seasonal feeding habit of a threatened troglobitic catfish from Brazil, *Rhamdiopsis krugi* Bockmann & Castro 2010 (Ostariophysi, Siluriformes). *Fishes*, v. 9, n. 12, p. 494, 2024.

BOCKMANN, F. A.; CASTRO, R. M. C. The blind catfish from the caves of Chapada Diamantina, Bahia, Brazil (Siluriformes: Heptapteridae): description, anatomy, phylogenetic relationships, natural history, and biogeography. *Neotropical Ichthyology*, v. 8, n. 4, p. 673–706, 2010.

BRAGA, R. R. et al. *Leptodactylus macrosternum* (Anura: Leptodactylidae) as a bioindicator of potentially toxic chemical elements in irrigated perimeters in northeastern Brazil. *Environmental Chemistry and Ecotoxicology*, v. 4, p. 124–131, 2022. DOI: 10.1016/j.eneco.2022.02.003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Atualizada pela Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2022. Disponível em: <Portal de Espécies Ameaçadas do MMA>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 138, p. 1, 19 jul. 2000. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB 2025–2030. Brasília, DF: MMA, 2025. 153 p. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

BRENNAN, A. et al. Functional connectivity of the world's protected areas. *Science*, v. 376, n. 6597, p. 1101–1104, 2022.

CANALE, G. R. et al. *Sapajus xanthosternos* (amended version of 2020 assessment). *The IUCN Red List of Threatened Species*, p. e-T4074A192592138, 2021.

CARDOSO, D. B. O. S.; SÃO-MATEUS, W. M. B.; QUEIROZ, L. P. *Harpalyce* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

CARDOSO, P. H.; SALIMENA, F. R. G. *Stachytarpheta* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026a. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

CARDOSO, P. H.; SALIMENA, F. R. G. *Stachytarpheta* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026b. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

CARVALHO, T. D.; LEITE, F. S. F.; PEZZUTI, T. L. A new species of *Leptodactylus* Fitzinger (Anura, Leptodactylidae, Leptodactylinae) from montane rock fields of the Chapada Diamantina, northeastern Brazil. *Zootaxa*, v. 3701, n. 3, p. 349–364, 2013.

CITES – CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO. Apêndices I, II e III. 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

CONCEIÇÃO, A. A.; PIRANI, J. R. Diversidade em quatro áreas de campos rupestres na Chapada Diamantina, Bahia, Brasil: espécies distintas, mas riquezas similares. *Rodriguésia*, v. 58, n. 1, p. 193–206, 2007.

CPLPMAB – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – PROGRAMA MAN AND THE BIOSPHERE. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

DE MOURA, G. J. B. et al. Anurans as bioindicators of the effect of hazardous waste discharge in the waters of the Gurjaú State Reserve, northeastern Brazil. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 14, n. 4, p. 29–37, 2023.

DIAS, D. M. Mastofauna da Serra da Chapadinha: quando a ciência cidadã revela uma paisagem que precisa ser protegida. *Biodiversidade Brasileira*, v. 16, n. 2, e2896, 2026. DOI: 10.37002/biodiversidadebrasileira.v16i2.2896.

DIXON, A. D. et al. Anurans as biological indicators of restoration success in the Greater Everglades ecosystem. *Southeastern Naturalist*, v. 10, n. 4, p. 629–646, 2011. DOI: 10.1656/058.010.0404.

FERREIRA, H. F. *A caça no Brasil: panorama histórico e atual*. 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FIDANZA, K.; MARTINS, A. B.; ALMEDA, F. *Lavoisiera* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

FORZZA, R. C. *Cottendorfia* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

FUNCH, L. S.; RODAL, M. J. N.; FUNCH, R. R. Floristic aspects of forests of the Chapada Diamantina, Bahia, Brazil. In: THOMAS, W. W. (ed.). *The Atlantic Coastal*

Forest of Northeastern Brazil. Bronx: The New York Botanical Garden Press, 2008. p. 193–214.

GIULIETTI, A. M. *Leiothrix* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

GOLDENBERG, R. *Rupestrea* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

GOLDENBERG, R.; SILVA-GONÇALVES, K. C.; MICHELANGELI, F. A. *Pterolepis* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

GUEDES, F. M. et al. *Utricularia* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

HARLEY, R. M.; SIMMONS, N. A. *Florula of Mucugê: Chapada Diamantina - Bahia, Brazil*. Kew: Royal Botanic Gardens, 1986.

JACQUES, E. L. *Begoniaceae* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

KNUTSON, M. G. et al. Agricultural ponds support amphibian populations. *Ecological Applications*, v. 14, p. 669–684, 2004.

LOEUILLE, B. F. P. *Paralychnophora* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026a. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

LOEUILLE, B. F. P. *Paralychnophora* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026b. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

LOEUILLE, B. F. P. *Lychnophorella* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026c. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

LOEUILLE, B. F. P.; NAKAJIMA, J. *Heterocoma* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

LOUZADA, R. B.; TARDIVO, R. C. *Sincoraea* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

LUGLI, L.; HADDAD, C. F. B. A new species of the *Bokermannohyla pseudopseudis* group from central Bahia, Brazil (Amphibia, Hylidae). *Herpetologica*, v. 62, n. 4, p. 453–465, 2006.

MAPBIOMAS BRASIL. Coleção 10.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil (1985–2024). 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 25 maio 2026.

MIOLA, D. T.; RAMOS, V. D.; SILVEIRA, F. A. A brief history of research in campo rupestre: identifying research priorities and revisiting the geographical distribution of an ancient, widespread Neotropical biome. *Biological Journal of the Linnean Society*, v. 133, n. 2, p. 464–480, 2021.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA; INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO (JBRJ); CENTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA FLORA (CNCFLORA). *Relatório sobre a flora ameaçada da região da Serra da Chapadinha, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil*. Relatório técnico-científico conduzido pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), como subsídio à proposta de criação de unidade de conservação na Serra da Chapadinha, Chapada Diamantina, Bahia. Rio de Janeiro: CNCFlora/JBRJ, 2026.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022. Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 108, p. 74, 8 jun. 2022. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

NAPOLI, M. F.; JUNCA, F. A. A new species of the *Bokermannohyla circumdata* group (Amphibia: Anura: Hylidae) from Chapada Diamantina, state of Bahia, Brazil. *Zootaxa*, v. 1244, n. 1, p. 57–68, 2006.

PACIFICO, R.; FIDANZA, K. *Cambessedesia* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026a. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

PACIFICO, R.; FIDANZA, K. *Cambessedesia* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026b. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

PARECER n. 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU. *Revista da Advocacia Pública Federal*, v. 6, n. 1, p. 296–339, 2022. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

RBMA – RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

RBRB – REDE BRASILEIRA DE RESERVAS DA BIOSFERA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

ROMERO, R. et al. *Microlicia* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

SARMENTO-SOARES, L. M.; SANTOS, A. C. A.; MARTINS-PINHEIRO, R. F. Rios e peixes do Paraguaçu na Chapada Diamantina: conservação e perspectivas. *Boletim Sociedade Brasileira de Ictiologia*, v. 134, p. 16–57, 2020.

SILVA SANTOS, B. A. et al. Land use and land cover dynamics in the Chapada Diamantina National Park and buffer zone, Bahia, Brazil. *TreeDimensional Journal*, v. 15, e025283, 2025. DOI: 10.55746/treed.2025.10.283.

SILVEIRA, F. A. O. et al. Ecology and evolution of plant diversity in the endangered campo rupestre: a neglected conservation priority. *Plant and Soil*, v. 403, p. 129–152, 2016.

SOARES, K. P. *Syagrus* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

SOUZA BORGES, L. de et al. Quando o predador se torna presa: conflito entre fazendeiros e a onça-parda (*Puma concolor*, Linnaeus, 1771) no Nordeste do Brasil. *Ethnoscientia - Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology*, v. 2, n. 1, 2017.

SULLIVAN, B. L. et al. eBird: a citizen-based bird observation network in the biological sciences. *Biological Conservation*, v. 142, n. 10, p. 2282–2292, 2009.

TAUCCE, P. P. et al. A new rupicolous species of the *Pristimantis conspicillatus* group (Anura: Brachycephaloidea: Craugastoridae) from central Bahia, Brazil. *Journal of Herpetology*, v. 54, n. 2, p. 245–257, 2020.

THEOBALD, D. M. A general model to quantify ecological integrity for landscape assessments and US application. *Landscape Ecology*, v. 28, p. 1859–1874, 2013. DOI: 10.1007/s10980-013-9941-6.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Man and the Biosphere Programme (MAB). 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

VALE, R. C. M.; LOBÃO, J. S. B.; ROCHA, W. J. S. F.; NOLASCO, M. C. Contribuições das geotecnologias ao zoneamento ambiental do setor sul do Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA. *Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise*, n. 16, p. 149–165, 2008.

WELLS, K. D. *The ecology and behavior of amphibians*. London: The University of Chicago Press, 2007.

ZAPPI, D.; TAYLOR, N. P. *Cactaceae* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <>. Acesso em: 21 maio 2026.

ZELENSKI, A. *Piriqueta* in Flora e Funga do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <>. Acesso em: 18 maio 2026.

5. Caracterização do Meio Socioeconômico

5.1 Introdução

Como trabalho preliminar, ao Estudo do meio Socioeconômico foi realizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental que é uma técnica própria da pesquisa descritiva (Cervo e Bervian, 1983). Para tanto foram consultados o Plano de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia (elaborado pela SEDUR), o Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (em elaboração pelo INEMA) e o Relatório Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia, elaborados pela SEMA-BA. Além disso, foram levantadas informações técnicas junto à DIRRE/INEMA quanto aos atos autorizativos na área de estudo.

A partir da análise dos documentos e levantamento de informações públicas nos órgãos (FUNAI, INCRA, FCP, IBGE) foi elaborada uma proposta de Mapeamento Participativo no território com os seguintes objetivos:

- Informar aos moradores da serra da Chapadinha, dos Projetos de Assentamento (PAs) Baixão, Valdete Correia e Boa Sorte Una sobre o projeto de criação de uma Unidade de Conservação;
- Identificar e avaliar os usos realizados na área de estudo por moradores dos PAs, moradores inseridos na área de estudo, comunidades tradicionais;
- Verificar a existência de procedimento próprio das comunidades tradicionais para consulta, livre prévia e informada.

O Mapeamento Participativo foi realizado utilizando-se técnicas da cartografia social para espacialização e avaliação dos usos da área de estudo e seu entorno. A partir de entrevistas abertas, entrevistas estruturadas e oficinas nos projetos de assentamento, as informações foram compartilhadas e complementadas.

Para complementação de informações institucionais quanto à previsão de grandes projetos na área de estudo foi realizada reunião interinstitucional com a participação da SEDUR, SETUR, SEAGRI, SDR, SDR/SDA, SDE, CBPM. Além de reuniões individualizadas com o INCRA e SDR/SDA.

5.1.1 Histórico de ocupação do território

A diversidade da natureza no território da serra do Sincorá e seus sertões se reflete na sua diversidade sócio-histórica-cultural. Os registros demonstram que pelo menos povos Tapuias (o grupo dos Maracás), Payayás (Maracarus), Tupinaês, Tupis (Tupinambá), Cariris e Guerém ocuparam esse território (Banaggia, 2013; Nascimento, 2025; Souza Pedreira, 2010). Mais especificamente, as terras da cabeceira do rio Paraguaçu e da serra do Sincorá eram ocupadas pelos povos Maracás (MMA, 2007).

Além do manejo da floresta, esses povos deixaram seus registros ao longo da serra do Sincorá através de grafismos rupestres diversos “que funcionavam eficazmente aos fins de comunicação” (Etchevarne, s/aa, p.1), como ocorre na serra da Chapadinha, desde o Vale do Caboclo (Anexo 3) até a Pedra do Caboclo (Figura 65).



Figura 65. Registro da presença de povos originários na serra da Chapadinha, detalhe de grafismo rupestre na Pedra do Caboclo. Foto: Sema, 2026.

A denominação do território da serra do Sincorá (nome de origem indígena que pode significar fome (MMA, 2006), pelo colonizador está diretamente relacionada à sua geodiversidade e ao seu processo mais recente de ocupação econômica, a partir do século XIX.

Essa atividade de exploração mineral que originou o nome Chapada Diamantina modificou o território deixando marcas que expõem a história geológica do Proterozóico Médio do planeta (Santos, 2010).

Além das marcas na geologia, o registro da história colonial, demonstra que desde o século XVI ocorreram incursões de bandeirantes pela região da Chapada Diamantina em busca de minerais e para dominação de populações indígenas que implicou diretamente em lutas e massacres dos povos que defendiam seus territórios (MMA, 2007).

A confluência das águas no território foi caminho dessas expedições colonizadoras. Os primeiros conflitos entre indígenas e colonizadores no território da área de estudo ocorreu em 1561, com a expedição de Vasco Rodrigues Caldas que chegou até o atual território de Andaraí e Itaetê, mas foram expulsos pelos Tupinaés (MMA, 2007; Souza Pedreira, 2010).

Como recompensa a essas conquistas, os bandeirantes recebiam doações de sesmarias de terras pela coroa portuguesa (MMA, 2007). A partir do século XVII, os exploradores passaram a subir o território pelo rio São Francisco abrindo trilhas para a criação de gado e posteriormente para o fluxo de exploração de ouro e diamante que também subiu pelo rio Paraguaçu, com fluxos vindos do recôncavo baiano (MMA, 2007).

Essas sesmarias passaram a se constituir nas primeiras fazendas de gado ao longo dos rios Paraguaçu e Roncador. Até o final do século XVII, a bacia do Paraguaçu já havia sido doada e distribuída a proprietários privados sendo a primeira atividade agropastoril, entretanto essa ocupação era bastante rarefeita, especialmente nas áreas montanhosas (MMA, 2007; Banaggia, 2013; IPHAN, 2023; Mascarenhas, 2024; Souza Pedreira, 2010)

Em 1820, os naturalistas alemães Spix e Martius confirmaram o potencial diamantífero da serra do Sincorá (MMA, 2007; Banaggia, 2013). E em 1844 ocorre a descoberta de diamantes no córrego Cumbucas (rio Mucugê), por José Pereira do Prado, conhecido como Cazuzinha Prado, inaugurando a exploração de diamantes em larga escala. Vale destacar que até 1832, quando da extinção da Intendência dos Diamantes, órgão que controlava a extração da pedra no território nacional, a mineração de diamantes era uma atividade formalmente proibida (IPHAN, 2023).

Esse movimento impulsionou a ocupação por bandeirantes baianos (latifundiários da cana-de-açúcar que mudavam de ramo de produção em busca de melhores rendimentos), paulistas e mineiros (já experientes na atividade mineradora), formando núcleos urbanos do território, com estimativa de emigração de mais de 50 mil pessoas (MMA, 2007; Banaggia, 2013).

Ressaltando que os dados não consideraram as pessoas escravizadas que foram deslocadas involuntariamente pelos novos ocupantes, e que formavam uma parte expressiva da população, portanto esse número pode ter sido bem maior (IPHAN, 2023; Banaggia, 2013).

Além dessa população escravizada, pessoas livres também se integraram à exploração mineral de maneira clandestina. Isto porque, a estrutura fundiária restringia a posse dos garimpos a poucos, daí vem o termo garimpo, de grimpá, topo da serra, que lhes permitia vigiar a chegada das autoridades, portanto, “o termo garimpeiro servia para identificar um trabalhador que agia na ilegalidade.” (IPHAN, 2023, p. 32).

Com o declínio da exploração de ouro, a produção diamantífera se expandiu ao sul, a partir de Mucugê intensificando a povoação em Xique-Xique (Igatú), Andaraí e Lençóis até o Morro do Chapéu, definindo, assim, o território da Chapada Diamantina (Souza Pedreira, 2010).

Os novos núcleos originaram basicamente a criação das quatro vilas que compuseram as Lavras Diamantinas: em 1847, a Vila de Santa Izabel do Paraguaçu (Mucugê); em 1856, a Comercial Vila dos Lençóis (Lençóis); 1884, a Vila de Andaraí (Andaraí) e, em 1890, a Vila Bela das Palmeiras (Palmeiras). O aumento da população levou à necessidade de produção agrícola desenvolvendo circuitos comerciais (MMA, 2007).

Após o período de apogeu das lavras diamantíferas que teve Lençóis como a “capital das Lavras Diamantinas”, a atividade passou por um longo período de decadência, motivada pela queda do preço do diamante no mercado mundial, em decorrência da descoberta de jazidas na África do Sul em 1866 (IPHAN, 2023).

Após esse período houve uma retomada da lavra, pela valorização do carbonado¹ usado nas brocas de perfuração para construção do canal do Panamá

¹ O carbonado é uma rocha negra, encontrada também nas Lavras, mineral de dureza incomparável, que era desprezado quando encontrado em meio ao cascalho do garimpo, mas passou a ser utilizado na construção civil, para perfuração de rochas, na indústria, como elemento resistente para as máquinas e construções que alavancavam a Revolução Industrial, utilizado na perfuração de túneis como o Canal de Suez e na construção do metrô em Londres (IPHAN, 2023).

em 1880, e metrô na Europa. Essa nova retomada teve o seu auge próximo a 1920, quando na região foram registrados cerca de 60.000 habitantes. Porém, com o advento das brocas de tungstênio, em 1944, há um novo período de estagnação econômica gerando uma segunda emigração mais intensa (Santos, 2020).

Durante o período de crescimento ou estagnação, a mão-de-obra (antes ou no pós-abolição) quando não se ocupava da exploração mineral estava na lavoura ou pecuária nas fazendas da região ou em roças de subsistência, as quais também serviam para prover algum abastecimento aos comércios locais (IPHAN, 2023; Souza Pedreira, 2010; 2015). Modelo semelhante ao que ocorria em outros modelos de ocupação colonial, a exemplo da cana-de-açúcar no Recôncavo, onde os trabalhadores escravizados cultivavam pequenas roças nos interstícios das grandes fazendas e comercializavam sua produção (Santos, 2023).

Importante registrar que essa ocupação agrícola não repercutiu numa reconfiguração agrária, isso porque a partir da Lei de Terras de 1850, as terras não-ocupadas do governo central foram transferidas para os Estados locais e depois passadas às oligarquias regionais e não permitia a aquisição por pessoas pobres ou escravizadas (Germani, 2006; Guimarães, 2012; Souza Pedreira, 2015).

Do mesmo modo, o sucesso da lavra diamantina não se refletia em melhores condições para os garimpeiros que permaneciam passando por dificuldades e privações, visto que o acúmulo de riquezas ficava restrito aos donos de grandes garimpos e pedristas (vendedores de diamantes) (IPHAN, 2023).

Já na metade do século XX, o centro da mineração na Chapada Diamantina passa por uma nova fase crítica e a população volta-se para a agricultura, especialmente para o cultivo de café, frutas e cereais (Banaggia, 2013).

De acordo com MMA (2007), em 1970, a população do território é de 38.474 habitantes sendo o maior núcleo habitado em Andaraí, variando entre 19 a 22 mil habitantes, em decorrência da agricultura. Com cerca de 3 mil pessoas em Lençóis e no “núcleo urbano do município de Mucugê, a situação era de abandono”.

Nesse período, a partir de políticas promovidas pelo Estado na década de 70, a atividade turística na região é implementada ganhando impulso com o tombamento do município de Lençóis pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Nacional (MMA, 2007).

Importante registrar que a sociedade civil exerceu um papel importante nesse processo, com participação dos moradores de Lençóis organizados no Movimento de Criatividade Comunitária impulsionados por um voluntário do *Peace Corps* norte-americano para obtenção desse tombamento, registrado no final do ano de 1973 (Banaggia, 2013).

Enquanto ocorria essa virada econômica em Lençóis, os municípios de Mucugê, Andaraí e Palmeiras investiram no desenvolvimento da agricultura irrigada de café, batata, milho e tomate. E no caso de Mucugê foram também iniciadas atividades de extrativismo vegetal e comércio da sempre-viva-de-mucugê (*Syngonanthus mucugensis*), que foi exportada em grandes quantidades para Japão, Estados Unidos e Europa, espécie que hoje se encontra com *status* de ameaçada de extinção (MMA, 2007; Pedreira Souza, 2010).

Vale salientar que Mucugê paralelamente buscou o caminho da valorização do patrimônio cultural com o tombamento da cidade em 1980, pela arquitetura de tipo colonial e os registros históricos do ciclo do garimpo entre os séculos XIX e XX (Pedreira Souza, 2010).

Entretanto, mesmo diante desse novo cenário, a atividade de mineração se mantinha como uma sombra no cenário socioeconômico do território. Conforme MMA (2007) havia uma estimativa de 1,6 milhões de quilates de diamantes na década de 1980, com viabilidade econômica por extração por dragas que terminou por atrair a instalação de garimpo mecanizado.

A implantação da atividade, em substituição ao garimpo tradicional trouxe grande modificação ao território, especialmente nos aluviões no pé da serra onde a lavra era realizada, por outro lado se concretizou como uma oportunidade para

retorno de pessoas da região que haviam migrado para o trabalho em dragas no Mato Grosso, Goiás e Paraná (MMA, 2007; Banaggia, 2013; Santos, 2020).

Esse cenário de industrialização do garimpo e modificação drástica no território em contraponto ao processo de interiorização do turismo iniciado pelo estado na década de 70, em culminância com parte da sociedade civil que queria o turismo resultou na criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 1985 (MMA, 2007).

A criação também ocorreu a partir de demanda da sociedade civil, em 1979, um ambientalista estrangeiro voluntário do *Peace Corps* morador de Lençóis e em conexão com movimentos ambientalistas da década de 1980, escreveu uma carta à presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) informando a relevância ambiental da região (Banaggia, 2013). Após visitas realizadas pelo Instituto, em 1981 e 1982, a proposta de delimitação da Unidade de Conservação (UC) foi definida como Parque Nacional, ampliada posteriormente para os municípios de Ibicoara e Itaetê, além da ampliação das áreas de Mucugê (Nascimento, 2025).

A criação do Parque, em 1985, trouxe a primeira proibição das atividades de extrativismo vegetal e mineral, iniciando-se um período de enfrentamento ao garimpo de draga, mais uma vez com participação da sociedade civil, especialmente ambientalistas que reivindicavam fiscalizações, considerando o assoreamento e poluição dos rios e a poluição sonora pela utilização de explosivos (MMA, 2007).

O fechamento da operação dos motores-bomba (dragas) e controle do território pelo órgão ambiental só aconteceu de fato em 1996 (Banaggia, 2013; Santos, 2020).

Entretanto, de acordo com Nascimento (2025) esse processo de criação do Parque teve reflexos diretos no modo de vida de populações que realizavam práticas tradicionais de subsistência afetando a geração de renda. Com a

reestruturação material e simbólica do território, a partir da criminalização do garimpo, a nova atividade econômica, o turismo, excluiu parte significativa das populações tradicionais, segundo Nascimento (2025).

O cenário do território até o final da década de 1990 reproduziu o longo processo colonial de distribuição de terras com concentração nas mãos de alguns proprietários e os trabalhadores rurais vivendo em condições de pobreza extrema (Souza Pedreira, 2015). No início dos anos 2000 se intensifica o processo de criação dos projetos de assentamento no território para redistribuição das terras e reordenamento agrário.

5.1.2 História de criação das cidades da área de estudo

Mucugê

O município surgiu a partir das terras do latifúndio do Sargento-Mor Francisco José da Rocha Medrado, que desenvolveu a criação de gado. Até 1848 era pouso dos garimpeiros quando foi tornada vila com o nome de Santa Isabel do Paraguassu. Em 1890 foi elevada à cidade.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: São João do Paraguassu, Cascavel, Guiné e João Correia, e somente a partir da Lei Estadual n.º 1226, de 23/08/1917 passou à denominação de Mucugê em referência ao Rio Mucugê que, por sua vez, tem seu nome oriundo de uma fruta local chamada mucugê, do tupi *mukuié* (MMA, 2007; Mucugê, 2017).

No decorrer de sua história, Mucugê teve seu território desmembrado para formar os municípios de Maracás (1855), Lençóis (1856), Brejo Grande (atual Ituaçu), Andaraí (1884), Barra da Estiva (1890) e Ibicoara (1962).

Itaetê

A cidade surgiu no final do século XIX, a partir de uma povoação denominada Tamanduá, às margens do Rio Paraguaçu, que por sua vez teve origem a partir de uma feira instalada junto a catedral de Santa Lorena, para comercialização de diamantes e ervas típicas do semiárido com valor medicinal (Itaetê, 2017).

A construção de um ramal da estrada de ferro que ligava o anterior povoado de Bandeira à cidade de Cachoeira no início do século XX promoveu o desenvolvimento da localidade que se chamava por Tamanduá, como ponto de apoio de tropas que vinham de núcleos urbanos se transformando mais tarde no distrito de Rumo e nos povoados de Colônia, Bananeiras, Bandeira de Melo e Almecega (MMA, 2007).

Até 1933 o município era distrito de Andaraí sob a denominação de Iguassu passando a denominar-se Itaetê, somente em 1944, palavra de origem tupi-guarani que significa 'pedra dura', 'duríssima'. Foi elevado à categoria de município em 1961, conforme Lei Estadual nº 1497, de 25-09-1961 (Itaetê, 2017).

Iramaia

O município teve sua origem a partir da construção da via férrea na década de 1920 nas terras da Fazenda Almas do Sincorá, na povoação Iracema. Em 1933 o distrito é criado como distrito de Barra da Estiva, e em 1944 passa a ser denominado como Iramaia, palavra que em tupi significa abelha rainha sendo desmembrado e elevado à categoria de município em 1960 (IBGE, 2017).

Ibicoara

O município se formou a partir do povoado de São Bento que passou a ser ponto de descanso de tropeiros e garimpeiros que viajavam para Mucugê ou Andaraí, no início do século XIX. Com o passar do tempo o povoado passou a se chamar Igarassu, período em que iniciou o cultivo de café e a criação de gado. Na

década de 1940 tornou-se distrito alterando-se o nome para Ibicoara, palavra indígena que pode significar “barro branco” ou “cova na terra”, sendo emancipado de Mucugê em 1962 (MMA, 2007).

5.1.3 Histórico de ocupação da serra da Chapadinha

Assim como o território do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), a serra da Chapadinha já sofreu ação antrópica para exploração garimpeira e pecuária. Num histórico de ocupação mais recente, os relatos durante o Mapeamento Participativo remontam ao trânsito de famílias indígenas vindas do sul da Bahia e ficavam cada vez mais sem território pelas novas ocupações, especialmente pelo gado. Até a década de 60 do século passado era possível observar esse processo.

No início da década de 70, a serra passou a ser mais imensamente habitada por pequenos agricultores do distrito de Rumo com plantio de mandioca, milho, abóbora e pequenas criações de gado. Nesse período havia árvores que levavam até um dia inteiro para serem cortadas no machado para plantio das roças em coivara.

Além da subsistência havia comercialização, especialmente de farinha no distrito de Rumo e na sede de Itaetê. Além da agricultura, algumas famílias também realizavam a coleta e comercialização de flores sempre-viva. Os relatos demonstram que havia uma intensa movimentação e exploração de famílias de Itaetê e Mucugê, onde a serra era a passagem para os pontos de coleta das flores.

A partir da criação do PNCD, em 1985, e da proibição da atividade extrativista de flores sempre-viva, muitas famílias tiveram sua capacidade de subsistência reduzida gerando impactos econômicos nos municípios.

Com a intensificação de ocupações e conflitos por terra no território, no final da década de 90 e início do século XXI foram criados os Projetos de Assentamento (PA) Baixão, Boa Sorte Una, Valdete Correia, Dandara, entre outros, num total 15

(Apêndice 1). Conforme relato local, parte das pessoas que habitavam a serra da Chapadinha foram assentadas nos PA, alguns continuaram com terras na serra, em ocupação sazonal. O primeiro projeto de assentamento na Bahia foi criado em Itaetê, em 1954, como projeto integrado de Andaraí, ainda sob os moldes da política de colonização agrária². Atualmente emancipado, como povoado de Colônia.

5.2 População e indicadores socioeconômicos

5.2.1 Perfil da população

Se tomarmos como referência as Regiões de Planejamento e Gestão das Águas da Bahia (RPGAs), a área de estudo está inserida na RPGA X - Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu que abrange total ou parcialmente a área de um conjunto de 84 municípios da Bahia (Bahia, 2026a).

A população total da RPGA é de 2.290.146 pessoas, predominando a população urbana (1,44 milhão de habitantes ou 65,3% do total) sobre a população rural (768 mil, correspondendo a 34,7%) (Bahia, 2026a).

Entre os municípios da área de estudo observamos que Iramaia e Mucugê não acompanham o perfil da população da RPGA X, apresentando uma população rural maior que a população urbana (Tabela 3). Esses números se refletem diretamente no desafio para alcance da universalização do atendimento dos serviços públicos de saneamento ambiental.

² Fonte: <https://itaete.chapada.ba/povoado-de-colonia/>

Tabela 3: População residente, por situação do domicílio nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	População residente (Pessoas)			População residente - percentual do total geral		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Ibicoara	20.785	13.657	7.128	100	65,71	34,29
Iramaia	10.752	5.041	5.711	100	46,88	53,12
Itaeté	13.472	8.552	4.920	100	63,48	36,52
Mucugê	12.137	5.167	6.970	100	42,57	57,43
Bahia	14.141.626	10.850.138	3.291.488	100	76,72	23,28

Do mesmo modo, a densidade populacional de Iramaia e Mucugê estão bem inferiores à densidade do conjunto dos municípios da RPGA X com sua população bem distribuída na zona rural (Tabela 4).

Tabela 4: Densidade demográfica nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022. Fonte: Bahia, 2026.

Município	Densidade demográfica (hab/km ²)
Ibicoara	25,43
Iramaia	6,29
Itaeté	10,12
Mucugê	4,93
Municípios da RPGA X	29,8
Bahia	25,04

Em relação a cor/etnia, os dados do censo IBGE (2022) demonstram a predominância da população negra com mais de 80% em Ibicoara, Iramaia e Itaeté (Tabela 5). De acordo com Pedreira Souza (2010), o município de Mucugê teve sua população formada historicamente por uma elite local e com branqueamento ao longo dos anos, com concentração da população negra na zona rural.

Tabela 5: Percentual da cor/etnia nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022.

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Indígenas %	Negros %	Branços %	Amarelos %
Ibicoara	0,20	80,94	18,71	0,15
Iramaia	0,20	84,06	15,71	0,29
Itaeté	0,42	86,83	12,70	0,05
Mucugê	0,30	77,21	22,40	0,09

Considerando o histórico de ocupação do território, conforme tópico 5.1.1, importante destacar a presença das comunidades tradicionais. De acordo com o censo IBGE (2022), a RPGA X apresenta uma população de 18.587 indígenas e 83.829 quilombolas, representando 0,8% e 3,8%, respectivamente, do total da população residente (Bahia, 2026b).

Desse total, não havia nenhum indígena residindo em terras indígenas homologadas. Entre os quilombolas, apenas 3.751 residiam em territórios quilombolas, sejam eles reconhecidos legalmente ou não (Bahia, 2026b). Nos municípios da área de estudo existe uma população quilombola de 1.575 pessoas (Tabela 6).

Tabela 6: Percentual da cor/etnia nos municípios da área de estudo e no Estado, 2022.

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	População quilombola
Ibicoara	164
Iramaia	-

Itaeté	1.115
Mucugê	296

5.2.2 Dinâmica econômica e sociodemográfica

Entre os municípios da área de estudo, Ibicoara e Mucugê registraram as maiores taxas de crescimento da população na RPGA X, no período 2010/2022, com 1,6% a.a. e 1,2% a.a., respectivamente. Entretanto, importante salientar que a dinâmica populacional local ainda é muito afetada pela migração, influenciada pelos vetores de investimento em serviços públicos e na oferta de emprego e renda (Bahia, 2026).

Os movimentos migratórios guardam relação direta com a dinâmica econômica regional, considerando as oportunidades de emprego e melhor infraestrutura de equipamentos e serviços sociais (Bahia, 2026).

5.2.2.1. Estrutura setorial da economia

O conjunto dos 84 municípios que fazem parte da RPGA X foi responsável em 2021 por um PIB total de R\$ 41 bilhões, o que representava 11,7% do PIB da Bahia naquele ano. A RPGA X é marcada pela discrepância na participação da contribuição do PIB da bacia com maior concentração na sua porção leste (Bahia, 2026b).

Entre os municípios da área de estudo, Mucugê apresentou o maior PIB per capita (Tabela 7), entretanto a menor taxa de ocupação (Tabela 8). Diferente da RPGA X e da Bahia, onde predominam o setor de serviços e administração pública, Ibicoara e Mucugê têm maior predominância da agropecuária na economia (Tabela 7).

Tabela 7: PIB, PIB per capita, variação em relação ao PIB per capita da Bahia e estrutura setorial do PIB dos municípios da RPGA X (2021). Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	PIB 2021 (R\$ milhão)	PIB per capita 2021 (R\$)	% PIB per capita da Bahia	Agropecuária %	Indústria %	Serviços Mercantis %	Adm. Pública %	Impostos %	Total %
Ibicoara	443,4	22.178,80	-6,1	46,3	5,4	22,4	20,2	5,7	100
Iramaia	102,7	13.042,60	-80,4	18,6	4	32,9	37,3	7,2	100
Itaetê	126,8	7.842,20	-200,1	13,5	5,7	25,1	49,8	5,8	100
Mucugê	744,9	88.818,40	73,5	73	4,9	12,9	6,1	3,1	100
Total	41.081,60	17.438,00	34,9	6,8	17,5	41,6	21,7	12,4	100

Tabela 8: Municípios da RPGA X pelo total de ocupados e a distribuição (%) segundo o setor de atividade econômica e as taxas de ocupação e desocupação (2010). Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	Total de ocupados	Agropecuária	Indústria	Serviços Mercantis	Adm. Pública	Taxa de ocupação	Taxa de desocupação
Ibicoara	6.974	60,60	8,6	25,7	5	62,2	6,7
Iramaia	4.160	43,90	8,2	37,6	10,3	51,2	7,2
Itaetê	4.669	45,90	11,9	36,2	6	48,7	10,4
Mucugê	4.134	52,60	7,7	33,2	6,5	59,9	10,6
Total	906.267,00	34,50	16,5	44	4,9	61,1	10

O Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios Baianos (IDEM) demonstrou que nenhum município registrou redução de seu dinamismo econômico no período recente (após 2019) em relação a 2002, com crescimento contínuo para a RPGA X, entretanto o município de Iramaia apresentou decréscimo desse dinamismo Tabela 9 (Bahia, 2026b).

Tabela 9: Municípios da RPGA X pelo Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios Baianos (IDEM) (2003=base 100/2021 – anos selecionados). Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	2003	2006	2010	2015	2019	2020	2021
Ibicoara	104,9	194,5	266,5	301,2	264,8	300,3	315,7
Iramaia	108,8	159,9	166,3	255	241,3	249,1	237,1
Itaetê	108,6	124,6	164,9	190,5	200	210,2	224,6
Mucugê	116,4	111,7	277,1	391,4	376,5	414,9	480,4

Entre as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) da RPGA X, o setor da indústria tem maior importância nas UPGRH 5 - Bacia do Rio Paraguaçu – Semiárido (40,9%) e na UPGRH 7 Pedra do Cavalo (37,7%) com maior número de vínculos de emprego em 2022 na indústria de Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados seguido pela construção e o de Fabricação de Alimentos e Bebidas (Bahia, 2026b). Essas unidades ficam à jusante da área de estudo e, portanto, depende da produção de água da bacia que ocorrem à sua montante.

Conforme Tabelas 7 e 8, a agricultura tem importância central na economia da área de estudo. Os municípios de Ibicoara e Mucugê estão situados no Alto Paraguaçu, uma das grandes regiões produtoras de café no Estado da Bahia, responsável por 23,5% da produção de café do Estado e entre as maiores produtoras de batata-inglesa do Nordeste (Conservação Internacional, 2015) com maior produção de batata em Mucugê (Figura 66).

Estes municípios integram o Agropolo Mucugê-Ibicoara em modelo de produção lastreado no agronegócio marcado pela presença de grandes produtores com disponibilidade de recursos técnicos e financeiro que associados às condições geoambientais e à disponibilidade hídrica explicam o dinamismo do agronegócio na região, especialmente a partir da construção da Barragem do Apertado (Conservação Internacional, 2015).

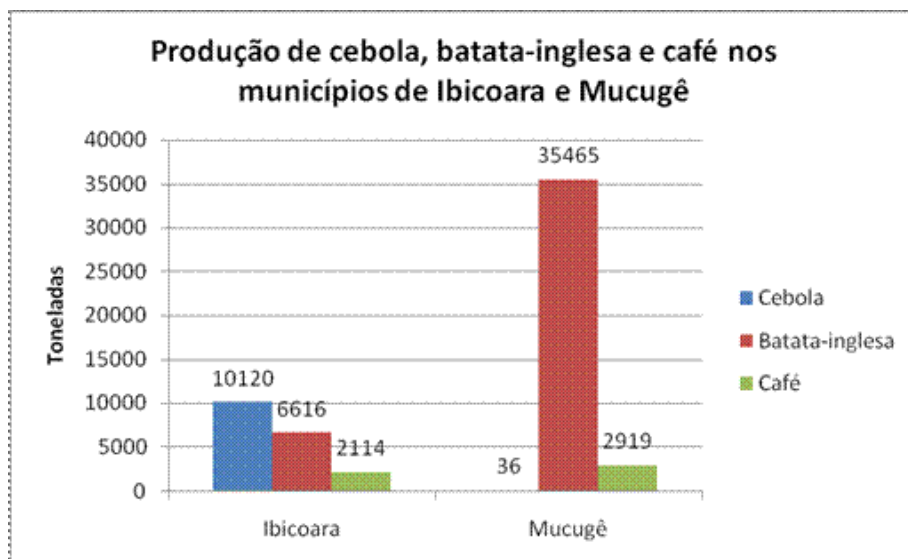


Figura 66: Produção (t) de cebola, batata-inglesa e café nos municípios de Ibicoara e Mucugê. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017).

Além do café e batata-inglesa, os municípios se destacam pela concentração da produção de cebola, milho e feijão no Alto Paraguaçu. O Agropólo produz ainda tomate, alho, repolho, sorgo, fruticultura (banana, manga, laranja, tangerina) (Conservação Internacional, 2015).

Os produtores rurais têm investido ainda na introdução de outras frutas como ameixa, morango, caqui e uva para produção de vinhos finos no território da Chapada Diamantina. Esse modelo também se baseia no uso de alta tecnologia com adoções da prática de irrigação, de manejo, novas variedades, a qualidade das sementes e mudas, bem como os cuidados com a defesa fitossanitária e com as atividades pós-colheita (Bahia, 2024b)

Vale salientar que enquanto no Agropólo Ibicoara-Mucugê se concentra o agronegócio com altos investimentos, nos municípios de Itaetê e Iramaia predomina a agricultura familiar com predomínio de gêneros alimentícios para consumo interno Figura 67.

Dados levantados por Prado et al. (2024) refletem sobre essa dualidade do perfil da agricultura brasileira, por um lado, a produção em larga escala, com ganhos de capital elevados e produtos destinados principalmente para o mercado

internacional, e do outro lado, a produção de territórios tradicionais e agricultores familiares que produzem tanto para o consumo próprio quanto para o mercado local. Essa dualidade potencializa as desigualdades sociais, especialmente em situações de emergência, como foi por exemplo na pandemia da Covid-19, onde houve maior concentração de renda.

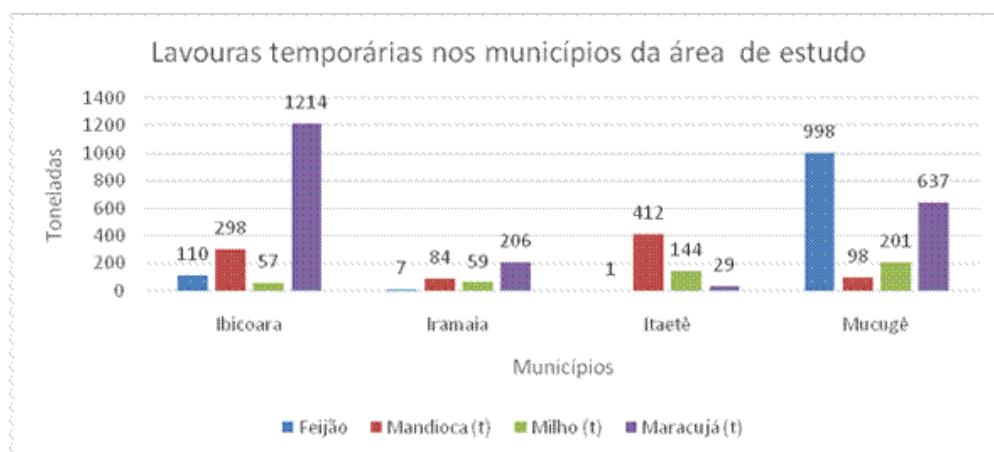


Figura 67. Gráfico das lavouras temporárias nos municípios da área de estudo, 2017. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017). Elaboração SEMA.

Além da diferença de modelo de agricultura, importante destacar outros fatores que interferem nas distinções entre os municípios da área de estudo, como o acesso à terra, à assistência técnica e ao crédito rural, conforme Figuras 68 e 69.

Segundo Prado et al. (2024), apenas uma pequena parcela de proprietários rurais se beneficia das tecnologias disponíveis e das políticas direcionadas para o crescimento do setor agrícola, principalmente quando se trata de commodities agrícolas. Na Amazônia Legal cerca de 84% de todo o valor investido entre 2015 e 2020 foram aplicados na atividade pecuária. Apenas 1,1 % de todo o valor contratado pelo PRONAF na região amazônica foi acessado via linhas de crédito “verdes”, tais como Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Floresta.

Essa situação se repete pelo país e linhas de crédito que poderiam ser utilizadas pela agricultura familiar numa perspectiva da conservação são subutilizadas, especialmente pela ausência da assistência técnica. Durante o Mapeamento Participativo, essas dificuldades também foram identificadas como centrais para o incremento da agricultura familiar no território.

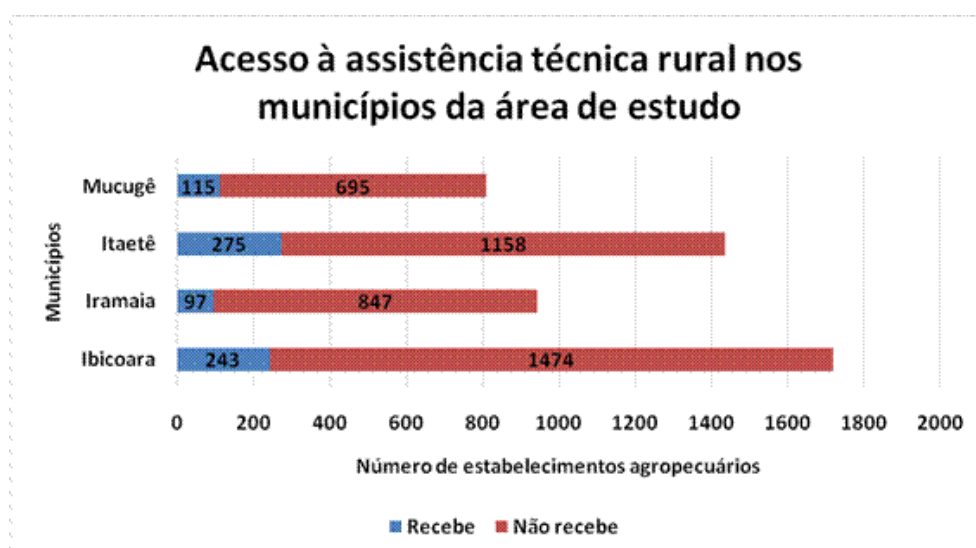


Figura 68: Acesso à assistência técnica rural nos municípios da área de estudo, 2017. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017). Elaboração SEMA.

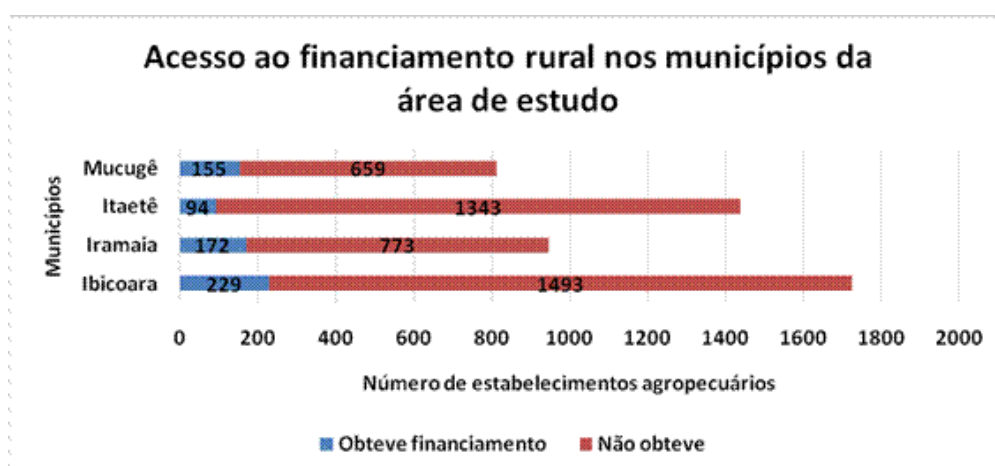


Figura 69: Acesso ao financiamento rural nos municípios da área de estudo, 2017. Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2017). Elaboração SEMA.

No Mapeamento Participativo foi registrada a produção de mamona por agricultores familiares no entorno da área de estudo. O cultivo da mamona na região do Alto Paraguaçu foi incentivado a partir de 2004 com o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Desde 2007 Iraquara dispõe de uma planta industrial para produção de biodiesel com incentivo da produção de mamona em parceria com agricultores familiares (Conservação Internacional, 2015). Atualmente o grupo que opera a unidade investe R\$ 199

milhões por ano em contratos com a agricultura familiar, no âmbito do Selo Biocombustível Social³.

Comparando-se, por exemplo, a produção de mamona de Itaetê (Tabela 10) com Iraquara, uma das maiores produtoras com 290 ton (IBGE, 2017) é possível observar o potencial de envolvimento de maiores estabelecimentos da agricultura familiar no município, a partir do acesso à assistência técnica e investimentos financeiros, de modo a promover o incremento econômico da cadeia produtiva no município.

Além da mamona, a Tabela 10 registra a produção de outras culturas temporárias nos municípios de Itaetê e Iramaia que demonstram a necessidade de investimentos na atividade, bem como diversificação da economia.

Tabela 10: Produção agrícola de culturas temporárias nos municípios de Itaetê e Iramaia em toneladas. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Mamona	Abóbora	Abacaxi (x1000 frutos)	Amendoim	Cana-de-açúcar	Melancia
Iramaia	14	77	2	1	23	159
Itaetê	94	442	126	7	12	342

Conforme Tabela 11, a RPGA X apresenta uma predominância de estabelecimentos de pecuária (53,11%) sobre a produção de lavouras (43,60%). Esse perfil é observado nos municípios de Iramaia e Itaetê, com um rebanho da pecuária muito superior aos municípios de Ibicoara e Mucugê (Quadro 1) num continuum de ocupação do território.

³ Fonte: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/noticias/2025-07/371452/oleoplan-anuncia-ampliacao-da-producao-na-bahia-em-evento-sobre-biodiesel>

Tabela 11: Municípios da RPGA X pelo número de estabelecimentos agropecuários e área segundo os grupos de atividade econômica predominante (2017). Fonte: Bahia, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários					Área (hectares)			
	Produção de lavouras	Pecuária	Produção florestal	Pesca, aquicultura	Total	Produção de lavouras	Pecuária	Outras e não informado	Total
Ibicoara	1.497	148	77	0	1.722	63.058	2.219	679	65.956
Iramaia	357	561	27	0	945	11.452	86.950	923	99.325
Itaetê	705	709	22	1	1.437	14.063	82.212	2.377	98.652
Mucugê	531	274	9	0	814	65.186	8.484	205	73.875
Total RPGA X	68.053	82.886	4.915	210	156.064	845.045	3.228.280	140.038	4.213.363

Em relação à pecuária, o conjunto dos municípios da RPGA X abrigam 1,9 milhão de bovinos, entre outros rebanhos, sendo os maiores rebanhos registrados à jusante da área de estudo. Destacando que até 2020 houve uma redução de BEDA (Bovino Equivalente para Demanda de Água), com acentuada retomada em 2021 e 2022 na RPGA e na Bahia, divergindo do Brasil (Bahia, 2026d).

Quadro 1: Municípios da RPGA X pelo efetivo (cabeças) dos rebanhos da pecuária (2022). Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Ibicoara	10.452	-	722	434	413	776	11.894	-
Iramaia	33.372	54	1.044	221	2.025	1.184	13.157	-
Itaetê	29.660	-	1.788	1.699	1.341	1.789	15.847	-
Mucugê	7.415	-	443	580	156	676	9.467	-
Total	1.864.631	849	77.213	150.120	242.774	577.935	13.692.262	55.258

De acordo com Tabela 11, verificamos a ocorrência de um estabelecimento registrado para atividade de pesca e aquicultura em Itaetê. A pesca na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu ocorre como uma atividade complementar de

subsistência por comunidades tradicionais distribuídas nos municípios da RPGA X (Bahia, 2026b).

No Mapeamento Participativo verificamos que a pesca de subsistência ocorre ao longo do curso do rio Una, limite leste da área de estudo, especialmente por agricultores familiares seja dos projetos de assentamento ou dos sítios do entorno da área de estudo.

Em relação ao turismo, conforme o Plano Nacional de Turismo (2007/2010), Lençóis está entre os 5 municípios indutores de turismo na Bahia, num total de 65 no Brasil que possuem infraestrutura básica, turística e que atraem um significativo número de pessoas para seu entorno (Bahia, 2026b).

Portanto, maiores investimentos em turismo poderão gerar incremento ao setor de serviços no PIB, visto que esse setor ocupa a segunda posição em taxa de ocupação nos municípios Iramaia e Itaetê (Tabelas 7 e 8).

Entre as 13 zonas turísticas da Bahia, a Chapada Diamantina ocupa o 8º lugar como destino dos turistas que escolhem a Bahia. Portanto, apesar do potencial da região é preciso incentivo e investimentos do poder público no setor (Bahia, 2026), como relatado no Mapeamento Participativo.

5.2.2.2 Índice de Desenvolvimento Econômico e Social

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da maior parte dos municípios da RPGA X (51 municípios), situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano em 2010 (0,500 a 0,599) (Bahia, 2026b).

Em 2010, a dimensão que mais contribuiu positivamente para o IDHM entre os municípios da RPGA X foi a Longevidade (IDHM-L), composta pelo indicador de expectativa de vida ao nascer (Bahia, 2026b). Entre os quatro municípios da área de estudo somente Mucugê estava entre os doze municípios da RPGA que superaram o índice estadual (0,783), tabela 12.

Tabela 12: IDHM dos municípios que integram a área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	IDHM	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R
	1991	1991	1991	1991	2000	2000	2000	2000	2010	2010	2010	2010
Ibicoara	0,270	0,088	0,567	0,394	0,393	0,176	0,619	0,559	0,591	0,484	0,731	0,583
Iramaia	0,276	0,090	0,605	0,388	0,393	0,198	0,680	0,450	0,571	0,463	0,740	0,543
Itaetê	0,220	0,052	0,547	0,372	0,373	0,192	0,618	0,436	0,572	0,485	0,719	0,536
Mucugê	0,327	0,125	0,609	0,460	0,401	0,198	0,694	0,469	0,606	0,480	0,787	0,589

O Índice de Progresso Social (IPS) que avalia a qualidade de vida a partir de indicadores sociais e ambientais, demonstrou que comparativamente à situação dos municípios brasileiros em 2024, o conjunto dos municípios que fazem parte da RPGA X apresentaram uma condição pior, com apenas 2,4% dos municípios registrando IPS Alto, 73,8% IPS Médio e 23,8% IPS Baixo (Bahia, 2026b). Entre os municípios da área de estudo, o maior IPS 2026 foi em Ibicoara (56,25%) seguido por Mucugê (54,32%) e Itaetê (54,1%) e por fim Iramaia (52,01%).

Em relação à vulnerabilidade social, o município de Ibicoara estava classificado na tipologia de vulnerabilidade social 7. Nesse grupo estão os municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida. Os indicadores de exclusão social são potencializados, ainda pelos desempenhos ruins em atendimento social e infraestrutura habitacional (Bahia, 2015).

Esse quadro se apresenta em municípios com predominância rural, altas concentrações de terras e economia baseada na agropecuária mecanizada. Neste caso, a prosperidade da produção local não é compartilhada pela população local que, sem trabalho, vive com baixas rendas, tendendo a migrar para outros municípios maiores (Bahia, 2015).

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) publicou estudo recentemente demonstrando que as 50 cidades brasileiras que mais destroem a vegetação têm renda 27% inferior à média dos municípios do país. Segundo a

cientista do Inpe, Luciana Gatti, esse fato ocorre porque a conversão do solo de vegetação nativa para usos como a agricultura nesses municípios não se converte em melhor distribuição de renda, pois a mão-de-obra tende a ser reduzida e especializada⁴.

O Índice de Gini dos municípios da área de estudo Tabela 13 demonstram um processo de concentração de terras em curso, especialmente nos municípios de Ibicoara e Mucugê. Os municípios de Iramaia e Itaetê que concentram o maior número de projetos de assentamento na área de estudo apresentam uma distribuição de terras um pouco melhor, mas que requer atenção, considerando o histórico de ocupação do território marcado pela concentração de terras, exploração da natureza e violência, baseado num modelo de habitar colonial (Ferdinand, 2023).

Tabela 13: Evolução histórica do Índice de Gini nos municípios da área de estudo (1920-2017). Fonte: Geografar, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.

Municípios	Índice de Gini										
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017
Ibicoara	-	-	-	-	0,716	0,744	0,817	0,830	0,835	0,915	0,933
Iramaia	-	-	-	-	0,693	0,770	0,751	0,800	0,817	0,829	0,803
Itaetê	-	-	-	-	0,863	0,824	0,868	0,869	0,839	0,823	0,844
Mucugê	0,957	0,831	0,889	0,793	0,768	0,811	0,815	0,849	0,850	0,860	0,938

A ocupação do território brasileiro tem sido historicamente marcada por conflitos em torno da propriedade e uso da terra, gerando deslocamentos populacionais e impactos ambientais (Ribeiro, 2021). Nessa perspectiva, a agricultura é influenciada por “dois vetores: de um lado, o mercado externo, do pau-brasil à soja, cuja demanda e preços ditaram o ritmo de ocupação e uso das terras; de outro, o mercado interno, cuja importância crescente foi sempre condicionada

⁴ Fonte: <https://santaportal.com.br/ultimas-noticias/municipios-que-mais-desmatam-tem-renda-27-abaixo-da-media-do-brasil>

à dinâmica de ocupação por meio de atividades voltadas para o mercado externo.” (Prado et al., 2024).

Esse modelo se relaciona diretamente com a concentração de terras, processo que é possível observar na área de estudo, presente no processo de desenvolvimento econômico, do gado, mineração e agronegócio. No caso da pecuária, os incentivos e subsídios estimularam uma ocupação predatória e com baixa produtividade que associados a governança fundiária frágil facilitou a concentração de terras. E onde a governança ambiental é ausente contribui para o aumento da ocupação ilegal de terras e do desmatamento em áreas públicas (Prado et al., 2024).

Pensar uma área protegida nesse território com essas desigualdades requer planejamento integrado, de modo que a UC a ser criada na serra da Chapadinha não intensifique esse cenário, mas seja amparada por estratégias para superação desses desafios. Especialmente em territórios ocupados majoritariamente por pessoas negras, onde as mulheres estão ainda em situação de maior vulnerabilidade quanto à segurança alimentar e nutricional.

5.2.3 Acesso ao saneamento

Considerando o potencial turístico da região que tem nas cachoeiras e rios seu grande atrativo turístico, e a pressão da demanda pelo aumento do fluxo de visitantes, bem como os riscos à população residente e visitantes, o acesso ao saneamento é fundamental. Nesse quesito os planejamentos municipais assumem relevante papel para alteração da situação, entre os municípios da área de estudo somente Ibicoara e Iramaia possuem plano municipal de saneamento básico e Mucugê possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Bahia, 2024a).

O acesso ao abastecimento de água na área urbana da RPGA X é predominantemente universalizado, com uma média de 98%, portanto em

atendimento ao Marco Legal do Saneamento (Lei Nº 14.026/2020). Porém, considerando-se a zona rural, o índice de acesso ao abastecimento cai para uma média de 74% para a RPGA do Rio Paraguaçu. Os municípios de Iramaia e Itaetê estão abaixo da média da UPGRH 4 - Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico (63%) Quadro 2 (Bahia, 2026c).

Quadro 2: Principais indicadores do abastecimento dos municípios da área de estudo.
Fonte: Bahia, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Índice de atendimento urbano de água	Índice de atendimento total de água	Consumo médio per capita de água
Ibicoara	100	63,42	42,1
Iramaia	99,7	44,95	111,6
Itaetê	100	52,8	100,5
Mucugê	100	100	329,4

Em relação à fonte de abastecimento observamos a importância da proteção da produção de água na Bacia para garantia do acesso à água, os municípios da área de estudo têm como manancial os rios Preto (Ibicoara), de Una (Iramaia), Paraguaçu (Itaetê) e subterrânea (Mucugê) (Bahia, 2026c).

No município de Iramaia observamos que mais de 30% da população não tem ligação e entre os municípios da área de estudo, é o que maior apresenta dependência de carro-pipa (Figuras 70 e 71) o que torna a acesso à água mais vulnerável.

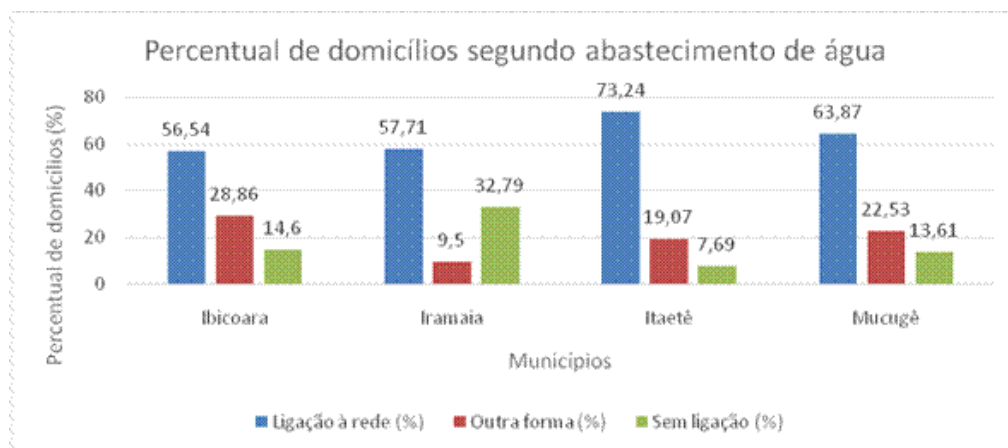


Figura 70. Percentual de domicílios segundo a fonte de abastecimento de água nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

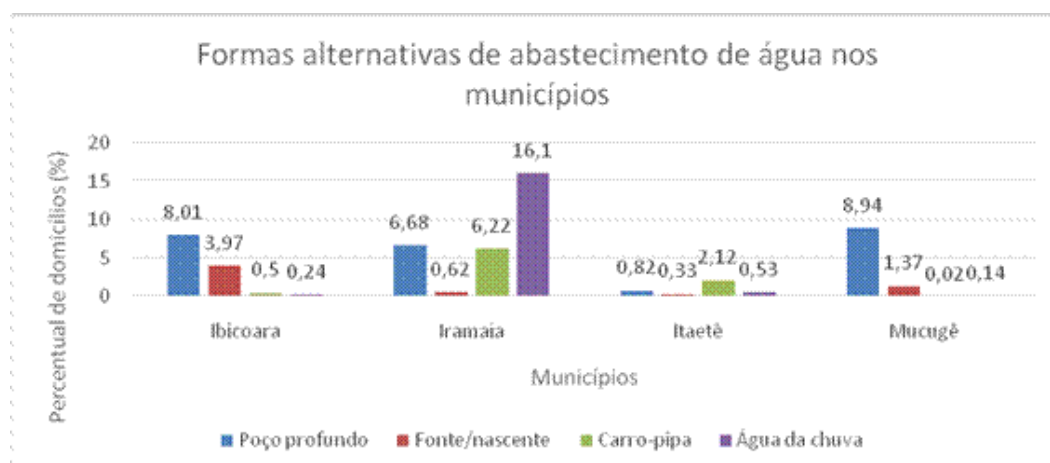


Figura 71: Formas alternativas de abastecimento de água nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

A maior demanda hídrica para abastecimento humano superficial, se concentra na UPGRH 7 - Pedra do Cavalo (81.287 m³/dia) e UPGRH 5 – Bacia do rio Paraguaçu – Semiárido (46.823 m³/dia), e na quarta posição está a UPGRH 4 - Bacia do rio Paraguaçu – Cárstico (9.238 m³/dia), onde se encontra a área de estudo (Bahia, 2026d).

A alta demanda da UPGRH 7 - Pedra do Cavalo ocorre devido à barragem de Pedro do Cavalo que atende ao Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA)

de Salvador e outros a ele associados, como parte do SIAA do Recôncavo; SIAA de Amélia Rodrigues; SIAA de Santo Amaro e SIAA de Maragogipe, além de outros sistemas integrados ou isolados, e de outras localidades (Bahia, 2026d).

Dessa forma, para além dos usos para abastecimento humano do rio Una na área de estudo e as demandas hídricas das UPGRH da RPGA X há de se considerar as demandas hídricas de municípios fora da RPGA X, mas que têm parte do seu abastecimento humano oriundo do rio Paraguaçu (Bahia, 2026d). Demonstrando a importância estratégica do rio Paraguaçu para o Estado da Bahia e necessidade de proteção da cobertura vegetal e conservação das áreas de recarga, a exemplo das áreas úmidas da serra da Chapadinha.

Em relação à dessedentação animal existe vazões outorgadas à montante e à jusante da área de estudo sendo registrada a maior demanda na Unidade de Balanço (UB) 10.6 - Bacia Incremental do rio Paraguaçu no Semiárido (148,47 m³/h superficial e 8 m³/h subterrânea) (Bahia, 2026d).

A demanda para finalidade de irrigação na RPGA do rio Paraguaçu é a maior demanda da bacia, correspondente a 85% da demanda total, seguida do abastecimento humano (9%). Cerca de 50% dessa demanda está à jusante da serra da Chapadinha, na UB 10.1 Bacia do Alto Paraguaçu onde se localizam muitas nascentes principais do rio Paraguaçu (Bahia, 2026d).

Apesar da demanda para uso industrial na UPGRH 4 não está entre os maiores usos que ocorrem na RPGA X, essa é uma demanda importante para as UPGRHs que estão à jusante da serra da Chapadinha, com prevalência de demandas por água subterrânea sobre as demandas por água superficial.

Com relação ao esgotamento sanitário, os números demonstram os desafios para a universalização do serviço. Entre os municípios da área de estudo somente o município de Ibicoara tem atendimento pela Embasa, os outros sistemas são mantidos pelas respectivas Prefeituras.

O município de Mucugê se encontra no grupo de municípios com atendimento de coleta e tratamento de esgoto entre 90% e 50% na RPGA X (Bahia, 2026c). E os piores indicadores de coleta e tratamento estão em Iramaia e Itaetê (Quadro 3).

Quadro 3: Indicadores dos sistemas de esgotamento sanitário. Fonte: Bahia, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	População urbana atendida com coleta (2017)	População urbana atendida com tratamento (2017)	IC (%)	IT (g) (%)	ISI* (%)	Sem atendimento (%)
Ibicoara	4.196	0	24%	0%	2%	75%
Iramaia	91	0	2%	0%	1%	97%
Itaetê	940	0	13%	0%	1%	86%
Mucugê	3.763	3.763	73%	73%	1%	26%

O Mapeamento Participativo registrou a relação entre a ineficiência de cobertura de coleta e tratamento de esgoto e a qualidade do rio Jiqui, afluente do rio Una e que poderá gerar impacto negativo direto sobre os atrativos turísticos no que diz respeito às cachoeiras, especialmente na porção sul.

Neste sentido importante destacar que qualquer adensamento populacional na porção norte da poligonal da serra da Chapadinha poderá ter impacto direto sobre a qualidade do rio Una, considerando que não há dados disponíveis sobre a cobertura de esgotamento sanitário no município de Itaetê (Bahia, 2026).

Em relação à coleta de resíduos sólidos, não há dados de cobertura de coleta para Iramaia e Mucugê, e Itaetê apresenta uma cobertura de 50% da zona rural Quadro 4 (Bahia, 2024a) demonstrando o desafio para universalização na zona rural, visto que a ausência de coleta pode ser uma das causas dos incêndios florestais.

Quadro 4: Características dos Serviços de Coleta e Transporte de RSU – TI Chapada Diamantina. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Abrangência %		Frequência	
	Sede municipal	Distritos e Zona Rural	Sede municipal	Distritos e Zona Rural
Ibicoara	100	100	2 a 3 vezes na semana	2 a 3 vezes na semana
Iramaia	-	-	-	-
Itaetê	100	50	Diária	Diária
Mucugê	-	-	Diária	Diária

Entretanto, a coleta dos resíduos, não garante, necessariamente sua destinação correta. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece que é responsabilidade do titular dos serviços implementar um sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis secos (papel, plástico, metal, vidro e orgânicos) mas essa realidade ainda está longe de ser alcançada e é um desafio significativo para a melhoria da gestão de resíduos sólidos.

Somente o município de Mucugê realiza a coleta seletiva (Bahia, 2026). E em todo TI Chapada Diamantina só há 1 cooperativa ou associação de catadoras e catadores de materiais reutilizáveis (Bahia, 2024a).

A queima do lixo ainda é uma prática comum no território (Figura 72) trazendo como risco, a ocorrência de incêndios florestais.

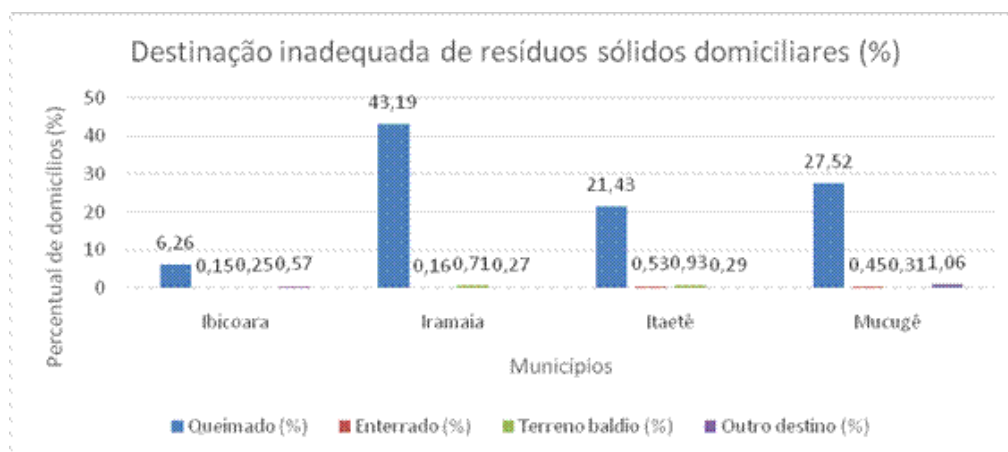
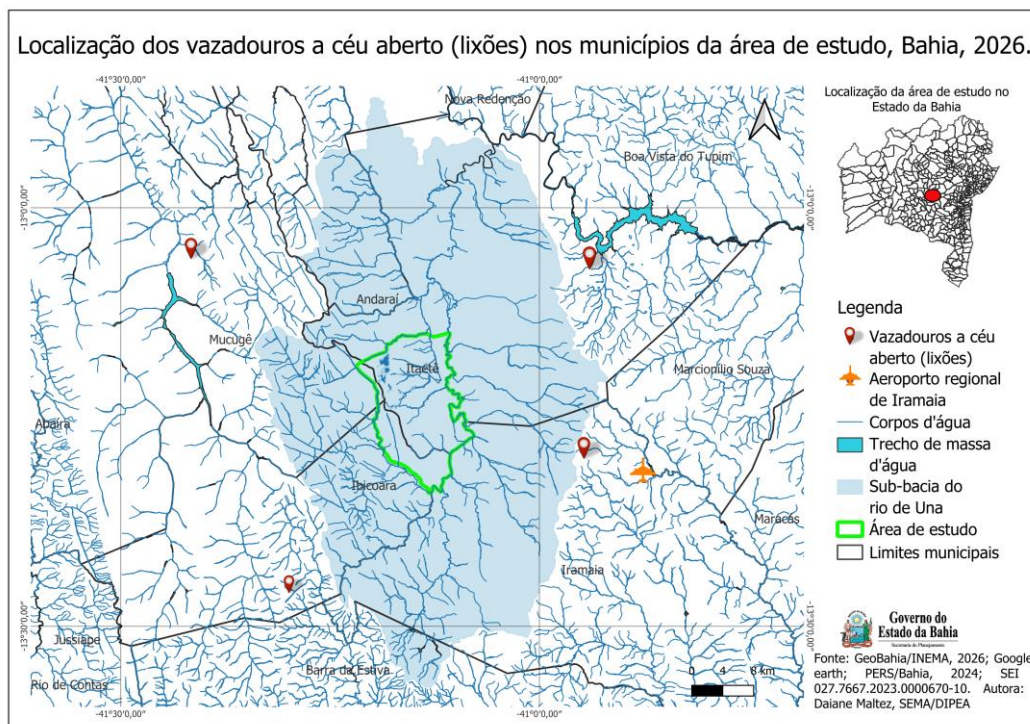


Figura 72: Percentual de destinação inadequada de resíduos sólidos domiciliares. Fonte: IBGE, 2022.
Elaboração: SEMA, 2026.

Todos os municípios da área de estudo ainda não têm aterro sanitário sendo todo resíduo destinado em vazadouros a céu aberto (lixões) situação comum semelhante a 91,7% dos municípios do TI Chapada Diamantina, (Bahia, 2024a). Destaca-se que todos os vazadouros a céu aberto (lixão) na área de estudo operam sem licença ambiental. E nos municípios de Iramaia e Mucugê, os lixões estão em ASA (Área de Segurança Aeroportuária).

No TI Chapada Diamantina 6 unidades de manejo têm um o Índice de Qualidade do Aterro (IQA)⁵ abaixo de 2, indicando que a área onde estão localizadas apresenta fragilidades ou limitações ambientais significativas, conforme Figura 73. (Bahia, 2024a).



⁵ Indica fragilidades ou limitações ambientais em relação à localização de unidades de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Figura 73: Localização dos vazadouros a céu aberto (lixões) na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Apenas uma unidade tem IQA superior a 3 e outras 22 unidades têm IQA variando entre 2,14 e 3,00, em função principalmente das suas características locais, pois a implantação e operação são praticamente inexistentes. Entre os municípios da área de estudo, a pior situação é Iramaia, Ibicoara e Itaetê se aproximam a 3, mas todos estão em condições inadequadas (Tabela 14) (Bahia, 2024a).

Tabela 14: IQA dos municípios da área de estudo. Fonte: Bahia, 2024a. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	IQA
Ibicoara	2,86
Iramaia	2,21
Itaetê	2,86
Mucugê	2,57

Considerando os municípios da área de estudo verificamos que haverá incremento da geração de resíduos sólidos pelo aumento da população, especialmente no município de Ibicoara (Tabela 15) (Bahia, 2024a). Um dos potenciais impactos dos lixões é a contaminação dos corpos de água incluindo o lençol freático que poderá ocasionar danos ambientais e à saúde pública.

Tabela 15: Dados de estimativa de geração de resíduos sólidos na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Ano de referência (2024)			Ano de referência (2044)		
	População	Per capita RSU (kg/hab.dia)	Estimativa de geração (ton/ano)	População	Per capita RSU (kg/hab.dia)	Estimativa de geração (ton/ano)
Ibicoara	24.020	0,66	5.826	32.820	0,66	9.714
Iramaia	8.944	0,63	2.058	3.360	0,63	944
Itaetê	15.229	0,63	3.505	16.072	0,63	4.513
Mucugê	11.627	0,63	2.676	11.696	0,63	3.284

Considerando as alterações climáticas, importante destacar o manejo de águas pluviais a partir das interações com as atividades humanas, a urbanização e o ciclo da água. O planejamento da drenagem e manejo das águas pluviais são fundamentais para lidar com inundações, enxurradas e alagamentos em áreas urbanas, que podem se agravar em áreas naturais de drenagem, como é o caso da área de estudo.

Entre os municípios da área de estudo somente Mucugê apresenta redes, canais pluviais subterrâneos ou canais artificiais abertos na área urbana e tem 83,9% de cobertura de pavimentação e meio-fio, respectivamente. O município de Iramaia canais artificiais abertos na área urbana com uma taxa de pavimentação de 85% (Bahia, 2024a).

Os usos na serra da Chapadinha que promovam a alteração da cobertura do solo ou ainda usos que garantam menor proteção do solo poderá contribuir significativamente para o assoreamento dos rios com impactos na área urbana e que poderão ser agravados pela ausência de sistemas eficiente de drenagem e manejo das águas pluviais. Portanto, é de extrema importância garantir a conservação ou restauração da cobertura do solo na serra da Chapadinha.

Apesar dos municípios da área de estudo estar fora da classificação como crítico para implementação de drenagem urbana sustentável de risco, conforme CPRM é possível observar que já foram registrados dois episódios de alagamentos, uma enxurrada e uma inundação em Itaetê e 4 enxurradas em Mucugê, no período de 2017-2022 (Bahia, 2024a).

Em relação ainda ao tipo de sistema de drenagem observamos que Ibicoara e Itaetê possuem sistema unitário, ou seja, o sistema de drenagem recebe águas pluviais e esgotos, o que tem reflexo direto na saúde pública, pelo risco de transmissão de doenças veiculadas pela água (Bahia, 2024a).

O município de Iramaia não possui sistema de drenagem e em Mucugê o sistema é combinado, parte é exclusivo e parte é misturado. Esses dados se refletem diretamente na saúde (Quadro 5).

Quadro 5: Número de doenças com veiculação hídrica. Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Dengue	Diarreia e gastroenterite	Esquistossomose	Outras doenças infecciosas intestinais	Outras hepatites virais
Ibicoara	0	0	0	0	0
Iramaia	159	313	0	989	0
Itaetê	0	73	0	3	0
Mucugê	2	86	1	83	2

Considerando toda a RPGA X, Iramaia destaca-se entre os municípios com mais de 500 casos de outras doenças infecciosas e quando se analisa o número de casos em relação à população. O município apresenta baixo índice de atendimento com água em relação à população total (45%), e baixo índice de tratamento de esgotos (18%). Esses indicadores demonstram que essa população pode estar consumindo águas pouco seguras e potencialmente contaminada por esgotos domésticos, o que pode ter como consequência as doenças gastrointestinais (Bahia, 2026c).

5.3 Uso e ocupação da terra

A RPGA X apresenta cobertura do solo bastante variada. A classe que possui maior representatividade na área da bacia do Paraguaçu é a agropecuária, ocupando uma área de 27.175,39 km² que representa 49,39% da área total (Bahia, 2026). A agropecuária representa cerca de 33,21% de cobertura da terra do território nacional e cerca de 64% de vegetação nativa (Prado et al., 2024).

No território da área de estudo está localizado o Pólo Agrícola Mucugê-Ibicoara, nos gerais da Chapada Diamantina, maior polo produtor de batata-inglesa do Norte/Nordeste, destacando-se também os cultivos de hortifrutigranjeiros e

café, além da expansão da pecuária bovina, ovina e de produção leiteira, que tem assumido feições de atividade predominante ao longo de quase toda sua extensão (Bahia, 2026a).

O Pólo concentra 18,47% das áreas irrigadas por pivô central no estado da Bahia, ficando atrás apenas da região Oeste que detém mais de 77,89% do total dessas áreas, sendo em Mucugê a maior concentração no estado da Bahia, enquanto Ibicoara ocupa a quinta posição (Bahia, 2026a). Os pivôs representam menos de 1% da área total da bacia com uso da água da barragem do Apertado

Além desse grande núcleo, a área de estudo abriga presente núcleos irrigados em parte de Itaetê (jusante da Barragem de Bandeira de Melo). A Barragem tem como principais usos o abastecimento, a irrigação, a regularização de vazões e piscicultura (Bahia, 2026d).

O modelo de uso e ocupação do solo é bem distinto na área de estudo, em dois pólos extremos, o Pólo Ibicoara-Mucugê com uso de tecnologias e insumos para aumento da produtividade, e Iramaia e Itaetê, com menor acesso à assistência técnica e tecnologias (Figura 74, 75, 76, 77 e 78).

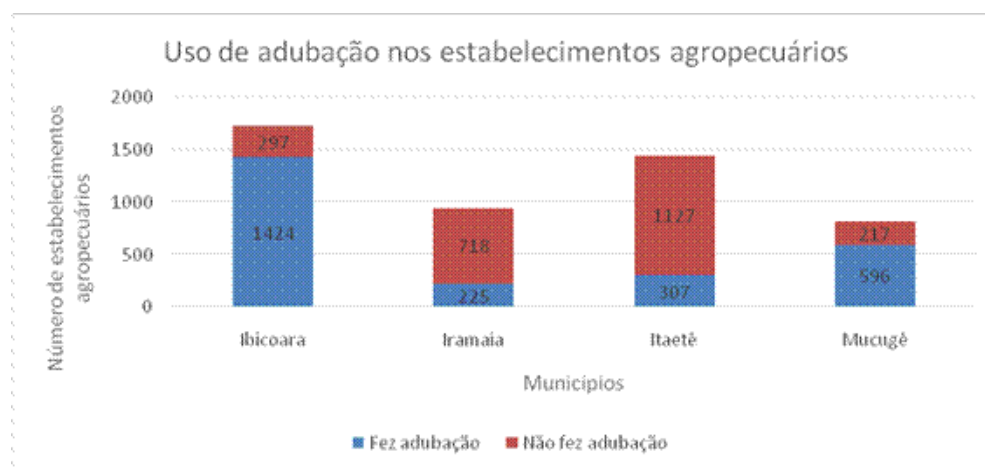


Figura 74: Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam adubação nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

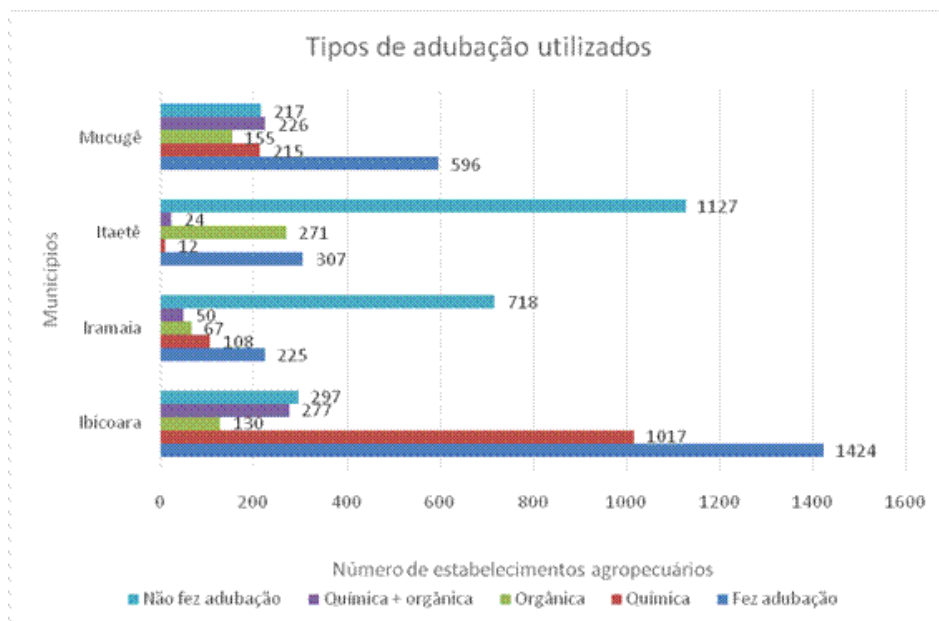


Figura 75: Tipos de adubação por estabelecimentos agropecuários nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

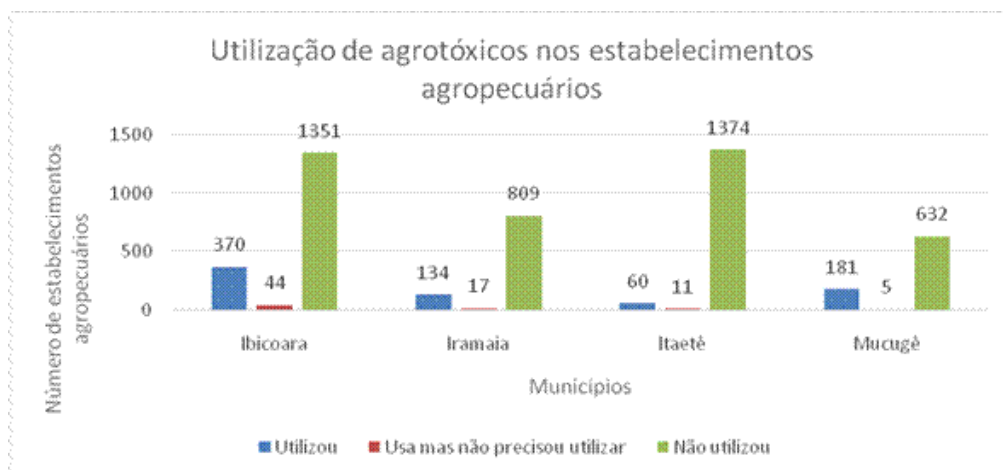


Figura 76: Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

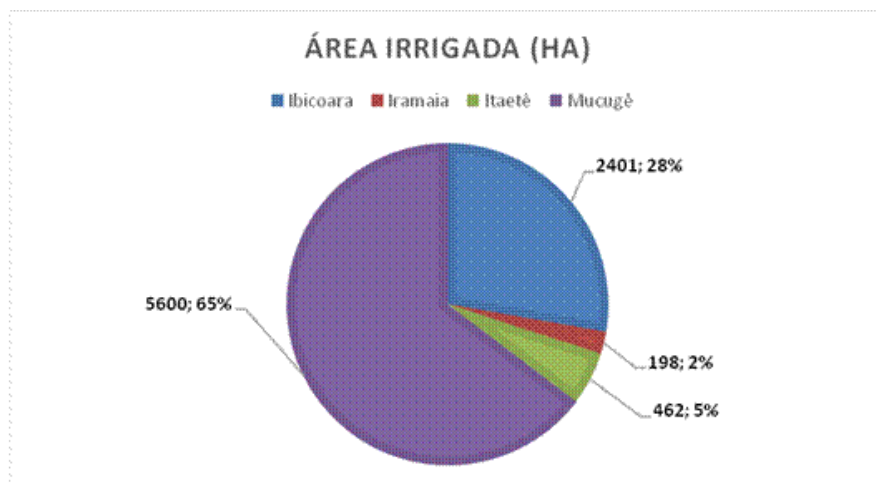


Figura 77: Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam irrigação nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

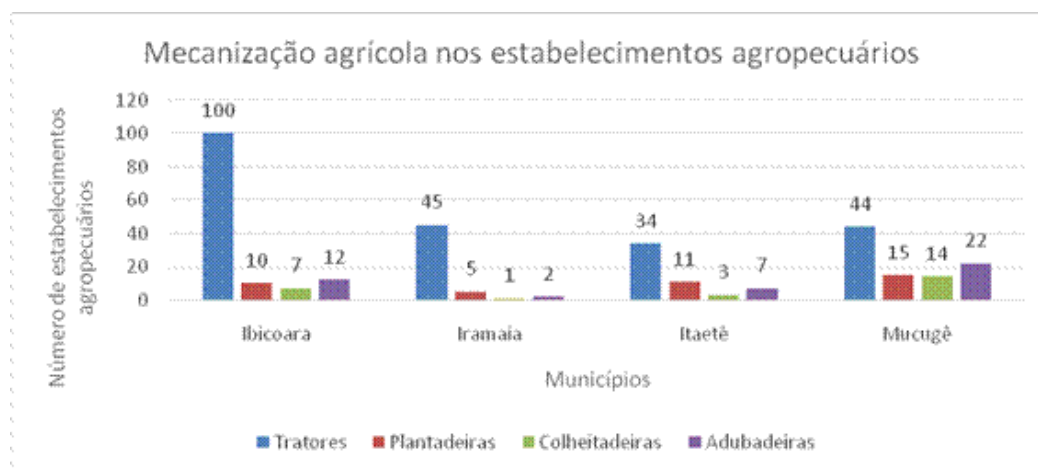


Figura 78: Número de estabelecimentos agropecuários que utilizam mecanização agrícola nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

Nos municípios de Mucugê e Iramaia, entre os estabelecimentos que adotam a prática de adubação há equilíbrio entre o uso de adubação química e orgânica, enquanto Ibicoara cerca de 80% utilizam adubação química. Em Itaetê a adubação é quase 100% orgânica, entretanto na serra da Chapadinha há um imóvel rural cadastrado no CEFIR que declara utilizar agrotóxico.

Vale salientar que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, utilizando 19% de todo defensivo agrícola produzido no planeta, combinado ao uso intensivo de fertilizantes e corretivos, esse cenário traz riscos de contaminação dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos, causa prejuízos para a saúde humana, polinizadores e controladores de pragas, essenciais para a produção de alimentos e coloca sob ameaça às espécies aquáticas (Prado et al., 2024).

Em relação à cobertura vegetal nativa, analisando-se a RPGA X é possível verificar a importância do PNCD para sua manutenção no Alto Paraguaçu com uma taxa de cobertura de 96% do seu território (UPGRH 2 - Alto Rio Paraguaçu – Parque). Porém, nas nascentes do Paraguaçu (UPGRH 1 Bacia Do Alto Rio Paraguaçu – Nascentes) 40% do território é caracterizado por uso antrópico e 24% é ocupado por pivôs centrais (Bahia, 2026d).

Ainda que esses dois municípios ocupem a menor porção do território da área de estudo 3% (Mucugê) e 23,84% (Ibicoara), a criação da unidade de conservação contribuirá para aumentar o incremento de áreas protegidas. Visto que além do PNCD, o território abriga outras importantes unidades conservação, como APA Marimbus/Iraquara, Parque Municipal de Mucugê e Parque Natural Municipal de Andaraí Rota das Cachoeiras na conservação e preservação da biodiversidade.

Na área de estudo (UPGRH4 - Bacia do Rio Paraguaçu – Cárstico), as áreas de predomínio da agropecuária e agricultura irrigada já recobrem 35% e 64% da área com remanescentes de cobertura vegetal nativa com maior concentração na parte do Parque Nacional da Chapada da Diamantina (Bahia, 2026a).

Desse modo, o planejamento de novas atividades com alto potencial poluidor no território deve considerar o investimento estatal que já foi realizado no território e as atividades que já se consolidaram, como a agricultura irrigada e o turismo ecológico. Bem como os conflitos por terra e água já instalados na área de estudo a partir da implantação do Agropolo Ibicoara – Mucugê (OCA).

Além disso há que se considerar o impacto ambiental dessas atividades existentes, especialmente a monocultura, que afeta diretamente o fluxo biológico entre as unidades paisagísticas, e potencial impacto de contaminação do solo, ar e água. E no caso da irrigação, se praticada de forma irregular tem ainda o potencial impacto de lixiviação e/ou erosão do solo, levando-o à salinização e conseqüente esgotamento agrônômico, além do consumo exacerbado da própria água. (MMA, 2007).

A esse cenário se soma, as mudanças climáticas com reflexos diretos na maior variabilidade na disponibilidade hídrica e potenciais mudanças na aptidão agrícola em função de alterações na temperatura e no regime de chuvas. Considerando que a área de estudo se encontra no semiárido, e o histórico de ocupação demonstra como os eventos de seca estão diretamente associados aos processos migratórios ao longo dos anos (Prado et al., 2024).

5.3.1 Usos de imóveis individuais na área de estudo

As ocupações na serra da Chapadinha se caracterizam pela sazonalidade, a maior parte das pessoas não residem, mas têm uso em alguns períodos do ano (MMA, 2007, Nota Técnica 51 (00109278815)). De acordo com Mapeamento Participativo há uma estimativa de cerca de 20 a 40 pessoas morando na serra da Chapadinha. Informação que reflete aos dados de recenseamento realizado pelo IBGE (2022) com 25 pontos (Anexo 2), entre imóveis vagos e ocupados.

De acordo com dados do CEFIR (GeoBahia/INEMA, 2026), Figura 79 menos de 5% das áreas dos imóveis têm atividade desenvolvida sobre a área de estudo corroborando com o perfil de ocupação sazonal. Cerca de 30% da área total cadastrada na área de estudo é vegetação nativa e 3% é APP. Entre os imóveis cadastrados somente um imóvel apresentou reserva legal abaixo do previsto no Código Florestal, com uma reserva legal de menos de 5%, destoando do perfil de ocupação na serra da Chapadinha.

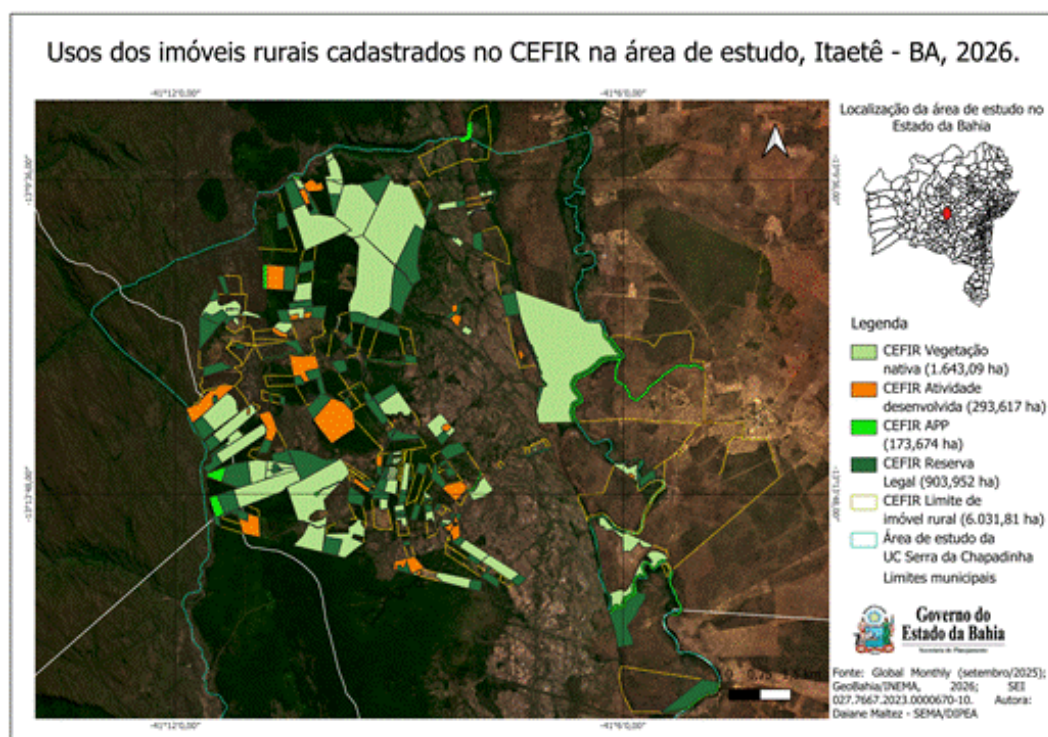


Figura 79: Usos CEFIR dos imóveis localizados totalmente ou parcialmente na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

De acordo com o Mapeamento Participativo, parte dos imóveis na serra da Chapadinha estão com roças em pousio há pelo menos 10 anos sendo possível observar extensas áreas com presença de samambaia-preta *Pteridium aquilinum*.

Registra-se também a criação extensiva de gado de modo sazonal nos períodos mais quentes do ano, com manejo do gado para outras áreas nos períodos de frio. O histórico de uso da serra da Chapadinha indica que essa prática sempre ocorreu no território como complementação da renda dos pequenos agricultores para subsistência familiar.

De acordo com a Figura 80, a maior concentração de pastagem ocorre na porção oeste da área de estudo com alto vigor, algumas manchas com médio vigor e uma pequena mancha com baixo vigor na porção sudoeste. Na porção centro-norte há pastagens esparsadas com alto vigor e na porção nordeste há pastagens localizadas com um ponto de baixo vigor.

Entretanto somente na porção centro-norte verificamos a presença de gado bovino tanto no mês de novembro/2024 e abril/2026. Importante registrar que no

período mais quente realmente foi possível observar maior quantidade de cabeças de gado nos pastos corroborando com o sistema de manejo verificado no Mapeamento Participativo. A mancha de baixo vigor na porção sudoeste se encontra no PA Boa Sorte Una, mas de acordo com o Mapeamento Participativo, a área não é mais utilizada sendo conservada como reserva legal.

Vigor das pastagens na área de estudo da serra da Chapadinha, Bahia.

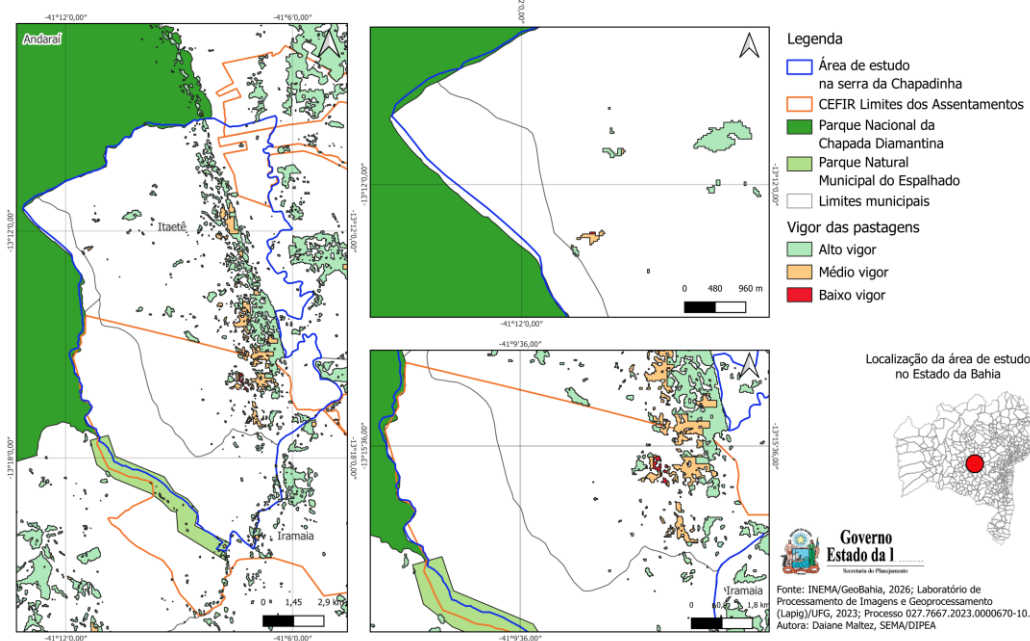


Figura 80: Vigor das pastagens na Serra da Chapadinha. Elaboração: SEMA, 2026.

De acordo Santos (2023) *apud* Leite (2015) a existência de pastagens, em contato direto com as bordas dos fragmentos florestais remanescentes de Mata Atlântica em áreas protegidas, se configura como pressão física, aumentando a possibilidade de contaminação ambiental nos corpos hídricos, pelo manejo fitossanitário dos rebanhos bovinos, quanto pela aplicação e descarte de agrotóxicos com impacto direto sobre a biota aquática e terrestre.

Além dos riscos para a biodiversidade, Macul (2019) aponta a relação direta entre o aumento de pastagens como vetor para a especulação fundiária, fator que impulsiona o desmatamento. Portanto, considerando as condições climáticas da

serra da Chapadinha que podem ser restritivas à criação de gado bovino, os riscos ambientais e fundiários, essa atividade não deverá ser incentivada, mas restrita à agricultura familiar e com o manejo do gado durante as estações do ano, como já ocorre historicamente no território.

Essa é uma questão importante, considerando principalmente as condições edáficas da serra da Chapadinha, especialmente em relação à granulometria que é caracterizada pela presença de fragmentos grossos, Figura 81 (MapBiomias, 2026). A porção noroeste da área de estudo é caracterizada pela presença de fragmentos grossos já na camada de 20 a 30 cm do solo limitante para algumas culturas, com maior aptidão para pastagem, entretanto diante dos riscos apontados acima, essa atividade deverá ser controlada.

Profundidade até pedregosidade na área de estudo da serra da Chapadinha, Bahia.

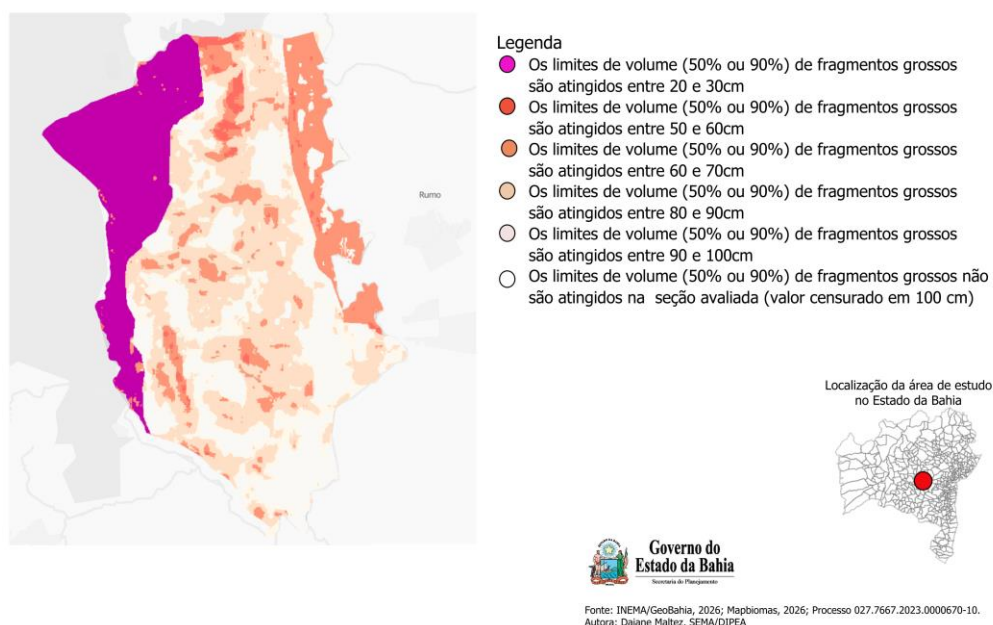


Figura 81: Granulometria do solo na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

A agricultura realizada de forma inadequada pode ainda gerar perdas de solo por erosão. No Brasil, a erosão do solo gera uma perda média de 0,5% ao ano na capacidade de armazenamento dos reservatórios de energia e para abastecimento.

Além do agravamento da erosão costeira, pela redução da velocidade de chegada dos rios no mar (Prado et al., 2024).

Nesse sentido importante destacar que em recente levantamento, o IPAM identificou que a conservação de parte significativa do Cerrado ocorre pela presença de solos pedregosos (onde até 90% do volume superficial é rocha) se constituindo como escudo natural à mecanização. De acordo com o estudo, 89% da vegetação nativa continua intacta nesses ambientes⁶.

Além disso, os solos rasos e rochosos retêm menos água, forçando a natureza a desenvolver ecossistemas altamente especializados e ricos em espécies endêmicas, como os Campos Rupestres. Já os solos profundos são os grandes responsáveis por infiltrar a água da chuva e recarregar os aquíferos, o uso dos solos intensivo do solo nesse ambiente complexo, como é esse mosaico de fitofisionomias da serra da Chapadinha, ainda que sem utilização de agrotóxicos deve ser monitorado.

Outro aspecto importante para monitoramento das pastagens e agricultura a serra da Chapadinha é a presença dos brejos de altitude, ambientes muito sensíveis pela localização em uma matriz semiárida e sua dependência da orografia que atua como um fator geográfico do clima, propiciando maiores precipitações e menores temperaturas, gerando, assim, condições locais específicas de áreas de exceção no interior da Caatinga (Medeiros e Cestaro, 2019).

Na Bahia é possível identificar os brejos de altitude na Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço (Medeiros e Cestaro, 2019) e existem poucas unidades de conservação em áreas de brejos de altitude Oliveira (2017). Portanto, torna-se ainda mais relevante proteger esses ambientes especialmente no contexto das mudanças climáticas, seja pela importância no sistema de precipitação na região semiárida seja pelo potencial de armazenamento de carbono no solo.

⁶ Fonte: <https://ipam.org.br/solo-pedregoso-do-cerrado-protege-vegetacao-nativa/>

Considerando esse complexo sistema de áreas úmidas na serra da Chapadinha e sua importância na bacia do rio Una, importante avaliar a localização e monitorar a aquicultura. A atividade ocorre em pequena escala e para subsistência, cerca de três imóveis, na porção centro - norte da área de estudo por meio de tanques escavados com criação de espécies exóticas, como a tilápia (*Oreochromis niloticus*).

Durante o Mapeamento Participativo identificamos ainda uma destilaria recém-instalada para produção de óleos essenciais, entre eles, o eucalipto. A produção encontra-se em fase de teste, sem comercialização.

Importante analisar dois aspectos, primeiro, ainda que em sistema agroflorestal, a expansão do eucalipto, especialmente na porção nordeste que faz limite com o PNCD poderá ser uma ameaça à biodiversidade da serra da Chapadinha. Visto que o eucalipto (*Eucalyptus* spp.) é uma espécie exótica invasora, conforme Portaria SEMA/INEMA Nº 051/2023 de 30 de maio de 2023 que só pode ser utilizada em condições controladas, sujeitas à regulamentação específica. Nesse sentido importante destacar que conforme dados do CEFIR há um déficit de reserva legal, na análise dos cadastros individuais dos imóveis.

E a outra questão diz respeito à localização de indústria na serra da Chapadinha, considerando os potenciais impactos dessa atividade e a caracterização do meio biótico e físico, essa atividade não deverá ser continuada.

Portanto, a proteção do território na serra da Chapadinha é de fundamental importância para garantir a cobertura vegetal, especialmente nos ambientes de brejos de altitude (turfeiras) que são essenciais na produção de água e manutenção do estoque de carbono no solo.

5.3.2 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária na área de estudo

O território concentra o maior número de assentamento agrícolas da RPGA X (UPGRH 4), com 41 assentamentos, os quais abrigam 3.364 famílias (Bahia, 2026). O município de Itaetê abriga o mais antigo projeto de assentamento da Bahia que já foi emancipado e se constitui em um povoado do município.

A área de estudo se sobrepõe a três Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA e faz limite com um PA. Os quatro PA perfazem um total de 22.891,76ha com 670 famílias assentadas (Quadro 6). Vale ressaltar que no caso do PA Valdete Correia a área sobreposta chega a cerca de 80% do território do PA, e no PA Boa Sorte Una, a poligonal está sobreposta em cerca de 40% do seu território (quadro 6 e Figura 82) conforme destacado na Nota Técnica 51 (00109278815). Entretanto não há sobreposição sobre a agrovila dos PA, mas reserva legal e área agrícola consolidada.

Quadro 6: Projetos de Assentamento criados pelo INCRA na poligonal proposta para a UC que se encontra no limítrofe da poligonal demandada. Fonte: UFBA/Geografar (2023); Geobahia (2023). Elaboração: SEMA, 2026.

Município	Projeto de Assentamento	Imóvel rural	Ano criação	Famílias		Área (ha)	Área aproximada sobreposta poligonal demandada	
				Capacidade	Assentadas		Área (ha)	%
Iramaia	Boa Sorte Una	Floresta do Rio Una	25/07/2006	475	460	17.387,85	7.420,898	42,68
	Dandara	Dadau	26/12/2002	50	50	1.219,61	0,00	-
Itaetê	Valdete Correia	Conjunto Alto do Meio	25/09/2014	23	19	764,6	601,143	78,62
	Baixão	Brasiléia	30/12/1998	161	141	3.519,70	114,396	3,25
TOTAL				709	670	22.891,76	8.136,436	

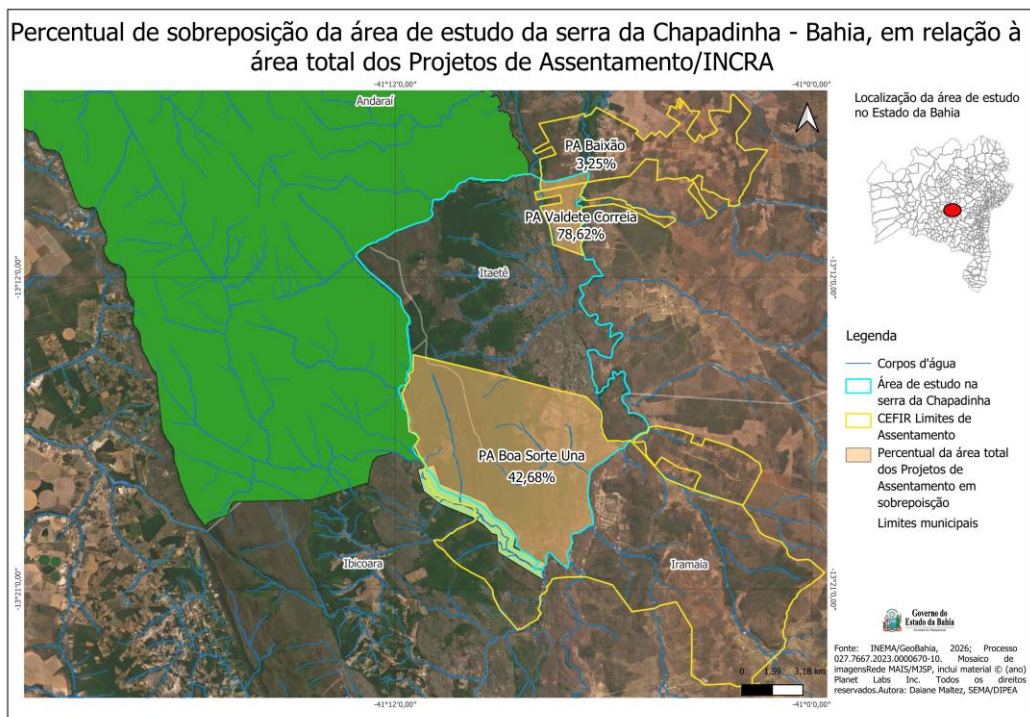


Figura 82: Projetos de Assentamento sobrepostos ou limitrofe à poligonal demandada. Elaboração: SEMA, 2026.

Os principais usos nos PA identificados no Mapeamento Participativo são a agricultura familiar especialmente para produção de mandioca, abóbora, milho, abacaxi para subsistência com pequenas áreas irrigadas e a maior parte em sistema de sequeiro, algumas criações de peixe na serra da Chapadinha (Figura 83).

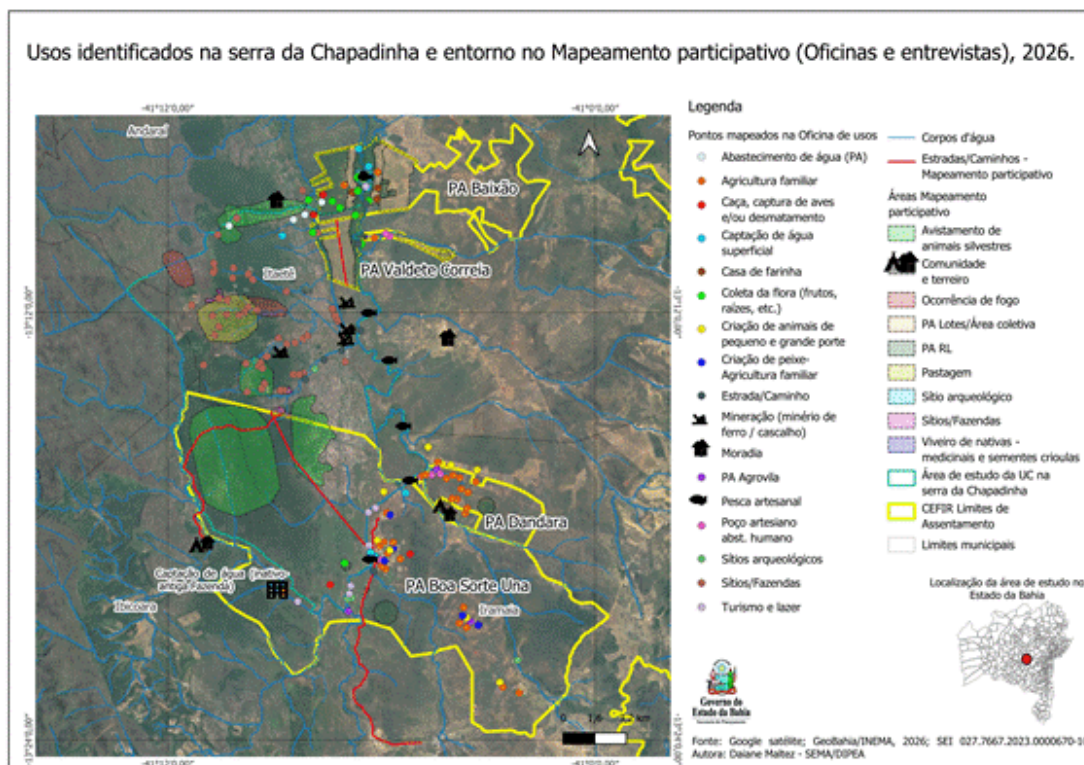


Figura 83: Usos registrados no Mapeamento Participativo. Elaboração: SEMA, 2026.

Apesar de não haver registro de território ou comunidade tradicional autodeclarada, no Mapeamento Participativo foi possível observar o conhecimento tradicional de agricultores familiares, especialmente dos projetos de assentamento, sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético, como a conservação e manejo de sementes crioulas, nos termos da Lei Federal nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

O Mapeamento Participativo demonstrou que os agroecossistemas, especialmente nos projetos de assentamento, no entorno da área de estudo, e algumas áreas pontuais de agricultura familiar na serra da Chapadinha apresentam práticas próprias de Sistemas de Agricultura Tradicionais (SATs) (Prado et al., 2024) com alta riqueza de espécies, diferentes sistemas, com criações de animais, capoeira-roça, manejo florestal e de plantas medicinais que precisam ser conhecidos e descritos.

Vale salientar que esses sistemas não se caracterizam simplesmente como um sistema agroflorestal, planejado tecnicamente para diversas finalidades, produção de alimentos, conservação etc. No caso dos SATs, o conhecimento das

plantas locais e o manejo do ambiente são passadas entre as gerações (Prado et al., 2024).

O Mapeamento Participativo demonstrou que apesar de abrigar muitas pessoas de fora, há muitas famílias que estão por décadas no território e esse conhecimento é perpassado entre as gerações. Inclusive, um dos conhecimentos mapeados foi em relação às plantas medicinais nativas, conhecimento que está relacionado à origem do município que surgiu a partir de uma feira de ervas típicas do semiárido com valor medicinal (Itaetê, 2017). O cadastro fundiário permitirá mapear exatamente o tempo de ocupação das famílias.

PA Baixão

Conforme Figura 84, a área de estudo sobrepõe 15, 62% da reserva legal do PA Baixão com vegetação nativa com floresta estacional semidecidual, parcialmente degradada (CEFIR, GeoBahia/INEMA, 2026).

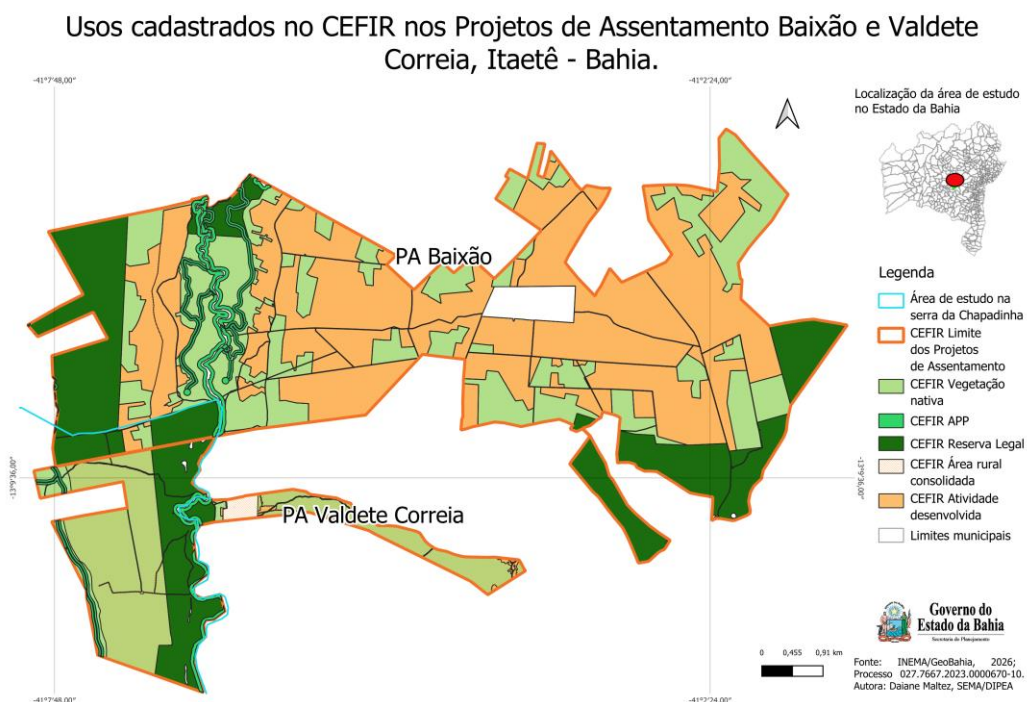


Figura 84: Usos cadastrados no CEFIR nos Projetos de Assentamento Baixão e Valdete Correia, Itaetê, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

De acordo com o Mapeamento Participativo, a reserva legal do PA é utilizada para coleta de frutas e plantas medicinais para subsistência, e manejo da vegetação nativa para manutenção de cercas e outros usos do imóvel coletivo. Entretanto, a área da reserva legal que é utilizada para manejo da madeira, conforme permite o Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012 está fora da área sobreposta, Figura 83.

Portanto, possíveis restrições de uso em relação às atividades agrícolas não terão qualquer impacto no modo de vida e economia do assentamento. Entretanto, se houver restrições de uso direto relacionada à coleta da flora (frutos, raízes, folhas, sementes) poderá haver impacto e/ou conflito com o assentamento.

Além dos usos diretos da reserva legal, o principal impacto que poderá ocorrer sobre o PA está sobre o abastecimento de água para abastecimento humano, dessedentação animal e irrigação. Visto que as captações de água ocorrem na nascente do rio Samina e diretamente no rio Samina (abastecimento humano) e (água de produção: agricultura e dessedentação animal) é captada. Portanto, a criação da UC deverá considerar esses usos existentes sob risco de inviabilizar o PA, caso haja restrição de uso direto da natureza.

PA Valdete Correia

A partir dos dados do CEFIR é possível verificar que a área de estudo sobrepõe área de vegetação nativa e área consolidada do PA Valdete Correia Figura 84. Informação que condiz com a realidade verificada na Visita Técnica de Reconhecimento (VTR) Nota Técnica 51 (00109278815) e Mapeamento Participativo, onde foi verificado que as áreas atualmente cultivadas estão fora da área de estudo, próximo à agrovila. A sobreposição ocorre sobre a área de lotes que se encontra em pousio há pelo menos 10 anos e em processo de solicitação de autorização de supressão de vegetação junto ao INEMA, para retomada do uso agrícola.

Vale ressaltar que conforme Silva, Chaves e Souza (2021), a área de estudo se sobrepõe às Classes III e VI no PA Valdete Correia, terras com alguma restrição de uso, ou sejam que já requerem práticas de conservação de solo (EMBRAPA, 1996). A maior preocupação se dá com as terras de Classe VI que são impróprias para culturas, mas adequadas para pastagens ou reflorestamento, desde que se adotem práticas especiais para assegurar o uso constante sendo a declividade e/ou a profundidade efetiva os principais fatores limitantes para o seu uso agrícola.

Entretanto, o PA possui um banco de sementes crioulas e viveiro de plantas medicinais. A coleta das sementes é realizada na reserva legal do PA e na serra da Chapadinha. A experiência realizada pelo PA já foi objeto de pesquisa científica apresentado em Feira de Ciências (FECIBA) realizada pelo Estado da Bahia. O PA registra também experiência de produção de frutas desidratadas em secador artesanal (Figura 85).



Figura 85: Banco de sementes crioulas no PA Valdete Correia. Foto: SEMA, 2026.

Assim, se houver restrições de uso para agricultura, o Projeto de Assentamento Valdete Correia será inviabilizado, considerando que 80% do PA será

afetado pela UC. Por outro lado, considerando os critérios técnicos de uso do solo, a agricultura somente é viável com práticas de conservação do solo.

PA Boa Sorte Una

A porção sul da área de estudo sobrepõe área com cobertura de vegetação nativa (floresta estacional semidecidual e campos rupestres) e atividade desenvolvida do PA Boa Sorte Una, conforme CEFIR (Figura 86). Entretanto, conforme dados primários levantados na VTR e Mapeamento Participativo verificou-se que toda a área sobreposta é utilizada como reserva legal pelos assentados.

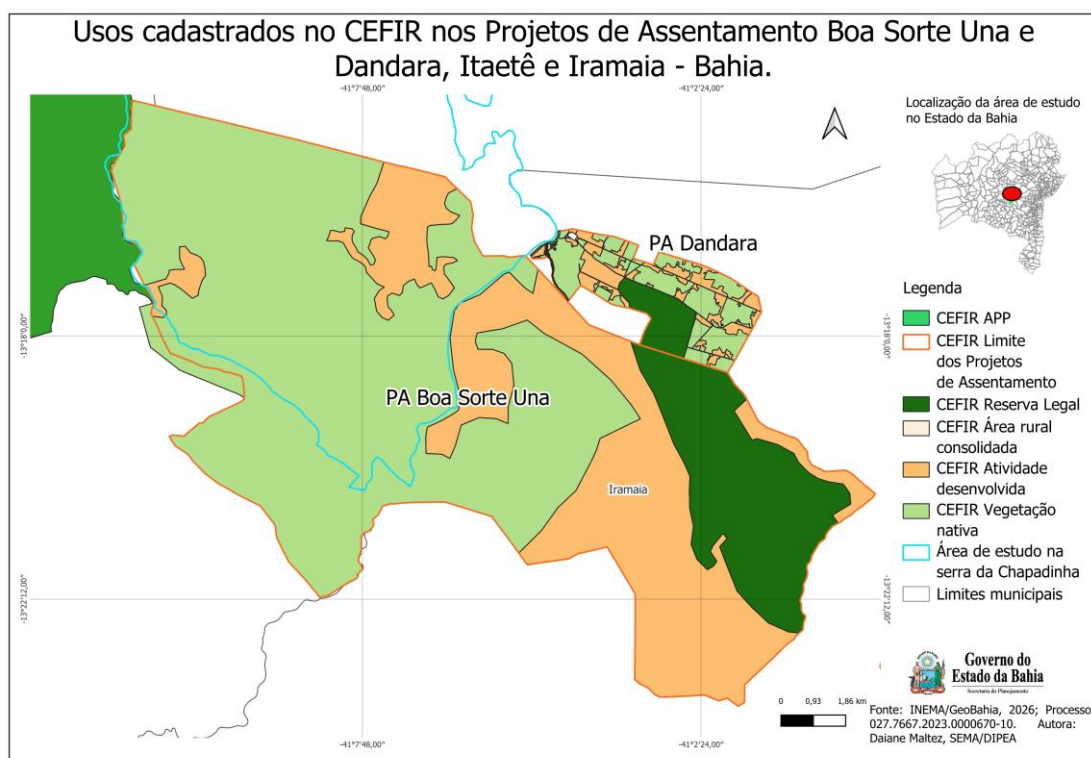


Figura 86: Usos cadastrados no CEFIR nos Projetos de Assentamento Boa Sorte Una e Dandara, Itaetê e Iramaia, Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

Os agricultores assentados consideram 2 áreas de reserva legal, a porção sobreposta com a área de estudo que é a reserva “intocada”, localizada na Mata do Caboclo/das Gamelas onde há uso religioso povos tradicionais de terreiro, na porção próxima à estrada da Mata Seca Figura 83). E a outra porção de reserva é aquela cadastrada no CEFIR que é a reserva com usos para coleta de frutos e manutenção da propriedade, conforme previsto no Código Florestal.

De acordo com Figura 80 há manchas de pastagem de baixo vigor na área de sobreposição com o PA Boa Sorte Una. Antes da criação do PA, o imóvel rural era uma fazenda de gado de corte sendo mantidas ainda algumas estruturas da época da fazenda antiga sobre essa área, como o projeto de captação de água no rio Jiboia e uma casa de apoio que era utilizada tanto pelos vaqueiros da fazenda como por antigos tropeiros na época do garimpo, chamado casa de bomba. Portanto, essas áreas classificadas como atividade desenvolvida podem corresponder a esses antigos pastos da fazenda, mas que não são utilizados pelos assentados, sendo possível avaliar a adequação ambiental dessas áreas quando da criação da UC, sem qualquer prejuízo às atividades desenvolvidas pelos agricultores assentados.

Desse modo propõe-se que seja verificado junto ao INCRA, em comum acordo com os agricultores assentados, a realocação de reserva legal, a fim de garantir que não haverá nenhuma restrição de uso futuro aos agricultores.

Usos comuns aos PAs

A criação de animais de pequeno, médio e grande porte foi verificada em todos os PA's, porém todas as áreas utilizadas como pasto ocorrem fora da área de estudo. Vale ressaltar que no PA Valdete Correia foi identificada a prática de locação de pastos fora do PA, demonstrando que há um déficit de áreas de uso que precisa ser avaliado junto ao INCRA, com apoio de assistência técnica. Visto que a atividade de pecuária não deverá ser incentivada na área de estudo, e conforme discutido acima as terras de Classe VI (sobreposição com a área de estudo) são aptas à pastagem.

Importante registrar que há conflitos de uso nas áreas de roças com animais silvestres, como aves e capivaras, causando prejuízo econômico aos agricultores familiares no PA Baixão e em menor proporção no PA Valdete Correia, ambas localizadas fora da área de estudo.

Desse modo, considerando a proximidade com o PNCD e a criação da UC que trará mais conservação, e, portanto, aumento de habitat de animais silvestres,

o uso e manejo do solo precisa considerar a presença dessa fauna, de modo a evitar o aumento desse conflito com impacto à fauna e aos agricultores familiares.

Alguns agricultores familiares assentados nos três PA's desenvolvem atividades de turismo de base comunitária no território exercendo atividades de guiagem e serviços de hospedagem e alimentação. Os pontos turísticos de guiagem estão focados nas cachoeiras localizadas no Parque Nacional da Chapada Diamantina e na área de estudo. Somente o PA Boa Sorte Una tem pontos turísticos de guiagem no próprio território do assentamento que estão no limite da área de estudo.

O Mapeamento Participativo registrou a necessidade urgente de proteção os pontos turísticos, bem como organização da atividade turística. Portanto, a criação da UC poderá potencializar essa atividade permitindo maior inclusão dos agricultores familiares e fortalecendo o turismo de base comunitária no território.

O Mapeamento Participativo identificou ainda importante atividade de coleta de frutas nativas, como cagaita (*Eugenia dysenterica*), mangaba (*Hancornia speciosa*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), mucugê (*Couma rigida*), coco palmeira (*Attalea pindobassu*), e o umbu, além de espécies medicinais e litúrgicas, como a candeia da serra (*Eremanthus erythropappus* D. C.), nega mina (*Siparuna guianensis* Aubl.), ogum madeira, alecrim do campo (*Baccharis dracunculifolia*), rosmaninho ou pedestre (*Lippia rotundifolia*), tingui (*Magonia pubescens*) (utilizada na atividade de pesca artesanal), copaíba (*Copaifera langsdorffii* Desf).

O manejo dessas espécies é importante para a manutenção da sociobiodiversidade e poderá ser um uso aliado à conservação da serra da Chapadinha como alternativa à geração de renda das famílias. Foi identificado ainda um viveiro rústico de plantas medicinais e baco de sementes crioulas no PA Valdete Correia liderado por uma liderança feminina do PA.

O incentivo a essa atividade deverá ser considerada no processo de criação da UC, considerando especialmente o sentimento de frustração demonstrado por

parte dos agricultores que realizavam a coleta de sempre-viva. As falas e depoimentos das pessoas registram tanto a perda econômica pela proibição da atividade (produtividade de até 1000ton/temporada), como a interrupção de uma vivência que envolvia a coleta das plantas com incursões que podiam durar até um mês pelos gerais, onde a serra da Chapadinha era a passagem para esses grupos de coletores que dormiam na serra, se alimentavam de plantas do território e praticavam caça para subsistência.

Portanto é importante conhecer as plantas medicinais e alimentares na serra da Chapadinha de modo a incentivar e planejar a bioeconomia, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, inclusão das mulheres e jovens e integração dos saberes tradicionais, conforme prevê o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), instituído pelo Decreto Federal nº 12.044/2024.

Nessa perspectiva, os dados do IBGE (2025) a produção de umbu nos municípios de Iramaia e Itaetê em processo de estagnação, após uma queda entres os anos de 2010-2011 (Figura 97). Nesse sentido importante destacar que o governo do Estado através da SEAGRI tem desenvolvido projeto de produção e propagação de umbu gigante em Vitória da Conquista, a partir de matrizes locais com inclusão do município de Iraquara⁷, que apresenta condições edafoclimáticas mais próximas aos municípios de Iramaia e Itaetê.

⁷ Fonte: <https://www.seligachapada.com.br/projeto-da-seagri-fortalece-a-cultura-do-umbu/>

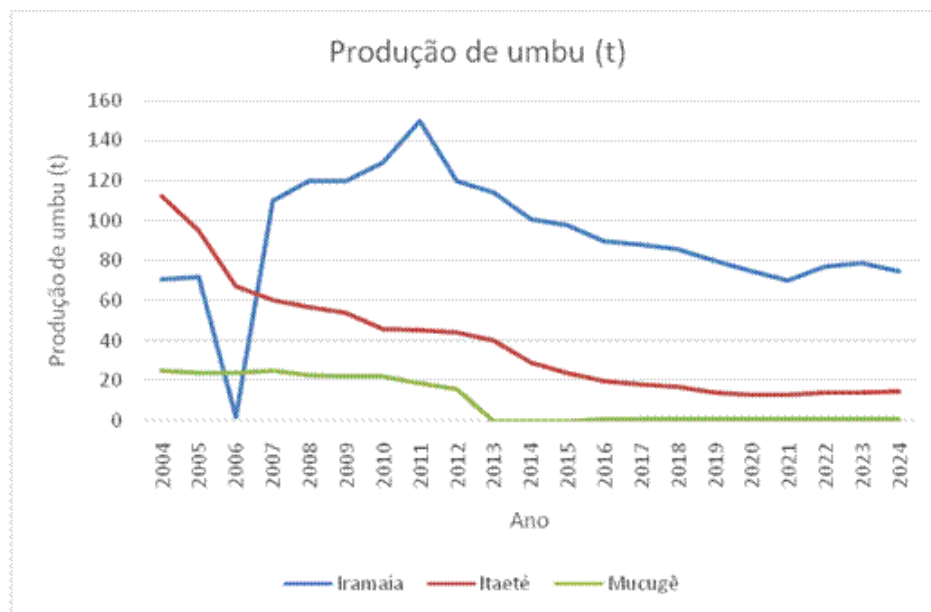


Figura 87: Produção de umbu (t) nos municípios da área de estudo. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

Em 2020, a Bahia correspondeu a 57% da produção de umbu do Brasil, e o Estado vem incentivando a organização da cadeia produtiva junto aos agricultores familiares, por meio da SDR⁸. Portanto, a promoção da bioeconomia poderá ser uma forte aliada no processo de consolidação da UC, com geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, especialmente nos municípios de Iramaia e Itaetê.

Dessa forma, corroborando com as dificuldades registradas no Mapeamento Participativo, há necessidade de acompanhamento de assistência técnica rural aos agricultores familiares de modo a garantir a adoção de práticas de conservação do solo, bem como subsídio financeiro para garantir a sustentabilidade das famílias assentadas.

Portanto, a criação da unidade de conservação com participação do INCRA deverá observar o apoio ao planejamento do uso do solo pelos PA's, especialmente o PA Valdete Correia permitindo a sustentabilidade das famílias assentadas sendo a fundamental no processo de criação da UC.

⁸ Fonte: <https://www.ba.gov.br/sdr/noticias/2022-01-10/umbu-o-fruto-que-encanta-bahia-e-ultrapassa-fronteiras>

A proteção da serra da Chapadinha é permitir a existência de outros modos de ocupação a partir de conhecimentos tradicionais de agricultura, onde práticas de conservação do solo, como pousio, rotação de cultura, consórcio de plantas, manejo de plantas não convencionais, observação dos ciclos lunares para manejo de espécies florestais, conservação de sementes crioulas. É preciso conhecer esses outros saber-fazer para garantia da autonomia e segurança alimentar e nutricional das famílias.

5.3.3 Serviços ecossistêmicos e percepção ambiental

Quais benefícios a natureza gera, a partir da conservação da biodiversidade da serra da Chapadinha? A história da humanidade está diretamente ligada à história da agricultura (Mazoyer e Roudart, 2010) e os ecossistemas naturais são o bem mais precioso para a agricultura.

A diversidade socioambiental da serra da Chapadinha presta inúmeros serviços ecossistêmicos de fundamental importância para a população local, conforme Tabela 16 (Nota Técnica 51 (00109278815)).

Tabela 16: Serviços Ambientais identificados nas áreas avaliadas na Serra da Chapadinha. Fonte: Adaptado de Santos (2007). Elaboração: SEMA, 2026.

Descrição dos Serviços Ambientais	Beneficiários
	U* - PL** - BIO***
Serviços de Suporte	
Produção Primária Local – Quantidade total de matéria orgânica fixada pelos seres autótrofos (fotossíntese), fixação do CO ₂	U – PL – BIO
Produção de O ₂ – Liberação de oxigênio no ar.	U – PL – BIO
Disponibilização de habitat e refúgio	BIO
Manutenção da variabilidade genética	BIO
Serviços de Provisão	
Provisão de Alimentos, Fibras/Madeira, Recursos Medicinais e Água.	U – PL
Serviços de Regulação	

Climática – Interceptação da radiação solar; Controle de precipitação, U – PL – BIO
interceptação de ventos e controle da umidade relativa do ar.

Qualidade do ar – Absorção de gases poluentes atmosféricos, U – PL – BIO
interceptação de materiais particulados.

Controle da Erosão – Controle dos processos erosivos e retenção de U – PL – BIO
sedimentos.

Polinização – Processo de transporte de grãos de pólen que leva a U – PL – BIO
reprodução e frutificação de plantas

Regulação Hídrica – Aumento da capacidade de infiltração da água no U – PL – BIO
solo e filtração

Controle biológico – Controle de pragas agrícolas e insetos U – PL – BIO
transmissores de doenças

Serviços Culturais

Recreação e estético – Ambiente de descontração e de relações U – PL
sociais.

(*) U: Usuários da pretensa unidade de conservação na Serra da Chapadinha; (**) PL: População local; (***) BIO: Biodiversidade.

Dos serviços ambientais elencados na tabela acima, faz-se necessário destacar a regulação hídrica e proteção de mananciais, disponibilização de habitat e refúgio; produção primária local e polinização, considerados de fundamental importância para a qualidade ambiental das áreas analisadas na Serra da Chapadinha tendo a predominância do uso de agropecuária na área de estudo.

O controle da erosão do solo, pela presença da vegetação nativa, especialmente num ambiente com condições edáficas vulneráveis ao maior carreamento de partículas é essencial para conservação dos ecossistemas. A vegetação nativa proporciona ainda maior capacidade de infiltração e armazenamento de água no solo. Esse outro serviço tem especial importância para manutenção da saúde hídrica da bacia do Paraguaçu.

O potencial de abrigar fauna controladora biológico de pragas e doenças prejudiciais aos cultivos agrícolas é fundamental para agricultura. E especialmente para o entorno imediato, a serra da Chapadinha poderá exercer papel relevante no

controle microclimático, pelo processo de evapotranspiração, participando diretamente na produção de água.

O manejo da paisagem é essencial para manutenção das funções ecológicas. Num ambiente tão diverso como é área de estudo (Capítulos 1 e 2) é preciso planejar o uso e ocupação da terra de modo a garantir a provisão de múltiplos serviços ecossistêmicos. Esses benefícios gerados pela natureza (serviços ecossistêmicos) reduzem os riscos para a própria agricultura e contribuem para a conservação ambiental, além de grande potencial para agregação de valor aos produtos e geração de renda aos produtores, seja por mecanismos de certificação, denominação de origem e atividades associadas como o agroturismo (Prado et al., 2024).

Importante registrar a percepção ambiental das pessoas do território em relação à diversidade de serviços ambientais, a partir dos diferentes ecossistemas identificados (Figuras 88, 89 e 90) e a relação de pertencimento ao território e defesa da manutenção desses serviços, na compreensão da relação direta entre os serviços da natureza e a qualidade de vida, especialmente nos agricultores familiares e guias turísticos.

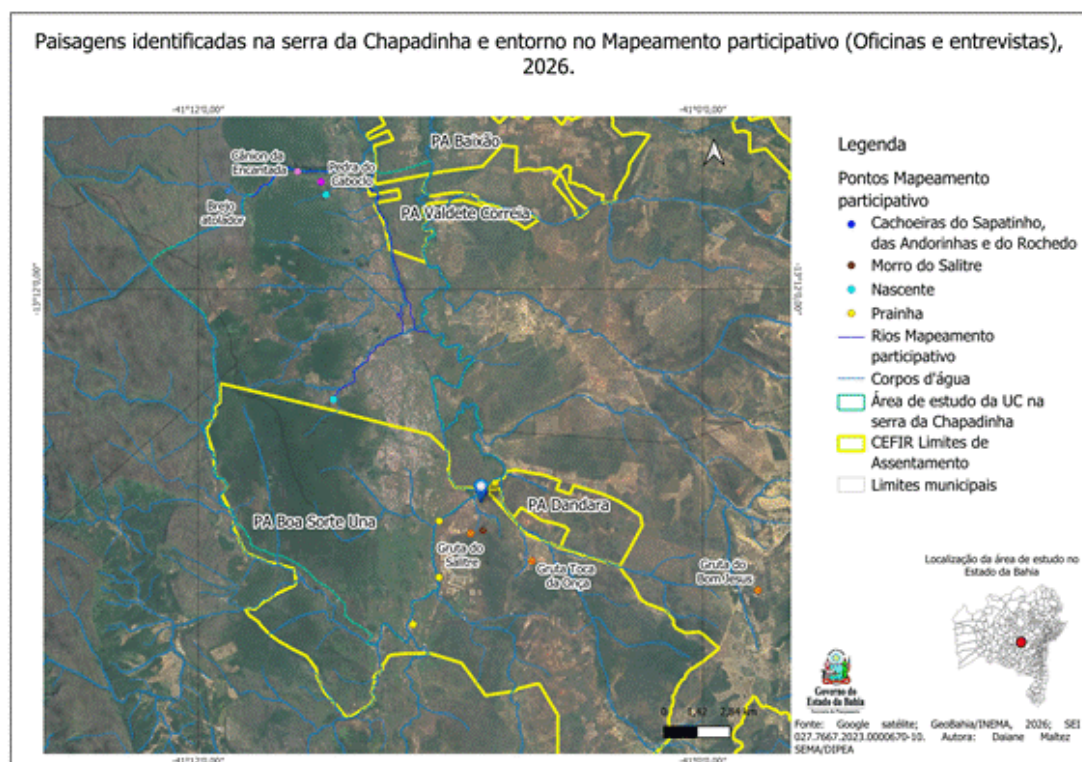


Figura 88: Paisagens identificadas no Mapeamento Participativo (pontos e rios). Elaboração: SEMA, 2026.

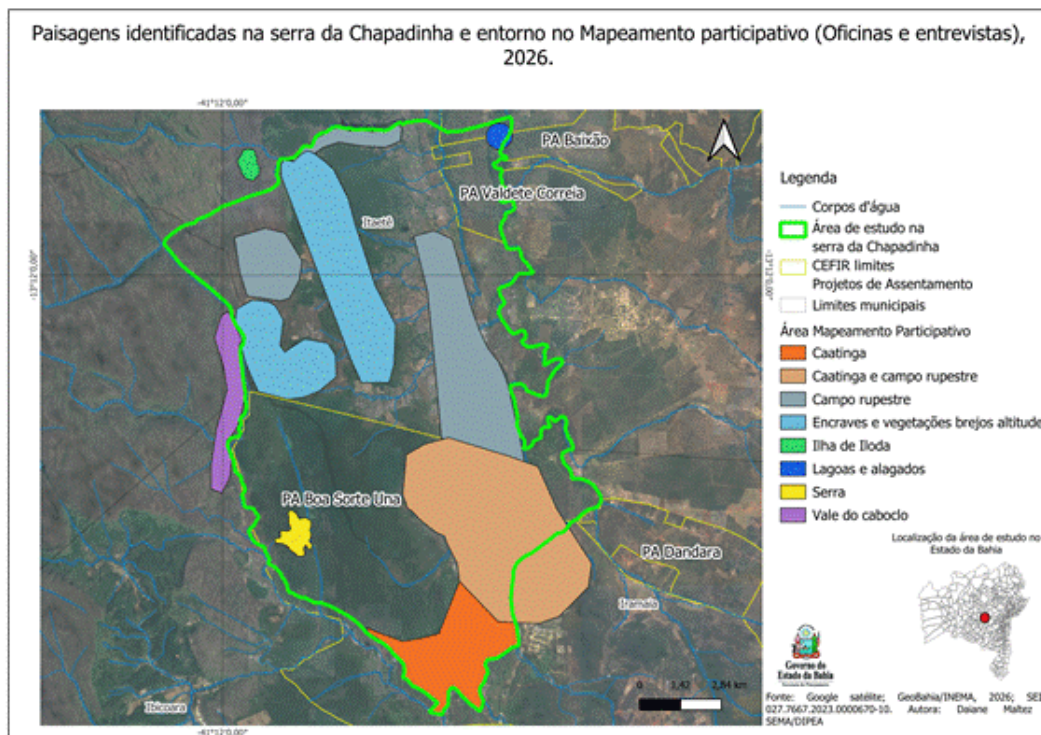


Figura 89: Paisagens identificadas na Serra da Chapadinha e entorno no Mapeamento participativo (oficinas e entrevistas). Elaboração: SEMA, 2026.

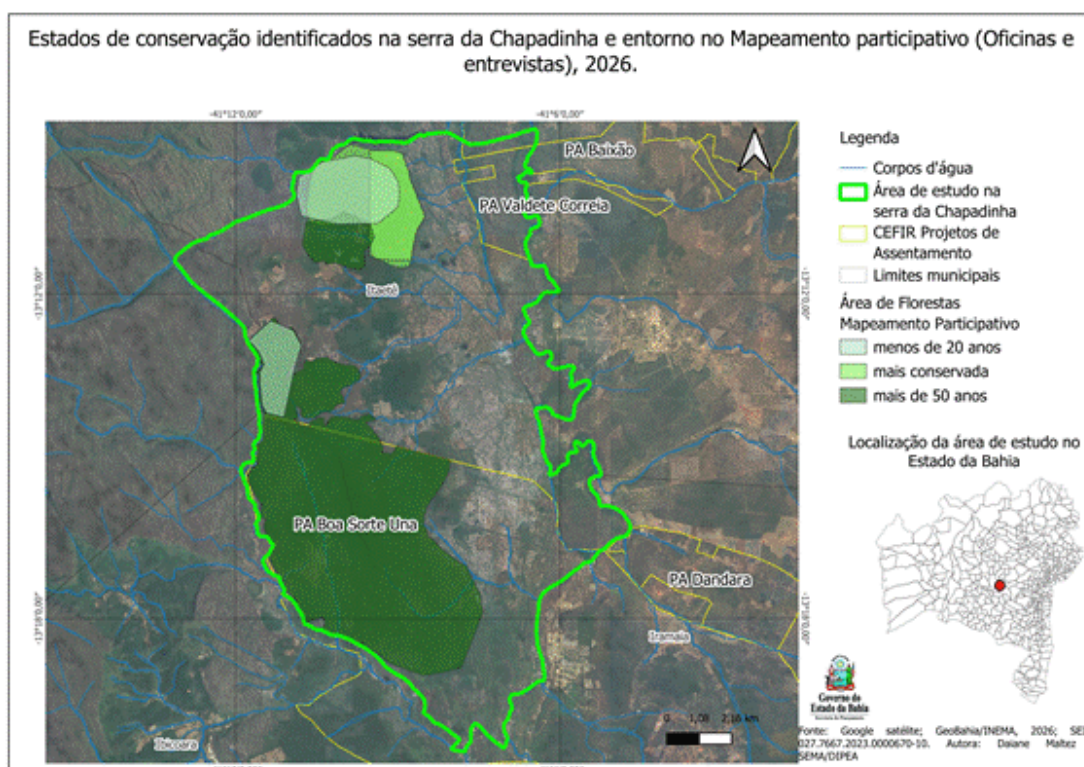


Figura 90: Estados de conservação identificados na Serra da Chapadinha e entorno no Mapeamento participativo (oficinas e entrevistas). Elaboração: SEMA, 2026.

Num ambiente tão diverso como a serra da Chapadinha é preciso olhar para os serviços ecossistêmicos de forma sistêmica, pois uma análise que não considere os usos e impactos já existentes pode colocar em risco a funcionalidade da natureza com prejuízos diretos à agricultura, por exemplo que é o principal vetor econômico da área de estudo. As projeções futuras de mudanças globais no uso da terra indicam que o Brasil será um dos países mais afetados pela expansão das terras agrícolas nos próximos 30 anos (Prado et al., 2024). Portanto, garantir a conservação de vegetação nativa é essencial, especialmente em territórios já tão impactados e conflituosos.

A proteção da serra da Chapadinha é fundamental para garantir maior resiliência aos seus ecossistemas associados (campos rupestres brejos de altitude, florestas estacionais) às mudanças climáticas, visto que as mudanças no uso da terra poderão atuar em sinergia com as mudanças climáticas para perturbações dos ecossistemas.

5.3.4 Ameaças e Conflitos

A Bacia hidrográfica do Paraguaçu tem importância fundamental para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Por outro lado, diversos são os conflitos de uso identificados como a irrigação mecanizada, exploração mineral, abastecimento e lançamento de efluentes. Esses conflitos estão relacionados diretamente com a oferta e demanda de água (Bahia, 2026d).

De acordo com dados da CPT, para o período de 1985 (ano de criação do PNCD) e 2024 foram registrados 27 conflitos na área de estudo. Importante destacar que a partir de 2022, os conflitos por terra se intensificaram no município de Itaetê com ocorrência de dois assassinatos (Figuras 91 e 92). No ano de 2024 foram registrados os primeiros conflitos especificamente na serra da Chapadinha, sendo um deles o primeiro conflito por água na área de estudo em todo período de análise (1985-2024) Apêndice 2.

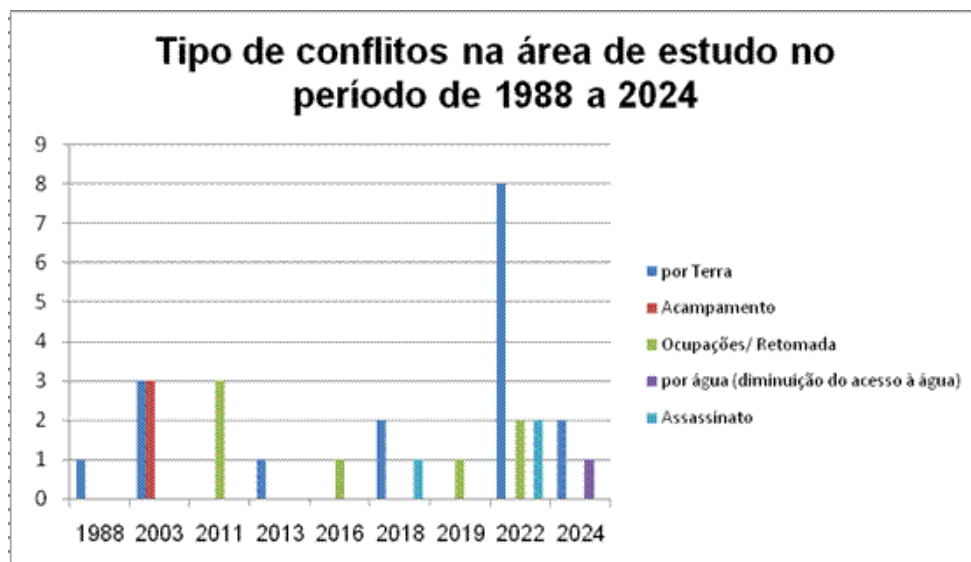


Figura 91: Tipos de conflitos por ano na área de estudo no período de 1985 a 2024. Fonte: CPT. Elaboração: SEMA, 2026.



Figura 92. Número de conflitos por município da área de estudo no período de 1985 a 2024. Fonte: CPT. Elaboração: SEMA, 2026.

De acordo com o Bahia (2026d), no ano de 2016, o rio Utinga interrompeu sua correnteza por mais de 120 dias, afetando diretamente cerca de 11 comunidades rurais e ribeirinhas, 10 assentamentos e dois sistemas de captação e tratamento para o uso doméstico, atingindo da sede do município de Wagner até a Área de Proteção Ambiental – APA Marimbus/Iraquara, na divisa com os

municípios de Andaraí e Lençóis, onde o rio deságua afetando diretamente os municípios de Ibicoara e Mucugê.

Em relação ao uso da água, conforme Apêndice 2 e Figura 1, em 2024 foi registrado o primeiro conflito por água nos municípios da área de estudo. Destacamos, porém que nas Oficinas do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (Bahia, 2026e), foi identificado conflitos de uso para abastecimento humano e irrigação na Barragem do Apertado em Mucugê e ameaças de desmatamento e irrigação às nascentes, bem como estudos insuficientes sobre as águas subterrâneas. E no município de Iramaia, a Cachoeira do Fundão, no ano de 2023 secou pela primeira vez (Bahia, 2026e).

Considerando o zoneamento do PNCD (MMA, 2007) importante destacar que a porção noroeste da área de estudo faz limite imediato com a Zona Intangível e Zona Primitiva que está entre as zonas mais restritivas da UC. A Zona Intangível (ZI)⁹ é a zona com mais alto grau de conservação ambiental em relação às outras, onde a natureza permanece o mais preservado possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação.

A Zona Primitiva (ZP)¹⁰ agrupa áreas naturais bem conservadas, com pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico e alto valor ligado à biodiversidade, como valor para a herança humana, para o equilíbrio do ambiente, ético, científico, pelo próprio desconhecimento que se tem sobre eles.

Observamos que a maior parte dos imóveis na serra da Chapadinha que fazem limite com essas zonas não têm atividade desenvolvida sendo cadastrado somente vegetação nativa, APP e reserva legal (Figura 93). Entretanto, um dos

⁹ Com objetivo de proteger nascentes dos rios Garapa, Roncador, Caldeirão, Samina, Timbozinho, Invernada, entre outros, importantes contribuintes da bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguaçu, e assegurar os padrões normais da sua qualidade de água, além de amostras de vegetação típica de campos rupestres, matas ciliares, pluvionebulares, estacionais semidecíduais e decíduais, além de transições entre estes tipos vegetacionais; e assegurar a preservação e sobrevivência de populações de espécies da fauna como a onça-pintada *Panthera onca* e o barbado *Alouatta caraya*, ambas espécies ameaçadas na região da Chapada Diamantina

¹⁰ Pe elas características próprias e pelos objetivos gerais da Zona, são incluídos valores estéticos, que levam à contemplação, observação, exploração dos sentidos e para pesquisa científica e educacional.

imóveis CAR/CEFIR BA-2915007-1430.B318.2510.46DD.8449.87D1.AFC8.B44F apresenta déficit de RL, uso agrícola da APP e uso de espécies florestais exóticas demonstrando um uso intensivo do solo e que pode ser uma ameaça ao PNCD e à biodiversidade da serra da Chapadinha.

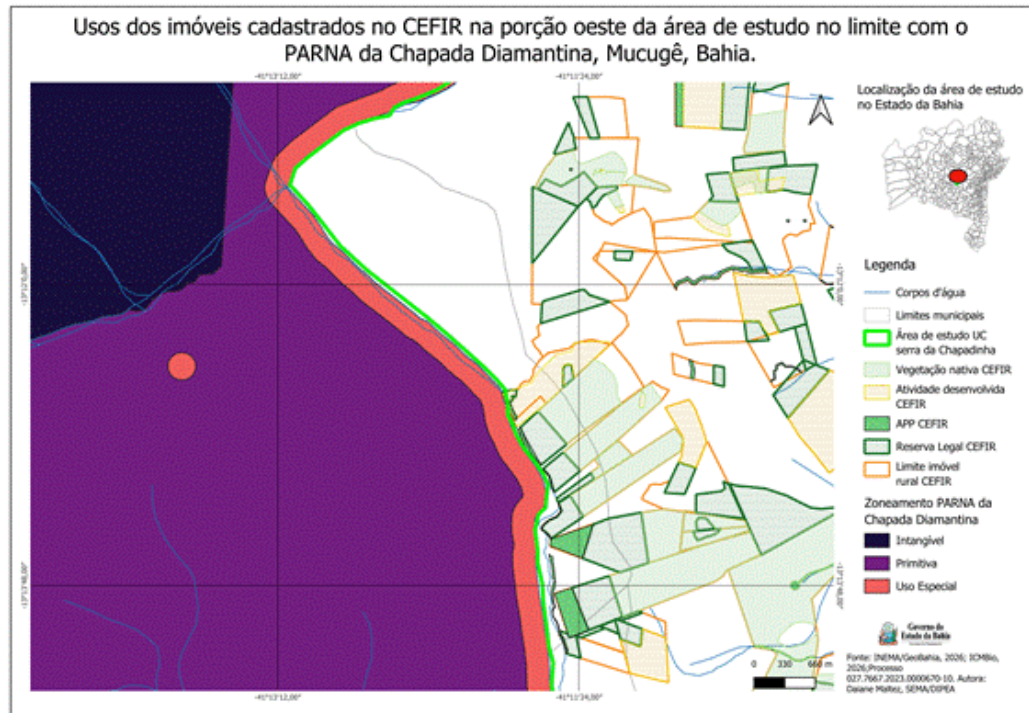


Figura 93: Usos dos imóveis cadastrados no CEFIR na porção oeste da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Importante destacar que apesar de uma das nascentes do rio Una se localizar nos gerais do Machobongo, os seus principais afluentes Invernada, Samina e Timbozinho estão na área de estudo. Portanto, ainda que sejam adotadas medidas de manejo para conservação do solo, considerando as classes de solo e classes de capacidade de uso, o uso intensivo poderá afetar essas nascentes ao longo dos anos.

Além da derrubada da floresta para criação de gado, os episódios de fogo causaram grandes perturbações nas florestas estacionais. A limpeza do pasto e a conversão de áreas para pastagem foi um dos vetores de fogo durante décadas.

O mapeamento das Oficinas de Planejamento Interativo no Plano da Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (Bahia, 2026e) registrou entre as ameaças à Bacia, a relação entre a especulação imobiliária e a disponibilidade hídrica em Mucugê. Observando-se o processo de ocupação na serra da Chapadinha, no Mapeamento Participativo identificamos que houve um aumento de ocupação nos últimos cinco anos. A partir de análise de dados dos CEFIR/CAR na poligonal da área de estudo identificamos que após a pandemia houve um aumento significativo de cadastros na poligonal, no período entre 2013 e 2019 havia 52 cadastros, em 2020 foram realizados 31 cadastros e no período entre 2021 e 2025 foram 48 cadastros.

Outra ameaça mapeada nas Oficinas de Planejamento Interativo no Plano da Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (Bahia, 2026e) e que também foi mapeada no Mapeamento Participativo no processo de criação da serra da Chapadinha é a ameaça de exploração mineral na Serra da Chapadinha.

De acordo com a Figura 94 é possível observar que há 24 processos minerários (Anexo 5- Relatório de processos minerários ANM) na poligonal da área de estudo sendo um deles em fase de Requerimento de Lavra. Indicando que o Relatório Final de Pesquisa foi aprovado, documento técnico que apresenta os resultados da pesquisa e comprova a viabilidade da área.

Sobreposição dos processos minenários ANM na área de estudo da serra da Chapadinhha, Bahia.

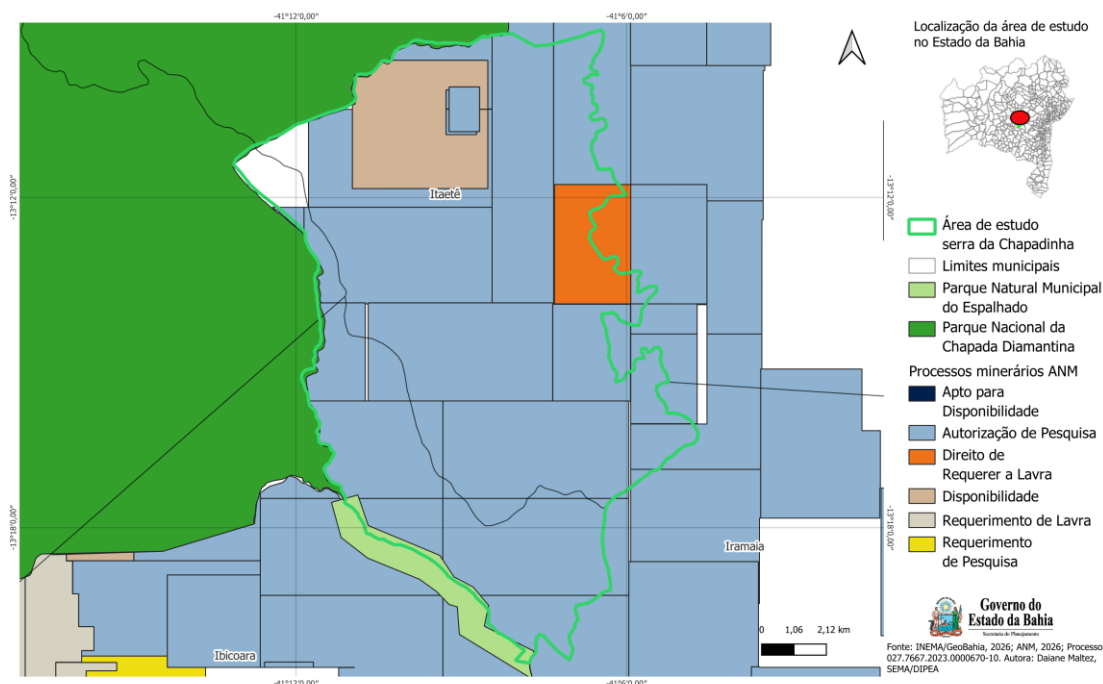


Figura 94. Mapa de processos minerários. Fonte: ANM, 2026. Elaboração: SEMA, 2026.

A atividade minerária não integrada no contexto se constitui em potencial risco à geração dos serviços ecossistêmicos, com destaque à produção de água e refúgio/habitat, além de potencial impacto à vocação econômica observada na serra da Chapadinhha, o turismo ecológico, regenerativo e/ou de base comunitária.

De acordo com dados da SDE¹¹, o setor de mineração gerou 1.414 empregos no Estado entre janeiro/2021 e fevereiro/2022 com destaque aos municípios de Piatã, Barrocas, Santaluz e Paramirim. E de acordo com CAGED¹², a indústria de extração de minério de ferro tem um salário médio mensal de R\$ 2.840,46.

¹¹ Fonte: <https://www.ba.gov.br/sde/2022/04/29/mineracao-baiana-gera-novos-empregos-e-renda>

¹² Fonte: <https://acessepolitica.com.br/noticia/62372/mineracao-na-bahia-gera-1-400-empregos-diretos>

Importante destacar que no levantamento de projetos governamentais, não foi identificado interesse minerário pela CBPM ou o planejamento de outras grandes obras no entorno da área de estudo.

Os dados do IBGE (Tabelas 7 e 8) demonstram que a principal atividade econômica da área de estudo é a agricultura, portanto a implantação de outras atividades potencialmente poluidoras, como é o caso da mineração poderá colocar em risco a principal atividade econômica do território. Deve-se considerar ainda a proximidade com a ZI do PNCD, tendo em vista sua função ecológica.

Além desses potenciais riscos há de ser considerar o risco de implantação de atividade de mineração sobre o sítio arqueológico localizado na área conhecida como Banheira. De acordo com o Apêndice 4, sítio pode guardar a memória dos povos originários enterrados em urnas. Somente com a realização de pesquisas esses dados poderão ser confirmados.

A falta de incentivo à atividade turística, especialmente em relação à capacitação de guias locais e implantação de infraestrutura nos pontos turísticos foram preocupações levantadas nas Oficinas do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (Bahia, 2026e) e Mapeamento Participativo.

O desmatamento, uso de fogo e utilização de drones para pulverização foram ameaças mapeadas Oficinas do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (Bahia, 2026). Cabe destacar que especialmente o desmatamento também foi mapeado como uma ameaça à conservação da biodiversidade na área de estudo e na percepção da população, a criação de unidade de conservação poderá fortalecer a fiscalização e reduzir o desmatamento.

Além da vegetação nativa, a agricultura foi identificada como ameaça aos corpos d'água seja pela captação ilegal como pela utilização intensiva de agrotóxicos com problemas associados aos resíduos sólidos (Conservação Internacional, 2015).

O mapeamento das Oficinas do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu (Bahia, 2026e) também identificou conflitos fundiários na Comunidade Baixão e PNCD sendo registrada a insatisfação da comunidade local, visto a proibição da produção, conforme o zoneamento dificulta o acesso a recursos se caracterizando como um impasse (Conservação Internacional, 2015). Essa Comunidade está localizada na Zona de Ocupação Temporária (ZOT) do PNCD e muito próximo à poligonal da área de estudo (Figura 95). A Zona de Ocupação Temporária (ZOT) engloba as áreas onde se encontram concentrações de populações humanas residentes no interior do PNCD e suas respectivas áreas de uso.

Portanto, a UC deverá considerar esse conflito existente entre a comunidade e o PARNA, especialmente no que diz respeito às restrições de uso, e por outro lado garantir a conservação da natureza, visto que ao mesmo tempo que foram identificadas pressões sobre a vegetação, nessa área tem ocorrência do guigó da caatinga (*Callicebus barbarabrownae*) (Coelho e Alonso, 2024).

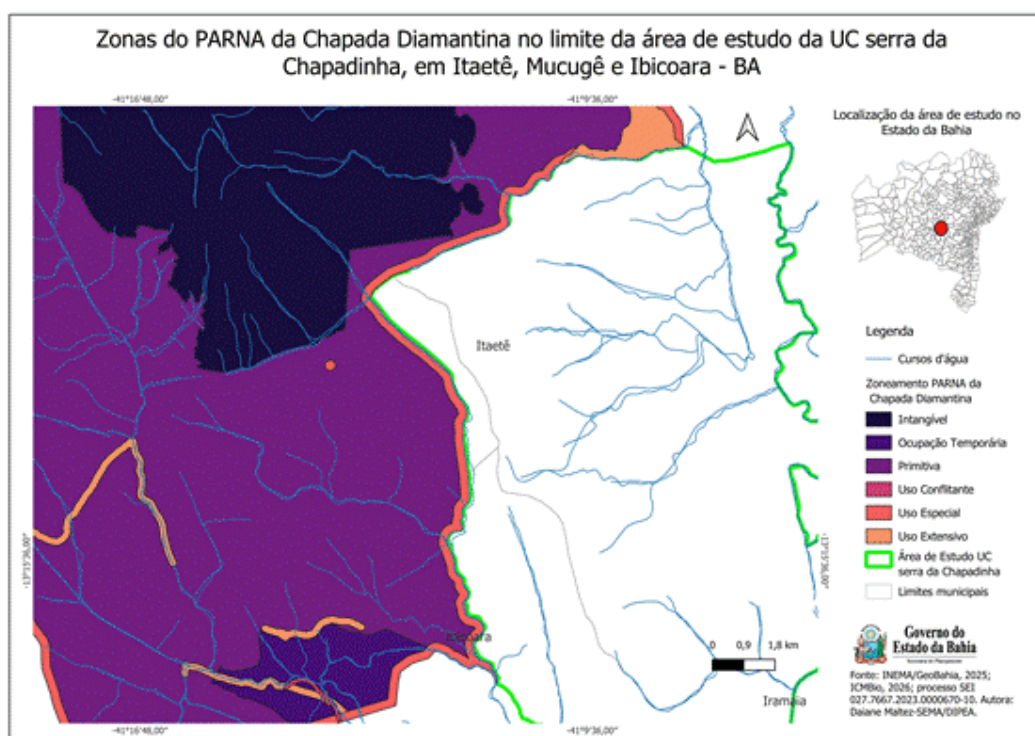


Figura 95: Zonas do PARNA da Chapada Diamantina limítrofes à área de estudo. Fonte: Plano de Manejo PARNA da Chapada Diamantina (ICMBio, 2007). Elaboração: SEMA, 2026.

Importante salientar que na VTR (Nota Técnica 51 (00109278815)) foram identificados espécimes de eucalipto distribuídas na porção norte da área de estudo (Figura 96). Os dados do IBGE registram área de silvicultura com eucalipto somente em Ibicoara e Mucugê (Figura 97), e a UPGRH 4 é a terceira unidade com maior área cultivada com eucalipto (Bahia, 2026a). O eucalipto é uma espécie exótica invasora, conforme Portaria SEMA/INEMA Nº 051/2023 de 30 de maio de 2023 que só pode ser utilizada em condições controladas, sujeitas à regulamentação específica.

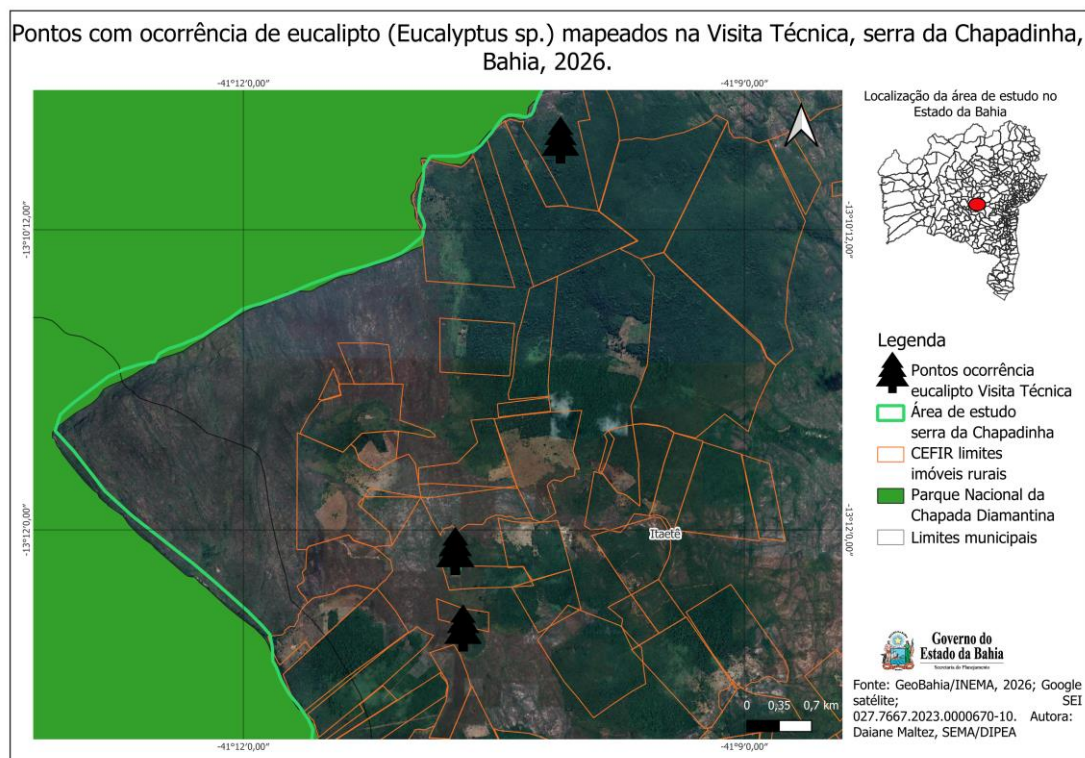


Figura 96: Pontos de localização de eucalipto plantado. Elaboração: SEMA, 2026.

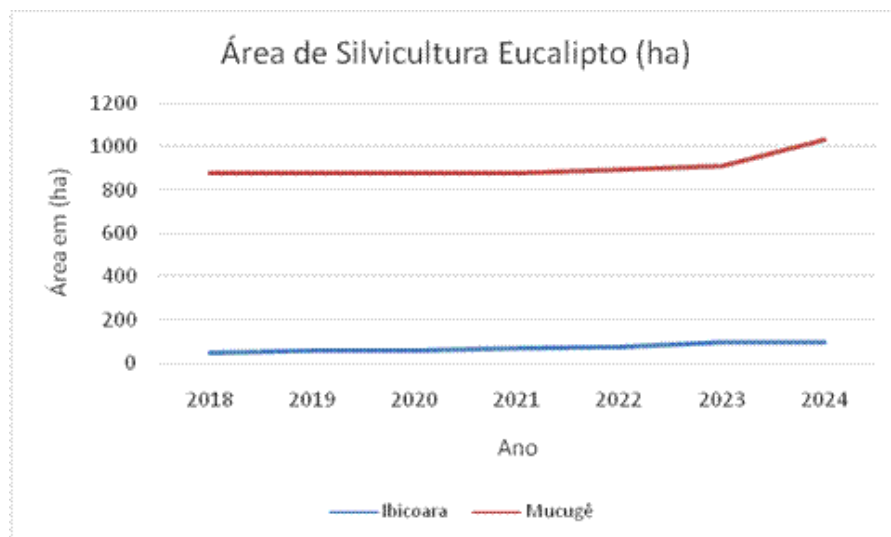


Figura 97. Área plantada de eucalipto (ha) nos municípios de Ibicoara e Mucugê no período de 2018 a 2024. Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE, 2024). Elaboração: SEMA, 2026.

5.3.4.1 Uso do fogo

Além das ações antrópicas relacionadas à ocupação, construções, estradas, aterramento e/ou impermeabilização, um dos principais fatores de risco para os brejos de altitude têm sido o fogo que reduz a diversidade de espécies locais Oliveira (2017).

A área no entorno do PNCD tem recorrentes episódios de incêndios florestais afetando campos rupestres das áreas montanhosas (Oliveira, 2013). O uso do fogo nessa região é tradicional por criadores de gado bovino, coletores de lenha, caçadores, agricultores (MMA, 2007).

Historicamente o território tem forte atuação no combate aos incêndios florestais por meio de brigadas voluntárias. A criação do PREVFOGO pelo IBAMA garantiu o aporte de recursos para que as UC pudessem formar e contratar brigadas para serviços temporários (MMA, 2007).

Com a criação do ICMBio, a responsabilidade da gestão do fogo passou aos servidores do Instituto. Além da brigada ICMBio, o território da Chapada Diamantina tem 32 brigadas, conforme Apêndice 3.

Na Bahia, o Programa Bahia sem Fogo, conforme Decreto Estadual nº 23.835, de 16 de julho de 2025 é coordenado pela SEMA com atuação do Corpo de Bombeiros. Considerando a ocorrência dos incêndios florestais, a fragilidade dos ecossistemas da área de estudo e o uso do fogo relatado nas oficinas é essencial que a gestão da UC na serra da Chapadinha realize a gestão integrada do fogo, conforme política nacional, Lei Federal nº 14.944, de 31 de julho de 2024.

Conforme figuras 98 e 99 é possível observar que o uso fogo é uma prática no território, e pode ser alvo de conflitos após a criação da UC. De acordo com a Figura 98, a maior ocorrência de focos de queimada¹³ na poligonal da área de estudo foi nos anos de 2017, 2018, 2022 e 2024, considerando o período de 2017 a 2025. Nesse período foi registrado um alerta MapBiomas no imóvel CEFIR/CAR ba-2915007-72E3.E0C9.0DBD.4042.AEFD.A245.A3AD.F8E5 e numa área sem cadastro.

No entorno da área de estudo observa-se focos de queimada em todos os anos no período de 2017 a 2025 e alertas próximo ao PA Baixão e a cerca de 5km, no entorno da localidade de Rumo (Figura 99). O último incêndio de grandes proporções relatado no Mapeamento Participativo ocorreu em 2007 causando grande impacto sobre a floresta estacional. A porção onde menos sofreu impacto do fogo foi a Mata do Caboclo que foi protegida pelos corpos d'água que a circundam.

Portanto, considerando os avanços e modificações na política de manejo integrado do fogo (Lei Federal nº 14.944/2024) que garante maior participação social e uma nova abordagem para o manejo do fogo, dado os conflitos já existentes

¹³ De acordo com metodologia utilizada pelo INPE, a relação foco x queimada não é direta nas imagens de satélite. Um foco indica a existência de fogo em um elemento de resolução da imagem (pixel), que varia de 375 m x 375 m até 5 km x 4 km, dependendo do satélite. Neste pixel pode haver uma ou várias frentes de fogo ativo distintas que a indicação será de um único foco ou ponto. Se o evento de fogo na vegetação for muito extenso, ele pode ser detectado em alguns pixels vizinhos, ou seja, vários focos estarão associados a uma única grande evento. Ainda, é comum um mesmo evento seja detectado por vários satélites ao longo do dia. Portanto os mapas e tabelas que apresentam os focos de todos os satélites ao longo do dia, irão detectar o mesmo evento, porem sem repetições de focos. Adicionalmente, em muitos casos, pela variação natural do tamanho dos pixels entre os vários satélites, o mesmo evento de fogo na vegetação poderá ser indicado em locais com distância de alguns km conforme o satélite que a detectou.

e as práticas tradicionais do uso do fogo no território é recomendado que seja prevista restrição ao uso do fogo, mas no sentido do manejo, visto que a proibição poderá intensificar os conflitos e os incêndios florestais.

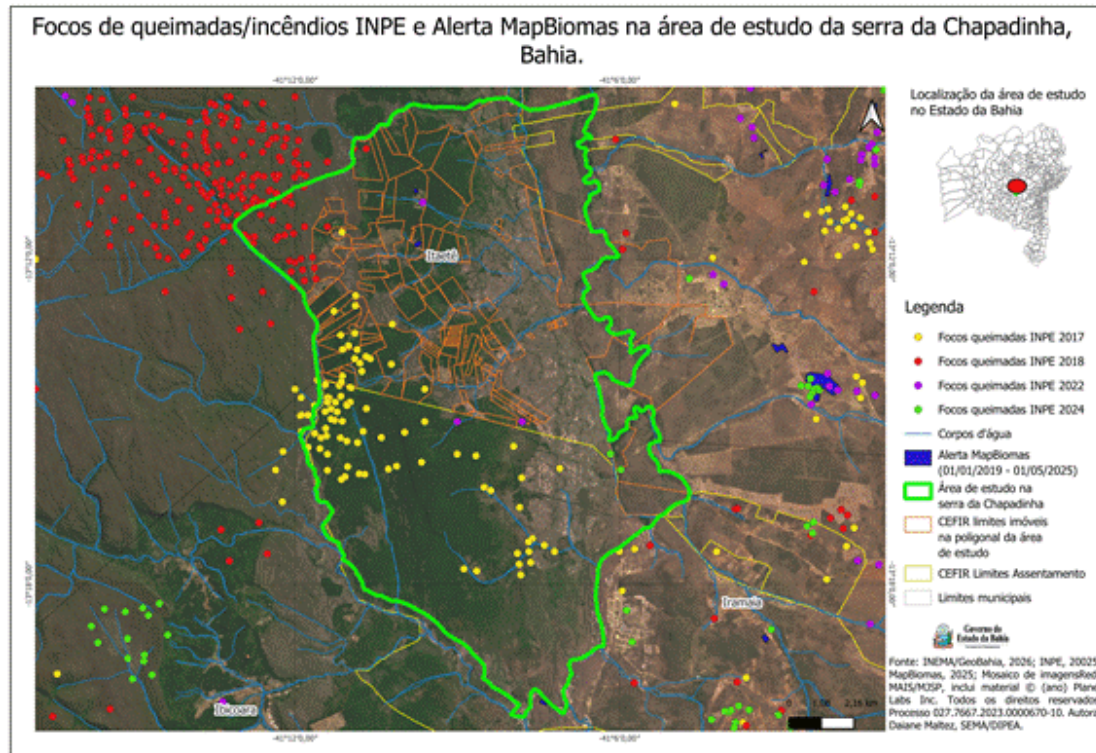


Figura 98: Mapa de focos de queimadas/incêndios INPE (2017, 2018, 2022 e 2024) e Alerta MapBiomas (01/01/2019 a 01/05/2025). Elaboração: SEMA, 2026.

Focos de queimadas/incêndios INPE e Alerta MapBiomas na área de estudo da serra da Chapadinha, Bahia.

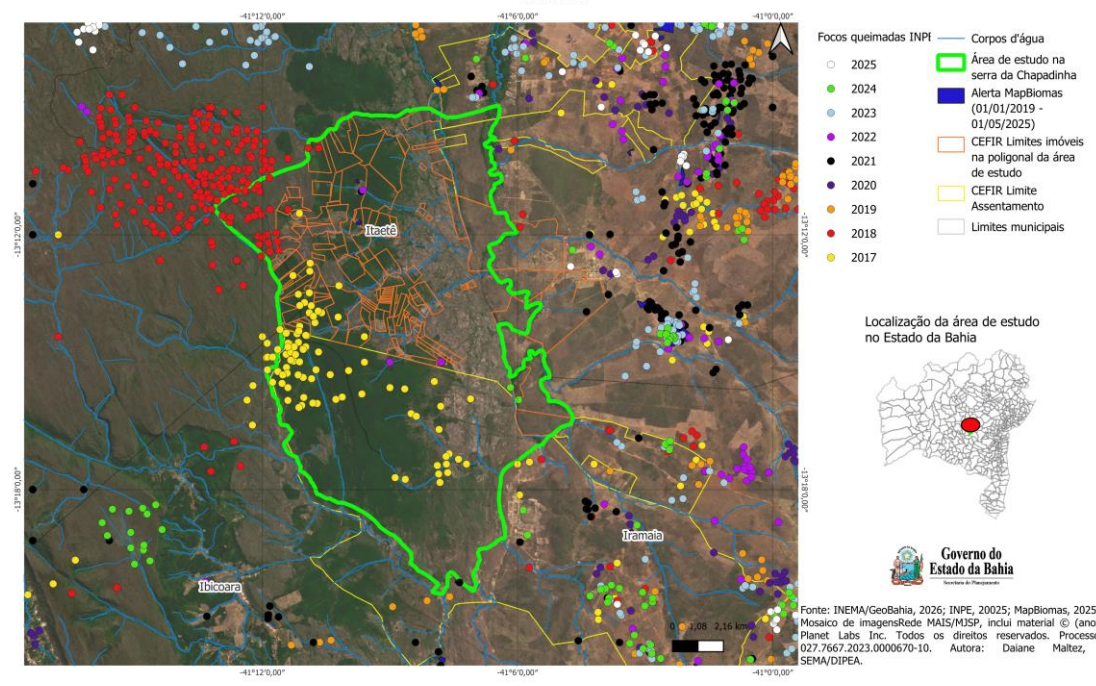


Figura 99: Mapa de focos de queimadas/incêndios INPE (2017 a 2025) e Alerta MapBiomas (01/01/2019 a 01/05/2025) no entorno da poligonal. Elaboração: SEMA, 2026.

5.4 Situação fundiária

Conforme dados do IBGE, o perfil dos produtores dos municípios da área de estudo é de proprietários com maior ocorrência de ocupantes no município de Ibicoara (Figura 100)

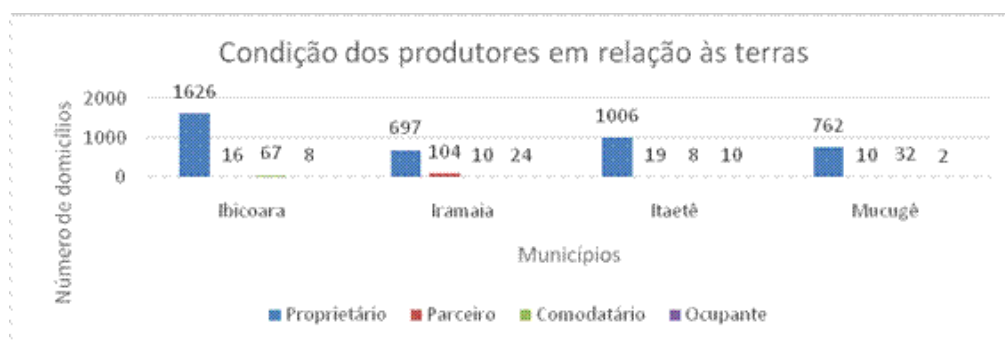


Figura 100: Condição dos produtores em relação às terras. Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SEMA, 2026.

Dados do levantamento da situação fundiária do PNCD pelo IBAMA (MMA, 2007) apurou que 45% do PNCD eram terras devolutas distribuídas na porção ao norte, nas imediações do Capão; no centro-norte, próximo ao Pati e, ao sul da cidade de Mucugê, na área conhecida por Machobongo. Essa última faz divisa com porção oeste da área de estudo.

A ausência de integração entre os sistemas de registro fundiário-ambiental, tais como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) dificulta a gestão fundiária e ambiental somente em terras públicas, as sobreposições somam 171 milhões de hectares (48% do total) (Prado *et al.*, 2024).

A criação da UC poderá contribuir para o processo de validação do CAR/CEFIR, assim como monitoramento dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) para os imóveis com passivo de vegetação que se encontra com uma defasagem no país.

Conforme item 5.3.2, a área de estudo sobrepõe três Projetos de Assentamento da reforma agrária, conforme Quadro 6 num total de 8.136,44ha. Entre as áreas sobrepostas, o PA Valdete Correia é o que requer maior atenção, visto que quase 80% do PA será sobreposto, e quase 80% da sua área consolidada será sobreposta, portanto qualquer restrição de uso em relação à atividades da agricultura familiar (mosaico de uso agricultura e criação) poderá inviabilizar o PA.

5.4.1 Imóveis particulares

Essa informação é importante quando comparada ao cadastro fundiário SIGEF e cadastro ambiental CAR/CEFIR (Figura 101) que demonstra vazios fundiários sem a existência de cadastro de imóveis, o que pode indicar a existência de terras devolutas na área de estudo.

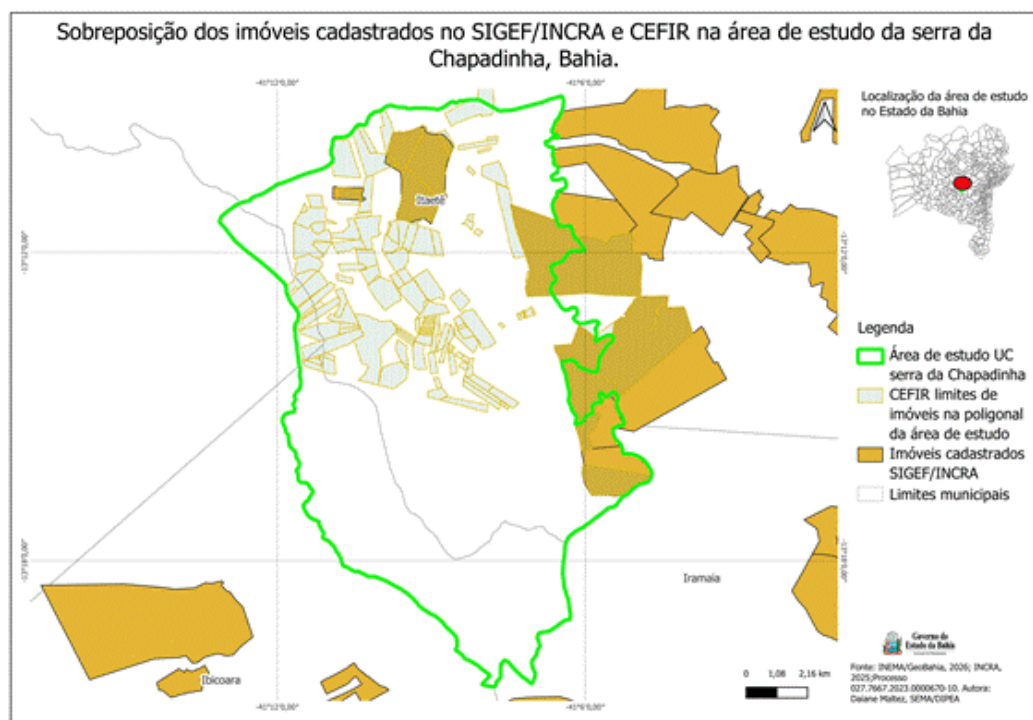


Figura 101: Sobreposição de imóveis cadastrados no SIGEF/INCRA e CEFIR/CAR/ INEMA na área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Somando-se a esses dados, importante destacar que o perfil de ocupação sazonal foi identificado na serra da Chapadinha (no Município de Itaetê) (MMA, 2007). Com um perfil de ocupação de pequenas posses com roças sazonais e residências em outras áreas/imóveis.

Dessa forma, a partir de cadastro no SIGEF é possível observar que 6 imóveis são imóveis cadastrados (Anexo 6). Do total de 129 imóveis particulares cadastrados no CEFIR apenas 17 declararam possuir Escritura Pública, Título de domínio ou Concessão de direito real de uso. Esses dados demonstram a necessidade urgente de realização de cadastro fundiário na serra da Chapadinha. Importante registrar, porém que o número de imóveis cadastrados no CEFIR não reflete as ocupações levantadas na VTR e Mapeamento Participativo.

De acordo com informações SDA/SDR SEI Despacho 00132817780 existem 51 imóveis cadastrados no órgão de terras, mas não foi informada a situação desses imóveis, se foram emitidos títulos de doação, alienação de terras ou se são processo em análise. A SEMA aguarda resposta do órgão para verificação da

situação fundiária. Com indícios de ocorrência de terras devolutas e que, portanto, poderão ser arrecadadas e afetadas para criação da UC, o que fortalecerá o processo de implementação.

Dos 129 imóveis particulares cadastrados no CEFIR apenas 6 têm área acima de 4MF, um dos critérios para caracterização de agricultor familiar, conforme prevê a Lei Federal nº 11.326/2006, entretanto no Mapeamento Participativo verificamos a existência de imóveis abaixo de 4 módulos fiscais (MF) mas que não atendem os outros critérios elencados para classificação de agricultor familiar. Informação que somente poderá ser verificada no cadastro fundiário.

Portanto, de acordo com o SIGEF e CEFIR, a área de estudo sobrepõe 3 Projetos de Assentamento da reforma agrária que corresponde a cerca de 40%; as áreas certificadas no SIGEF corresponde a 9%. Portanto cerca de 50% têm indícios de terras devolutas, sendo necessária a realização de cadastro fundiário (Quadro 7).

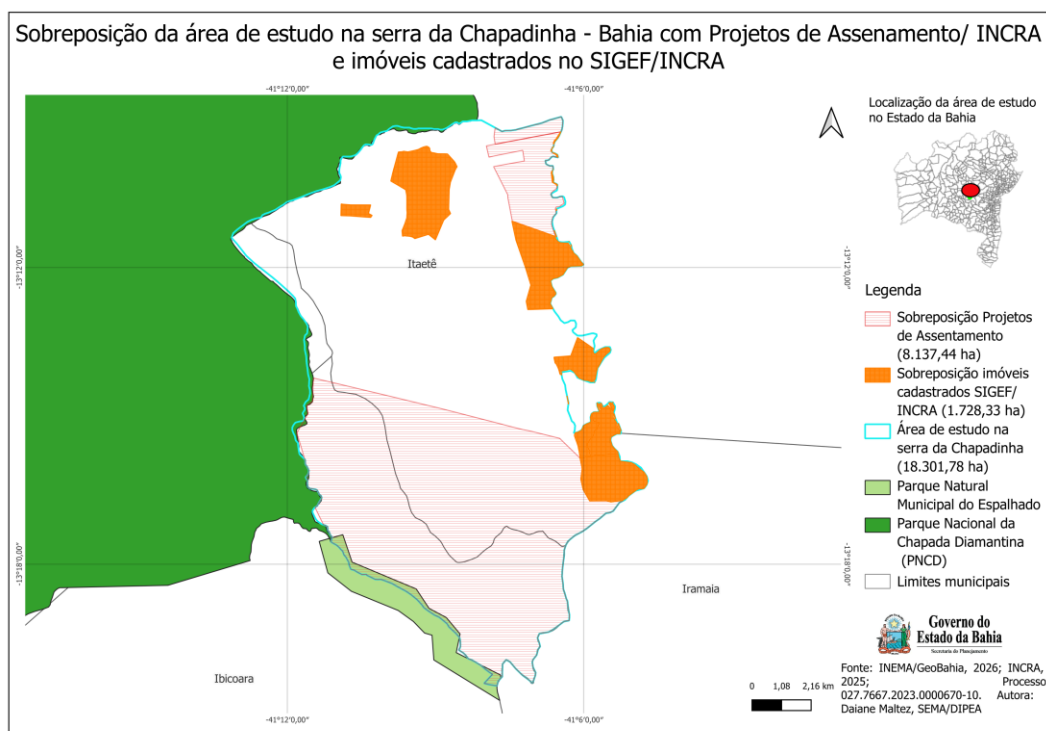


Figura 102: Sobreposição da área de estudo na Serra da Chapadinha, Bahia, com Projetos de Assentamento/INCRA e imóveis cadastrados pelo SIGEF/INCRA. Elaboração: SEMA, 2026.

Quadro 7. Resumo da situação fundiária da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Situação fundiária da área sobreposta	Área (ha)	Percentual (%)
Projetos de Assentamento INCRA	8.136,44	44,46
Imóveis cadastrados SIGEF	1.728,33	9,44
Situação fundiária desconhecida (aguardando validação CEFIR/CAR)	8.437,01	46,10
Total	18.301,78	100

A proteção da serra da Chapadinha poderá contribuir para melhor governança fundiária e ambiental evitando-se o processo desordenado de ocupação e especulação fundiária. Durante o Mapeamento Participativo foi possível verificar a ocorrência de um processo de concentração de terras com aquisição de ocupações da agricultura familiar por uma empresa posterior contratação dos antigos posseiros/proprietários como mão-de-obra. Num território já marado pela extrema concentração de terras e conflitos fundiários, essa prática pode agravar a pobreza e processo de violência. O cadastro fundiário e arrecadação das terras públicas devolutas poderá contribuir para paralisar esse processo.

Vale registrar também o risco de gentrificação rural, tendo em vista que esse processo de concentração de terras se intensificou no período pós-pandemia, onde esse fenômeno tem se intensificado em outros territórios rurais no Brasil, especialmente no Nordeste quando houve uma busca maior por qualidade de vida (Ribeiro, 2013).

Há de se avaliar esse processo especialmente pelo novo padrão de consumo e estrutura imobiliária que caracteriza esse processo (Galvão, 2017) melhoria da infraestrutura que resulta no deslocamento dos moradores de renda mais baixa expulsão para outras áreas, num processo material e simbólico pelos novos signos que são trazidos nesse processo de ocupação territorial (Bataller, 2000)

E por outro lado pensar numa UC que considere as ocupações familiares como territórios de bem viver, a fim de que não sejam marginalizados e deslocados

em nome da conservação, o que Núñez et al, (2024) classifica como gentrificação verde.

A UC também terá grande potencial para implementação de Pagamento por Serviços Ambientais aos agricultores da sua poligonal e sua ZA. Além disso, dada a localização da área, a implementação futura da Cobrança pelo uso da água, poderá ser um instrumento essencial para a recuperação de área degradadas e que se voltará para a sustentabilidade do território.

5.5 Outras áreas protegidas, usos tradicionais e uso público

5.5.1 Comunidades tradicionais

5.5.1.1 Comunidades quilombolas

Conforme Item 4 (Meio Biótico), o mosaico de Unidades de Conservação onde a área de estudo está inserida apresenta uma diversidade de categorias de Unidades de Conservação. Integrando esse mosaico, considerando a Decreto Federal 5.758/2006, somam-se 25 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como um sistema de áreas protegidas (Quadro 8).

Quadro 8: Relação das comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares nos municípios da APA Marimbus-Iraquara, PNCD e área de estudo. Fonte: Fundação Cultural Palmares. Elaboração: SEMA, 2026.

Nome da Comunidade	Municípios
Comunidade Quilombola Morro Redondo	Seabra e Ibitiara
Comunidade Quilombola Olhos d’água do Basílio	Seabra
Comunidade Quilombola Agreste	Seabra
Comunidade Quilombola Iúna	Lençóis
Comunidade Quilombola de Corcovado	Palmeiras
Comunidade Quilombola de Serra Negra	Palmeiras
Comunidade Quilombola de Fundão	Palmeiras
Comunidade Quilombola Barriguda	Mucugê

Comunidade Quilombola Bananeiras	Itaetê
Comunidade Quilombola Lagoa do Baixão	Seabra
Comunidade Quilombola Serra do Queimadão	Seabra
Comunidade Quilombola Baixão Velho	Seabra
Comunidade Quilombola Vão das Palmeiras	Seabra
Comunidade Quilombola Capão das Gamelas	Seabra
Comunidade Quilombola Cachoeira Da Várzea E Mocambo Da Cachoeira	Seabra
Comunidade Quilombola Vazante	Seabra
Comunidade Quilombola Remanso	Lençóis
Comunidade Quilombola Lagoa	Lençóis
Comunidade Quilombola Tejuco	Palmeiras
Comunidade Quilombola Fundão	Palmeiras
Comunidade Quilombola Fazenda Velha	Andaraí
Comunidade Quilombola Povoado Dos Morenos	Iraquara
Comunidade Quilombola Riacho do Mel	Iraquara
Comunidade Quilombola Meio Centro	Iraquara
Comunidade Quilombola Mato Preto	Iraquara

Além das comunidades certificadas, de acordo com os dados censitários do IBGE (2022) há ainda as Comunidades de Macaco Seco e São Judas Tadeu em Itaetê, porém essas comunidades não estão relacionadas na Fundação Cultural Palmares, mas se declararam quilombolas no recenseamento.

Apesar de não haver comunidade quilombola na área estudada, considerando os usos e restrições da UC, elas poderão ser afetadas. Durante o Mapeamento Participativo não identificamos existência de Protocolo próprio de consulta das comunidades quilombolas. Entretanto, na fase de consulta pública, as comunidades quilombolas deverão ser consultadas, conforme determina o Decreto Federal nº 10.008/2019 que ratifica a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

A diversidade de comunidades quilombolas deverão ser considerada ainda no planejamento e integração das áreas protegidas, formando corredores bioculturais numa integração com a natureza.

5.5.1.2 Povos de terreiro

A diversidade da paisagem, formada por um conjunto de serras, montanhas, vales, grutas, rios e cachoeiras, e a pluralidade de ecossistemas associada à confluência de povos negros escravizados e indígenas que já ocupavam o território resultou na riqueza cultural, e especialmente na religiosidade do território (MMA, 2007).

Dessa partilha surge o jarê, religião endêmica da Chapada Diamantina, com origem no território de Lençóis e Andaraí. Se caracteriza como uma forma de manifestação cultural, espiritualista e identitária que mescla elementos africanos, indígenas e do catolicismo rural, o que remonta à história das comunidades com a ocupação escravista na região e ao processo de miscigenação, intimamente associada à lavra diamantífera (Banaggia, 2013; Nascimento, 2025; Souza Pedreira, 2015).

O inciso I do artigo 3º do Decreto Estadual nº 15.634 de 06 de novembro de 2014 identifica os povos de terreiro como povos Tradicionais que conservam suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, línguas específicas e relação coletiva com o meio ambiente.

No Mapeamento Participativo identificamos 15 terreiros de Jarê no município de Itaetê (Quadro 9). Não verificamos usos da porção norte da serra da Chapadinha para rituais religiosos ou práticas culturais. De acordo com os relatos há cerca de mais de 20 anos existiram dois grandes terreiros, localizados na área conhecida como Serra Negra e próximo ao rio Iloda, ambos na porção norte da área de estudo. Mas por motivo de doença e de mudança de religião esses terreiros deixaram de existir. Os terreiros localizados nos PA utilizam plantas ritualísticas da reserva legal dos PA, dos quintais e algumas plantas da APP do rio Timbozinho.

Na Mata do Caboclo/das Camelas, porção sul da área de estudo há o uso da mata para realização de manifestações religiosas de matriz africana (candomblé), e na Comunidade de Toca da Onça, fora da poligonal foi registrado um terreiro de candomblé.

Quadro 9: Relação dos terreiros de jarê, conforme cadastro no município de Itaetê.
Elaboração: SEMA, 2026.

Localidade	Nome do Terreiro
Distrito de Rumo	Pai Xangô Aganju
Distrito de Rumo	Terreiro Toca da Jurema
PA Baixão	Terreiro Oiá Balé
PA Baixão	Terreiro Martim Pescador
Colônia	Terreiro de Yansã
PA União da Chapada	Caboclo Boiadeiro Mineiro
Queimadas	Terreiro de Ogum
PA Roseli	Terreiro de Ogum
PA Moçambique	Casa de Oração Irmandade da Boa Morte
PA Floresta Fernandes	Terreiro de Nanã
PA Santa Clara	Terreiro São Jerônimo
Itaetê – Sede	Terreiro de Guerreiros
Itaetê – Sede	Terreiro Canto dos Orixás
Itaetê – Sede	Terreiro Oromy Toajô
Itaetê – Sede	Terreiro de Ogum

5.5.2 Uso Público

A Chapada Diamantina apresenta uma diversidade de atrativos naturais e culturais, com representatividade de fitosfisionomias dos três biomas que ocorrem no Estado: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. A biodiversidade está encravada em num cenário exuberante com paredões, desfiladeiros, cânions, grutas, cavernas, rios e cachoeiras. Esse ambiente tem grande potencial para o ecoturismo e turismo de aventura nesta região (Bahia, 2015).

O território apresenta um turismo consolidado com roteiros definidos e uma rede serviços de hospedagem e alimentação na sede de Itaetê, distrito de Colônia, nos Projetos de Assentamento e uma opção de hospedagem de baixo impacto na porção norte da serra da Chapadinha. Na área de estudo dois roteiros se destacam: volta ao Parque da Chapada Diamantina, Mergulho em cavernas e grutas como a Gruta da pratinha, a Gruta Azul e o Poço Encantado, Cachoeira da Fumaça que poderão incluir a serra da Chapadinha, a partir da criação da UC (Bahia, 2015).

A proximidade da área de estudo com o município de Lençóis, um dos 13 “Municípios Âncora” da política de descentralização do turismo no estado é um potencial para organização e maior envolvimento do turismo na área de estudo. E o maior potencial é a integração com outras áreas protegidas no território, como as trilhas já existentes para o PNCD com destaque:

- ✓ Segmento Trilha da Cachoeira do Véu de Noiva: inicia-se no povoado do Baixão, onde a estrada principal do povoado cruza com o limite do PNCD;
- ✓ segmento Encostas da Chapadinha;
- ✓ Segmento Paredes do Baixão: Abrange uma faixa de 3.000m de largura das paredes rochosas ao norte da comunidade do Baixão, no município de Ibicoara.

Além desses roteiros já estabelecidos no PNCD, a Serra da Chapadinha tem potencial para implementar o turismo ecológico e de aventura, de lazer, observação da fauna silvestre, turismo de base comunitária com vivência em roças da agricultura familiar, histórico-cultural, considerando seus atrativos.

Nos Projetos de Assentamento da porção sul, PA Boa Sorte Una e Dandara, os atrativos turísticos da área de estudo estão nos territórios dos PAs, formado pelas águas, a Cachoeira das Andorinhas, Sapatinho e do Rochedo, além da Prainha do Dandara (Figura 103).

No PA Boa Sorte Una é possível fazer a trilha para o Vale e Mata do Caboclo passando pela Barra Casa dos Negros que recebe esse nome, segundo relatos locais por conta dos indígenas. Nessa loca de pedra é possível contemplar um paredão com mais de 30m de comprimento com grafismos rupestres. Devido às condições de conservação da vegetação não foi possível realizar a visita ao local sendo necessária reabertura de trilha.







Figura 103: Pontos turísticos no Projeto de Assentamento Boa Sorte Una. Foto: SEMA, 2026.

5.5.2.1 Sítios arqueológicos

O PM PNCD (MMA, 2007) destaca existência do Sítio Serra da Chapadinha 1 que apresentou maior diversidade temática nas manifestações rupestres entre os sítios do PNCD se caracterizando como um abrigo sob rocha em área de difícil acesso no alto da serra da Chapadinha. Com muitas “pinturas rupestres, nas colorações vermelha, laranja, amarelo, preto e branco, com temáticas geométricas, abstratas, antropomorfas, astronômicas, provavelmente fitomorfas e zoomorfas” (p. 158). A análise das pinturas permite inferir que diferentes tradições (Nordeste, Agreste e São Francisco) ocuparam em diferentes épocas esse sítio (Figura 104).

Localização de sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN na serra da Chapadinha, Bahia.

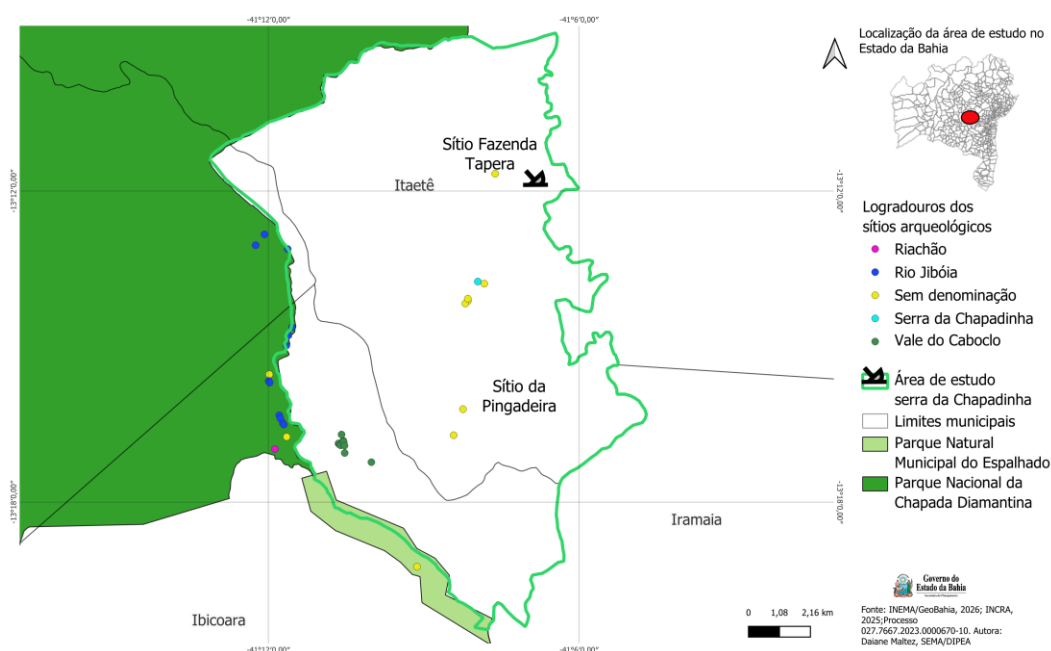


Figura 104: Localização dos sítios arqueológicos registrados no IPHAN. Elaboração: SEMA, 2026.

Entre os sítios arqueológicos (Anexo 3), importante destacar os sítios Passagem do Caboclo que guardam vestígios indicativos de localização de uma das principais aldeias da etnia Maracás na Serra da Chapadinha, no sítio Pingadeira¹⁴. Os sítios estão dispostos no Vale do rio Jiboia, limite leste da poligonal no sentido

¹⁴ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-n6EkVQOMgQ>

subindo a serra da Chapadinha. Onde se encontra o Sítio Fazenda Tapera - Serra da Chapadinha onde há indícios, segundo o arqueólogo Fernando Bonetti Tavares de que o local tenha sido uma grande necrópole dos povos Maracás¹⁵.

O arqueólogo aponta os riscos de perda desse sítio com potencial presença da etnia Maracás pela atividade de mineração devido à proximidade do sítio com a área¹⁶ com recente Direto de Requerer Lavra (processo ANM 872150/2017).

O Mapeamento Participativo demonstrou o amplo conhecimento dos agricultores familiares sobre as pinturas rupestres, tanto em relação à localização quanto ao material utilizado, com destaque à utilização de pigmento branco como um diferencial dos sítios do território.

Além dos sítios relacionados à ocupação mais remota, o patrimônio considera também os sítios rurais que preservam a memória da ocupação humana mais recente. O PNCD inclui esses sítios no seu catálogo de patrimônio e organização da visitação (MMA, 2007).

No Mapeamento Participativo identificamos a existência de vestígios com potencial para esse tipo de turismo e tombamento, o primeiro no PA Boa Sorte Una, na Mata do Caboclo relacionado ao antigo de projeto de captação de água no rio Jiboia da fazenda de pecuária que funcionava anteriormente à criação do PA, e uma casa de bomba, casa de apoio aos tropeiros. E as antigas instalações do curral da antiga fazenda antes da criação do PA Baixão. No entorno desse curral há uma diversidade de plantas medicinais que são utilizadas pelos terreiros de jarê do PA.

No município de Mucugê, tombado pelo IPHAN destaca-se o conjunto arquitetônico do período da mineração. E o cemitério Santa Izabel em Mucugê. popularmente conhecido como cemitério Bizantino, em referência à arquitetura bizantina (proveniente do Império de Bizâncio, capital do Império Turco-Otomano).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Fonte: <https://www.facebook.com/p/Expedi%C3%A7%C3%A3o-Manuscrito-512-100083388876742/>

Recentemente, a Secretaria de Turismo do Estado implementou uma rota turística religiosa no território, Caminho Diamantino de Santa Dulce dos Pobres (Figura 105) que inclui o município de Iramaia. Integrar o turismo ecológico e religioso pode ser interessante estratégia econômica para conservação do território.

No Mapeamento Participativo foi possível observar a existência de uso religioso na Gruta da Toca da Onça que faz limite com a área de estudo e poderia compor a zona de amortecimento da UC, além da Gruta do Salitre também em Iramaia. A zona de amortecimento poderia incluir as grutas com usos religiosos tendo como limite a Gruta Bom Jesus que integra o Caminho Diamantino Santa Dulce dos Pobres. Vale salientar que conforme Mapeamento Participativo (Figuras 104), os usos no entorno são agricultura familiar, pecuária e turismo. Não foram identificadas indústrias ou mineração nesse entorno, nesse caso o limite da zona de amortecimento deixaria o aeroporto de fora.



Figura 105: Caminho Diamantino de Santa Dulce dos Pobres, roteiro de turismo religioso implementado pela Secretaria de Turismo do Estado (SETUR). Foto: SETUR, 2026.

5.5.2.2 Festas e manifestações culturais

Nesse sentido importante destacar as festas religiosas e culturais da área de estudo como o Carnaval, Semana Santa e São João que atrai maior número de visitantes.

- Carnaval: Entre fevereiro e março, em Mucugê e Itaetê. O destaque do Carnaval de Mucugê é a apresentação da Audiência do Diabo, com o Mucutum Zezé (Chefe milagroso do inferno, tradição derivada dos antigos quilombos encenada em praça pública).
- Semana Santa: Festa cristã comemorativa da semana da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Ocorre a encenação da queima de Judas e a Lamentação das Almas (principalmente em Mucugê). A Lamentação das Almas é um ritual celebrado em Igatu, Mucugê, Palmeiras e Lençóis. As pessoas vestem-se de branco e andam pelas ruas, batendo matracas, rezando pelas almas dos mortos nos cruzeiros e cemitérios. Na sexta-feira à noite, finalizam, retornando à Igreja onde rezam aos pés do Senhor Morto. A queima de Judas está sendo retomada no Distrito de Rumo (Itaetê).
- São João: No dia 24 de junho, em homenagem a São João e no dia 29 de junho a São Pedro. Durante a festa são confeccionadas as fogueiras, bandeirolas, música e comidas típicas (bolo de fubá, mungunzá - o mingau de milho branco, amendoim, curau de milho verde e milho cozido). Mucugê mantém a tradição de enfeitar as casas com flores, fogueiras, bandeirolas de papel colorido e quadrilhas.

Além dessas festas, o município de Mucugê mantém a Festa de Reis em 06 de janeiro com visitas dos grupos de Ternos de Reis às residências. O Mapeamento Participativo revelou que essa Festa também era comemorada na serra da Chapadinha ocorrendo de forma muito animada com sambas diversos, muita comida e muita gente. Mas o encerramento dos terreiros de jarê e descida das

peessoas para os PA contribuíram para o desaparecimento das manifestações culturais na serra.

Importante destacar a Festa do Santo Antônio de Bananeiras e desfile cultural no novembro negro, na comunidade quilombola de Bananeiras, Itaetê.

Outras manifestações religiosas e emancipação dos municípios:

17 de maio - Emancipação de Mucugê

Festa do Coração de Maria: realizada no mês de maio em Mucugê

01 a 09 de julho - Santa Izabel: festejada em Mucugê (santa que deu nome ao cemitério da cidade)

10 e 11 de julho - São Bento: padroeiro de Ibicoara

20 de julho - Emancipação de Ibicoara

20 a 25 de agosto - Emancipação de Itaetê

27 de setembro - Cosme e Damião: Festa religiosa do Jarê, com realização de caruru dos Sete Meninos.

27 a 29 de setembro - São Miguel: realizada em Ibicoara

06 a 15 de outubro - Santa Terezinha: padroeira de Mucugê

25 a 27 de novembro - Nossa Senhora das Graças: realizada em Lençóis e Itaetê

08 a 9 de novembro - Nossa Senhora do Patrocínio: realizada em Ibicoara

07 a 09 de dezembro - Nossa Senhora da Conceição: realizada em Lençóis e Ibicoara (padroeira da cidade)

A frequência de visitação na serra da Chapadinha é semanal, com baixa densidade na porção norte, caracterizada como turismo ecológico e de grades caminhadas. Nas cachoeiras da porção sul há maior fluxo e se caracteriza por um

turismo de lazer. Entretanto não há um controle do número de visitantes. Pela facilidade de acesso, as visitas às cachoeiras ocorrem sem guiagem e se reflete nos sinais de depredação observados. O maior fluxo de visitantes ocorre nos feriados nacionais. De forma mais esporádica (cerca de 1x/ano) é observado um turismo de exploração com veículos 4 x 4 sem guiagem local e com grupos de 20 pessoas.

O território registra ainda o uso esportivo com cavalgada e trilhão de motocross, a partir da estrada de Rumo (Itaetê). Esse tipo de uso deverá ser caracterizado e controlado sendo avaliada a possibilidade de suspensão, a partir da avaliação dos impactos, especialmente sobre as áreas de turfeiras.

Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária, previsto na Lei Ordinária nº 14.126, de 24 de setembro de 2019 ocorre em rede entre os Projetos de Assentamento, com destaque aos PA Roseli Nunes, Baixão e Europa de forma integrada ao PARNA da Chapada Diamantina e o Parque Natural Municipal Rota das Cachoeiras. Os agricultores oferecem serviços de hospedagem, alimentação e vivência da agricultura familiar. Integrando essa rede, o povoado de Colônia também tem serviços de hospedagem e alimentação.

Os roteiros de guiagem incluem desde as cachoeiras, grutas, banho no rio Una e visita às casas de farinha. Entre os roteiros oferecidos, a trilha das Cachoeiras Bom Jardim, Herculano, Roncador e Encantada poderão incrementar o roteiro turístico de TBC, a partir da criação e gestão da UC.

A área de estudo apresenta potencial de ampliação do turismo de base comunitária a partir do incentivo estatal com implementação de infraestrutura, a capacitação e apoio para organização. Conforme Pinto (2017), o reconhecimento de sítios naturais sagrados, ou seja, “áreas de terra ou de água com um significado espiritual especial para povos e comunidades” é uma análise necessária no sistema de áreas protegidas, numa perspectiva de integração homem-natureza.

O turismo de base comunitária no território poderá melhor trabalhar a integração entre o rural e a paisagem, a partir interrelação entre o manejo da agricultura familiar e o extrativismo com os serviços ecossistêmicos. E é uma possibilidade de permitir a inclusão social e de gênero trazendo dinamismo à economia local, com baixa necessidade de investimentos, dada quantidade de atrativos turísticos e com baixa intervenção de infraestrutura, e com roteiros já estruturados.

A esses roteiros poderão ser integradas experiências e produtos da agricultura familiar livres de agrotóxicos e insumos químicos, e com selo da agricultura familiar e posteriormente da UC serra da Chapadinha, inclusive com possibilidade de criação de identidade dos produtos.

5.6 Considerações Finais

*Que triste sina teve cedro, nosso primo
Desde menino que eu nem gosto de falar
Depois de tanto sofrimento seu destino
Virou tamborete, mesa, cadeira, balcão de bar*

*Quem hoje é vivo corre perigo
E os inimigos do verde dá sombra ao ar
Que se respira e a clorofila
Das matas virgens destruídas vão lembrar*

Matança (Xangai)

O histórico de ocupação demonstra, portanto, como a dicotomia entre a conservação da sociobiodiversidade e a mineração sempre esteve presente no território. Se por um lado a mineração, classificada como atividade de potencial impacto poluidor (Lei Estadual nº 10.431/2006) é vista como uma ameaça pelas pessoas que utilizam diretamente a natureza, seja para abastecimento humano, dessedentação animal, agricultura, lazer; por outro lado, as pessoas que trabalham para mineração vêem a atividade como uma oportunidade de retorno ao seu território.

Esse contexto histórico de êxodos e diásporas, provocados pelos fluxos e refluxos mineradores ou flutuações pluviométricas, com eventuais estiagens de dimensões catastróficas (MDA, 2010), demonstra a necessidade de diversificação da economia. Da lavra minerária ao agronegócio, os modelos econômicos no território têm sido baseados na concentração de terras e exclusão social, conforme verificamos na análise do índice de Gini e outros indicadores socioeconômicos.

Garantir espaços protegidos que conservem os serviços ecossistêmicos é garantir a justiça socioambiental pelo direito constitucional ao meio ambiente equilibrado mantendo territórios livres. A ação do Estado no ordenamento territorial, nesse território que se caracteriza por uma população majoritariamente negra, poderá evitar a implantação de empreendimentos com alto potencial poluidor no território, contribuindo para redução do mapa do racismo ambiental e para redução da pobreza. É proteger a sociobiodiversidade, os serviços ecossistêmicos e os territórios de vida.

Criar um espaço protegido na serra da Chapadinha é reconhecer o patrimônio natural manejado pelas populações originárias que num ambiente que tem o nome marcado pela fome (Sincorá, em tupi-guarani) e pela seca climatológica manejou o ambiente para que hoje possamos desfrutar de uma biodiversidade tão rica (Diegues, 2000).

Em diversas culturas de populações originárias, as montanhas e rochas são os seus ancestrais, o conceito de ancestralidade para esses povos ultrapassa os antepassados humanos. As montanhas são os bisavós, as águas e florestas são os avós (Kopenawa e Albert, 2015).

Portanto, a serra da Chapadinha, encravada na serra do Sincorá guarda a ancestralidade de povo originários; e os registros arqueológicos (Apêndice xx) indicam que os últimos povos indígenas a habitar esse lugar possivelmente foram povos Maracás (o sertão dos Maracás). Dessa forma, a proteção da serra da Chapadinha é a proteção da memória indígena e garantia de bem viver para as formas de vida e as pessoas que sempre manejaram a serra da Chapadinha, e que devem ser incluídas nessa área protegida.

Referências bibliográficas - Meio Socioeconômico

ARANZABAL, I. A.; OLIVEIRA, C. A. D. de. A gestão pública das águas e os conflitos territoriais na Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu. Rio de Janeiro: Instituto para el Desarrollo Rural, 2019.

ARANZABAL, I. A. Velhas questões sob novas roupagens: continuidades e rupturas dos conflitos socioambientais provocados pelas formas contemporâneas de expansão do agronegócio na Chapada Diamantina, Bahia. 2022. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia – PERS-BA: Relatório 3.1 – Relatório técnico do diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos. Salvador: SEDUR, 2024a.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI). Plano ABC+ Bahia 2020–2030: plano estadual para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável. Salvador: SEAGRI, 2024b.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. PP-02A – Diagnóstico preliminar NT1: regionalização, uso e ocupação do solo. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2026a. Não publicado.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. PP-02A – Diagnóstico preliminar NT3: caracterização socioeconômica e demográfica. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2026b. Não publicado.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. PP-02A – Diagnóstico preliminar NT4: saneamento ambiental. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2026c. Não publicado.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. PP-02A – Diagnóstico preliminar NT8: usos e demandas hídricas. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2026d. Não publicado.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). *PP-02C – Diagnóstico integrado: enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica.* Relatório técnico preliminar. Salvador: INEMA, 2026e. Documento em elaboração.

BANAGGIA, G. As forças do Jarê: movimento e criatividade na religião de matriz africana da Chapada Diamantina. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BATALLER, M. A. S. O estudo da gentrificação. Revista Continentes, Seropédica, ano 1, n. 1, 2012.

CIDADES@ IBGE. [Histórico de Iramaia.](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iramaia/historico) Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iramaia/historico>. Acesso em: 28 abril 2026.

CIDADES@ IBGE. [Histórico de Itaetê.](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaete/historico) Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaete/historico>. Acesso em: 28 abril 2026.

CIDADES@ IBGE. [Histórico de Mucugê.](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mucuge/historico) Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mucuge/historico>. Acesso em: 28 abril 2026.

COELHO, I. P.; ALONSO, A. C. Abundância do guigó-da-Caatinga (*Callicebus barbarabrownae*) no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Brasil. Relatório técnico apresentado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2024.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Relatório técnico: diagnóstico socioeconômico e ambiental e análise de tendências de desenvolvimento e de pressão antrópica do Alto Paraguaçu. Brasil: Conservação Internacional, 2015.

DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2000.

EMBRAPA, RAMALHO FILHO, A; PEREIRA, L. C. Avaliação da aptidão agrícola das terras do Brasil: Potencial de terras e análise crítica dos principais métodos de avaliação. 27p. 1996.

ETCHEVARNE, C. Geoparque Serra do Sincorá (BA): proposta. Anexo I – Patrimônio arqueológico. Salvador: Universidade Federal da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/server/api/core/bitstreams/c1f2338a-a2c8-4f73-9691-f19513757322/content>. Acesso em: 28 maio 2026.

FERDINAND, M. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES-PINTO, E. Sítios naturais sagrados do Brasil: inspirações para o reencantamento das áreas protegidas. 2017. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FONSECA, S. F. da; SILVA, A. C.; SENNA, J. A. Técnicas de geoprocessamento aplicadas na identificação de usos da terra no entorno das turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional. Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 43, p. 124–139, 2018. DOI: 10.5380/raega.

GALVÃO, P. Uma discussão sobre turismo e gentrificação no meio rural de Gravatá, Pernambuco, Brasil. Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 27/28, p. 435–445, 2017.

GERMANI, G. I. Assentamentos de reforma agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: COMO É POSSÍVEL UM OUTRO MUNDO?, n. 6, 2001. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/assentamentos_de_reforma_agraria_producao_de_novos_espacos_de_vida_e_de_conflitos_germani_guiomar.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. GeoTextos, Salvador, v. 2, n. 2, p. 115–147, 2006.

GRIÔ QUILOMBOLA. Colônia do INCRA. Disponível em: <https://griouquilombola.redelivre.org.br/colonia-do-incra/>. Acesso em: 10 março 2026.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

IBICOARA (BA). Prefeitura Municipal. Dados municipais. Disponível em: <https://www.ibicoara.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 16 abril 2026.

IPHAN. Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia. Elaboração de pesquisa histórico-sociológica/antropológica na área do patrimônio cultural e de coordenação da produção audiovisual para elaboração do dossiê de registro da Festa do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, no município de Lençóis, Bahia. Produto 11: dossiê de registro – versão final. Lençóis: IPHAN, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/participe-do-registro-da-festa-de-nosso-senhor-bom-jesus-dos-passos-de-lencois-ba/copy2_of_dossilenois.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 28 maio 2026.

ITAETÊ CHAPADA. Povoado de Colônia. Disponível em: <https://itaete.chapada.ba/povoado-de-colonia/>. Acesso em: 03 maio 2026.

JARÊ REDE LIVRE. Itaetê. Disponível em: <https://jare.redelivre.org.br/itaete-2/>. Acesso em: 28 maio 2026.

JARÊ REDE LIVRE. Terreiro Boca da Mata de Ogum Guerreiro. Disponível em: <https://jare.redelivre.org.br/terreiro-boca-da-mata-de-ogum-guerreiro/>. Acesso em: 16 abril 2026.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACUL, M. de S. Índice de valorização da terra e desmatamento em uma região de fronteira agropecuária na Amazônia: região de Novo Progresso, Pará. 2019. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2019. Disponível em: <http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2019/08.16.19.10/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 28 maio 2026.

MASCARENHAS, C. C. Jequié-Bahia: história e memória na sequência didática para o ensino de História. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2024.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Brasília, DF: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina – Bahia. Brasília, DF: MDA, 2010. Disponível em: https://www.ba.gov.br/seplan/sites/site-seplan/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/PTDS-Territorio-Chapada-Diamantina.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

MEDEIROS, J. F. de; CESTARO, L. A. As diferentes abordagens utilizadas para definir brejos de altitude, áreas de exceção do Nordeste brasileiro. Sociedade e Território, Natal, v. 31, n. 2, p. 97–119, 2019.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Manejo da Floresta Nacional Contendas do Sincorá. Brasília, DF: MMA, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/flona-contendas-do-sincora/arquivos/contendas_do_sincora1.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Brasília, DF: MMA, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-da-chapada-da>

[diamantina/arquivos/plano_de_manejo_parna_chapada_diamantina.pdf](#). Acesso em: 28 maio 2026.

MUCUGÊ (BA). Prefeitura Municipal. Portal institucional. Mucugê: Prefeitura Municipal, 2017. Disponível em: <http://mucuge.ba.gov.br/Home/f?idNoticia=0&idForm=50>. Acesso em: 28 maio 2026.

NASCIMENTO, M. M. Preservação ambiental ou devastação cultural? A ameaça do sagrado em comunidades tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Rio Grande, v. 17, n. 34, 2025. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/19367/12341>. Acesso em: 28 maio 2026.

NÚÑEZ, A. et al. ¿Gentrificación rural “verde”? Desplazamientos y eco-colonización en Patagonia-Aysén, Chile. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, v. 33, n. 1, p. 198–213, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v33n1.105576>.

OCA – OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CHAPADA DIAMANTINA. Mapas: conjuntura socioambiental da Chapada Diamantina. 2024. Disponível em: <https://ocachapadadiamantina.org/wp-content/uploads/2024/09/MAPAS-OCA.pdf>. Acesso em: 28 maio 2026.

OCA – OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CHAPADA DIAMANTINA. A chegada dos grandes produtores na Chapada Diamantina. Disponível em: <https://ocachapadadiamantina.org/o-agronegocio-como-projeto-estrategico-do-estado-da-bahia-i-2/>. Acesso em: 28 maio 2026.

OLIVEIRA, R. C. G. de. Brejos de altitudes nordestinos face às mudanças climáticas: predições de distribuição como ferramenta para a gestão ambiental. 2017. Monografia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/861/BREJOS%](https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/861/BREJOS%20de%20altitudes%20nordestinos%20face%20as%20mudancas%20climaticas.pdf)

[20DE%20ALTITUDES%20NORDESTINOS%20FACE%20%C3%80%20MUDAN%C3%87AS%20CLIM%C3%81TICAS%20-%20PREDI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DISTRIBUI%C3%87%C3%83O%20COMO%20FERRAMENTA%20PARA%20A%20GEST%C3%83O%20AMBIENTAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em: 28 maio 2026.

OLMA – OBSERVATÓRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL LUCIANO MENDES DE ALMEIDA. Direitos da natureza: marcos para a construção de uma teoria geral. Organização de Luiz Felipe Lacerda. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

PORTAL CHAPADA CULTURA. [Itaetê refletida nas águas doce do rio Paraguaçu](#). Disponível em: <https://cultura.chapada.ba/variedades/itaete-refletida-nas-aguas-doce-do-rio-paraguacu/>. Acesso em: 05 maio 2026.

PRADO, R. B. et al. (org.). Relatório temático sobre agricultura, biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Campinas: Ed. dos Autores, 2024. 195 p. DOI: <http://doi.org/10.4322/978-65-01-21502-0>.

RIBEIRO, M. M. A. de. A escola da reconquista. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

RIBEIRO, P. J. M. Êxodo urbano, gentrificação rural e o futuro da paisagem. 2013. Dissertação – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.

SANTOS, C. A. Discursos de África(s) indistintas entre práticas e costumes nas religiões de terreiro: o caso do jarê. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/BAHIA, 10., 2010, Vitória da Conquista. Anais [...]. Vitória da Conquista: ANPUH, 2010.

SANTOS, C. A. O jarê nas mídias: representações de África(s) e estereótipos. Dados de África(s), v. 1, n. 1, p. 97, 2020.

SANTOS, D. C. M. Comunidades quilombolas do Vale do Iguape, Bahia: histórico de uso, manejo e qualidade dos solos pelo habitar quilombola. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Territoriais) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

SILVA, M. L. da; SILVA, A. C. Gênese e evolução de turfeiras nas superfícies geomórficas da Serra do Espinhaço Meridional – MG. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 18, n. 1, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20502/www.ugb.org.br.rbg.v18i1.1058>.

SILVA, E. M.; CHAVES, J. M.; SOUZA, D. T. M. Mapeamento do uso e capacidade das terras dos assentamentos rurais no município de Itaetê. n. 25 (2021): XXV Seminário de Iniciação Científica.

SOUZA PEDREIRA, C. Irmãs das almas: rituais de lamentação na Chapada Diamantina. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

SOUZA PEDREIRA, C. Tecidos do mundo: almas, espíritos e caboclos em Andaraí, Bahia. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

TRABUCO, G. L. P. A praxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada Diamantina – Bahia. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19164/1/Dissertação%20de%20Gismalia%20Luiza%20Passos%20Trabuco.pdf>. Acesso em: 28 maio 2026.

Anexo 1. Lista de táxons da flora identificadas na região da Serra da Chapadinha. Elaboração: CNCFlora, 2026.

Família	Espécie	Portaria MMA nº148/2022	CNCFlora/JBRJ	Endemismo
Amaranthaceae	<i>Indeterminada</i>	–	–	–
Apocynaceae	<i>Couma rigida</i>	NE	LC	BR
	<i>Ditassa retusa</i>	NE	NE	BR
	<i>Mandevilla bahiensis</i>	NE	NE	BR
	<i>Mandevilla scabra</i>	NE	NE	–
	<i>Mandevilla tenuifolia</i>	NE	NE	–
	<i>Rauvolfia sp.</i>	–	–	–
	<i>Temnadenia violacea</i>	NE	LC	BR
Aquifoliaceae	<i>Ilex affinis</i>	NE	NE	–
Araceae	<i>Anthurium aff. petrophilum</i>	NE	NT	BR (CA)
	<i>Anthurium aff. talmonii</i>	NE	NE	BR
	<i>Anthurium affine</i>	NE	NE	BR
	<i>Anthurium petrophilum</i>	NE	NT	BR (CA)
	<i>Anthurium sp.</i>	–	–	–
	<i>Philodendron aff. longilaminatum</i>	NE	NE	BR
Araliaceae	<i>Thaumatococcus axillaris</i>	NE	NE	BR
	<i>Hortia brasiliensis</i>	NE	NE	–

Arecaceae	<i>Syagrus harleyi</i>	NE		LC	BR (CA)
	<i>Syagrus microphylla</i>	NE		NT	BR
Asteraceae	<i>Acritopappus confertus</i>	NE		LC	BR (CA)
	<i>Baccharis serrulata</i>	NE		LC	BR
	<i>Calea candolleana</i>	NE		NE	BR
	<i>Dasyphyllum diamantinense</i>	NE		NE	BR
	<i>Heterocoma erecta</i>	EN		EN	BR (CA)
	<i>Lasiolaena duartei</i>	NE		NE	BR
	<i>Lepidaploa cf. arenaria</i>	NE		NE	BR
	<i>Lepidaploa chalybaea</i>	NE		LC	BR
	<i>Lepidaploa cotoneaster</i>	NE		NE	–
	<i>Lepidaploa sp.</i>	–		–	–
	<i>Lichnophora sp.</i>	–		–	–
	<i>Lychnophorella bishopii</i>	NE		NT	BR (CA)
	<i>Mikania luetzelburgii</i>	NE		NE	BR
	<i>Moquinia racemosa</i>	NE		LC	BR
	<i>Paralychnophora bicolor</i>	VU		NT	BR (CA)
	<i>Paralychnophora harleyi</i>	VU		LC	BR (CA)
	<i>Richterago discoidea</i>	NE		LC	BR
	<i>Trichogoniopsis morii</i>	NE		NE	BR

Asteraceae	<i>Verbesina glabrata</i>	NE	NE	–	–
	<i>Vernonanthura cf. brasiliana</i>	NE	NE	–	–
Begoniaceae	<i>Begonia ruhlandiana</i>	NE	VU		BR (CA)
Bignoniaceae	<i>Bignonia corymbosa</i>	NE	NE	–	–
	<i>Jacaranda irwinii</i>	NE	LC		BR
	<i>Jacaranda jasminoides</i>	NE	LC		BR
Bonnetiaceae	<i>Bonnetia stricta</i>	NE	NE		BR
Bromeliaceae	<i>Cottendorfia florida</i>	NE	NT		BR (CA)
	<i>Hohenbergia sp.</i>	–	–		–
	<i>Hohenbergia vestita</i>	NE	EN		BR (CA)
	<i>Sincoraea albopicta</i>	NE	EN		BR (CA)
	<i>Sincoraea navioides</i>	NE	EN		BR (CA)
	<i>Sincoraea sp.</i>	–	–		–
	<i>Stigmatodon lancifolius</i>	NE	NE		BR
	<i>Tillandsia loliacea</i>	NE	NE		–
	<i>Tillandsia recurvata</i>	NE	NE		–
	<i>Tillandsia sp.</i>	–	–		–
	<i>Vriesea oligantha</i>	NE	LC		BR
	<i>Vriesea sp.</i>	–	–		–

Cactaceae	<i>Melocactus salvadorensis</i>	NE	NT	BR (CA)
	<i>Melocactus</i> sp.	–	–	–
	<i>Micranthocereus purpureus</i>	NE	NE	BR
	<i>Kielmeyera cuspidata</i>	NE	NE	BR
	<i>Monteverdia catingarum</i>	NE	NE	BR
Calophyllaceae	<i>Monteverdia mucugensis</i>	NE	LC	BR (CA)
	<i>Plenckia populnea</i>	NE	NE	–
Celastraceae	<i>Hirtella glandulosa</i>	NE	NE	–
	<i>Licania dealbata</i>	NE	NE	BR
	<i>Clusia burle-marxii</i>	NE	LC	BR (CA)
Clusiaceae	<i>Terminalia actinophylla</i>	NE	LC	BR
Combretaceae	<i>Daustinia montana</i>	NE	NE	BR
	<i>Evolvulus jacobinus</i>	NE	NE	BR
	<i>Evolvulus</i> sp.	–	–	–
	<i>Ipomoea chapadensis</i>	NE	NE	BR
	<i>Jacquemontia diamantinensis</i>	NE	NE	BR (CA)
Cyperaceae	<i>Odonellia eriocephala</i>	NE	NE	BR
	<i>Abildgaardia baeothryon</i>	NE	NE	BR
	<i>Bulbostylis capillaris</i>	NE	NE	–

Cyperaceae	<i>Bulbostylis tenuifolia</i>	NE	NE	–
	<i>Lagenocarpus rigidus</i>	NE	NE	–
	<i>Rhynchospora albobracteata</i>	NE	NE	BR
	<i>Rhynchospora dissitispicula</i>	NE	NE	BR
Dilleniaceae	<i>Davilla angustifolia</i>	NE	NE	BR
	<i>Davilla latifolia</i>	NE	NE	BR
	<i>Tetracera empedoclea</i>	NE	NE	BR
	<i>Drosera montana</i>	NE	NE	–
Droseraceae	<i>Drosera sp.</i>	–	–	–
	<i>Gaylussacia densa</i>	NE	NE	BR
Ericaceae	<i>Gaylussacia sp.</i>	–	–	–
	<i>Leiothrix distichoclada</i>	NE	LC	BR
Eriocaulaceae	<i>Leiothrix hirsuta</i>	NE	NE	BR
	<i>Leiothrix schlechtendalii</i>	NE	DD	BR
	<i>Paepalanthus pulchellus</i>	NE	NE	BR
	<i>Syngonanthus gracilis</i>	NE	NE	–
Erythropalaceae	<i>Heisteria perianthomega</i>	NE	NE	BR
	<i>Heisteria sp.</i>	–	–	–
Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i>	NE	NE	–

	<i>Croton glandulosobracteatus</i>	NE	NE	BR
	<i>Croton imbricatus</i>	NE	LC	BR (CA)
	<i>Croton longibracteatus</i>	NE	NE	BR
	<i>Croton luetzelburgii</i>	NE	DD	BR
	<i>Croton rhexiifolius</i>	NE	NE	BR
	<i>Manihot reniformis</i>	NE	NE	BR
	<i>Microstachys corniculata</i>	NE	NE	–
	<i>Microstachys revoluta</i>	NE	NE	BR
	<i>Microstachys serrulata</i>	NE	NE	BR
	<i>Stilingia uleana</i>	NE	NE	BR
Fabaceae	<i>Abarema cochliacarpus</i>	NE	LC	BR
	<i>Anadenanthera colubrina</i>	NE	NE	–
	<i>Bionia coriacea</i>	NE	LC	BR
	<i>Calliandra asplenioides</i>	NE	LC	BR
	<i>Calliandra erubescens</i>	NE	LC	BR (CA)
	<i>Calliandra hygrophila</i>	NE	NT	BR (CA)
	<i>Calliandra viscidula</i>	NE	LC	BR (CA)
	<i>Centrosema brasilianum</i>	NE	NE	–
	<i>Chamaecrista blanchetii</i>	NE	LC	BR
	<i>Chamaecrista flexuosa</i>	NE	NE	–
Fabaceae				

	<i>Crotalaria holosericea</i>	NE		LC	BR (CA)
	<i>Ctenodon brevipes</i>	NE		NE	BR
	<i>Harpalyce riparia</i>	NE		VU	BR (CA)
	<i>Mimosa gemmulata</i>	NE		NE	–
	<i>Mimosa lewisii</i>	NE		LC	BR
	<i>Parapiptadenia zehntneri</i>	NE		LC	BR (CA)
	<i>Periandra coccinea</i>	NE		NE	BR
	<i>Periandra mediterranea</i>	NE		NE	–
	<i>Senna cana</i>	NE		NE	–
	<i>Senna macranthera</i>	NE		NE	–
	<i>Stylosanthes viscosa</i>	NE		NE	–
	<i>Swartzia bahiensis</i>	VU		VU	BR
	<i>Zornia flemmingioides</i>	NE		LC	BR
Gentianaceae	<i>Chelonanthus purpurascens</i>	NE		NE	–
	<i>Schultesia pachyphylla</i>	NE		LC	BR
	<i>Humiria balsamifera</i>	NE		NE	–
Humiriaceae	<i>Vantanea morii</i>	NE		LC	BR
	<i>Vantanea obovata</i>	NE		NE	BR
	<i>Vismia guianensis</i>	NE		NE	–
Hypericaceae					
Iridaceae	<i>Trimezia sincorana</i>	NE		NE	BR

Lamiaceae	<i>Eriope confusa</i>	NE		VU	BR (CA)
	<i>Medusantha multiflora</i>	NE		NE	BR
	<i>Oocephalus argyrophyllus</i>	NE		VU	BR
	<i>Oocephalus hagei</i>	NE		NT	BR (CA)
	<i>Rhaphiodon echinus</i>	NE		NE	BR
Lauraceae	<i>Ocotea lancifolia</i>	NE		NE	–
	<i>Ocotea oppositifolia</i>	NE		LC	BR
Lentibulariaceae	<i>Utricularia flaccida</i>	NE		NT	BR
	<i>Utricularia parthenopipes</i>	NE		NE	BR
	<i>Spigelia linarioides</i>	NE		NE	BR
Loganiaceae	<i>Spigelia pulchella</i>	NE		NE	BR
	<i>Psittacanthus dichroos</i>	NE		NE	BR
Loranthaceae	<i>Struthanthus flexicaulis</i>	NE		NE	–
	<i>Lycopodiella alopecuroides</i>	NE		NE	–
Lythraceae	<i>Cuphea ericoides</i>	NE		NE	BR
	<i>Diplusodon ulei</i>	NE		NE	BR
	<i>Lafoensia pacari</i>	NE		NE	–
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis malifolia</i>	NE		NE	BR
	<i>Banisteriopsis oxyclada</i>	NE		NE	–

Malvaceae	<i>Byrsonima cf. triopterifolia</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Byrsonima chrysophylla</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Byrsonima correifolia</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Byrsonima sericea</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Byrsonima triopterifolia</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Heteropterys rubiginosa</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Verrucularina glaucophylla</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Pavonia harleyi</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Waltheria cinerascens</i>	NE	NE	LC	BR
	<i>Sida sp.</i>	–	–	–	–
Marantaceae	<i>Monotagma plurispicatum</i>	NE	NE	NE	–
Melastomataceae	<i>Cambessedesia cambessedesioides</i>	NE	NE	VU	BR
	<i>Cambessedesia hilariana</i>	NE	NE	LC	BR
	<i>Cambessedesia tenuis</i>	NE	NE	NT	BR (CA)
	<i>Clidemia urceolata</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Lavoisiera harleyi</i>	NE	NE	EN	BR
	<i>Marcetia candolleana</i>	NE	NE	LC	BR (CA)
	<i>Marcetia macrophylla</i>	NE	NE	NT	BR (CA)

Metteniusaceae	<i>Marcetia mucugensis</i>	NE		LC		BR (CA)
	<i>Marcetia nervulosa</i>	NE		LC		BR (CA)
	<i>Marcetia velutina</i>	NE		NT		BR (CA)
	<i>Marcetia</i> sp.	–		–		–
	<i>Miconia alborufescens</i>	NE		NE		–
	<i>Miconia ciliata</i>	NE		NE		–
	<i>Miconia rimalis</i>	NE		LC		BR
	<i>Miconia</i> sp.	–		–		–
	<i>Microlicia baccharoides</i>	NE		NT		BR (CA)
	<i>Mouriri glazioviana</i>	NE		LC		BR
	<i>Pleroma pereirae</i>	NE		NE		BR
	<i>Pleroma riparium</i>	NE		NE		BR
	<i>Pterolepis rotundifolia</i>	NE		EN		BR
	<i>Rupestrea johnwurdackiana</i>	EN		VU		BR (CA)
	<i>Rupestrea</i> sp.	–		–		–
	<i>Emmotum harleyi</i>	NE		LC		BR
Myrtaceae	<i>Emmotum nitens</i>	NE		NE		BR
	<i>Eugenia puniceifolia</i>	NE		LC		BR
	<i>Eugenia splendens</i>	NE		NE		BR
	<i>Myrcia aff. mutabilis</i>	NE		NE		BR

Ochnaceae	<i>Myrcia anceps</i>	NE	NE	BR
	<i>Myrcia blanchetiana</i>	NE	NE	BR
	<i>Myrcia capitata</i>	NE	NE	BR
	<i>Myrcia densa</i>	NE	NE	BR
	<i>Myrcia loranthifolia</i>	NE	LC	BR
	<i>Myrcia mischophylla</i>	NE	NE	BR
	<i>Myrcia sylvatica</i>	NE	NE	–
	<i>Myrcia venulosa</i>	NE	LC	BR
	<i>Ouratea parvifolia</i>	NE	NE	BR
	<i>Ouratea subscandens</i>	NE	NE	–
Olacaceae	<i>Ouratea sp.</i>	–	–	–
	<i>Sauvagesia erecta</i>	NE	NE	–
	<i>Dulacia papillosa</i>	NE	LC	BR
	<i>Acianthera ochreatea</i>	NE	LC	BR
Orchidaceae	<i>Cattleya elongata</i>	NE	NE	BR
	<i>Cleistes parviflora</i>	NE	NE	–
	<i>Cleistes sp.</i>	–	–	–
	<i>Cyrtopodium sp.</i>	–	–	–
	<i>Encyclia alboxanthina</i>	NE	NE	BR
	<i>Encyclia oncioides</i>	NE	LC	BR

	<i>Epistephium sclerophyllum</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Epistephium williamsii</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Sobralia liliastrum</i>	NE	NE	NE	–
Pentaphragaceae	<i>Ternstroemia brasiliensis</i>	NE	NE	LC	BR
Peraceae	<i>Pogonophora schomburgkiana</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Phyllanthus</i> sp.	–	–	–	–
Piperaceae	<i>Peperomia sincorana</i>	NE	NE	NE	BR
Plantaginaceae	<i>Angelonia verticillata</i>	NE	NE	NE	BR
Poaceae	<i>Matourea erecta</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Axonopus aureus</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Parodiolyra micrantha</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Raddiella esenbeckii</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Setaria tenax</i>	NE	NE	NE	–
Polygalaceae	<i>Bredemeyera martiana</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Polygala</i> sp.	–	–	–	–
Polygalaceae	<i>Senega trichosperma</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Senega trifurcata</i>	NE	NE	VU	BR (CA)
Polygonaceae	<i>Coccoloba parimensis</i>	NE	NE	NE	–
Portulacaceae	<i>Portulaca hirsutissima</i>	NE	NE	NE	BR

Proteaceae	<i>Roupala montana</i>	NE	NE	–	–
Primulaceae	Indeterminada	–	–	–	–
Pteridaceae	<i>Adiantopsis flexuosa</i>	NE	LC	BR	BR
Rubiaceae	<i>Borreria capitata</i>	NE	NE	–	–
	<i>Coccocypselum aureum</i>	NE	NE	–	–
	<i>Declieuxia aspalathoides</i>	NE	NE	BR	BR
	<i>Declieuxia fruticosa</i>	NE	NE	–	–
	<i>Faramea latifolia</i>	NE	LC	BR	BR
	<i>Hexasepalum apiculatum</i>	NE	NE	BR	BR
	<i>Hillia parasitica</i>	NE	NE	–	–
	<i>Manettia cordifolia</i>	NE	NE	–	–
	<i>Pagamea guianensis</i>	NE	NE	–	–
	<i>Palicourea marcgravii</i>	NE	NE	–	–
	<i>Palicourea rudgeoides</i>	NE	NE	BR	BR
	<i>Palicourea sessilis</i>	NE	NE	–	–
	<i>Perama hirsuta</i>	NE	NE	–	–
	<i>Rudgea cf. crassifolia</i>	NE	NT	BR	BR
Rutaceae	<i>Staelia virgata</i>	NE	NE	–	–
	<i>Standleya glomerulata</i>	NE	NE	BR	BR
	<i>Dictyoloma vandellianum</i>	NE	NE	–	–

Salicaceae	<i>Casearia eichleriana</i>	NE	NE	BR
	<i>Casearia</i> sp.	–	–	–
Sapindaceae	<i>Piparea multiflora</i>	NE	NE	–
	<i>Cupania rigida</i>	NE	NE	BR
	<i>Serjania paradoxa</i>	NE	NE	BR
Sapotaceae	<i>Pouteria andarahiensis</i>	NE	NT	BR
	<i>Pouteria ramiflora</i>	NE	NE	–
	<i>Smilax elastica</i>	NE	NE	BR
Smilacaceae				
Solanaceae	<i>Solanum thomasiifolium</i>	NE	NE	BR
Trigonaceae	<i>Trigonía fasciculata</i>	NE	NE	BR
	<i>Trigonía nivea</i>	NE	NE	–
Turneraceae	<i>Piriqueta flammea</i>	NE	VU	BR (CA)
	<i>Piriqueta nanuzae</i>	NE	NE	BR (CA)
	<i>Turnera bahiensis</i>	NE	LC	BR
Velloziaceae	<i>Barbacenia blanchetii</i>	NE	NE	BR
	<i>Vellozia dasypus</i>	NE	NE	BR
	<i>Vellozia froesii</i>	NE	NE	BR
	<i>Vellozia hemisphaerica</i>	NE	NE	BR
	<i>Vellozia jolyi</i>	NE	NE	BR
	<i>Vellozia punctulata</i>	NE	NE	BR
	<i>Vellozia sincorana</i>	NE	NE	BR

Verbenaceae	<i>Lantana caatingensis</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Lippia origanoides</i>	NE	NE	NE	–
	<i>Stachytarpheta bicolor</i>	NE	NE	NT	BR
	<i>Stachytarpheta crassifolia</i>	NE	NE	LC	BR
	<i>Stachytarpheta radlkoferiana</i>	VU	VU	VU	BR (CA)
Vochysiaceae	<i>Callisthene major</i>	NE	NE	LC	BR
	<i>Qualea dichotoma</i>	NE	NE	LC	BR
	<i>Vochysia thyrsoidea</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Vochysia tucanorum</i>	NE	NE	NE	–
Xyridaceae	<i>Xyris ciliata</i>	NE	NE	NE	BR
	<i>Xyris</i> sp.	–	–	–	–

Anexo 2. Lista de espécies da fauna identificadas na região da Serra da Chapadinha. Elaboração: SEMA, 2026.

Classe	Espécie	Nome Popular	Endemismo	Portaria MMA nº148/2022	Portaria SEMA nº37/2017
Anfibios	<i>Boana albomarginata</i>	Perereca		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Boana albopunctata</i>	Perereca		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Boana crepitans</i>	Perereca		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Boana faber</i>	Sapo-Ferreiro, Sapo-Martelo		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Bokermannohyla diamantina</i>	Perereca	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Bokermannohyla itapoty</i>	Perereca		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Bokermannohyla oxente</i>	Perereca	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Bufo rubescens</i>	Sapo		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Corythomantis greeningi</i>	Perereca-de-Capacete		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Dendropsophus branneri</i>	Pererequinha		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Dendropsophus minutus</i>	Pererequinha-do-Brejo		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Dendropsophus oliveirai</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Dermatonotus muelleri</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>	Rã-Pimenta, Sapo-Pimenta, Gia		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Leptodactylus latrans</i>	Rã-Manteiga		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Leptodactylus mystacinus</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Leptodactylus troglodytes</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Leptodactylus vastus</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Odontophrynus carvalhoi</i>	Sapo		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Phyllomedusa burmeisteri</i>	Perereca-Das-Folhagens		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Phyllomedusa hypochondrialis</i>	Perereca-da-Folhagem		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Physalaemus cuvieri</i>	Rã, Rã-Cachorro		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Pseudopaludicola falcipes</i>	Hensel'S-Swamp-Frog		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Rhinella crucifer</i>	Sapo-Cururuzinho		Pouco Preocupante - LC	-

Anfibios	<i>Rhinella granulosa</i>	Sapo		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Rhinella jimi</i>	Sapo		Dados Deficientes - DD	-
Anfibios	<i>Rupirana cardosoi</i>	Rã	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Scinax auratus</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Scinax eurydice</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Scinax fuscomarginatus</i>	Pererequinha-do-Brejo		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Scinax montivagus</i>	Rã-da-Montanha	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Scinax pachycrus</i>	Rã		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Scinax x-signatus</i>	Perereca-de-Banheiro		Pouco Preocupante - LC	-
Anfibios	<i>Strabomantis aramunha</i>	Rã-Espatulada	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Accipiter striatus</i>	Tauatô-Miúdo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Actitis macularius</i>	Maçarico-Pintado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Agelaioides fringillarius</i>	Asa-de-Telha-Pálido		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Amazona aestiva</i>	Papagaio-Verdadeiro		Quase ameaçada - NT	-
Aves	<i>Amazona vinacea</i>	Papagaio-de-Peito-Roxo		Vulnerável (VU)	Em Perigo Crítico - CR
Aves	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Ananai ou Marreca-Ananai		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Marreca-Ananai		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Amodramus humeralis</i>	Tico-Tico-do-Campo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Anas bahamensis</i>	Marreca-Toicinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Anhima cornuta</i>	Anhuma		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Anthracothonax nigricollis</i>	Beija-Flor-de-Veste-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Anthus chii</i>	Caminheiro-Zumbidor		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Antrostomus rufus</i>	João-Corta-Pau		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Aratinga auricapillus</i>	Jandaia-de-Testa-Vermelha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Ardea alba</i>	Garça-Branca-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Arremon franciscanus</i>	Tico-Tico-do-São-Francisco		Quase ameaçada - NT	-
Aves	<i>Arremon taciturnus</i>	Tico-Tico-de-Bico-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Arundinicola leucocephala</i>	Freirinhas		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Asio clamator</i>	Coruja-Orelhuda		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Asio flammeus</i>	Mocho-Dos-Banhados		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Asio stygius</i>	Coruja-Diabo, Bufo-Sombrio		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Astur bicolor</i>	Gavião-Bombachinha-Grande		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Athene cunicularia</i>	Coruja-Buraqueira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Augastes lumachella</i>	Beija-Flor-de-Gravata-Vermelha, Beija-Flor-da-Serra-Pelada ou Gravatinha	Sim	Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Basileuterus culicivorus</i>	Mariquita-de-Coroa-Dourada		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Brotogeris chiniri</i>	Periquito-de-Encontro-Amarelo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Brotogeris tirica</i>	Periquito-Rico		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-Vaqueira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Buteo albonotatus</i>	Gavião-Urubu		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Buteo brachyurus</i>	Gavião-de-Cauda-Curta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Buteogallus lacernulatus</i>	Gavião-Pombo-Pequeno ou Gavião-Pomba		Vulnerável (VU)	-
Aves	<i>Butorides striata</i>	Socozinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cacicus haemorrhous</i>	Guaxe		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Calidris pusilla</i>	Maçarico-Rasteirinho		Em Perigo - EN	-
Aves	<i>Calliphlox amethystina</i>	Estrelinha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Campephilus melanoleucos</i>	Pica-Pau-de-Topete-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Camptostoma obsoletum</i>	Risadinha, Tiraninho-Imberbe-Meridional		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cantorchilus leucotis</i>	Garrincho-de-Barriga-Vermelha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cantorchilus longirostris</i>	Garrincho-de-Bico-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Caprimulgus longirostris</i>	Bacurau-da-Telha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Capsiempis flaveola</i>	Tiraninho-Amarelo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Caracara plancus</i>	Carcará		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Cariama cristata</i>	Seriema-de-Perna-Vermelha ou Siriema		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Casiornis fuscus</i>	Caneleiro-Enxofre		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-Real ou Urubu-de-Cabeça-Vermelha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-Cabeça-Amarela		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Celeus flavescens</i>	Pica-Pau-de-Cabeça-Amarela		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Celeus ochraceus</i>	Pica-Pau-Ocrácelo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	Curutié		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Charitospiza eucosma</i>	Mineirinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chelidoptera tenebrosa</i>	Urubuzinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chionomesa fimbriata</i>	Beija-Flor-de-Garganta-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chionomesa lactea</i>	Beija-Flor-de-Peito-Azul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chiroxiphia galeata</i>	Soldadinho		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Chlorestes cyanus</i>	Beija-Flor-Roxo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chlorestes notata</i>	Beija-Flor-de-Garganta-Azul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chloroceryle amazona</i>	Martim-Pescador-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chloroceryle americana</i>	Martim-Pescador-Pequeno		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chlorophonia cyanocephala</i>	Gaturamo-Rei		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Chlorostilbon aureoventris</i>	Beija-Flor-de-Bico-Vermelho ou Besourinho-de-Bico-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chlorostilbon lucidus</i>	Besourinho-de-Bico-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chrysolampis mosquitos</i>	Colibri-Rubi ou Beija-Flor-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	Garibaldi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Chrysuronia versicolor</i>	Beija-Flor-de-Banda-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Circus buffoni</i>	Gavião-do-Banhado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Claravis pretiosa</i>	Pararu-Azul		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	Guaracavuçu		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Coccyzus melacoryphus</i>	Papa-Lagarta-Acanelado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Coereba flaveola</i>	Cambacica, Papo-Amarelo ou Caga-Sebo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Colaptes campestris</i>	Pica-Pau-do-Campo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Colaptes melanochloros</i>	Pica-Pau-Verde-Barrado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Colibri delphinae</i>	Colibri-Castanho ou Beija-Flor-Marrom	Sim	Vulnerável - VU	Em Perigo Crítico - CR
Aves	<i>Colibri serrirostris</i>	Beija-Flor-de-Orelha-Violeta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Colonia colonus</i>	Viuvinha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Columba cayennensis</i>	Pomba-Galega		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Columbina minuta</i>	Rolinha-de-Asa-Canela		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Columbina picui</i>	Rolinha-Picuí		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Columbina squammata</i>	Rolinha-Fogo-Apagou		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-Roxa		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Compothraupis loricata</i>	Tié-Caburé		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Coniostrium bicolor</i>	Figueira-do-Mangue		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Coniostrium speciosum</i>	Figueira-de-Rabo-Castanho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Conopophaga cearae</i>	Chupa-Dente-do-Nordeste		Em Perigo - EN	-
Aves	<i>Conopophaga lineata</i>	Papa-Mosquitos-Ruivo ou Chupa-Dente		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Contopus cinereus</i>	Papa-Moscas-Cinzentos		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Coryphaspiza melanotis</i>	Tico-Tico-de-Máscara-Negra		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Coryphospingus pileatus</i>	Tico-Tico-Rei-Cinza		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cranioleuca semicinerea</i>	João-de-Cabeça-Cinza ou Rabo-Espinhoso-de-Cabeça-Cinza		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cranioleuca vulpina</i>	Arredio-do-Rio		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-Preto		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Crotophaga major</i>	Anu-Coroca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Crypturellus noctivagus</i>	Jaó-do-Sul ou Jaó-do-Litoral		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Aves	<i>Crypturellus parvirostris</i>	Inhambu-Chororó		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Crypturellus tataupa</i>	Inhambu-Chintã		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cyanocorax cyanopogon</i>	Gralha-Cancã ou Cancã		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cyanoloxia brissonii</i>	Azulão		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Pitiguari ou Assobiador-de-Sobancelha-Ruiva		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cypseloides fumigatus</i>	Taperuçu-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cypseloides senex</i>	Taperuçu-Velho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Cypsnagra hirundinacea</i>	Bandoleta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Dacnis cayana</i>	Saí-Azul ou Saí-Bicudo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Daptrius chimachima</i>	Carrapateiro		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	Arapaçu-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Dendrocoryna viduata</i>	Irerê		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Diopsittaca nobilis</i>	Maracanã-Pequena		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Drymophila ochropyga</i>	Choquinha-de-Dorso-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Dryocopus lineatus</i>	Pica-Pau-Listado ou Pica-Pau-de-Banda-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Dysithamnus mentalis</i>	Formigueiro-Víreo ou Choquinha-Lisa		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Egretta caerulea</i>	Garça-Azul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Egretta thula</i>	Garça-Branca-Pequena		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elaenia chilensis</i>	Guaracava-de-Crista-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elaenia chiriquensis</i>	Chibum		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elaenia cristata</i>	Guaracava-de-Topete-Uniforme		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elaenia flavogaster</i>	Guaracava-de-Barriga-Amarela ou Elénia-de-Barriga-Amarela		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Elaenia mesoleuca</i>	Tuque		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elaenia obscura</i>	Tução		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elaenia sordida</i>	Tução		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Elaenia spectabilis</i>	Guaracava-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Elanus leucurus</i>	Gavião-Peneira ou Peneireiro-de-Rabo-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Emberizoides herbicola</i>	Canário-do-Campo ou Tentilhão-de-Cauda-Graduada		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Embernagra longicauda</i>	Rabo-Mole-da-Serra ou Tentilhão-Das-Chapadas	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Empidonamus varius</i>	Peitica ou Bem-Te-Vi-Peitica		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Eupetomena macroura</i>	Beija-Flor-Tesoura ou Tesourão		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Euphonia chlorotica</i>	Fim-Fim, Fim-Fim Verdadeiro ou Vem-Vem		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Euphonia pectoralis</i>	Ferro-Velho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Euphonia violacea</i>	Gaturamo-Verdadeiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Eupsittula aurea</i>	Periquito-Rei		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Eupsittula cactorum</i>	Periquito-da-Caatinga ou Jandaia		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Euscarthmus rufomarginatus</i>	Maria-Corrúira		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Aves	<i>Falco femoralis</i>	Falcão-de-Coleira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Falco femoralis</i>	Falcão-de-Coleira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Falco sparverius</i>	Falcão-Americano ou Quiriquiri		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Florisuga fusca</i>	Beija-Flor-Preto ou Beija-Flor-Preto-E-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Florisuga mellivora</i>	Beija-Flor-Azul-de-Rabo-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira-Mascarada		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Formicivora grantsaui</i>	Papa-Formiga-do-Sincorá	Sim	Vulnerável - VU	Em Perigo - EN
Aves	<i>Formicivora iheringi</i>	Formigueiro-do-Nordeste		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Formicivora melanogaster</i>	Formigueiro-de-Barriga-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Formicivora rufa</i>	Papa-Formiga-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Fumarius figulus</i>	Casaca-de-Couro-da-Lama		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Fumarius leucopus</i>	Casaca-de-Couro-Amarelo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Fumarius rufus</i>	João-de-Barro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Galbula ruficauda</i>	Ariramba-de-Cauda-Ruiva		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Gallinago paraguaiae</i>	Narceja		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Gallinula galeata</i>	Galinha-D'Água		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Gampsonyx swainsonii</i>	Gaviãozinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Geobates poecilopterus</i>	Andarilho		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	Mariquita-Mascarada-Nortenha, Pia-Cobra ou Caga-Sebo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Geothlypis aquaticola</i>	Pia-Cobra		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Geothlypis velata</i>	Pia-Cobra		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Geotrygon montana</i>	Juriti-Piranga		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Geranoaetus albicaudatus</i>	Gavião-de-Rabo-Branco ou Curucuturi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Geranoaetus melanoleucus</i>	Águia-Serrana ou Gavião-de-Serra		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Geranospiza caerulescens</i>	Gavião-Pemilongo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Glaucidium brasilianum</i>	Caburé		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Glaucidium minutissimum</i>	Caburé-Miudinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Glaucis hirsutus</i>	Balança-Rabo-de-Bico-Torto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Gnorimopsar chopi</i>	Graúna ou Pássaro-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Guira guira</i>	Anu-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Harpyhaliaetus coronatus</i>	Águia-Cinzenta		Em Perigo - EN	-

Aves	<i>Heliactin bilophus</i>	Chifre-de-Ouro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Heliactin cornuta</i>	Chifre-de-Ouro		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Helimaster squamosus</i>	Bico-Reto-de-Banda-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Heliothryx auritus</i>	Beija-Flor-de-Bochecha-Azul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hemithraupis guira</i>	Saíra-de-Papo-Preto ou Tangará-Guiará		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hemitriccus diops</i>	Olho-Falso ou Falso-Tódi-de-Peito-Cinzento		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i>	Sebinho-de-Olho-de-Ouro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hemitriccus nidipendulus</i>	Tachuri-Campainha ou Falso-Tódi-de-Ninho-Suspenso		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hemitriccus striatocollis</i>	Sebinho-Rajado-Amarelo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Herpetotheres cachinnans</i>	Acauã ou Falcão Risonho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Herpsilochmus atricapillus</i>	Chorozinho-de-Chapéu-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Herpsilochmus pectoralis</i>	Chorozinho-de-Papo-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Herpsilochmus pileatus</i>	Chorozinho-de-Boné		Quase ameaçada - NT	-
Aves	<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	Chorozinho-de-Asa-Vermelha ou Formigueirinho-D'Orlas-Ruivas		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Heterospizias meridionalis</i>	Gavião-Caboclo ou Bútio-da-Savana		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Heterospizias meridionalis</i>	Gavião-Caboclo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hirundinea ferruginea</i>	Gibão-de-Couro ou Caça-Moscas-Das-Rochas		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-de-Bando		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hydropsalis brasiliana</i>	Bacurau-Tesoura		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Hydropsalis parvula</i>	Bacurau-Chintã		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Hylocharis cyaneus</i>	Beija-Flor-Roxo ou Colibri-de-Queixo-Branco		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Hylocharis sapphirina</i>	Beija-Flor-Safira		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Hylopezus ochroleucus</i>	Pompeu		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Hylophilus amaurochalinus</i>	Vite-Vite-de-Olho-Cinza		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Icterus icterus</i>	Turpial		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Icterus jamaicaii</i>	Corrupião ou Sofrê		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Icterus pyrrhopterus</i>	Encontro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Ictinia plumbea</i>	Sovi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Knipolegus nigerrimus</i>	Maria-Preta-de-Garganta-Vermelha ou Caça-Moscas-de-Veludo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Laterallus melanophaius</i>	Sanã-Parda		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Lathrotriccus eulerei</i>	Enferrujado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Legatus leucophaius</i>	Bem-Te-Vi-Pirata		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Leistes superciliiaris</i>	Polícia-Inglesa-do-Sul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Lepidocolaptes angustirostris</i>	Arapaçu-de-Cerrado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Lepidocolaptes squamatus</i>	Arapaçu-Escamoso		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Leptotila rufaxilla</i>	Juriti-de-Testa-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Leptotila verreauxi</i>	Juriti-Pupu		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Lipaugus vociferans</i>	Cricrió		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Aves	<i>Lochmias nematura</i>	João-Porca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Lophornis magnificus</i>	Topetinho-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Lurocalis semitorquatus</i>	Tuju		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Machetornis rixosa</i>	Suiriri-Cavaleiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Manacus manacus</i>	Rendeira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Megasceryle torquata</i>	Martim-Pescador-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Megarynchus pitangua</i>	Neinei		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Megascops atricapilla</i>	Corujinha-Sapo/Corujinha-de-Alagoas		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Megascops choliba</i>	Corujinha-do-Mato ou Corujinha-Sul-Americana		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Megaxenops paraguayae</i>	Bico-Virado-da-Caatinga		Quase ameaçada - NT	-
Aves	<i>Melanerpes candidus</i>	Pica-Pau-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Melanopareia torquata</i>	Meia-Lua-do-Cerrado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Micrastur semitorquatus</i>	Falcão-Relógio		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Mimus saturninus</i>	Sabiá-do-Campo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Molothrus badius</i>	Asa-de-Telha-Escuro		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Molothrus bonariensis</i>	Chupim		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Molothrus oryzivorus</i>	Iraúna-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Mustelirallus albicollis</i>	Sanã-Carijó		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiarchus ferox</i>	Maria-Cavaleira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiarchus swainsoni</i>	Irré ou Caça-Moscas-de-Swainson		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiarchus tyrannulus</i>	Maria-Cavaleira-de-Rabo-Enferrujado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiobius atricaudus</i>	Assanhadinho-de-Cauda-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiodynastes maculatus</i>	Bem-Te-Vi-Rajado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiopagis caniceps</i>	Guaracava-Cinzenta ou Elénia-Cinzenta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiophobus fasciatus</i>	Filipe-de-Peito-Riscado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiothlypis flaveola</i>	Canário-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myiozetetes cayaniensis</i>	Bem-Te-Vi		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Myiozetetes similis</i>	Bentevizinho-de-Penacho-Vermelho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myrmoderus lorincatus</i>	Formigueiro-Assobiador		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Myrmorchilus strigilatus</i>	Formigueiro-Pintalgado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nannochordeiles pusillus</i>	Bacurauzinho-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nannochordeiles pusillus</i>	Bacurauzinho		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Nannopterum brasilianum</i>	Biguá		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nemosia pileata</i>	Saíra-de-Chapéu-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nengetus cinereus</i>	Primavera		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Neothraupis fasciata</i>	Cigarra-do-Campo ou Tangará-Picanço		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nesotriccus murinus</i>	Bagageiro		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Netta erythrophthalma</i>	Paturi-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nomonyx dominicus</i>	Marrecá-Caucu		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nonnula rubecula</i>	Macuru		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nothura boraquira</i>	Codorna-do-Nordeste		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nothura maculosa</i>	Codorna-Amarela		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Numenius hudsonicus</i>	Maçarico-de-Bico-Torto		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Nyctanassa violacea</i>	Savacu-de-Coroa		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nyctibius griseus</i>	Urutau ou Mãe-da-Lua		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nyctidromus albigollis</i>	Bacurau		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nystalus chacuru</i>	João-Bofo ou Barbudo-D'Orelhas-Branças		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Nystalus maculatus</i>	Rapazinho-Dos-Velhos/Do-Chaco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Ortalis araucuan</i>	Aracua-de-Barriga-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Ortalis guttata</i>	Aracua-Pintado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pachyrhamphus castaneus</i>	Caneleiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pachyrhamphus polychopterus</i>	Caneleiro-Preto ou Caneleiro-D'Asa-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pachyrhamphus viridis</i>	Caneleiro-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Parabuteo unicinctus</i>	Gavião-Asa-de-Telha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pardirallus nigricans</i>	Saracura-Saná		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Paroaria dominicana</i>	Cardeal-do-Nordeste		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Passer domesticus</i>	Pardal		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Patagioenas cayennensis</i>	Pomba-Galega		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Patagioenas picazuro</i>	Asa-Branca ou Pomba-Asa-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Patagioenas plumbea</i>	Pomba-Amargosa		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Aves	<i>Patagioenas speciosa</i>	Pomba-Trocal		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Penelope jacucaca</i>	Jacucaca		Vulnerável - VU	Vulnerável - VU
Aves	<i>Penelope supercilialis</i>	Jacupemba		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Petrochelidon pyrrhonota</i>	Andorinha-de-Dorso-Acanelado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phacellodomus rufifrons</i>	João-Graveto ou João-de-Pau		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phaeomyias murina</i>	Bagageiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phaethornis eurynome</i>	Rabo-Branco-de-Garganta-Rajada		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phaethornis pretrei</i>	Beija-Flor-de-Rabo-Branco ou Rabo-Branco-Acanelado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phaethornis ruber</i>	Rabo-Branco-Rubro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pheugopedius genibarbis</i>	Garrincho-Pai-Avô		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	Piolinho-Oliváceo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Phyllomyias griseocapilla</i>	Piolinho-Serrano		Pouco Preocupante - LC	Em Perigo - EN
Aves	<i>Phylloscartes beckeri</i>	Borboletinha-Baiana		Pouco Preocupante - LC	Em Perigo - EN
Aves	<i>Playa cayana</i>	Alma-de-Gato, Alma-de-Caboclo ou Alma-Perdida		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Piculus chrysochloros</i>	Pica-Pau-Dourado-Escuro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Picumnus cirratus</i>	Picapauzinho-Barrado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Picumnus pygmaeus</i>	Picapauzinho-Pintado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pilherodius pileatus</i>	Garça-Real		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pionus maximiliani</i>	Maitaca-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Piranga flava</i>	Sanhaço-de-Fogo ou Canário-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-Te-Vi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Platyrinchus mystaceus</i>	Patinho		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Poecilatriccus plumbeiceps</i>	Tororó		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Poecilatriccus plumbeiceps</i>	Tororó		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Polioptila plumbea</i>	Balança-Rabo-de-Chapéu- Preto, Caga-Sebo ou Gatinha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Polystictus superciliaris</i>	Papa-Moscas-de-Costas- Cinzentas	Sim	Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Aves	<i>Polytmus guainumbi</i>	Beija-Flor-de-Bico-Curvo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Porphyrio martinica</i>	Frango-D'Água-Azul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Primolius maracaná</i>	Maracã		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Procnias nudicollis</i>	Araponga		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Aves	<i>Progne chalybea</i>	Taperá ou Andorinha- Doméstica-Grande		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Progne tapera</i>	Taperá ou Andorinha-do- Campo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pseudoseisura cristata</i>	Casaca-de-Couro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Psittacara leucophthalmus</i>	Periquitão		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	Andorinha-Pequena-de-Casa		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pyriglena leucoptera</i>	Papa-Taoca-do-Sul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pyrocephalus rubinus</i>	Príncipe		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Pyroderus scutatus</i>	Pavó		Pouco Preocupante - LC	Em Perigo - EN
Aves	<i>Pyrrhura cruentata</i>	Tiriba-Grande, Fura-Mato ou Tiriva-Fura-Mato		Vulnerável - VU	Vulnerável - VU
Aves	<i>Pyrrhura frontalis</i>	Tiriba-de-Testa-Vermelha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Radinopsycha sellowi</i>	Chorozinho-da-Caatinga		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Rhea americana</i>	Ema		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Rhopospina caeruleus</i>	Campainha-Azul		Dados Deficientes - DD	-
Aves	<i>Rhynchotus rufescens</i>	Perdiz		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-do-Barranco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Rostrhamus sociabilis</i>	Gavião-Caramujeiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Rufirallus viridis</i>	Sanã-Castanha ou Siricora- Mirim		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-Carijó		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sakesphoroides cristatus</i>	Choca-do-Nordeste ou Formigueiro-de-Crista-Nordestino		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Saltator fuliginosus</i>	Bico-de-Pimenta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Saltator maximus</i>	Tempera-Viola		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Saltator similis</i>	Trinca-Ferro-Verdadeiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Saltator similis</i>	Trinca-Ferro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Saltatricula atricollis</i>	Batuqueiro-de-Bico-Laranja		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Saltatricula atricollis</i>	Batuqueiro		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu-Rei		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sarkidiornis sylvicola</i>	Pato-de-Crista		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Satrapa icterophrys</i>	Suiriri-Pequeno		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Schiffornis virescens</i>	Flautim-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Schistochlamys ruficapillus</i>	Bico-de-Veludo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Schoeniophylax phryganophilus</i>	Bichoita		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Scytalopus diamantinensis</i>	Tapaculo-da-Chapada-Diamantina	Sim	Vulnerável - VU	Em Perigo - EN
Aves	<i>Serpophaga subcristata</i>	Alegrinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Setophaga pitiayumi</i>	Mariquita-do-Sul		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sicalis citrina</i>	Sicalis Citrina		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sicalis flaveola</i>	Canário-da-Terra		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sicalis luteola</i>	Tipio		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sirystes sibilator</i>	Gritador		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	Arapaçu-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Spinus magellanicus</i>	Pintassilgo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Spinus yarrelli</i>	Pintassilgo-do-Nordeste		Vulnerável - VU	-
Aves	<i>Sporophila albogularis</i>	Golinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sporophila angolensis</i>	Curio		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Sporophila ardesiaca</i>	Papa-Capim-de-Costas-Cinza		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sporophila caerulescens</i>	Coleirinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sporophila collaris</i>	Coleiro-do-Brejo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sporophila falcirostris</i>	Cigarinha-do-Sul		Vulnerável - VU	Em Perigo - EN
Aves	<i>Sporophila leucoptera</i>	Patativa-Chorona, Chorão		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sporophila nigricollis</i>	Papa-Capim-Capuchinho		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sporophila plumbea</i>	Patativa-Verdadeira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha-Serradora		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Stigmatura budytoides</i>	Alegrinho-Balança-Rabo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Stilpnia cayana</i>	Stilpnia Cayana		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Stilpnia cayana</i>	Saíra-Amarela		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Streptoprocne biscutata</i>	Andorinhão-de-Coleira-Falha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Streptoprocne zonaris</i>	Taperuçu-de-Coleira-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Sublegatus modestus</i>	Guaracava-Modesta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Suiriri suiriri</i>	Suiriri-Cinzento		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Synallaxis albescent</i>	Uí-Pi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Synallaxis cinerea</i>	João-Baiano		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Synallaxis frontalis</i>	Petrim		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Synallaxis hellmayri</i>	João-Xique-Xique		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Synallaxis spixi</i>	João-Teneném		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Systellura longirostris</i>	Bacurau-da-Telha/De-Roraima		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tachornis squamata</i>	Andorinhão-do-Buriti		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-Rio		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	Andorinha-de-Sobre-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tachyphonus rufus</i>	Pipira-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tangara cyanoventris</i>	Saíra-Dourada ou Douradinha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tapera naevia</i>	Saci		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Taraba major</i>	Choró-Boi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thalurania furcata</i>	Beija-Flor- Tesoura-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thalurania glaucopsis</i>	Beija-Flor-de-Testa-Roxa, Beija-Flor-de-Frente-Violeta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thalurania glaucopsis</i>	Beija-Flor-de-Frente-Violeta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	Choca-da-Mata		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thamnophilus doliatus</i>	Choca-Barrada/Barrada-do-Nordeste		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thamnophilus palliatus</i>	Choca-Listrada		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thamnophilus pelzelni</i>	Choca-do-Planalto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thamnophilus punctatus</i>	Choca-Bate-Cabo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thamnophilus torquatus</i>	Choca-de-Asa-Vermelha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thlypopsis sordida</i>	Sai-Canário		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaço-Cinzento		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tigrisoma lineatum</i>	Socó-Boi		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tityra cayana</i>	Anambé-Branco-de-Rabo-Preto		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Todirostrum cinereum</i>	Ferreirinho-Relógio		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Todirostrum poliocephalum</i>	Teque-Teque		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tolmomyias flaviventris</i>	Bico-Chato-Amarelo		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	Bico-Chato-de-Orelha-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Trichothraupis melanops</i>	Tiê-de-Topete		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tringa solitaria</i>	Maçarico-Solitário		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Troglodytes musculus</i>	Corruíra		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Troglodytes musculus</i>	Curruíra ou Rouxinol		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Trogon surrucura</i>	Surucuá-Variado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Turdus albicollis</i>	Sabiá-Coleira, Sabiá-Gato E Carachué-Coleira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Turdus amaurochalinus</i>	Sabiá-Poca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Turdus flavipes</i>	Sabiá-Una		Pouco Preocupante - LC	-

Aves	<i>Turdus leucomelas</i>	Sabiá-Barranco		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-Laranjeira		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tyrannus savana</i>	Tesourinha ou Tesourinha-do-Norte		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tyrannus savana</i>	Tesourinha-do-Campo ou Tesourinha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tyto furcata</i>	Suindara, Coruja-Católica, Rasga-Mortalha ou Coruja-Das-Torres		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Tyto furcata</i>	Suindara		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Urubitinga coronata</i>	Águia-Cinzenta		Em Perigo - EN	-
Aves	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-Quero		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Veniliornis affinis</i>	Pica-Pau-Avermelhado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Veniliornis passerinus</i>	Pica-Pau-Pequeno		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Vireo chivi</i>	Juruviara		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xenops rutilans</i>	Bico-Virado-Carijó		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xenopsaris albinucha</i>	Tijerila		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	Arapaçu-de-Garganta-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	Arapaçu-Rajado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	Arapaçu-Rajado		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xolmis cinerea</i>	Primavera		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xolmis irupero</i>	Noivinha		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Xolmis velatus</i>	Noivinha-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Zenaida auriculata</i>	Avoante ou Pomba-de-Bando		Pouco Preocupante - LC	-
Aves	<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico-Tico		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Akodon cursor</i>	Rato-do-Chão		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Cabassous unicinctus</i>	Tatu-de-Rabo-Mole		Pouco Preocupante - LC	-

Mamíferos	<i>Callicebus barbarabrownae</i>	Guigó-da-Caatinga		Em Perigo - EN	Em Perigo Crítico - CR
Mamíferos	<i>Callithrix penicillata</i>	Sagui-de-Tufos-Pretos ou Mico-Estrela		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Calomys expulsus</i>	Rato-Vesper		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Cerdocyon thous</i>	Raposa, Cachorro-do-Mato ou Graxaim		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Cerradomys vivoi</i>	Rato-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Conepatus semistriatus</i>	Jaritataca		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Cuniculus paca</i>	Paca		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Dasyprocta leporina</i>	Cutia		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Dasyprocta prymnolopha</i>	Cutia		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Dasybus novemcinctus</i>	Tatu-Galinha, Tatu-Veado, Tatu-Liso ou Tatu-Verdadeiro		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Dasybus septemcinctus</i>	Tatu-Bolinha		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Dicotyles tajacu</i>	Cateto ou Caititu		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Didelphis albiventris</i>	Saruê/Timbu ou Gambá-de-Orelha-Branca		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Eira barbara</i>	Papa-Mel, Irara ou Jaguapé		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Gracilinanus agilis</i>	Cuíca-Graciosa ou Catita		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Gracilinanus microtarsus</i>	Cuíca-Graciosa ou Catita		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	Gato-Mourisco ou Jaguarundi		Vulnerável - VU	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Kerodon rupestris</i>	Mocó		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguatirica		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-Maracajá, Gato-Maracajá-Mirim ou Gato-do-Mato-Pequeno		Em Perigo - EN	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Marmosa demerarae</i>	Cuíca, Jupati, Chichica E Quaiquica		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Marmosops incanus</i>	Cuíca-Cinza		Pouco Preocupante - LC	-

Mamíferos	<i>Monodelphis domestica</i>	Cuíca-de-Rabo-Curto ou Catita		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá-Bandeira		Vulnerável - VU	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Nasua nasua</i>	Quati-de-Cauda-Anelada		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Necomys lasiurus</i>	Ratinho-do-Cerrado		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Necomys rattus</i>	Rato-D'Água		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Oligoryzomys nigripes</i>	Rato-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Oligoryzomys rupestris</i>	Rato-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Oligoryzomys stramineus</i>	Rato-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Oxymycterus dasytrichus</i>	Rato-do-Brejo		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Oxymycterus delator</i>	Rato-do-Brejo		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Panthera onca</i>	Onça-Pintada ou Jaguar		Vulnerável - VU	Em Perigo Crítico - CR
Mamíferos	<i>Phyllomys blainvillii</i>	Rato-da-Árvore		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Priodontes maximus</i>	Tatu-Canastra, Tatu-Carreta ou Tatu-Açu		Vulnerável - VU	Em Perigo - EN
Mamíferos	<i>Procyon cancrivorus</i>	Mão-Pelada, Cachorro-do-Mangue ou Cachorrinho-Guaxinim		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Pseudoryzomys simplex</i>	Rato-do-Mato		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Puma concolor</i>	Onça-Parda, Sussuarana ou Puma		Quase ameaçada - NT	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Rhipidomys cariri</i>	Rato-do-Cariri ou Rato-de-Algodão		Vulnerável - VU	Vulnerável - VU
Mamíferos	<i>Sapajus xanthosternos</i>	Macaco-Prego-do-Peito-Amarelo		Em Perigo - EN	Em Perigo - EN
Mamíferos	<i>Subulo gouazoubira</i>	Veado-Catingueiro		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Tapiti		Dados Deficientes - DD	-
Mamíferos	<i>Sylvilagus minensis</i>	Taipiti		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá-Mirim		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Tayassu pecari</i>	Queixada		Vulnerável - VU	Em Perigo - EN

Mamíferos	<i>Thrichomys inermis</i>	Punaré ou Rabudo		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Thylamys karimii</i>	Rato-de-Cauda-Gorda		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Trinomys albispinus</i>	Rato-de-Espinho		Pouco Preocupante - LC	-
Mamíferos	<i>Wiedomys pyrrhorhinos</i>	Rato-de-Fava		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Acestrorhynchus falcatus</i>	Piau-Cachorro		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Apareiodon itapicuruensis</i>	Canivete		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Aspidoras psammatis</i>	Bagre	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Astronotus ocellatus</i>	Oscar		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Astyanax brucutu</i>	Lambari	Sim	Em Perigo Crítico - CR	-
Peixes	<i>Astyanax lorién</i>	Lambari		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Astyanax rupestris</i>	Lambari	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Astyanax sincora</i>	Lambari	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Brochis garbei</i>	Coridora, Coridora-Preto-E-Branco		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Callichthys callichthys</i>	Bagre		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Cetopsorhamdia iheringii</i>	Cascudo		Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Characidium bahiense</i>	Mocinha		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Characidium clisteresi</i>	Mocinha	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Characidium deludens</i>	Mocinha		Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Cichla pinima</i>	Tucunaré, Tucunaré-Pinima		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Cichlasoma sanctifranciscense</i>	Acará		Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Copionodon elysium</i>	Bagre		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Copionodon lianae</i>	Bagre, Gerino	Sim	Quase ameaçada - NT	-
Peixes	<i>Copionodon orthiocarinatus</i>	Bagre	Sim	Quase ameaçada - NT	-
Peixes	<i>Copionodon pecten</i>	Bagre	Sim	Quase ameaçada - NT	-
Peixes	<i>Cyphocharax gilbert</i>	Saguiru		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Deuterodon aphos</i>	Peixe	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Deuterodon hamatilis</i>	Lambari		Pouco Preocupante - LC	-

Peixes	<i>Geophagus diamantiniensis</i>	Acará		Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Geophagus obscurus</i>	Acará		Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Glaphyropoma rodriguesi</i>	Peixe		Sim	Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Glaphyropoma spinosum</i>	Bagrinho-da-Caverna		Sim	Quase ameaçada - NT	Vulnerável - VU
Peixes	<i>Gymnotus interruptus</i>	Carapo			Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Hemigrammus marginatus</i>	Piabinha			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Hoplerethrinus unitaeniatus</i>	Traíra			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Hoplias brasiliensis</i>	Traíra			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Hoplosternum littorale</i>	Camborja, Atipa			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Hyphessobrycon negodagua</i>	Piabinha, Piaba		Sim	Quase ameaçada - NT	-
Peixes	<i>Hyphessobrycon parvellus</i>	Piabinha			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Hypostomus jaguar</i>	Cascudo, Onça-Pintada			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Ituglanis paraguassuensis</i>	Bagre			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Kolpotocheirodon figueiredoi</i>	Peixe		Sim	Em Perigo Crítico - CR	Em Perigo Crítico - CR
Peixes	<i>Lepidocharax diamantina</i>	Piaba-da-Pratinha		Sim	Em Perigo - EN	Em Perigo - EN
Peixes	<i>Leporinus bahiensis</i>	Piau			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Moenkhausia diamantina</i>	Piaba		Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Pamphorichthys holandii</i>	Lambiste			Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Pareiorhaphis lophia</i>	Acari, Bagre		Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Parotocinclus adamanteus</i>	Cascudo		Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Parotocinclus bahiensis</i>	Cascudo			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Parotocinclus nandae</i>	Bagre		Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Phenacogaster franciscoensis</i>	Piaba			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Phenacorhamdia tenebrosa</i>	Bagre			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Piabina argentea</i>	Piabinha			Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Pimelodella itapicuruensis</i>	Bagre, Mandi-Chorão			Pouco Preocupante - LC	-

Peixes	<i>Poecilia reticulata</i>	Lambiste		Dados Deficientes - DD	-
Peixes	<i>Poecilia vivipara</i>	Lambiste, Barrigudinho		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Prochilodus brevis</i>	Curimatã-Comum		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Pterygoplichthys chrysostiktos</i>	Cascudo		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Pterygoplichthys chrysostiktos</i>	Cari		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Pygocentrus piraya</i>	Piranha		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Rhamdia quelen</i>	Jundiá		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Rhamdiopsis krugi</i>	Bagrinho-Cego	Sim	Em Perigo - EN	Vulnerável - VU
Peixes	<i>Serrapinnus heterodon</i>	Lambari-Prata		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Serrapinnus piaba</i>	Piabinha		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Serrasalmus brandtii</i>	Piabinha, Pirambeba		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Steindachnerina elegans</i>	Curimatá-Tetra		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Tetragonopterus chalcus</i>	Matupiri		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Trachelyopterus galeatus</i>	Noja, Bagre-Cego	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Trichomycterus tete</i>	Bagre, Tete		Pouco Preocupante - LC	-
Peixes	<i>Triportheus guentheri</i>	Piaba, Piaba-Falcão		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Acratosaura mentalis</i>	Teiú-Pigmeu, Lagartinho-do-Folhço	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Acratosaura spinosa</i>	Lagarto-Espinhoso ou Lagartinho-do-Folhço	Sim	Em Perigo - EN	Em Perigo - EN
Répteis	<i>Ameiva ameiva</i>	Calango Verde ou Bico-Doce		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Ameivula ocellifera</i>	Calango, Calango-da-Praia, Calango-Ligeiro		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Amphisbaena alba</i>	Cobra-de-Duas-Cabeças, Amphisbena		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Amphisbaena pretrei</i>	Cobra-de-Duas-Cabeças, Amphisbena		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Amphisbaena uroxena</i>	Cobra-de-Duas-Cabeças, Cobra-Cega	Sim	Em Perigo - EN	-

Répteis	<i>Apostolepis cearensis</i>	Cobra-de-Ferrão, Cobra-Rainha, Coral-Falsa, Coralzinha		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Aspronema dorsivittatum</i>	Calango-Liso ou Lagartixa-Brilhante		Pouco Preocupante - LC	Em Perigo - EN
Répteis	<i>Boa constrictor</i>	Jiboia		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Boiruna sertaneja</i>	Mussurana, Cobra-de-Leite ou Cobra-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Bothrops erythromelas</i>	Jararaca-Avermelhada, Jararaca-Malha-de-Cascavel		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Bothrops jararaca</i>	Jararaca ou Patrona		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Bothrops leucurus</i>	Jararaca-do-Rabo-Branco, Malha-de-Sapo, Quatro-Ventas		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Brasiliscincus heathi</i>	Lagarto-do-Folhiço		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Briba brasiliana</i>	Briba, Biba		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Chironius diamantina</i>	Cobra-Cipó	Sim	Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Chironius flavolineatus</i>	Cobra-Cipó, Acutimboia, Acutioia, Boitipó, Caninana-Marron-Listrada		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Chironius maculiventris</i>	Cobra-Cipó		Dados Deficientes - DD	-
Répteis	<i>Coleodactylus meridionalis</i>	Calanguinho, Lagartixa, Meridian-Gecko ou Briba		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Crotalus durissus</i>	Cascavel		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Dipsas neuwiedi</i>	Jaracuçu		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Drymarchon corais</i>	Caninana, Papa-Ovo		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Echinanthera occipitalis</i>	Cobra-Corredeira, Cobra-Capim, Cobra-do-Capim		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Enyalius bibronii</i>	Lagarto-Verde, Papa-Vento ou Camaleão		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Enyalius erythroceneus</i>	Papa-Vento-da-Chapada	Sim	Em Perigo - EN	Em Perigo - EN
Répteis	<i>Epicrates assisi</i>	Salamanta-da-Caatinga		Pouco Preocupante - LC	-

Répteis	<i>Epictia borapeliotes</i>	Cobra-Chumbo, Cobra-da-Terra ou Cobra-de-Chumbinho		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Erythrolamprus marylleanae</i>	Cobra-Capim, Cobra-D'Água ou Cobra-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i>	Boipeva, Casco-de-Burro, Cobra-Corredeira		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Erythrolamprus typhlus</i>	Cobra-de-Capim, Cobra-Verde, Jararaquinha-Verde		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Erythrolamprus viridis</i>	Cobra-D'Água, Cobra-Verde, Cobra-Verde-da-Caatinga		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Gymnodactylus vanzolinii</i>	Geco-de-Dedos-Nus Do Vanzolini		Em Perigo - EN	-
Répteis	<i>Hemidactylus brasiliensis</i>	Biba, Biba-do-Rabo-Grosso, Lagartixa, Lagartixa-do-Rabo-Grosso		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Hemidactylus mabouia</i>	Lagartixa-Doméstica-Tropical, Biba ou Lagartixa De Parede		Dados Deficientes - DD	-
Répteis	<i>Heterodactylus septentrionalis</i>	Lagarto	Sim	Em Perigo - EN	Em Perigo Crítico - CR
Répteis	<i>Leptodeira annulata</i>	Cacaual, Cobra-Olho-de-Gato ou Dormideira		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Micrablepharus maximiliani</i>	Biba, Calango-do-Rabo-Azul ou Piolho-de-Cobra		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Micrurus ibiboboca</i>	Coral-Verdadeira		Dados Deficientes - DD	-
Répteis	<i>Micrurus lemniscatus</i>	Coral, Coral-Verdadeira		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Ophiodes striatus</i>	Alicanço, Aliscanço, Cobra-de-Vidro		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Oxybelis aeneus</i>	Bicuda, Boitiaboia, Cobra-Cipó-Bicuda, Cobra-Flecha		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Oxyrhopus guibei</i>	Coral Falsa		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Oxyrhopus rhombifer</i>	Coral-Falsa		Pouco Preocupante - LC	Em Perigo - EN
Répteis	<i>Oxyrhopus trigeminus</i>	Coral-Falsa		Pouco Preocupante - LC	-

Répteis	<i>Philodryas aestiva</i>	Cobra-Cipó-Carenada, Cobra-de-Cipó-Verde		Pouco Preocupante - LC	Em Perigo - EN
Répteis	<i>Philodryas olfersii</i>	Boiubu, Bojobi, Cipó-Verde ou Papagaia		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Philodryas patagoniensis</i>	Boitiaporana, Boitiaporana ou Corredeira		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Phimophis guerini</i>	Bicuda, Cobra-de-Nariz, Cobra-Nariguda		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Phyllorpezus pollicaris</i>	Biba, Brazilian-Gecko, Lagartixa-de-Parede		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Polychrus acutirostris</i>	Calango-Cego, Camaleão-Preguiça, Catatau, Falso-Camaleão		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Pseudoboa nigra</i>	Mussurana, Cobra-de-Leite ou Cobra-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Psychosaura macrorhyncha</i>	Briba		Dados Deficientes - DD	-
Répteis	<i>Salvator merianae</i>	Teiú-Comum ou Teiú-Gigante		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Siphophis leucocephalus</i>	Dormideira		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Spilotes pullatus</i>	Caninana, Cainana-Teiú		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Taeniophallus brevirostris</i>	Cobra-Cordeira, Cobra-de-Capim, Corre-Campo ou Jararaquinha		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Tantilla melanocephala</i>	Cobra-da-Terra		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Thamnodynastes strigatus</i>	Cobra-Espada, Corredeira-Lisa, Urutu-Amarelo		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Trilepida koppei</i>	Cobra-Cega ou Cobra-de-Chumbinho		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Tropidodryas striaticeps</i>	Cabeça-de-Capanga, Jiboinha		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Tropidurus cocorobensis</i>	Calango		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Tropidurus hispidus</i>	Calangão ou Lagartixa-Preta		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Tropidurus mucujensis</i>	Calango	Sim	Em Perigo - EN	Em Perigo - EN
Répteis	<i>Tropidurus semitaeniatus</i>	Calango-do-Lageiro, Catende		Pouco Preocupante - LC	-

Répteis	<i>Xenodon merremii</i>	Achatadeira, Boca-de-Caçapa, Boipeba ou Urutu		Pouco Preocupante - LC	-
Répteis	<i>Xenodon rabdocephalus</i>	Boipeva		Pouco Preocupante - LC	-

ANEXO 3 - FICHAS IPHAN

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA

Fonte: portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?20323

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00879 -****Nome do sítio:** Casa de Sobrado**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 8**CNSA:** BA00879**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Abrigo em dois patamares, encosta de vale, com pinturas distribuídas ao longo de suas paredes formadoras.**Sítios relacionados:** Vale do Caboclo**Comprimento:** 15m **Largura:** 2.5m **Altura máxima:** 5m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Base de vertente**Altitude:** 730m(com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 450m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- ☐ Floresta ombrófila ☒ Savana (cerrado)
☐ Floresta estacional ☒ Savana-estépica (Caatinga)
☐ Campinarana ☐ Estepe
☐ Capoeira **Outra:** Resquícios de Mata Atlântica

Uso atual do terreno

- ☐ Atividade urbana ☐ Pasto
☐ Via pública ☐ Plantio
☐ Estrutura de fazenda ☒ Área devoluta
Outro:

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena
Outra:**Proteção legal** ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- ☒ Unicomponencial ☒ Pré-colonial
☐ Multicomponencial ☐ De contato
☐ Histórico

Tipo de sítios: Arte rupestre**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Rochoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☒ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00879 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:



Pintura:



Gravura:



Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições: São Francisco

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições: Macro-Jê

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade



mais de 75%



entre 25 e 75%



menos de 25%

Fatores de destruição



Erosão eólica



Erosão fluvial



Vandalismo



Erosão pluvial



Atividades agrícolas



Construção de estrada



Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio



Alta



Média



Baixa

Atividades desenvolvidas no local



Registro



Coleta de superfície



Sondagem ou Corte estratigráfico



Escavação de grande superfície



Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 08/03/2011

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00879 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	8	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 15/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00878 -****Nome do sítio:** Grande Templo**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 9**CNSA:** BA00878**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Importante sítio com 38 metros de extensão com pinturas policromicas distribuidas em painéis com variadas representações de acurada arte rupestre**Sítios relacionados:** Vale do Caboclo**Comprimento:** 38m **Largura:** 6m **Altura máxima:** 5m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Meia encosta**Altitude:** 720m(com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 450m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|--|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra

- | | | | |
|---------------------------------------|--|---------------------------------------|--|
| ☐ Área pública | ☒ Área privada | ☐ Área militar | ☐ Área indígena |
| Outra: | | | |

Proteção legal

- | | | |
|---|------------------------------------|--|
| ☐ Unid. de conservação ambiental | ☐ Federal | ☐ Patrim. da humanidade |
| Em área tombada | ☐ Municipal | ☐ Estadual |

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☐ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☒ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Arte rupestre**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Rochoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição**

- | | |
|--|--|
| ☐ Em superfície | ☐ Em profundidade |
|--|--|

Exposição

- | | | | |
|---|--|-----------------------------|--------------------------------|
| ☒ Céu aberto | ☐ Abrigo sob rocha | ☐ Gruta | ☐ Submerso |
| ☐ Outra: | | | |

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00878 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☒ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras: Enterramentos

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:	☒ Pintura:	☐ Gravura:	☐ Ausente:
----------------	--	-----------------------------------	-----------------------------------

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições: São Francisco
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições: Macro-Jê

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

Fatores de destruição

- | | | |
|--|---|-------------------------------------|
| ☒ mais de 75% | ☐ entre 25 e 75% | ☐ menos de 25% |
| ☐ Erosão eólica | ☐ Erosão fluvial | ☐ Vandalismo |
| ☐ Erosão pluvial | ☐ Atividades agrícolas | |
| ☐ Construção de estrada | ☐ Construção de moradias | |

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio	☒ Alta	☐ Média	☐ Baixa
---------------------	---------------------------------------	-----------------------------	-----------------------------

Atividades desenvolvidas no local

- | | |
|---|---|
| ☒ Registro | ☐ Sondagem ou Corte estratigráfico |
| ☐ Coleta de superfície | ☐ Escavação de grande superfície |
| | ☒ Levantamento de grafismo rupestre |

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 08/03/2011

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00878 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	24	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 01/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00881 -****Nome do sítio:** Passagem do Caboclo 2**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 22**CNSA:** BA00881**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Sítio com pinturas rupestres, predominância de motivos geométricos.**Sítios relacionados:** Sítios Passagem do Caboclo**Comprimento:** 9m **Largura:** 2.5m **Altura máxima:** 3m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Topo**Altitude:** 755m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 620m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|--|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☒ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena

Outra:

Proteção legal ☐ Unid. de conservação ambientalEm área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☒ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Arte rupestre**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Arenoso/Rochoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00881 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☒ Pintura:☐ Gravura:☐ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições: São Francisco

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições: Macro-Jê

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☒ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☒ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☒ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 26/06/2012

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00881 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	9	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 19/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00880 -****Nome do sítio:** Passagem do Caboclo 1**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 21**CNSA:** BA00880**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Sítio com pinturas rupestres, predominância de motivos geométricos.**Sítios relacionados:** Sítios Passagem do Caboclo**Comprimento:** 10m **Largura:** 2m **Altura máxima:** 3m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Topo**Altitude:** 752m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 600m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|--|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☒ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena
Outra:**Proteção legal** ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☒ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Arte rupestre**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Rochoso/arenoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☒ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00880 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
| Outros vestígios líticos: | |

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☒ Pintura:☐ Gravura:☐ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições: São Francisco

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições: Macro-Jê

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☒ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☒ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☒ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 26/06/2012

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00880 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	11	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 15/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00882 -****Nome do sítio:** Passagem do Caboclo 3**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 23**CNSA:** BA00882**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Sítio com pinturas rupestres, predominância de motivos geométricos.**Sítios relacionados:** Sítios Passagem do Caboclo**Comprimento:** 5m **Largura:** 3m **Altura máxima:** 2m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Topo**Altitude:** 755m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 650m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|--|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☒ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena

Outra:

Proteção legal ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☒ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Arte rupestre**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Arenoso/Rochoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☒ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00882 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
| Outros vestígios líticos: | |

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☒ Pintura:☐ Gravura:☐ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições: São Francisco

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições: Macro-Jê

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☒ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☒ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☒ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 26/06/2012

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00882 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	6	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 19/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00892 -****Nome do sítio:** Vale Caboclo 1**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 7**CNSA:** BA00892**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Sítio lítico em abrigo.**Sítios relacionados:** Vale do Caboclo**Comprimento:** 3m **Largura:** 2m **Altura máxima:** 2m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Base de vertente**Altitude:** 740m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 550m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|---|---|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☒ Floresta estacional | ☐ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena

Outra:

Proteção legal ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☒ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Oficina lítica**Forma:** Não delimitada**Tipo de solo:** Rochoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☒ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☒ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00892 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☒ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☒ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☒ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 08/03/2011

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00892 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	3	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 26/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00891 -****Nome do sítio:** Vale Caboclo 4**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 20**CNSA:** BA00891**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Sítio em gruta com pinturas desgastadas.**Sítios relacionados:** Vale do Caboclo**Comprimento:** 6m **Largura:** 3m **Altura máxima:** 2.5m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☒ Instrumento**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Meia encosta**Altitude:** 715m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 350m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|---|---|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☒ Floresta estacional | ☐ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena

Outra:

Proteção legal ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|--|--|
| ☒ Unicomponencial | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Arte rupestre**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Arenoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☒ Submerso
☒ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00891 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☒ Pintura:☐ Gravura:☐ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições: São Francisco

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições: Macro-Jê

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☐ mais de 75%☒ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☒ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 20/02/2012

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00891 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	2	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 26/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00893 -****Nome do sítio:** Vale Caboclo 5**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 26**CNSA:** BA00893**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Arco natural de pedra com vestígios de indústria lítica**Sítios relacionados:** Vale do Caboclo**Comprimento:** 10m **Largura:** 4m **Altura máxima:** 11m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☒ **Estimada** ☐ **Passo** ☐ **Mapa** ☐ **Instrumento****Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Base de vertente**Altitude:** 730m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 450m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|---|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☒ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena
Outra:**Proteção legal** ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|---|--|
| ☒ Unicomponental | ☒ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponental | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios: Oficina lítica**Forma:** Linear**Tipo de solo:** Arenoso/Pedregoso**Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☒ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☒ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00893 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☒ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:	☐ Pintura:	☐ Gravura:	☒ Ausente:
----------------	-----------------------------------	-----------------------------------	--

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições: Maracás

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☒ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☒ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 08/03/2011

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00893 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	3	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 26/02/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Ministério
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*****- CNSA BA00894 -****Nome do sítio:** Vale Caboclo 6**Outras designações e siglas:** Povoação Abandonada - Sítio 27**CNSA:** BA00894**Município:** Ibicoara**UF:** BA**Descrição sumária do sítio:** Grande arco natural de pedra utilizado como abrigo**Sítios relacionados:** Vale do Caboclo**Comprimento:** 15m **Largura:** 8m **Altura máxima:** 20m (a partir do nível do solo)**Área:** 0m² **Medição** ☒ **Estimada** ☐ **Passo** ☐ **Mapa** ☐ **Instrumento****Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Base de vertente**Altitude:** 740m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Riacho**Distância:** 600m**Rio:****Bacia:** Rio Una/ Paraguassú

Vegetação atual

- | | |
|---|--|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☒ Floresta estacional | ☒ Savana-estépica (Caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☐ Capoeira | Outra: |

Uso atual do terreno

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☐ Pasto |
| ☐ Via pública | ☐ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☒ Área devoluta |
| Outro: | |

Propriedade da terra ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena
Outra:**Proteção legal** ☐ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☒ Unicomponencial | ☐ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponencial | ☐ De contato |
| | ☐ Histórico |

Tipo de sítios:**Forma:****Tipo de solo:****Estratigrafia:****Contexto de deposição** ☐ Em superfície ☐ Em profundidade**Exposição** ☐ Céu aberto ☒ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso
☐ Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00894 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|---|---|
| ☐ Área de refugio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de Fossas |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificações | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | ☐ Concentrações cerâmica - quant.: |

Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ☐ Lítico lascado | ☐ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:☐ Gravura:☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

☒ mais de 75%☐ entre 25 e 75%☐ menos de 25%

Fatores de destruição

☐ Erosão eólica☐ Erosão fluvial☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☐ Construção de estrada☐ Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☐ Alta☐ Média☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro☐ Coleta de superfície☐ Sondagem ou Corte estratigráfico☐ Escavação de grande superfície☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Fernando Antonio Bonetti Tavares

Data do registro: 08/03/2011

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00894 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Povoação Abandonada do Sincorá**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	1	Outra:	0

Bibliografia**Responsável pelo preenchimento da ficha:** Fernando Bonetti Tavares**Data:** 13/08/2013**Localização dos dados:** Acervo Particular Pesquisador**Atualizações:**

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

ANEXO 4 – IMÓVEIS RECENSEADOS (IBGE, 2022)

**Relação de imóveis recenseados e códigos de espécie territorial segundo o
IBGE**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

QUADRO DE IMÓVEIS RECENSEADOS (IBGE).

PONTO	LATITUDE	LONGITUDE	ESPÉCIE	ESTABELECIMENTO	COD. ÚNICO ENDEREÇO
1	-13,182087	-41,162264	6	Casa de farinha desativada	112213750
2	-13,220010	-41,176397	3	Sem denominação	112215045
3	-13,163235	-41,171741	2	Pousada Toca do Lobo	191068363
4	-13,194784	-41,188734	3	Sítio da Chapada	112213765
5	-13,193510	-41,173850	3	Sítio Sonho de Menino	191068398
6	-13,2223649	-41,155663	3	Sem identificação	112213813
7	-13,182089	-41,161839	3	Sítio Sossego da Chapada	191068392
8	-13,229163	-41,136978	3	Sítio Córrego do Meio	112213724
9	-13,208399	-41,192001	3	Fazenda Invernada	112215738
10	-13,163199	-41,171702	1	Sem identificação	191068354
11	-13,228655	-41,137058	6	Casa de farinha do Sítio Córrego do Meio	191068386
12	-13,247463	-41,144984	3	Sítio Riacho da Serra	112213785
13	-13,160816	-41,169213	1	Sem identificação	191068358
14	-13,180360	-41,178143	3	Cultivo de frutos	112213732
15	-13,195208	-41,188282	3	Criação de gado	112213741
16	-13,236195	-41,137421	3	Sítio Recanto rupestre	112213774
17	-13,225587	-41,157979	6	Vago	112213800
18	-13,227899	-41,134802	3	Cultivo de frutos	112215767
19	-13,212091	-41,181596	3	Cultivo de abacaxi	112215063
20	-13,164094	-41,176923	3	Sítio Casa Encantada	191068367
21	-13,188735	-41,187496	3	Sítio Boa Vista	112215745
22	-13,197035	-41,159895	1	Sem identificação	191068405
23	-13,197211	-41,158715	3	Cultivo deaipim e mandioca	112215755
24	-13,149244	-41,167833	3	Sítio Cachoeira Encantada	191089857
25	-13,259262	-41,094259	3	Fazenda Primavera	191068412

Códigos de Espécie IBGE

COD_ESPÉCIE	Espécie de endereço	1=Domicílio particular
		2=Domicílio coletivo
		3=Estabelecimento agropecuário
		4=Estabelecimentos de ensino
		5=Estabelecimento de saúde
		6=Estabelecimento de outras finalidades
		7=Edificação em construção ou reforma
		8=Estabelecimento religião

ANEXO 5 – RELATÓRIO DE PROCESSOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM).

Diagnóstico dos títulos e requerimentos minerários na Área de Interesse (AOI)

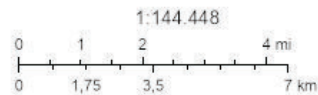
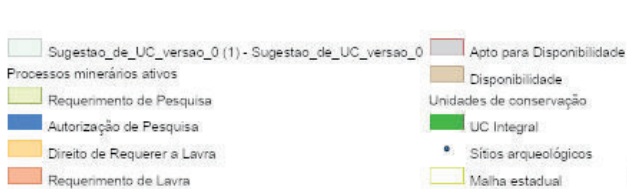
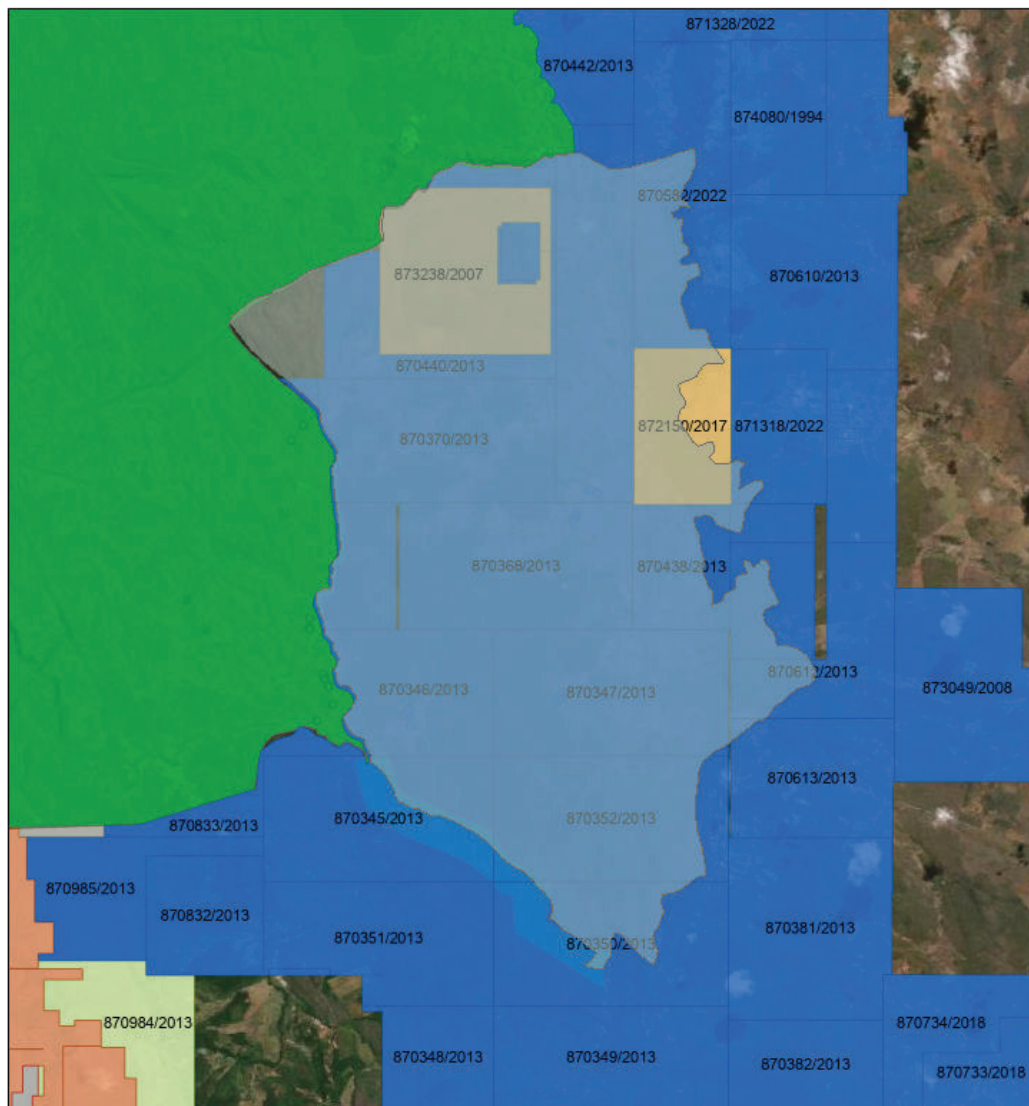
Fonte: Agência Nacional de Mineração – Consulta Pública de Processos Minerários

Data de referência: 12 maio 2026

Informações de Área de Interesse (AOI)

Área : 18.291,93 hectares

mai. 12 2026 17:03:57 Hora padrão de Brasília



Hidrografia: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; ícone da miniatura: Freepik obtido em www.flaticon.com; Source: Esri, Vantor, Earthstar Geographics, and the GIS User Community; Amazônia legal: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Lei Complementar Nº 124/2007; Malha estadual: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Resumo

Nome	Contagem	Área(hectares)	Comprimento(m)
Processos minerários ativos	24	17.712,50	Não Aplicável
Unidades de conservação	2	260,18	Não Aplicável

Processos minerários ativos

#	Processo	Número	Ano	Fase	Titular
1	870350/2013	870350	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
2	870347/2013	870347	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
3	870441/2013	870441	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
4	870370/2013	870370	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
5	870352/2013	870352	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
6	870369/2013	870369	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
7	870371/2013	870371	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
8	870368/2013	870368	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
9	870438/2013	870438	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
10	870439/2013	870439	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
11	870613/2013	870613	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
12	870345/2013	870345	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
13	870346/2013	870346	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
14	870611/2013	870611	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
15	870440/2013	870440	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
16	872495/2013	872495	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
17	872089/2013	872089	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
18	872494/2013	872494	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
19	870046/2017	870046	2017	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM
20	870612/2013	870612	2013	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Cabral Mineração Ltda.
21	872150/2017	872150	2017	DIREITO DE REQUERER A LAVRA	MINERACAO NOVO RUMO LTDA
22	870582/2022	870582	2022	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Daniel Rezende
23	871318/2022	871318	2022	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	Daniel Rezende
24	873238/2007	873238	2007	DISPONIBILIDADE	Sul Americana de Rochas

#	Substância	Uso	Área (ha)	UF	Último evento	ID	Área(hectares)
1	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.962,80	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 18/04/2017	{36B0BF82-5FE1-4B66-A03B-8A50FFBA0372}	496,74
2	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.991,14	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 18/04/2017	{3DB4582D-3FF2-4873-AB3F-2AAD27CB36EB}	1.982,88
3	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	199,57	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{A4BFA1F6-E8EC-401C-ABC7-4687F0C41887}	198,90
4	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.917,14	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{7BBB4D19-4BB6-4B5D-B9FC-BFDB6B33522D}	1.901,61
5	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.979,57	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 18/04/2017	{DC80BCE7-7C7C-4B25-8405-EB62D28488B3}	1.691,70
6	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	575,86	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 18/04/2017	{26528995-E257-4DE6-B590-9DF10C28300E}	555,59
7	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	45,58	BA	650 - AUT PESQ/TAH - DECLARAÇÃO CADUCIDADE ALVARÁ PESQUISA PUBL EM 02/02/2016	{D41EF7BF-6963-4E67-AABA-22692ECE4173}	32,98
8	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.988,75	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{8BD97B2B-7334-4ED5-B7A2-0246D7BE6A01}	1.988,81
9	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	825,38	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{83BF0F52-F2CD-44B2-AAB5-B2F7599DFED0}	682,77
10	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.931,64	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{DACD44D6-9017-4378-9492-9473F7F2B27B}	1.778,30
11	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.314,99	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{2D42FD23-866F-4CD9-BA0A-7A31C09738FD}	23,49

12	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.941,58	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{40CAA55A-51BC-4B60-9AF2-E3B801F7866E}	454,34
13	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.285,23	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{06E64779-E488-4795-BAA1-E82262C5515C}	1.256,71
14	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.027,19	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{E0BBF877-EB5E-4B3F-8BEF-5DB13D5EFAA3}	25,45
15	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	772,82	BA	662 - NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA PUBL EM 02/12/2016	{4118ED6F-7FB0-4A1A-B8ED-8272E331B6FF}	772,79
16	QUARTZITO	Industrial	17,61	BA	650 - AUT PESQ/TAH - DECLARAÇÃO CADUCIDADE ALVARÁ PESQUISA PUBL EM 02/02/2016	{8D494ECC-6098-47A2-BBF4-A86A584B01DB}	17,61
17	QUARTZITO	Industrial	654,39	BA	650 - AUT PESQ/TAH - DECLARAÇÃO CADUCIDADE ALVARÁ PESQUISA PUBL EM 02/02/2016	{A00CDEEB-2FBE-4C8D-9004-2D9AC64DEE95}	270,26
18	QUARTZITO	Industrial	6,45	BA	650 - AUT PESQ/TAH - DECLARAÇÃO CADUCIDADE ALVARÁ PESQUISA PUBL EM 02/02/2016	{13BD3CB9-D0A5-4E04-8E0B-3117C3ABFE69}	6,45
19	DIAMANTE	Industrial	149,43	BA	795 - AUT PESQ/RELATÓRIO FINAL PESQUISA NEGATIVO PROTOC EM 01/09/2025	{9E5D9675-2759-4C1F-B85E-09A54CCA1F8A}	149,43
20	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.182,94	BA	209 - AUT PESQ/INÍCIO DE PESQUISA COMUNICADO PROTOC EM 22/09/2023	{974430E6-C2F1-4D5A-BAFD-F7C9D1A878CD}	257,62
21	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	999,91	BA	255 - AUT PESQ/CUMPRIMENTO EXIGÊNCIA PROTOC EM 03/04/2026	{D8351A38-6E76-43FA-91AB-2522EE26016B}	728,56
22	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.998,00	BA	193 - AUT PESQ/TRANSF DIREITOS-CESSÃO TOTAL NEGADA PUBL EM 29/10/2024	{5CFD692F-40D5-4233-88B3-0201029E76B8}	706,41

23	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	998,55	BA	294 - AUT PESQ/RENÚNCIA AUTORIZAÇÃO PESQUISA HOMOLOGADA PUBL EM 21/11/2023	{0BD8B3D8-3B79-4C09-9D0D-6FB1D1F83C14}	50,75
24	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	1.686,98	BA	1864 - DISPONIBILIZAÇÃO TORNA S/EFEITO DESPACHO PUBL EM 26/02/2026	{2149E68E-A400-4F22-ABBC-F28CF0AB4291}	1.682,36

Unidades de conservação

#	Código CNUC	Nome	Tipo	Domínio	Ano de criação
1	0000.00.0137	PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DA DIAMANTINA	PARNA	Federal	1985
2	Sem Dados	Parque Natural Municipal do Espalhado	Parque	Municipal	2005

#	Ato legal	Área (ha)	Restrição	Área(hectares)
1	DEC 91.655, de 17/09/1985	151.819,75	Restrição Total	118,71
2	Lei nº 015/2005	782,38	Restrição Total	141,47

Nota: os valores apresentados nos atributos "Áreas(hectares)" e "Comprimento(metros)" foram calculados automaticamente pela ferramenta da ESRI e podem ser diferentes dos valores obtidos pela metodologia de cálculo de área usada pela ANM.

ANEXO 6 – LISTA DE IMÓVEIS CADASTRADOS SIGEF/INCRA

Levantamento e identificação dos imóveis rurais cadastrados na Área de Interesse
(AOI)

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)

Data de referência: 12 maio 2026

LISTA DE IMÓVEIS CADASTRADOS SIGEF/INCRA

Nome da área	Área (ha)	Status
Fazenda Reunidas Genipapo – Parcela 1	414,406	Certificada
Fazenda Santo Antonio - Única	0,24	Certificada
Fazenda Boa Sorte; Nossa Senhora das Graças; Fazenda Progresso	557,298	Certificada
Fazenda União – Parte 2	161,287	Certificada
Fazenda União – Parte 3	3,212	Registrada
Fazendas Baixa do Cedro, Nossa Senhora da Conceição I e II – Parte 1	64,698	Certificada
Fazenda Rancho Bonanza e Uirapuru – Parte 1	0,834	Certificada
Sítio Paraíso – Parte 1	46,315	Certificada
Fazenda Bom Sucesso – Parte 1	2,432	Certificada
Fazenda Senhor do Bonfim – Parte 1	2,301	Certificada
Fazenda Coceira	141,98	Certificada
Fazenda União – Parte 1	0,037	Certificada
Fazenda Guanabara	332,415	Certificada
Área total sobreposição	1.727,455	

APÊNDICE 1 – TABELA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO (PA) NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO

Levantamento dos Projetos de Assentamento rurais inseridos na Área de Estudo e
entorno territorial

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Data de referência: 12 maio 2026

**APÊNDICE 1 - TABELA COM PROJETOS DE ASSENTAMENTO (PA) NOS
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO**

NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO SEDE	ÁREA (ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	FAMÍLIAS ASSENTADAS	DATA DE CRIAÇÃO
PA ROSELY NUNES	ITAETÊ	4.230,00	163	160	13/06/1997
PA BAIXAO	ITAETÊ	3.519,67	146	161	30/12/1998
PA MACACO SECO	ITAETÊ	927,3833	36	35	12/04/2000
PA MOÇAMBIQUE	ITAETÊ	2.051,33	55	50	20/11/2000
PA EUROPA	ITAETÊ	1.190,85	51	50	20/11/2000
PA PARAGUAÇUZHINO	IBICOARA	396,8782	32	87	23/12/2002
PA DANDARA	IRAMAIA	1.219,61	48	50	26/12/2002
PA SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	ITAETÊ	1.529,83	66	67	03/08/2005
PA UNIAO DA CHAPADA	ITAETÊ	2.990,30	184	200	28/10/2004
PA SANTA MARIA FLORENTINA	ITAETÊ	1.005,96	44	52	11/05/2005
PA FLORESTAN FERNANDES	ITAETÊ	1.868,14	77	68	22/04/2005
PA BOA SORTE UNA	IRAMAIA	17.387,85	421	475	25/07/2006
PA TAMBURI	IRAMAIA	1.304,17	36	29	21/11/2013
PA VALDETE CORREIA	ITAETÊ	764,5993	24	23	25/09/2014
PA FAZENDA CURITIBA	IRAMAIA	3.838,26	68	68	01/02/2021

APÊNDICE 2 – DADOS DE CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT)

Levantamento e sistematização de ocorrências de conflitos por terra e água na área de estudo

Fonte: <https://cptnacional.org.br/acervo/conflitos-no-campo/caderno-de-conflitos/>

Data de referência: 12 maio 2026

Ano	Município	Dados do conflito				
		Tipo	Nome	Data	Famílias	Categoria
1988	Iramaia	por Terra	Fazenda Santa Fé	1979 (início)	1	
2003	Iramaia	por Terra e Acampamento	Acampamento Boa Sorte/Limpazol	17/05/2003	500	MST
	Itaetê	por Terra e Acampamento	Acampamento Florestan Fernandes	31/01/2003	130	MST
	Itaetê	por Terra e Acampamento	Acampamento União da Chapada	31/01/2003	160	MST
2011	Iramaia	Ocupações/Retomada	Fazenda Cachoeira	02/04/2011	200	MST
		Ocupações/Retomada	Fazenda Jequimirin	02/04/2011	200	MST
		Ocupações/Retomada	Fazenda Onça	02/04/2011	200	MST
2013	Ibicoara	por Terra	Fazenda São Roque do Paraguaçu	24/04/2013	25	Sem terra
2016	Iramaia	Ocupações/Retomada	Fazenda Lagoa das Tábuas	21/05/2016	103	MST
2018	Iramaia	por Terra	Assentamento Boa Sorte	24/01/2018	416	Assentados
	Iramaia	Assassinato	Assentamento Boa Sorte	24/01/2018	Marcio Matos Oliveira (vítima)	Liderança
	Mucugê	por Terra	Monte Azul	30/10/2018	5	Pequenos proprietários
2019	Iramaia	Ocupações/Retomada	Fazenda Iracema	14/06/2019	150	Sem terra
2022	Itaetê	por Terra e Ocupações/Retomada	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	25/03/2022	250	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	29/03/2022	250	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	01/04/2022	250	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	04/05/2022	250	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	01/06/2022	250	Sem terra
		Ocupações/Retomada	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	29/07/2022	250	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	12/10/2022	25	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	16/10/2022	25	Sem terra
		Assassinato	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	16/10/2022	Elizeu Barbosa dos Santos (vítima)	Sem terra
		por Terra	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	05/11/2022	25	Sem terra
		Assassinato	Fazenda 2 Rios/Ocupação AntonioMaero	05/11/2022	Adnilson Barbosa do Nascimento (Dena) (vítima)	Sem terra

Ano	Município	Dados do conflito				
		Tipo	Nome	Data	Famílias	Categoria
2024	Itaetê	por Terra	Serra da Chapadinha/Parque Nacional da Chapada Diamantina	15/06/2024	1	Posseiro
		por Terra	Área próxima ao PA Rosely Nunes	30/11/2024	1	Posseiro
		por água (diminuição do acesso à água)	Serra da Chapadinha/Parque Nacional da Chapada Diamantina	16/06/2024	1	Apropriação particular

APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO DAS BRIGADAS DE INCÊNDIO NA ÁREA DE ESTUDO

Relação das brigadas de incêndio e apoio emergencial nos municípios da área de estudo

Fonte: SIDA/SEMA

Data de referência: 12 maio 2026

APENDICE 3 – TABELA DAS BRIGADAS DE INCÊNDIOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO

MUNICÍPIO	BRIGADA VOLUNTÁRIA
Andaraí	Brigada municipal de Andaraí Brigada de Igatu Combatente de Incêndios Florestais de Andaraí - CIFA
Ibicoara	Brigada Municipal Jardel Novais Brigada ACVIB Brigada Bicho do Mato Brigada Vale do Brejão Brigada Radical Chapada Brigada Voluntária AMBI
Lençóis	BRAL e BVL Brigada Voluntária e comunitária do Remanso (Brigada Quilombola) Brigada Voluntária e comunitária da Estiva.
Mucugê	Marchas e Combates / Brigada do Guiné / Brigada Raiz / Brigada Quilombola da Barriguda / Brigada da Bombeiros Civis
Palmeiras	Brigada Voluntária do Capão - ACV-VC Brigada Voluntária Carcará Brigada Voluntária GAP Brigada Voluntária Tejuco (Brigada Quilombola) Brigada Voluntária Campos de São João
Lençóis	BRAL e BVL (Segunda demanda, mais específica / Brigada mais estruturada) Brigada Voluntária e comunitária do Remanso (Brigada Quilombola) Brigada Voluntária e comunitária da Estiva.
Andaraí	Brigada municipal de Andaraí Brigada de Igatu Combatente de Incêndios Florestais de Andaraí - CIFA
Palmeiras	Brigada Voluntária do Capão - ACV-VC Brigada Voluntária Carcará Brigada Voluntária GAP Brigada Voluntária Tejuco Brigada Voluntária Campos de São João
Iraquara	Brigada Voluntária Riacho do Mel (Brigada Quilombola)
Seabra	Brigada Gaviões da Serra

APÊNDICE 4 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA ÁREA DE ESTUDO

**Levantamento e identificação dos sítios arqueológicos registrados na área de
estudo**

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
(<https://www.gov.br/iphan/pt-br>)

Data de referência: 12 maio 2026

APÊNDICE 4 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA ÁREA DE ESTUDO

Nome	Código IPHAN	Logradouro	Classificação	Descrição	Data
Sítio do Forno	BA2901304BAS T00002	00002	Pré-colonial	Abrigo em forno, à meia-encosta, com grafismos monocromáticos no teto (da gruta) e na parede rochosa formadora do patamar.	15/06/23
Sítio da Pingadeira	BA2901304BAS T00003	00003	Pré-colonial	Paredão rochoso, em sua base variados grafismos bicromáticos compondo um extenso painel de 138 metros.	15/06/23
Barrigudo 2	BA2901304BAS T00004	00004	Pré-colonial	Pinturas monocromáticas esparsas distribuídas em painel rochoso, com C2,00xA1,00m.	15/06/23
Barrigudo 4 - Capelinha	BA2901304BAS T00006	00006	Pré-colonial	Abrigo sob rocha em pequena loca, com registros rupestres monocromáticos desgastadas no seu interior.	15/06/23
Barrigudo 5	BA2901304BAS T00007	00007	Pré-colonial	Abrigo rochoso, à meia-encosta, no extremo leste do paredão do córrego do Barrigudo, amplo domínio visual. Pinturas bicromáticas denegridas pela ação do tempo.	15/06/23
Fazenda Tapera	BA2915007BAS T00002	00002	Pré-colonial	Painel com pinturas monocromáticas, em paredão rochoso, com grafismos de rara beleza como um peculiar registro provavelmente um mitograma, cenas compostas, antropomorfos, serpentiformes e abstratos, representativos da arte rupestre Maracás.	15/06/23
Lapa do Arco	BA2912202BAS T00025	00025	Pré-colonial	Abrigo em pórtico natural com expressivas pinturas bicromáticas no contorno de suas bases, vestígios de indústria lítica.	15/06/23
Sítio do Barrigudo	BA2901304BAS T00001	Serra da Chapadinha	Sem classificação		10/05/19
Passagem	BA2912202BAS	Vale do	Sem		10/05/19

Nome	Código IPHAN	Logradouro	Classificação	Descrição	Data
do Caboclo 3	T00002	Caboclo	classificação		
Passagem do Caboclo 2	BA2912202BAS T00003	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Passagem do Caboclo 1	BA2912202BAS T00004	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Vale Caboclo 5	BA2912202BAS T00005	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Casa de Sobrado	BA2912202BAS T00006	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Grande Templo	BA2912202BAS T00007	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Vale Caboclo 6	BA2912202BAS T00008	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Vale Caboclo 4	BA2912202BAS T00009	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Jibóia 5	BA2921906BAS T00001	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Jibóia 4	BA2921906BAS T00002	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Jibóia 1	BA2921906BAS T00003	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Sítios Tocaia 4	BA2912202BAS T00010	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Sítios Tocaia 5	BA2912202BAS T00012	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Baixo Jibóia 1	BA2912202BAS T00013	Riachão	Sem classificação		10/05/19
Sítios Tocaia 6	BA2912202BAS T00014	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Sítios Tocaia 3	BA2912202BAS T00015	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Sítios Tocaia 2	BA2912202BAS T00016	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Sítios Tocaia 1	BA2912202BAS T00017	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Baixo Jibóia 2	BA2912202BAS T00018	Sem localidade	Sem classificação		10/05/19
Jibóia 6	BA2912202BAS T00019	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Jibóia 3	BA2912202BAS T00020	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Jibóia 2	BA2912202BAS T00021	Rio Jibóia	Sem classificação		10/05/19
Vale Caboclo 1	BA2912202BAS T00022	Vale do Caboclo	Sem classificação		10/05/19
Sítio Lapa do Ulna	BA2912202BAS T00023	00023	Pré-colonial	Sítio Lapa do Ulna, também conhecido(a) como SLG, localizado(a) no estado de Bahia, cidade(s) de Ibicoara, é um Bem Arqueológico, do tipo Sítio.	12/07/22
				Pinturas monocromática	

Nome	Código IPHAN	Logradouro	Classificação	Descrição	Data
Barrigudo 3	BA2901304BAS T00005	00005	Pré-colonial	dispersas ao longo de uma superfície de 35m do paredão rochoso.	15/06/23